

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Eduardo Vieira Gonçalves

O Brasil em Portugal: repercussões do Estado Novo brasileiro em Portugal (1937/1945)

Tese de Doutoramento em História, Ramo de História Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas e coorientada pelo Professor Doutor Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2023

RESUMO

As relações entre o Brasil e Portugal foram caracterizadas, ao longo dos últimos dois séculos, por momentos de grande proximidade em termos políticos, econômicos e culturais, intercalados por períodos em que a adoção de conceitos e ideologias divergentes provocaram um relativo distanciamento entre os dois países. Estudos e trabalhos acadêmicos já desenvolvidos têm demonstrado a evolução dessas relações, seja através da formalização de acordos bilaterais, seja pela interação cultural ou, ainda, pela identificação política e ideológica entre governos.

A proximidade no campo político e diplomático intensificou-se a partir da implantação do Estado Novo, nome que identifica o regime político instituído em Portugal após a promulgação de uma nova constituição, em abril de 1933. Não por acaso, após a outorga da carta constitucional de 1937, no Brasil, Getúlio Vargas (*1882 +1954), adota a mesma denominação, para seu governo, entre 1937 e 1945.

As práticas de governo e a implantação de uma máquina de propaganda, a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o objetivo de difundir as ideias varguistas, possuem similaridades com o modelo político implantado por António de Oliveira Salazar (*1889 +1970), em Portugal, e com a estratégia de difusão dos seus ideais políticos através do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).

Assemelham-se tanto na forma de se relacionar com a população como na maneira de divulgar as ações desenvolvidas pelo governo, na personificação da figura do líder, na exaltação das qualidades morais e da capacidade administrativa do condutor da nação.

Esta investigação insere-se no âmbito das relações luso-brasileiras e tem por objetivo aprofundar o estudo acerca da repercussão do Estado Novo brasileiro em Portugal e identificar a efetividade da propaganda política, dos meios e estratégias utilizados para a sua disseminação (imprensa, rádio, cinema), bem como do papel desempenhado pelas autoridades dos dois países nesse processo e avaliar o nível de difusão e impacto de notícias sobre o Brasil entre a colônia de brasileiros existente, ao tempo, em Portugal.

Pretende-se, também, estabelecer comparações, com o objetivo de analisar semelhanças e diferenças entre a estruturação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em Portugal, sob o comando de António Ferro (*1895 +1956), e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Brasil, dirigido por Lourival Fontes (*1889 +1967), ministro de Propaganda do governo Vargas, de 1934 a 1942, assim como captar as suas fontes de inspiração.

Pretende-se, ainda, saber, se os dois regimes colaboraram em matéria propagandística bem como identificar os mecanismos que singularizam cada um dos regimes políticos.

Palavras – Chave: História, Relações Luso Brasileiras, Propaganda Política, Estado Novo, Getúlio Vargas.

ABSTRACT

Relations between Brazil and Portugal were characterized, along the last two centuries, by moments of great proximity in political, economic and cultural affairs, interleaved by periods when the adoption of divergent concepts and ideologies caused a relative detachment between both countries. Researches and academic studies which have been already developed have shown an evolution of such relations rather through bilateral agreement or through cultural interaction or even through political and ideological between government.

Proximity in political and diplomatic fields were intensified since the implementation of the New State, a name which identifies the political regime instituted in Portugal after the promulgation of a new constitution in April 1933. It was not by chance that after the promulgation of the new constitution in 1937, in Brazil, Getúlio Vargas (*1882 +1954), he adopts the same name for his term from 1937 to 1945.

The practices of government and the implementation of a propaganda machine with the creation of the Propaganda and Press Department (DIP in Portuguese) in order to diffuse varguist ideas are very similar to the model adopted by António de Oliveira Salazar (*1889 +1970), in Portugal, and to the strategy of diffusion of his political ideas through the National Secretariat Propaganda (SPN in Portuguese).

They are similar both in the relation with population and in the way pf diffuse their actions of governmental initiative, also in their personification of the figure of leader, the exaltation of moral qualities and the administrative capacity of the conductor of the nation.

This investigation is inserted in the ambit of Portuguese-Brazilian relations and aims to deep the study about the repercussion of the Brazilian New State in Portugal and identify the effectiveness of the political propaganda, of the means and strategies for its dissemination (press, radio and cinema), of the role played by the authorities of both countries in this process and evaluate the level of diffusion and impacting the news about Brazil on the Brazilian colony who lived in Portugal by that time.

It is intended to stablish comparisons with the objective of analyzing similarities and differences between the organization of the National Secretariat of Propaganda (SPN), in Portugal, under António Ferro (*1895 +1956), and the Press and Propaganda Department (DIP), in Brazil, headed by Lourival Fontes (*1889 +1967), Minister of Propaganda in Vargas' Government, from 1934 to 1942, as well as gather their source of inspiration. It is also intended to know if the two regimes have cooperated in matter of propaganda as well as identify the apparatus which singularize each of the regimes.

Keywords: History; Portuguese-Brazilian Relations; Political Propaganda; New State; Getúlio Vargas

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	6
AGRADECIMENTOS.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
ESTADO DA ARTE E METODOLOGIA	13
 CAPÍTULO I	
PROPAGANDA E POLÍTICA EXTERNA VARGUISTA	
1. Conceitos, Estratégias e Contextualização.....	31
2. Política externa brasileira, um pequeno histórico.....	32
2.1. Política externa na era Vargas	34
2.2. Relações luso brasileiras na era Vargas.....	36
 CAPÍTULO II	
A DIFUSÃO DA PROPAGANDA	
1. A criação dos mecanismos oficiais de propaganda.....	49
2. Os meios de comunicação e a articulação da propaganda	
2.1. A Rádio.....	54
2.2. Os Jornais.....	58
 CAPÍTULO III	
A PROPAGANDA ATRAVÉS DE OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	
1. O Papel dos intelectuais no governo Vargas.....	91
2. As revistas de carácter cultural e literário.....	97
3. O Cinema	116
4. O Teatro.....	119
 CAPÍTULO IV	
REPERCUSSÕES DO ESTADO NOVO BRASILEIRO EM PORTUGAL	
1. Nas relações institucionais.....	127
2. Nos jornais e revistas.....	146
3. Na Rádio, no teatro e no cinema	169
4. Através da população residente	178
 CONCLUSÃO	 188
FONTES	203
BIBLIOGRAFIA	206

ANEXO I - Imagens	234
Anexo II – Revistas	239
Anexo III – Modelo de Inquérito.....	244

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

ABL – Academia Brasileira de Letras

AHI – Arquivo Histórico do Itamarati

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ANR – Agência Nacional de Radiodifusão

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNP – Departamento Nacional de Propaganda

DOP – Departamento Oficial de Publicidade

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GEDOC/MG– Gerência de Documentação e Informação do Sistema Estaminas de Comunicação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ILBAC – Instituto Luso Brasileiro de Alta Cultura

INCP – Instituto Nacional de Ciência Política

INE/PT – Instituto Nacional de Estatística de Portugal

PEB – Política Externa Brasileira

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REFAT – Rede de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos e Transições para a Democracia.

SBAT – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

UC – Universidade de Coimbra

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a execução desta pesquisa e elaboração desta tese, em especial a minha orientadora, Doutora Irene Vaquinhas e meu coorientador, Doutor Fernando Tavares Pimenta.

A Universidade de Coimbra, pela estrutura e apoio que oferece a seus alunos e pela acolhida sempre afável, aos alunos estrangeiros.

A minha família, em especial meus filhos, fonte particular de inspiração e apoio de todas as horas.

Aos funcionários do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugêses, em especial ao Sr. António, pela permanente disposição em disponibilizar os documentos para pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional Portuguesa, em especial aos responsáveis pelo arquivo de microfilmes, pela colaboração prestada.

Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pela prestimosa colaboração no acesso aos documentos do arquivo de Salazar.

Aos funcionários da embaixada do Brasil em Lisboa, Portugal, pela atenção dispensada e pelas valiosas informações fornecidas.

Aos funcionários da embaixada do Brasil na em Roma, Itália, pela amabilidade e pelo acesso as informações.

Ao Lucas, responsável pela reserva técnica do Museu Getúlio Vargas, em São Borja pelas informações prestadas e pelas fotografias que gentilmente cedeu.

Aos caseiros da Fazenda Itu, em Itaqui, que tão gentilmente me receberam e pela visita guiada às instalações.

Aos brasileiros residentes em Portugal de norte a sul do país, pela contribuição prestada com seus depoimentos, pela recepção sempre calorosa e por permitir o acesso à correspondência pessoal de seus antepassados.

Ao Doutor Angêlo Peccini Neto, meu advogado e estimado amigo, por seu trabalho competente e incansável, sem o qual, a minha permanência em Portugal, para desenvolver esta pesquisa, não teria sido possível.

Aos meus queridos alunos da Universidade Estadual de Roraima, em especial a Tamile e ao Luís Maito Jr, que me incentivaram e apoiaram em várias oportunidades.

Aos proprietários do Café Rainha Santa, em Coimbra, José Carlos e Maria José, que me acolheram desde o primeiro momento e me apoiaram em momentos de dificuldades.

Ao Luiz, *in memoriam*, meu melhor amigo em Coimbra, pela paciência em me escutar e pelos conselhos de vida que sempre foram muito úteis.

Ao Pedro Ivo, homem sábio e de fé, meu amigo e conselheiro, pelas inúmeras vezes que me ofereceu ajuda, pela paciência em me escutar e pelas orientações dadas.

À Igreja Batista de Coimbra, em especial ao pastor Marcos Amazonas, pela experiência única de congregar em uma comunidade com membros de origens tão diversas, mas unidos pela fé cristã.

Ao Alan e a Lays, professores da Universidade Federal de Roraima, amigos e companheiros para todas as horas, pelo estímulo e pelo apoio incondicional.

A minha amada mãe, Marly, pelo carinho e apoio incondicionais e a meu amado pai, Omar, que me ensinou a ser determinado e persistente e que, de algum lugar do universo, continua a olhar por mim.

INTRODUÇÃO

A transição do regime monárquico para a república, no Brasil, tem como marco histórico, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Para fins didáticos costuma-se denominar o período que vai de 1889 até 1930, como República Velha, quando 13 presidentes, entre efetivos e interinos, exerceram o cargo. Essa fase da história do Brasil ficou marcada pelo domínio de dois grupos políticos que, de comum acordo, alternaram-se no poder, os produtores de café de São Paulo e os criadores de gado leiteiro de Minas Gerais, motivo pelo qual também é conhecida como República do Café com Leite. O período que vem logo a seguir é designado, pela maioria dos historiadores, como Era Vargas.

Getúlio Vargas permaneceu quinze anos à frente do governo do Brasil, de forma ininterrupta, entre 1930 e 1945 e, posteriormente, governou novamente o país, entre 1951 e 1954, ano de sua morte. No entanto, no recorte temporal desta pesquisa, a análise abrange o período compreendido entre 1937 e 1945, chamado “Estado Novo”.

Na história do Brasil republicano foi a primeira experiência da população frente a um governo autoritário de longa duração, fortemente influenciado, dentre outros, pelo regime fascista de Mussolini, na Itália e pelo modelo de Estado corporativo implantado por Salazar, em Portugal. Na revisão da bibliografia sobre o assunto percebe-se que pesquisadores de vários países, notadamente de Portugal e do Brasil vem se dedicando a esta temática nas últimas décadas. A publicação dos resultados desses trabalhos tem o mérito de ao mesmo tempo em que lançam uma luz sobre os regimes autoritários da primeira metade do século XX, suscitam novos debates sobre possíveis lacunas ainda existentes.

O que mantém o Estado Novo brasileiro como um tema de estudos sempre atual é o caráter multifacetado daquele período da história do Brasil. É preciso destacar que se trata de um período de transição, quando foram lançadas as bases e os fundamentos de um novo modelo econômico e social, contrapondo-se ao antigo regime oligárquico que predominou durante a república velha.

Se, num primeiro momento, é fácil reconhecer os aspectos autoritários e as influências externas que caracterizaram o regime varguista, não se pode desprezar as mudanças pelas quais o país passou, com a criação de uma legislação que em boa medida vigora no país ainda hoje, tanto no campo da educação quanto nas relações entre capital e trabalho. Importantes conquistas sociais foram obtidas e ainda permanecem ativas quase um século depois. A ausência de uma estrutura legal e institucional voltada para os setores da saúde, da educação, do trabalho e da assistência social permitiu que Vargas fosse pioneiro nessa área, modificando a organização dos governos anteriores e criando ministérios específicos, direcionados para atender as demandas dessas áreas.

Também merecem destaque as transformações iniciadas naquele período, quando foram dados os primeiros passos para a transformação, nas décadas seguintes, de uma sociedade rural de base agroexportadora, para um país urbano e industrializado.

O que diferencia a atual pesquisa de outros trabalhos realizados anteriormente, é a tentativa de preencher uma lacuna, ainda em aberto, ou seja, elucidar as questões relativas aos efeitos da propaganda política do governo de Getúlio Vargas e sua repercussão em terras portuguesas, mais precisamente, entre os membros da colônia de brasileiros residente em Portugal, naquele período. Para atingir este objetivo se faz necessário caracterizar esses imigrantes e perceber as diferenças quanto ao nível de informação entre as diferentes classes sociais. Existiam trabalhadores com baixa habilitação literária, principalmente aqueles que se dedicavam a atividades agrícolas e ao comércio, no interior do país e os estudantes universitários, jornalistas e intelectuais residentes nas cidades e com maior acesso aos meios de comunicação.

A análise da propaganda implica um aprofundamento sobre os métodos utilizados, na inspiração em regimes políticos de outros países na escolha do modelo adotado e dos meios utilizados para a difusão da propaganda. Torna-se necessário, ainda, estudar, além dos jornais e revistas que circulavam durante o Estado Novo, a história da rádio, no Brasil, e sua importância como veículo de comunicação de massa. Importante também é a análise da biografia dos principais colaboradores do regime varguista, na busca de melhor compreender suas motivações e suas concepções políticas.

O objetivo principal deste trabalho é, portanto, a partir de uma investigação criteriosa, analisar a repercussão da propaganda e dos factos relativos ao governo de Getúlio Vargas (Estado Novo), entre os brasileiros que residiam em Portugal à época (1937-1945), identificando os meios de difusão das notícias vindas do Brasil, através de jornais impressos, revistas, notícias na rádio e nas manifestações de carácter artístico-culturais. É necessário averiguar a difusão da propaganda, perceber o impacto desta nos imigrantes, o grau de interesse despertado e responder a algumas questões.

Os brasileiros residentes em Portugal tinham acesso as informações sobre o que ocorria no Brasil? Essas informações chegavam de que forma? Através de jornais? De revistas? Da rádio? Ou através de relatos nas cartas que trocavam com os parentes e amigos que permaneceram no Brasil? Essas informações eram confiáveis? Os jornais e revistas sofriam algum tipo de censura, através de órgãos oficiais? Qual era o nível de relacionamento entre Getúlio Vargas e os empresários proprietários dos principais jornais e revistas do Brasil? Dentre os intelectuais da época, realizava-se algum tipo de debate para tratar dos assuntos relativos ao Brasil? Os espetáculos de natureza artística ou cultural com temática sobre o Brasil, realizavam-se em Portugal naquele período? A correspondência oficial, trocada entre Portugal e Brasil, revela a natureza da relação entre os dois governos?

A escolha da temática desta pesquisa implica, não só, o estudo atento dos principais acontecimentos relativos ao período em questão (1937-1945), como, também, compreender as condições que favoreceram o estabelecimento de um governo autoritário, com carácter corporativista e de influência fascista, no Brasil, na década de 1930.

A história do regime republicano, no Brasil, é marcada pela alternância entre governos democráticos, eleitos pela vontade popular majoritária e regimes ditatoriais. Períodos em que o exercício da democracia permite o debate de ideias e pensamentos políticos divergentes incluindo a crítica a governantes e momentos de tensão social, com o acirramento das práticas de censura à liberdade de expressão e aos meios de comunicação.

No início da década de 1980, intensificaram-se os estudos sobre a chamada *Era Vargas*, período que compreende os três períodos contínuos de Getúlio Vargas como presidente, entre 1930 e 1945. A formação de grupos de trabalho que integraram pesquisadores de três grandes universidades brasileiras, a USP, a UFRGS e a UFRJ constituíram um contributo fundamental para o aprofundamento da análise do regime varguista e dos acontecimentos daquele período.

Após o fim do regime militar no Brasil, em 1985, com a transição para governos civis, através do restabelecimento de eleições diretas para presidente da República e conseqüentemente com o fim da censura, intensificaram-se os debates sobre os acontecimentos relacionados aos atos praticados pelos militares e seus aliados. Vários trabalhos acadêmicos, incluindo teses de mestrado e doutorado, tem se dedicado a analisar o período em que os militares governaram o país, entre 1964 e 1985. Com a abertura dos arquivos oficiais e a divulgação dos fatos que envolvem a repressão aos opositores e a denúncia do desrespeito aos direitos humanos incluindo a prática de tortura, as publicações a respeito do tema tem dominado a opinião pública e alimentado o debate acadêmico nas últimas décadas.

No imaginário popular, quando se questiona o conhecimento sobre regimes ditatoriais no Brasil, o que costuma vir à tona é o que se convencionou chamar de ditadura militar. Para a maioria da população que hoje é adulta no Brasil, a proximidade com o fim do regime militar e o papel desempenhado pelos meios de comunicação fazem com que as referências a esse período sejam mais fáceis.

No entanto, a ditadura civil representada pelo Estado Novo varguista não deve ser esquecida. Getúlio Vargas, entre outros actos, determinou o fechamento não apenas do Congresso Nacional em 1937, mas a extinção, naquele momento, do poder legislativo no Brasil. Porém, uma propaganda política bem elaborada criou o mito do “Pai dos pobres”, que até hoje ainda permanece vivo na memória de boa parte dos brasileiros, sendo transmitida através das gerações.

É esta propaganda e sua amplitude no além-mar, que é o tema central desta pesquisa.

ESTADO DA ARTE E METODOLOGIA

1. ESTADO DA ARTE

Dentro da temática que envolve as relações luso-brasileiras, diversos trabalhos acadêmicos apresentados, em Portugal e no Brasil, merecem destaque. Sobressaem, no entanto, teses de doutoramento que tomam o Estado Novo Português, como cerne das pesquisas. Dentre estas destacamos a tese defendida, em 1996, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por Heloísa Paulo¹, e aquela defendida, em 2007, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por Carmem Schiavon².

A propaganda política produzida por regimes autoritários, na Europa e no Brasil, também tem sido objeto de estudo de pesquisadores portugueses, espanhóis, italianos e brasileiros que se reúnem, com frequência, em seminários e colóquios internacionais para trocar informações e debater suas ideias. Esse grupo de estudiosos fazem parte da Rede de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia (REFAT). São analisadas as influências e reciprocidades existentes entre esses regimes, bem como a semelhança na orientação ideológica, os métodos de propaganda e controle social utilizados e, ainda, o contexto histórico e cultural que propiciou a formação de governos ditatoriais, na Europa e na América Latina, na primeira metade do século XX. O resultado desses encontros são publicações, como, por exemplo, aquelas coordenadas por Cordeiro³; Pena e Paulo⁴; Carneiro⁵; Carneiro e Monteiro⁶.

No Brasil, os estudos dessa temática, passaram a ser mais frequentes, a partir de 1980, início da redemocratização que levou ao fim o regime militar que governava o país e quando se completaram cinquenta anos da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Um trabalho pioneiro, que ainda hoje serve de ponto de partida para pesquisas sobre o assunto, foi publicado por Oliveira, Velloso e Gomes⁷.

¹ PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal. A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

² SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC, 2007.

³ CORDEIRO, Carlos. (Coord.). *Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

⁴ PENA, Alberto; PAULO, Heloísa. (Coord.). *A propaganda nos estados autoritários. A cultura do poder*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). *Tempos de Guerra e Paz. Estado, Sociedade e Cultura Política nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Humanitas, 2017.

⁶ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. (Coord.). *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2019.

⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Os acordos e tratados firmados entre os governos de Portugal e do Brasil, durante os governos de Salazar e Vargas, também tem suscitado pesquisas no meio acadêmico. O acordo cultural firmado no contexto das comemorações do duplo centenário, em Portugal, já completou oitenta anos. Esse acordo e a revista que dele se originou, foi o tema da dissertação de mestrado defendida, por Alex Gomes da Silva⁸, em 2011, na Universidade de São Paulo.

Como ponto de partida na elaboração desta tese, analisou-se os conceitos consolidados sobre propaganda política; a seguir foi realizada, a revisão bibliográfica sobre o Estado Novo brasileiro e os regimes autoritários que influenciaram o governo de Getúlio Vargas e, por fim, buscou-se enquadrar no contexto mundial o recorte temporal da história do Brasil (1937-1945).

Recorremos, inicialmente, às obras de Jean-Marie Domenach, de Alejandro Pizarroso Quintero, de Eugen Hadamovsky, de Ian Kershaw e de Leonard William Doob.

Domenach estabelece definições sobre ideologia política⁹, tipos de propaganda política, as fontes, as leis e as técnicas que orientam essa atividade. Na obra, cujo original foi escrito em francês, a palavra propaganda se refere à transmissão de ideias políticas, fazendo uma distinção clara em relação a outros possíveis usos do termo e diferenciando-a da publicidade comercial. O ponto de partida é uma análise da propaganda feita por Lenin e Hitler e de sua utilização como uma arma eficiente e poderosa. “Mais do que estadistas e líderes guerreiros, esses dois homens, que de forma, sem dúvida, bem diferente vincaram profundamente a história contemporânea, são dois gênios da propaganda e ambos proclamaram a supremacia dessa moderna arma [...]”¹⁰. Na abordagem sobre os veículos utilizados para difusão da propaganda, o autor destaca a importância, dentre outros, do papel desempenhado pelo jornal e pela rádio, da força da voz e da escrita e de seu poder de penetração junto às massas populares.

Quintero apresenta uma interpretação da história universal a partir de um olhar da propaganda e de suas concepções teóricas¹¹. Ao desenvolver conceitos e princípios utilizados no jornalismo faz uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo *marketing* político na construção da imagem dos governos e de seus governantes. Estabelece uma relação entre o jornalismo político e as práticas propagandísticas e analisa o papel da imprensa como aparelho de difusão ideológica. Faz o rastreamento do fenômeno da propaganda desde a antiguidade ao século XX, destacando o impacto da divulgação das ideias em momentos cruciais da história, como durante a revolução francesa, “este

⁸ SILVA, Alex Gomes da. *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2011.

⁹ DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difel, 1963.

¹⁰ DOMENACH, Jean-Marie. Ob. cit., p. 8.

¹¹ QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta, 2011.

enorme e veloz processo de mudança apenas é concebível como uma gigantesca e múltipla operação de divulgação, verdadeiramente original, inovadora, de uma eficácia até então inusitada [...]”¹².

O ponto em comum entre os trabalhos de Domenach e Quintero, é a importância atribuída a personalidades como Lênin, Hitler, Napoleão, Mussolini e outros líderes, colocando-os como protagonistas no processo de propagação das ideias. Na obra de Quintero, um capítulo é dedicado ao fascismo italiano. Mussolini é reconhecido como o artífice de uma máquina de propaganda incomparável, com a utilização de canais de difusão como a imprensa escrita, o cinema, e, em especial, a rádio.

Hadamovsky vai mais além da valorização dos grandes líderes e analisa o caráter psicológico da propaganda na mobilização das massas¹³. Seu estudo sobre o nazismo na Alemanha hitlerista aborda as influências e os princípios que nortearam a estruturação da máquina de propagação da ideologia do terceiro *reich*. Considera, contrariamente a outros teóricos, que o mais importante na propaganda de caráter totalitário não é a persuasão, mas a coação, através da força e da organização do aparato partidário estruturado a partir de concepções que preconizam a necessidade de intimidação da população.

Kershaw¹⁴, historiador inglês, diferentemente de Hadamovsky, considera a persuasão, e não a coação, como o elemento fundamental, para conscientizar as massas. Analisa a propagação das ideias antissemitas na Baviera e aponta as falhas da propaganda nazista, naquela região, apesar dos esforços do governo alemão para mobilizar a população. Observa a indiferença dos bávaros em relação à questão judaica, mais preocupados com os afazeres de seu cotidiano e, com o fim da guerra, do que com a perseguição aos judeus. Conclui que o caso daquela região, do sudeste da Alemanha, é a mesma de outras regiões do país, onde o cidadão comum não foi adequadamente mobilizado para o esforço de guerra. A difusão hegemônica das ideologias não levou em consideração as diferenças culturais regionais e foi pouco persuasiva.

Doob¹⁵, a partir da divulgação do diário de Josep Goebbels, ministro da propaganda do terceiro *reich*, publicou um artigo, em 1950, que, ainda hoje, serve de base para estudos sobre propaganda política em regimes totalitários. O autor resume em seu ensaio a análise das táticas usadas para difundir a causa nazista, baseada em uma série de princípios e orientações práticas para a implementação das políticas de Hitler, com o objetivo de conseguir o controle

¹² QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta, 2011, p. 90.

¹³ HADAMOVSKY, Eugen. *Propaganda e poder nacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

¹⁴ KERSHAW, Ian. *Hitler, um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1993.

¹⁵ DOOB, Leonard W. “A natureza da propaganda”. In: STEINBERG, Charles (Org.). *Meios de comunicação de massa*. 2ª edição, São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 483-503.

social. Embora Goebbels estivesse lidando com a complexidade de uma guerra pode-se perceber a aplicabilidade dessas técnicas de persuasão em contextos de paz. O ponto de contacto entre os estudos de Doob e Hadamovsky é a importância, que ambos conferem, ao caráter psicológico da propaganda na percepção do público a que é dirigida. Doob alerta, ainda, para os efeitos nocivos da propaganda com base em informações falsas e conceitos distorcidos. Aquilo que chamou de “propaganda negra”, e que hoje se costuma designar como *fake news*.

Após estabelecer os conceitos básicos sobre propaganda política, na revisão bibliográfica procurou-se analisar, paralelamente, dois aspectos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Perceber o nível de proximidade e afinidade entre os regimes de Vargas e Salazar a partir do estudo da evolução das relações diplomáticas bilaterais entre Brasil e Portugal e, ao mesmo tempo, buscar as origens e influências da propaganda política produzida durante o governo de Getúlio Vargas.

Quanto à inserção do Brasil no quadro das relações internacionais, analisamos, primeiramente, a obra de Jaime Pinski.

Em 1967, Pinski fez uma síntese do panorama político e econômico do Brasil e analisou o papel desempenhado pelo país no contexto das relações internacionais¹⁶. Destacou a importância da afinidade de ideias com Portugal, em especial, no período compreendido entre 1930 e 1945, ressaltando o esforço comum na difusão conjunta da cultura dos dois países, principalmente a partir do acordo cultural de 1941. Devido ao contexto social, político e econômico vivenciado pelo país à época da publicação, a obra de Pinski não alcançou, naquele momento, a divulgação necessária. Somente na década de 1980, com a transição democrática ocorrida no país, seu trabalho passou a integrar as bibliografias de referência em diversos cursos de graduação e pós-graduação no campo das ciências sociais em universidades brasileiras. Essa obra é o ponto de partida, ainda hoje, para muitos daqueles que se dedicam ao estudo do tema.

Em 1976, Mota¹⁷, em sua tese de livre-docência para professor titular da Universidade de São Paulo (USP), realizou uma retrospectiva da evolução do pensamento político no Brasil, a partir de um enfoque nas influências culturais, fazendo uma releitura de diversos períodos da história do país, inclusive o período de 1930 a 1945. Sua análise é ampla no que tange às temáticas abordadas, às personalidades envolvidas no processo de construção de uma identidade nacional. Mota fundou e dirigiu, por mais de quarenta anos, o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, coordenando, junto com Jaime Pinski, Caio Prado Júnior e outros autores renomados,

¹⁶ PINSKI, Jaime. O Brasil nas relações Internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968, pp. 47-58.

¹⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. 8ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

importantes estudos na área das ciências sociais que abordam temáticas relacionadas com a História da Cultura e das Ideologias. Cabe ressaltar, no entanto, que grupos de estudo como este da USP e outros similares, em universidades brasileiras, sofrem a influência de um viés ideológico de caráter marxista o que condiciona o percurso de suas investigações. Na historiografia brasileira que trata do período abordado nesta pesquisa são escassas as obras desvinculadas desta visão ideológica.

Em 1982, a obra de Oliveira, Veloso e Gomes apresenta uma coletânea do quadro historiográfico sobre o Estado Novo¹⁸. Na introdução, Oliveira destaca que: “O período conhecido como Estado Novo permanece envolto por uma nuvem de relativo esquecimento. O espírito da redemocratização que marcou o período pós 1945 aparentemente jogou uma pá de cal no período anterior na suposição de ter sido uma época de exceção e que deve ser rapidamente esquecido”¹⁹. A obra reproduz o resultado dos debates ocorridos em dois seminários, realizados em 1980, ano em que a revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, completava 50 anos. O primeiro destes encontros realizou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e o outro na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Lançada durante o regime militar no Brasil, a obra reflete a preocupação com a pobreza do quadro bibliográfico sobre o assunto naquele momento, e por outro lado o interesse por parte de acadêmicos e pesquisadores de revisitar o tema a partir da análise de documentos produzidos por Getúlio Vargas e por seus ministros de Estado. Busca, ainda, demonstrar a fragilidade das instituições democráticas no Brasil, mais uma vez governado por um regime ditatorial, desta vez, uma ditadura militar. Este foi o ponto de partida, nos anos seguintes, para vários estudos subsequentes no meio acadêmico.

Em 1991, a obra de Werneck constitui uma crítica aos governos autoritários no Brasil²⁰, reunindo artigos de diversos autores que se dedicam a estudar o papel dos meios de comunicação como aparelho ideológico a serviço do Estado. A partir de uma análise teórica e historiográfica, destaca o papel da comunicação social, em especial a rádio, na implementação dos aparelhos de propaganda política do regime varguista. Os autores que contribuíram na elaboração da obra, analisam os movimentos sociais contra e a favor do governo e, também, o esforço para justificar o regime e difundir uma imagem positiva do mesmo junto às camadas populares: “A manipulação dos meios de comunicação de massa, através de uma propaganda ideológica de cunho nacionalista, despertaram, na população, um sentimento ufanista exacerbado

¹⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela de Castro. Ob. cit., p. 7.

²⁰ WERNECK, José Luiz. (Org). *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

sem vínculo com a realidade social envolvente”²¹. Esta obra reproduz os temas de diversos debates realizados em universidades brasileiras ao longo de 1990, ano em que a revolução de 1930 no Brasil completava 60 anos e o país ingressava numa nova fase de regimes democráticos após as eleições diretas realizadas no ano anterior. A ideia de revisão do Estado Novo, como o título da obra indica, demonstra uma tendência que vamos encontrar em vários trabalhos subseqüentes cujo objetivo é sempre, a luz dos tempos atuais, buscar novas interpretações aos fatos relacionados com a chamada “Era Vargas” no Brasil.

Em 1994, Heloísa Paulo publicou o resultado de uma pesquisa que reúne informações sobre as semelhanças e as diferenças entre os aparelhos de propaganda de Salazar e de Vargas. Afirma a autora que “O Estado Novo em Portugal e seu homónimo no Brasil não deixam de implantar órgãos que, à semelhança dos seus similares fascista e nazi, controlam a produção cultural e o pensar da sociedade portuguesa e brasileira [...]”²². A obra é um desdobramento de sua dissertação de mestrado sobre o departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas, defendida em 1991, na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é apresentado através de um resumo cronológico que detalha a sua atuação entre 1939 e 1945.

Em 1996, em sua tese de doutoramento Paulo abordou a questão da imigração portuguesa no Brasil a partir da análise das associações portuguesas e do papel dos meios de comunicação na divulgação da propaganda salazarista²³. A cidade do Rio de Janeiro, capital da república até 1960, foi escolhida como referencial para a pesquisa por concentrar o principal núcleo da colónia portuguesa no Brasil. O culto à imagem do governante, o esforço para manter vivos os traços culturais, a realização de eventos e de acordos bilaterais com o intuito de promover a história de Portugal em terras brasileiras, são temas abordados em sua pesquisa. Destaca-se, no trabalho desta autora, a sua experiência pessoal, como filha de portugueses, nascida no Brasil e seus vínculos com a colónia portuguesa do Brasil. As fontes utilizadas pela autora, bem como a bibliografia citada, constituem uma base importante para a pesquisa em curso e foram devidamente analisadas na elaboração desta tese.

Em 1998, na obra de Capelato e Prado²⁴, a propaganda política está no cerne da abordagem. O ponto de partida é a análise comparativa entre os

²¹ WERNECK, José Luiz. (Org). *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 39.

²² PAULO, Heloísa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil, o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994, p. 42.

²³ PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolin e PRADO, Maria Lígia. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

regimes políticos implantados, na primeira metade do século XX, na Argentina por Juan Perón e no Brasil, por Getúlio Vargas, demonstrando que através da assimilação de experiências internacionais, como por exemplo, o salazarismo português, busca-se novas formas de controlo social. A falta de originalidade na organização da propaganda política e a adoção de modelos de divulgação inadequados, seriam as causas prováveis da ineficácia na repercussão das ideias entre a população. A obra apresenta, ainda, uma análise do panorama político do Brasil e da Argentina, do final da década de 1980, através de um estudo comparativo, buscando semelhanças entre a estratégia de propaganda adotada por Fernando Collor de Melo, candidato à presidência da república no Brasil, e Carlos Menem, candidato à presidência da Argentina, e os pontos em comum com as práticas de propaganda adotadas por Getúlio Vargas e Juan Carlos Perón quando governaram seus respectivos países. A obra aborda questões comuns aos regimes autoritários que utilizam um discurso de caráter nacionalista com o objetivo de criar, no imaginário popular, a imagem do líder político que possui forte identificação com os anseios populares.

Em 1999, a obra de Pandolfi apresenta uma síntese dos debates ocorridos no seminário “Estado Novo, 60 anos”, organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro²⁵, em 1997. Na apresentação a autora destaca o fato de que Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República. Como forças políticas bastante diversificadas tomaram parte da revolução de 1930, também eram distintas as visões a respeito da condução do processo revolucionário. Enquanto uns defendiam medidas mais centralizadoras e autoritárias, insistindo na necessidade de um regime forte e apartidário, outros pregavam medidas mais liberais e lutavam por uma autonomia regional. Por isso, segundo a autora, nos sete anos que separaram a revolução e o golpe, as disputas foram intensas. Destacamos nesta obra a contribuição de Fausto²⁶, e de Capelato²⁷, cujos artigos contém os pressupostos sobre o papel da propaganda política em regimes autoritários, os quais buscamos abordar nesta pesquisa.

Em 2000, D’Araújo²⁸, buscou explicar a implantação do Estado Novo, no Brasil, através do entendimento do contexto histórico iniciado com a revolução na Rússia, em 1917, passando pela análise dos tratados que puseram fim à Primeira Guerra Mundial e pela crise econômica de 1929. A autora afirma que estes eventos expuseram a fragilidade da ordem política internacional vigente. “A proliferação de rígidas crenças ideológicas deu ao mundo novas

²⁵ PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

²⁶ FAUSTO, Boris, O Estado Novo no contexto Internacional. In: PANDOLFI, Dulce. Ob. cit., pp. 17-20.

²⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolin. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. Ob. cit., pp. 167-178.

²⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

concepções sobre o que deveria ser o ‘homem novo’, o papel do Estado e a boa sociedade”²⁹. Ordena os principais acontecimentos que antecederam o golpe de estado executado por Vargas identificando a polarização entre esquerda e direita e afirma que ambas tinham em comum a crítica radical à sociedade liberal capitalista, a valorização do mito do Estado forte e o culto à personalidade, tidos como fatores fundamentais na formação da coesão social e da unidade nacional. Mas, se concordavam no diagnóstico divergiam quanto à solução. Salienta que o nome dado ao novo regime: “Estado Novo”, nada tem de original, pois o mesmo nome já havia sido usado para designar o governo de Salazar, em Portugal e de Franco, na Espanha. Afirma, também, que as origens e inspirações do Estado Novo, no Brasil, podem ser encontrados, ainda, em países periféricos como Turquia, Romênia e Polônia, sendo que desta última, veio a inspiração para a constituição outorgada por Getúlio Vargas em 1937, que ficou conhecida pela alcunha de “Polaca”.

Em 2001, na obra de Fausto³⁰, em consonância e harmonia com a obra já citada de D’Araújo, é possível identificar as origens do regime autoritário implantado por Getúlio Vargas, no Brasil, bem como dimensionar, no Estado Novo varguista, as influências de outros regimes autoritários, nomeadamente do Estado Novo português de António Salazar. Nas obras destes dois autores, a preocupação com a rigorosa ordem cronológica dos fatos apresentados e a contextualização dos aspectos políticos, econômicos e sociais, são pontos em comum. A obra de Fausto, no entanto, não se restringe apenas ao estudo do Estado Novo, faz uma exposição do Brasil desde o período colonial até a república, mas dedica um capítulo ao estudo dos governos de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945.

Em 2003, Gonçalves abordou o tema das relações entre Portugal e o Brasil³¹, interpretando as relações bilaterais sob o ponto de vista político, econômico e estratégico, evitando o lugar comum que consiste em apresentar essas relações como determinadas exclusivamente pelos laços culturais e afetivos, que unem os dois povos. Sua análise concentrou-se nos anos 1950, mas, para embasar a defesa de suas ideias, abordou os efeitos da política de Getúlio Vargas, a partir de 1930, destacando a importância da colônia portuguesa no Brasil: “Em se tratando de Portugal, ex-metrópole colonizadora do Brasil, o fenômeno da imigração só fez reforçar as bases da ponte cultural já existente”³². O que esta obra possui em comum com os demais estudos sobre relações luso-brasileiras é o destaque sobre a importância da colônia portuguesa no Brasil quando se trata do estreitamento das relações diplomáticas e seu papel como elemento de propaganda de sua terra natal.

²⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 12.

³⁰ FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001, pp. 185-217.

³¹ GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

³² GONÇALVES, Williams da Silva. Ob. cit., p. 147.

Nesta, como em outras obras analisadas, ao longo desta pesquisa, os dados sobre a colônia de portugueses residentes no Brasil são evidenciados, mas mantém a lacuna, que merece ser estudada, sobre a colônia de brasileiros residentes em Portugal no mesmo período.

Em abril de 2006 realizou-se, em Lisboa, um seminário promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa subordinado à temática “Salazarismo e Vargasismo: duas ditaduras em comparação”. O encontro reuniu especialistas de Portugal, do Brasil e de França. O objetivo do encontro foi fazer um balanço analítico sobre os sistemas antiliberais, português e brasileiro, entre 1930 e 1945, inserindo-os também, no contexto internacional. O resultado desse encontro foi publicado, no ano seguinte, na obra coordenada por Palomanes e Pinto³³. Desde então, a leitura desta publicação tem alimentado debates entre estudiosos do tema. A comparação entre os dois regimes, proposta na obra, serve para exaltar semelhanças e diferenças tendo em conta o viés ideológico que aproximou os dois países naquele período, bem como o contexto internacional vigente e as diferenças de cunho econômico e social que não devem ser desprezadas.

Em 2007, na sua tese de doutoramento, Schiavon³⁴, apresentou um enfoque nos aspectos culturais, econômicos, migratórios e militares. Exaltou a liderança de Portugal no processo de aproximação com o Brasil e o investimento em políticas que tornaram possível o estreitamento dos laços entre as duas nações, destacando iniciativas como a Convenção Ortográfica, Tratados Culturais, protocolos adicionais ao Tratado de Comércio e Navegação e, principalmente, o lançamento da *Revista Atlântico*, importante veículo de divulgação da cultura dos dois países. Teses de doutoramento como esta, e várias outras, defendidas em universidades brasileiras nos últimos anos evidenciam um interesse renovado por questões que envolvem as relações luso-brasileiras e uma releitura, por estudantes brasileiros, do passado colonial, do legado cultural e das influências recíprocas entre os dois povos. As comemorações no Brasil e em Portugal, dos quinhentos anos de “descobrimento”, em 2000, contribuíram para alavancar o interesse por esses estudos.

Em 2008, realizou-se, em Portugal, dentro da temática “Estados totalitários e autoritários”, um importante ciclo de debates no âmbito dos estudos da REFAT. Foram dois seminários. No primeiro destes o Arquivo da Universidade de Coimbra sediou o encontro. O evento contou com a participação de investigadores, vinte e sete no total, de universidades e centros de investigação de Portugal, do Brasil, de Espanha e de Itália. Este seminário que teve como título “Estados autoritários e totalitários e suas representações.

³³ PALOMANES, Francisco; PINTO, António Costa (Orgs.). *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁴ SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutoramento. Porto Alegre: PUC, 2007.

Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória”, realizou o fechamento de um primeiro ciclo de estudos que, iniciado em Bolonha, em 2005, teve continuidade em São Paulo, em 2006, e, em Coimbra, em 2007. O resultado destes encontros foi publicado, em 2008, na obra coordenada por Torgal e Paulo³⁵. O segundo seminário com o título “Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas. Ideologias, programas e práticas”, foi realizado na Ribeira Grande. Foi organizado pelo CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra) em conjunto com o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, da Universidade dos Açores. Contou com a participação de pesquisadores dessas três universidades, bem como representantes de outras instituições de ensino superior e de centros de investigação. O objetivo do encontro foi o debate acerca dos contextos políticos, económicos, sociais e culturais que deram origem a tais regimes, bem como o estudo dos fundamentos teóricos, das linhas doutrinárias e dos instrumentos criados para a sua implementação. O resultado desses estudos foi publicado na obra coordenada por Cordeiro³⁶, em 2011.

Em 2011, a Fundação Alexandre de Gusmão, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, criou um grupo de estudos com o objetivo de analisar o pensamento diplomático brasileiro e sua evolução. O grupo foi coordenado pelo escritor e diplomata de carreira do Itamaraty José Vicente de Sá Pimentel. O resultado desse trabalho foi apresentado na abertura da Conferência Nacional de Relações Exteriores (CORE), na Universidade de Vila Velha, no estado brasileiro de Espírito Santo, em novembro de 2013. A publicação, organizada por Pimentel³⁷, apresenta um perfil de vinte e seis personalidades escolhidas, levando-se em conta sua contribuição para a teorização de conceitos sobre relações internacionais e sua participação na construção da moderna diplomacia brasileira. O destaque inicial, no período de interesse para esta pesquisa, centra-se em Afrânio de Melo Franco (*1870 +1943), ministro do exterior, nomeado por Getúlio Vargas em 1930 e responsável por estabelecer, dentro de um modelo político corporativo, as bases para a relação do Brasil com os demais países durante o primeiro período do governo Vargas (1930-1934). “Melo Franco ajudou a dar definição à estratégia nacional e, ao se tornar chanceler, consolidou-a em todos os seus componentes, fixando, assim, os rumos da política externa do

³⁵ TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (Coord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

³⁶ CORDEIRO, Carlos. (Coord.). *Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

³⁷ PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. 3 volumes. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Brasil para o próximo quarto de século sem alteração”³⁸. Entre 1938 e 1944, Oswaldo Aranha (*1894 +1960) esteve à frente do Itamaraty e foi, durante sua gestão, que as relações entre Brasil e Portugal se estreitaram. O ponto alto dessa aproximação foi a participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português, em 1940, e a assinatura do Acordo Cultural de 1941. Embora discordando das ideias autoritárias de Getúlio Vargas, declarando-se antifascista, Aranha buscou caminhos através da diplomacia que possibilitaram o êxito na aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América e a Europa, neste caso, destacando-se as relações com Portugal. Defendia a ideia de que o Brasil deveria “[...] exercer uma ascendência cada vez maior sobre Portugal e suas possessões”³⁹. O papel da diplomacia na mediação entre regimes políticos autoritários, embora imperceptível pela população, na maioria das vezes, é fundamental para a articulação internacional entre governos e governantes.

Em 2012, foi realizada na Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra uma exposição, fruto do esforço conjunto entre o Arquivo e a Biblioteca Geral, da Universidade. Com o título “A Universidade de Coimbra e o Brasil: percurso iconobibliográfico”, a exposição procurou realçar a importância da UC na história e cultura do Brasil, bem como o impacto daquele país na história da própria universidade, através dos muitos reitores, professores e alunos que nela deixaram marca da sua presença. A exposição situou-se, cronologicamente, entre 1507, ano da publicação, por Brito Freire, do primeiro livro sobre a descoberta do Brasil, a 1986, ano em que a Universidade de Coimbra concedeu a José Sarney, então presidente do Brasil, o título de doutor *honoris causa*. Foram expostos, além de livros e documentação manuscrita do Arquivo e da Biblioteca Geral da Universidade, objetos do espólio museológico do Museu da Ciência e do Museu Acadêmico. O resultado da exposição foi retratado, em livro, por Bernardes e Paiva⁴⁰. A obra está estruturada a partir de seis eixos temáticos: Alunos brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra; Mestres e reitores oriundos do Brasil; História do Brasil (geografia, exploração de recursos naturais, o papel da igreja, a missionação e as populações indígenas, política, ciência, etc.); Literatura luso-brasileira; O prestígio da Universidade de Coimbra no Brasil; Atos solenes na Universidade (doutoramentos *honoris causa* de personalidades brasileiras do mundo da cultura, da ciência e da política) e visitas de chefes de Estado (nomeadamente

³⁸ HILTON, Stanley. Afrânio de Melo Franco: A consolidação da estratégia de política externa. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013., volume II, p. 480.

³⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: Na continuidade do estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). Ob. cit., volume III, p.793.

⁴⁰ BERNARDES, José Augusto Cardoso; PAIVA, José Pedro. *A Universidade de Coimbra e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

a visita dos príncipes imperiais D. Isabel e D. Gastão de Orleães, em 1865, e do imperador D. Pedro II, em 1871).

Em 2012, a obra de Garrido e Rosas⁴¹ apresenta um contributo para a manutenção do debate sobre o papel do corporativismo instituído pelo Estado Novo português e, de forma objetiva, os autores realizam uma releitura deste e de outros conceitos a partir de uma concepção historiográfica moderna e atual. A obra reproduz os textos de treze comunicações apresentadas ao seminário “Corporativismo, Fascismos, Estado Novo”, cujas sessões decorreram no Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em outubro de 2010. O debate académico aqui reproduzido contribui para a compreensão de conceitos, tais como fascismo e corporativismo, comuns aos regimes políticos implantados em Portugal e no Brasil a partir da década de 1930. “Se nem todo o corporativismo foi fascista, todos os fascismos foram corporativistas, na medida em que, em maior ou menor grau, instituíram uma organização corporativa da economia e dela se serviram para banir a liberdade sindical, impor a colaboração entre capital e trabalho e ampliar a intervenção do Estado sobre a vida económica e social”⁴².

Em 2015, como mais uma etapa dos trabalhos da REFAT, foi realizado no Rio de Janeiro o colóquio internacional “O controle dos corpos e das mentes, estratégias de dominação em regimes fascistas e autoritários”. O encontro foi realizado na sede do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP). A temática como previsto neste protocolo, é o estudo do fascismo, do autoritarismo, suas referências, seus métodos e suas práticas. E o objetivo é analisar as diferentes nuances destes fenômenos históricos procurando abordá-los sob o prisma da história das mentalidades. Participaram deste encontro catorze pesquisadores, estrangeiros e brasileiros, dedicados aos estudos sobre fascismo, autoritarismo e democracia. Esse ciclo de debates teve como mentores os professores Alberto de Bernardi (Universidade de Bolonha, Itália), Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra, Portugal), Alberto Pena Rodrigues (Universidade de Vigo, Espanha) e Maria Luíza Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo, Brasil). A obra de Carneiro e Monteiro⁴³, publicada em 2019, é uma coletânea que reúne os estudos apresentados durante o evento no Rio de Janeiro.

⁴¹ GARRIDO, Álvaro; ROSAS, Fernando. (Coord.). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.

⁴² GARRIDO, Álvaro; ROSAS, Fernando. (Coord.). Ob. cit., p. 163.

⁴³ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. (Coord.). *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2019.

Em 2016, a publicação coordenada por Pena e Paulo⁴⁴, apresenta uma síntese dos estudos realizados, no âmbito do protocolo da REFAT, em diversos seminários, no Brasil, em Portugal, em Espanha e em Itália. Esse grupo de investigadores, como já foi mencionado se dedicam a análise dos aparelhos de propaganda de Estado, no contexto de regimes ditatoriais, com componentes fascistas, mas, também, analisam a vertente da contrapropaganda e a forma com que foi empreendida, por opositores, exilados e desafetos dos regimes em questão. Considerando que cada um dos investigadores envolvidos no trabalho possui referenciais próprios, a partir do contexto político, social e económico de seu país de origem, é possível identificar pontos em comum na análise da propaganda como um modelo de comunicação fundamental na cultura do poder autoritário. Existem muitos traços em comum na formatação dos aparelhos de propaganda em Portugal e no Brasil, e, como o estudo tem demonstrado, possuem como principais fontes de inspiração o modelo fascista italiano. As análises que integram esta obra têm como ponto de partida a década de 1920, momento histórico em que a propaganda se firmou como discurso retórico persuasivo a serviço do poder político e converteu-se num instrumento essencial na criação e consolidação de regimes fascistas.

Em 2017, em artigo publicado pela Revista Portuguesa de História, Skolaude e Paredes⁴⁵, abordam o histórico da aproximação luso-brasileira a partir de três conceitos básicos propagados entre as décadas de 1930 e 1950. “O panlusitanismo, do Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, que buscava a difusão ideológica das tradições lusitanas e a exaltação do vasto império colonial português; O luso-brasileirismo, do intelectual português Nuno Simões, que defendia uma aproximação cultural fundamentada nos laços de sangue, língua e história, bem como, O luso-tropicalismo, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que postulava uma singular capacidade de colonização dos portugueses, por conta da miscigenação e adaptação aos trópicos”⁴⁶. A sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro foi fundada a 22 de maio de 1930 e um de seus primeiros projectos foi a edição de um boletim, com o qual pretendia dar a conhecer aos portugueses do continente americano, e em especial do Brasil, as colónias portuguesas espalhadas pelo mundo. Tinha como subtítulo “Pela Raça, Pela Língua” e foi publicada entre 1931/39. A contribuição de Gilberto Freyre no processo de aproximação luso-brasileiro é reconhecida, dentre outros, por João de Barros, eminente escritor e jornalista, e um entusiasta das relações de amizade entre Brasil e Portugal.

⁴⁴ PENA, Alberto; PAULO, Heloísa. (Coord.). *A propaganda nos estados autoritários. A cultura do poder*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

⁴⁵ SKOLAUDE, Mateus Silva; PAREDES, Marçal Menezes de. “Lusofonia em perspectiva: panlusitanismo, luso-brasileirismo e luso-tropicalismo”. In: *Revista Portuguesa de História* n. 48, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 257-274.

⁴⁶ SKOLAUDE, Mateus Silva; PAREDES, Marçal Menezes de. Ob. cit., p. 257.

Em 2017, Carneiro aborda o tema da guerra e da paz durante os períodos dominados pelos regimes totalitários e autoritários⁴⁷, tendo como foco de análise a postura de países como Espanha, Portugal, Itália, Alemanha e Brasil. “Guerra e paz são realidades que marcam a história política contemporânea configurando que, embora em momentos distintos, tanto uma como a outra não são eternas, tendo em vista os diferentes contextos político e social vivenciados por todas as nações, podemos afirmar que o equilíbrio ainda é precário”⁴⁸. Segundo a autora é a violência que continua a obstruir o diálogo entre as civilizações, da mesma forma como a xenofobia, o racismo e o nacionalismo exacerbado que minam as possibilidades de coexistência pacífica sendo que é impossível falar da guerra sem contabilizar o número de mortos, deslocados e refugiados, assim como não é possível ignorar a destruição, a fome e a miséria decorrentes desses conflitos.

Em 2019, na obra coordenada por Freire, Martinho e Vannuchi⁴⁹, faz-se uma retomada de temas relativos ao Estado Novo no Brasil e em Portugal, já amplamente discutidos em outras publicações, mas sempre aptos a uma nova abordagem. Um exemplo dessa ideia de revisitar os temas encontramos no texto de Oliveira⁵⁰, onde a autora faz uma ampla retrospectiva de seus estudos realizados desde a década de 1980, pontuando aspectos do governo Vargas nos quais aprofundou os estudos desde então, nomeadamente as estratégias empregadas para justificar, frente a opinião pública, as medidas autoritárias adotadas durante a implementação do Estado Novo. O que diferencia esta obra, de outras publicações do mesmo gênero, é a multiplicidade de temas abordados pelos diversos investigadores que contribuíram na sua elaboração, sem ficar limitados a uma única vertente. É neste sentido que os artigos abordam temas os mais variados, que vão desde assuntos relativos aos direitos das mulheres, passando pelas comemorações cívicas, pelos projetos de infraestrutura econômica, pela construção do projeto político, pelo papel dos meios de comunicação de massa, e o papel exercido pelos militares no Estado Novo varguista. A obra divide-se em cinco grandes eixos temáticos: Historiografia e comemorações; Sociedade e estado; Estado Novo português; Intelectuais; Democratização. A principal contribuição dos autores é a possibilidade de através de uma análise comparativa proporcionar análises mais atuais sobre os pontos em comum em regimes autoritários.

Faz-se necessário, ainda, situar o período da história do Brasil enquadrado nesta pesquisa (1937-1945), dentro do contexto mundial a partir de estudos mais atualizados. Foi fundamental analisar as obras de dois pesquisadores

⁴⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). *Tempos de Guerra e Paz. Estado, Sociedade e Cultura Política nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Humanitas, 2017.

⁴⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). Ob. cit., p. 12.

⁴⁹ FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco. (Coord.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

⁵⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O que há de novo sobre o Estado Novo? In: FREIRE; MARTINHO e VANNUCHI (Coord.). Ob. cit., pp. 11-25.

que, através de seus estudos, apresentam os referenciais teóricos necessários para realizar esta contextualização.

São eles, Ian Kershaw, renomado historiador inglês, e o diplomata, jurista e historiador português, Diogo Freitas do Amaral.

Kershaw⁵¹, ao abordar as origens das duas grandes guerras mundiais, bem como o desenrolar do conflito e as suas consequências, permite uma compreensão da dimensão assumida pelos regimes totalitários europeus e suas influências. O autor não se limita a relatar os eventos das guerras, embora o faça de forma detalhada, mas, descreve, em pormenores, a evolução do quadro político, social e econômico na Europa, desde os anos que antecederam a eclosão da Primeira Guerra Mundial até os anos seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial. Tomando por base os estudos desenvolvidos por outros renomados autores, como Eric Hobsbawn, Mark Mazover, Richard Vinen, Harold James e Bernard Wasserstein, a obra aborda uma multiplicidade de problemas extremamente complexos que envolvem aspectos de natureza social, cultural, política e econômica. Os aspectos relativos a Alemanha entre 1918 e 1945 são, no entanto, baseados nas investigações e nas impressões pessoais de Kershaw, que se notabilizou, também, por seus estudos sobre Adolf Hitler⁵². Na comparação que faz, entre as três principais ditaduras que se formaram, no período entre guerras, nomeadamente, a União Soviética de Stálin, a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler, é possível estabelecer parâmetros que diferenciam estes estados totalitários de outros regimes autoritários. Apesar de reconhecer a ameaça representada pela propagação das ideias originadas no nazifascismo para os regimes democráticos, afirma que as influências, para a formação de governos autoritários em outros países, também deve ser melhor analisada.

A obra de Amaral é fruto dos estudos desenvolvidos pelo autor a partir de 1983⁵³, enquanto professor da disciplina de História das Ideias Políticas, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, e de suas reflexões como jurista e diplomata. É também a segunda parte da obra com o mesmo título, publicada em 1997, e que foi revisada e atualizada em 2011. Apresenta um esboço das características dos regimes totalitários europeus, já estudados em Kershaw, bem como a definição dos conceitos que identificam o fascismo, o nazismo, o franquismo e suas representações. A obra aborda a evolução do pensamento político ocidental desde a Antiguidade Clássica até a segunda metade do século XX, a partir da análise do pensamento dos principais representantes de cada período. No capítulo dedicado ao totalitarismo refere-se ao comunismo e ao fascismo como as duas máximas expressões do totalitarismo do século passado. Estabelece

⁵¹ KERSHAW, Ian. *À beira do abismo, a Europa 1914-1949*. Lisboa: Dom Quixote, 2016.

⁵² KERSHAW, Ian. *Hitler, um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1993.

⁵³ AMARAL, Diogo Freitas do. *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Almedina, 2019, pp. 453-491.

comparações entre as ideias defendidas e implementadas pelos governantes da antiga União Soviética, da Itália e da Alemanha. Compara as ideias de Hitler, Mussolini, Lenin e Stálin e permite diferenciar regimes totalitários como o nazismo alemão ou o fascismo italiano de regimes autoritários como o salazarismo em Portugal e o varguismo, no Brasil. No capítulo em que faz a crítica democrática dos totalitarismos apresenta as ideias de Karl Popper, Hannah Arendt e Raymond Aron. A linha condutora da obra é a história das ideias políticas, mas, além disso, ao relacionar a evolução do pensamento político ocidental através da cronologia dos factos, o autor analisa as diferenças entre o mundo teórico e a prática política.

2. METODOLOGIA

A investigação para a elaboração desta tese demandou o rastreio em vários arquivos, bibliotecas e centros de pesquisa em Portugal e no Brasil, a consulta de documentos diversos, majoritariamente administrativos, mas também imprensa, arquivos pessoais e outros.

A fonte primordial deste estudo é constituída por documentos (manuscritos e impressos) e notícias divulgadas em periódicos, revistas e em correspondências de carácter pessoal entre os membros da colônia brasileira residente em Portugal e seus amigos e parentes no Brasil.

O ponto de partida foi a identificação da localização das fontes e as condições de acesso às mesmas.

Os documentos oficiais pesquisados estão depositados no Instituto Diplomático do Ministério de Negócios Estrangeiros e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ambos em Lisboa, e no Arquivo Histórico do Itamarati, no escritório regional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Já quanto aos periódicos pesquisados, estes estão depositados, principalmente, na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, na Biblioteca Municipal, em Coimbra e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

As revistas pesquisadas, a maioria com suas atividades já encerradas, encontram-se disponíveis, algumas na versão *on-line*, na página do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, outras microfilmadas na Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e outras em exemplares impressos e ainda não catalogadas, no Museu Getúlio Vargas, em São Borja.

O arquivo completo das revistas pesquisadas demandou uma busca para identificar os detentores do espólio de cada uma. Para ter acesso aos arquivos da revista *O Cruzeiro*, recorreremos ao Arquivo do Jornal *O Estado de Minas*, na cidade de Belo Horizonte, no Brasil, que possui, microfilmados, todos os exemplares da revista, desde sua primeira edição, em 1928, até a última, impressa em 1975.

As correspondências de caráter pessoal que tivemos acesso encontram-se, em grande parte na posse dos descendentes de brasileiros ainda residentes em Portugal.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, os periódicos portugueses encontram-se microfilmados e cada bobina abrange o período de aproximadamente um ano, o que torna a leitura mais dinâmica do que com arquivos impressos. Os periódicos analisados, através da leitura dos microfilmes, foram, principalmente, O Diário de Notícias, O Século e, O Primeiro de Janeiro. Na página on-line da Casa Museu João Soares-Fundação Mário Soares através do *link* do Diário de Lisboa foi dada especial atenção aos artigos de João de Barros (*04/02/1881 + 25/10/1960), valiosa fonte de informação do período.

Em Coimbra, na Biblioteca Municipal e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, os arquivos de periódicos estão na forma impressa, em bom estado de conservação, catalogados de acordo com o ano da publicação e disponíveis para leitura. Uma consulta complementar alargando a pesquisa destas fontes permitiu observar as limitações impostas pela censura da época e uma padronização na forma como as notícias eram publicadas.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, encontra-se depositada a documentação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). A correspondência expedida e recebida pelo SPN está disponível para consulta mediante a verificação quanto à classificação de sigilo, mas a maior parte da documentação já se encontra desclassificada e de acesso liberado. Os relatórios de informação que predominam nesse arquivo possuem muitos recortes de jornais anexados o que permite estabelecer uma correlação entre as notícias veiculadas e as informações constantes dos documentos.

No Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, encontra-se a principal fonte documental para a pesquisa. Diferente de outros arquivos já citados, neste caso, o nível de informatização é precário, e a base de dados do MNE possui um sistema de rastreio que dificulta a localização dos documentos, mas através do catálogo impresso se consegue encontrar o que se procura. Os relatórios e as informações dos consulados portugueses no Brasil, bem como um grande volume de recortes de jornais, possibilitaram contextualizar de forma precisa as relações entre Portugal e Brasil no período pesquisado. A documentação, na maior parte, já se encontra desclassificada e é possível solicitar a desclassificação dos demais através de um processo rápido e simples.

Foram utilizadas, ainda, as informações contidas no Arquivo Histórico do Itamarati, no Rio de Janeiro, onde a documentação já se encontra microfilmada e articula-se com os documentos já localizados no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, limitando-se às cópias da correspondência diplomática trocada entre os dois países. Este Arquivo, embora disponha de tecnologias modernas que facilitam a consulta dos documentos, não é tão acessível quanto ao seu análogo no MNE, em função de restrições para a

consulta aos documentos, o que não encontramos no caso português, onde o acesso é bem menos burocrático.

Na cidade natal e base política de Getúlio Vargas, São Borja, no Brasil, encontra-se parte da correspondência de carácter pessoal, trocada entre Vargas e diversas personalidades de várias partes do mundo, bem como cópias de documentos oficiais, álbuns de fotografias, objetos de uso particular e documentos pessoais da família do ex-presidente. Esse acervo, na sua maior parte ainda não catalogado, encontra-se distribuído na sede da Fazenda Itu, a residência de campo e onde Vargas costumava passar longas temporadas, e no Museu Getúlio Vargas, instalado em sua antiga casa na cidade. A análise desta farta documentação, grande parte dela ainda não devidamente catalogada, permitiu completar lacunas não preenchidas em outras fases da investigação.

O Centro de Documentação Histórica Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas constituiu um suporte fundamental na pesquisa por possuir um acervo amplo, composto por documentos oficiais, correspondências pessoais, fotografias e outros arquivos, disponibilizados para consulta *on line*. O arquivo com a documentação de Getúlio Vargas está organizado e dividido em quatro séries: correspondência, campanha de 1950, miscelânea e recortes de jornais. A pesquisa aos documentos, conforme destacado na página de apresentação do *site* permite acompanhar a trajetória da vida pública do titular focalizando todos os eventos políticos em que esteve envolvido entre 1930 e 1950. A série com a correspondência totaliza 1602 documentos, contendo cartas, telegramas e outras mensagens trocadas entre Vargas e seus principais assessores durante mais de duas décadas.

Para além da consulta aos documentos em arquivos foi desenvolvida uma pesquisa de campo com o objetivo de localizar descendentes e elementos da colónia brasileira em Portugal daquele período (1937-45). Neste caso foram aplicados os recursos e técnicas de utilização de fontes orais, o que permitiu, no decorrer da distribuição dos inquéritos, avaliar a confiabilidade destas fontes e a relevância de incluí-las ou não na tese. Esta parte da pesquisa concentrou-se, inicialmente na região Centro e na Região Norte de Portugal, onde já haviam sido identificados, preliminarmente, núcleos familiares de brasileiros residentes já há algumas décadas na região e, no decurso da investigação, com o surgimento de novas informações, foram também contactadas famílias nos distritos de Lisboa, Évora e Faro.

CAPÍTULO I

PROPAGANDA E POLÍTICA EXTERNA VARGUISTA

1. CONCEITOS, ESTRATÉGIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO

O objetivo de buscar conceitos consolidados sobre propaganda política é estabelecer uma melhor compreensão do que diz respeito aos métodos utilizados pelo governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, na difusão, para a população, de seus propósitos políticos e nas justificativas pelas decisões tomadas pelo governante. É também necessário situar esses conceitos na década de 1930 e dentro de um contexto mundial, fortemente influenciado pela crise econômica de 1929, pela evolução do regime socialista na União Soviética e seus desdobramentos, bem como por todos os acontecimentos que caracterizaram o período entre as duas grandes guerras mundiais.

As relações do governo de Getúlio Vargas com a comunicação social nunca foram fáceis, tornando-se ainda mais conflituosas após a decretação do Estado Novo. O controle estatal sobre os jornais, principal veículo de comunicação de massa, daquela época, tornou-se ainda mais rígido após o golpe de Estado em novembro de 1937. Esse controle oficial também se estendeu às revistas e à rádio, que dava seus primeiros passos na década de 1930.

A propaganda institucional era elaborada tendo como destinatários dois grupos distintos, um interno e outro externo. A estratégia voltada para o público interno, a população brasileira, buscava fortalecer, no imaginário popular, as virtudes do governante, especialmente suas qualidades como líder e seu amor à nação, e estimular um forte sentimento nacionalista, indispensáveis para o êxito da política Vargasista. Foram utilizados, para isso, as experiências de governos anteriores e os instrumentos de divulgação empregados por estes. Para isto era necessário aperfeiçoar os órgãos já existentes e a criação de novos organismos, como o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Inspirados em governos autoritários como os existentes em Portugal e Espanha, no regime fascista de Itália e nazi da Alemanha, formou-se uma burocracia profissional de propaganda como, até então, não existia no Brasil.

A propaganda externa, tendo como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil junto às nações amigas, mostrou-se um empreendimento bem mais difícil. Um trabalho relativamente recente sobre esse assunto foi desenvolvido por Lins⁵⁴, em sua tese de doutoramento. Destacamos algumas das referências bibliográficas constantes de sua tese, com as quais também nos deparamos,

⁵⁴ LINS, Lindercy Tomé de Souza. *Como vender o Brasil: Os órgãos de propaganda brasileira nos Estados Unidos (1930-1945)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

no decorrer de nossa pesquisa, como, por exemplo, os conceitos sobre propaganda externa, presentes na obra de Bobbio, Matteucci e Pasquino⁵⁵. Também utilizamos algumas referências semelhantes sobre política externa brasileira, da obra de Cervo e Bueno⁵⁶.

2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, UM PEQUENO HISTÓRICO

As diretrizes para a política externa brasileira (PEB), adotadas, ao longo do tempo, é que definem, em princípio, a estratégia e os meios empregados na propaganda externa.

Segundo Lessa⁵⁷, a PEB tem os seguintes princípios norteadores: Soberania, o Brasil acredita que cada Estado deve ter autoridade para governar dentro de seu território e com os demais Estados; Autonomia, os Estados devem ser autônomos para tomar decisões e agir por conta própria e sem interferência externa; Desenvolvimento nacional, através da busca de parcerias com nações amigas; Não-intervenção, nenhum Estado tem o direito de intervir nas questões do outro.

Acoerência na defesa desses princípios sempre foi fundamental para a manutenção de boas relações do Brasil com as demais nações, além do historial de país pacifista e intermediador de conflitos. No entanto, vale lembrar que as relações externas de um país fazem parte de suas políticas públicas e como tal, refletem os interesses da sociedade. Sofrem alterações que variam de acordo com as demandas da população em determinado momento e são influenciadas por questões de caráter histórico, econômico, político e cultural. Segundo Cervo, “o contexto internacional do momento define e direciona o discurso [...] a política externa nunca é totalmente autônoma [...]”⁵⁸.

Em 2 de maio de 1822, Dom Pedro I (*1798 +1834), como príncipe regente, criou a Repartição dos Negócios Estrangeiros, separando-a da pasta da guerra e entregando sua direção a José Bonifácio de Andrada e Silva (*1763 + 1838). A partir de 7 de setembro de 1822, com a declaração de independência, era necessário coordenar uma transição pacífica, com Portugal, e estabelecer um novo círculo de relações internacionais. José Bonifácio nomeou os primeiros representantes diplomáticos brasileiros junto às nações amigas e contou com a intermediação da Inglaterra para solucionar o impasse com Portugal.

⁵⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. Vol. 2. Brasília: EDUNB, 2008.

⁵⁶ CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EDUNB, 2010.

⁵⁷ LESSA, Antônio. *O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985, pp. 13-14.

⁵⁸ CERVO, Amado. Paradigmas da política exterior. In: *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 48.

A partir de 1840, com a antecipação da maioria de Pedro II (*1825 +1891) e o início do 2º reinado, surgem novas questões para a diplomacia brasileira. Esse período é marcado pela tensão nas relações com a Inglaterra envolvendo questões ligadas ao tráfico negreiro e aos interesses divergentes com os países da região do Prata, o que levou o Brasil a empreender campanhas militares contra a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

No campo diplomático o império contou com contribuição de importantes personalidades do período, como o Marquês de Barbacena, o Visconde do Rio Branco e o Barão de Penedo. O Brasil, apesar de ser a única monarquia do continente americano, em finais do século XIX, apoiou as iniciativas para uma política externa comum das nações americanas, baseada nos princípios do pan-americanismo. Participou das reuniões da primeira conferência Pan Americana, realizada em Washington entre 1889 e 1890.

Com a proclamação da república, em 1889, as linhas gerais da diplomacia brasileira, herdadas do império, mantém-se inalteradas a princípio. Sobressaem-se nomes como Rui Barbosa “a Águia de Haia” (*1849 +1923) e Joaquim Nabuco (*1849+1910), nomeado embaixador do Brasil em Washington, em 1905.

No entanto, as diretrizes que iriam nortear as relações do Brasil com os demais estados soberanos, nas décadas seguintes, começaram a ser delineadas na prática em função dos conflitos surgidos na transição do império para a república, ao final do século XIX. Tais conflitos decorreram da disputa nas regiões de fronteira, onde foi necessário negociar para estabelecer os atuais limites territoriais do país. Na história do Brasil tais conflitos são identificados como: Questão de Palmas, entre o Brasil e a Argentina; Questão do Amapá, entre o Brasil e a França; Questão do Pirara e Questão da Ilha da Trindade, ambos entre o Brasil e a Inglaterra e a Questão do Acre, entre o Brasil e a Bolívia.

Na busca de uma solução negociada para dirimir esses conflitos sobressai-se a figura de José Maria Paranhos Júnior (*1845+1912), o Barão do Rio Branco. Atuou como conselheiro no governo de Campos Sales, entre 1898 e 1902 e foi ministro de relações exteriores nos governos de Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1912). Defendendo a tese de que o uso da diplomacia e a aceitação de arbitragem externa, quando necessário, são os melhores instrumentos a utilizar para solucionar os conflitos entre as nações, Paranhos Júnior influenciou os diplomatas das gerações seguintes.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o Brasil mantém uma posição inicial de neutralidade. Esse quadro altera-se em 1917 com o afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães. No dia 25 de outubro de 1917 o Brasil declarou guerra à Alemanha, mas sua atuação no conflito limitou-se ao envio de uma missão médica em auxílio à esquadra inglesa no policiamento do Atlântico.

O papel de beligerante na fase final da guerra levou o Brasil a participar da conferência de Versalhes, em 1919, e foi membro da liga das nações até 1926. A década de 1920 representa na história da diplomacia brasileira e do país como um todo, um período de transição. Se, por um lado, percebe-se um certo continuísmo no campo diplomático oriundo das contribuições dadas pelo Barão do Rio Branco, busca-se um equilíbrio entre o pan-americanismo e as relações com o continente europeu. Cabe ressaltar que não havia ainda um corpo diplomático composto por profissionais da área, o que vinculava as diretrizes da política externa à vontade das oligarquias que governavam o país e aos seus interesses econômicos. O excessivo federalismo, criado pela constituição de 1891, fragmentava o país concentrando poderes nos estados de maior poder econômico, como São Paulo e Minas Gerais e alijando os demais estados federados do processo de tomada de decisões.

Não é objetivo desta pesquisa aprofundar a análise sobre as questões que envolvem o período conhecido como República Velha (1891-1930), mas tão somente destacar alguns pontos que consideramos necessários, enquanto que antecedentes da política externa brasileira a partir de 1930, quando Getúlio Vargas é conduzido ao poder pelos militares, após o processo revolucionário deflagrado com a divulgação do resultado das eleições presidenciais.

2.1. A POLÍTICA EXTERNA NA ERA VARGAS

Para compreender as estratégias de propaganda e política externa adotadas por Vargas, durante o Estado Novo, é necessário analisar, uma vez mais, o contexto político e sócio econômico mundial na década de 1930. Desde o princípio, o que norteou o governo foram as ideias sobre a necessidade de promover um desenvolvimento industrial no Brasil. A crise econômica de 1929 tornou indispensável uma mudança no direcionamento das políticas públicas voltadas para a produção. Desde suas origens, até aquele momento o país vivia sob um modelo econômico baseado na produção agrícola, destinada para exportação, e na exploração de seus recursos naturais. As ações de governo, adotadas desde que Getúlio Vargas se instalou no poder, tinham como objetivo alterar esse quadro econômico. Segundo Fausto, “no início dos anos 30, o governo provisório tratava de se firmar em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades [...] as dificuldades financeiras cresciam”⁵⁹.

O projeto de desenvolvimento econômico, baseado na implantação de um parque siderúrgico, previa a criação de uma companhia mineradora e de uma siderúrgica o que, posteriormente, tornar-se-ia realidade com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em Minas Gerais e a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Ocorre que o país não possuía recursos próprios

⁵⁹ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 185.

para tal empreendimento, então era necessário buscar financiamento externo. Por outro lado, com o objetivo de buscar o apoio popular, era necessário harmonizar, internamente, esses interesses com um discurso político nacionalista e estatizante. O controle dos meios de comunicação e a criação de um aparato próprio de divulgação era essencial para atingir esses objetivos. Vargas necessitava de aporte de capital estrangeiro, mas não aceitava ingerência externa em seu governo, queria manter a autonomia política e a independência econômica. Pretendia pagar a dívida externa acumulada em governos anteriores e adotou uma política econômica de austeridade, limitou a entrada de capital estrangeiro no país e restringiu ao máximo o direito à propriedade por cidadãos ou empresas estrangeiras.

A crise econômica de 1929 marcou uma mudança de rumo no quadro geopolítico mundial, com o fim da hegemonia da Inglaterra e a ascensão dos Estados Unidos, como potência emergente. Para além disso, o mundo observava com especial atenção a evolução do regime político implantado com a revolução russa em 1917 e com a criação da União Soviética, dirigida por Josep Stálin a partir de 1922. Ainda fazem parte desse quadro o fortalecimento de regimes antiliberais, como a Itália de Mussolini a partir de 1923 e a Espanha de Francisco Franco, a partir de 1936. A partir de 1933, deve-se considerar, ainda, o papel desempenhado pela Alemanha e seus interesses em buscar parcerias com nações periféricas, fora do eixo das grandes potências, através do fornecimento de máquinas, equipamentos ferroviários e financiamento de projetos de desenvolvimento industrial. Vargas percebia a necessidade de estabelecer novas alianças. No entanto, precisou lidar internamente com duas tendências divergentes. De uma parte os militares, liderados pelos generais Eurico Gaspar Dutra (*1883 +1974) e Pedro Aurélio de Góes Monteiro (*1889 +1956), defendiam uma maior aproximação com a Alemanha. Uma outra corrente, liderada por Oswaldo Aranha (*1884+1960), nomeado embaixador brasileiro em Washington em 1934 e Valentim Fernandes Bouças (*1891 +1964), conselheiro pessoal de Vargas para assuntos econômicos a partir de 1935 e representante da empresa IBM no Brasil, defendiam um alinhamento com os Estados Unidos. Esse momento de aparente incerteza e indefinição na escolha da melhor política a ser adotada é, como afirma Carone, “A corda bamba da política externa Getulista”⁶⁰.

Em nome da propalada autonomia, Vargas evitou vincular o país de forma definitiva aos interesses das potências econômicas da época e praticou, ao longo da década de 1930, uma política externa que Moura definiu como “equidistância pragmática”⁶¹. Essa estratégia que consistia, basicamente, tirar proveito da disputa entre as grandes potências e negociar com quem

⁶⁰ CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991, p. 39.

⁶¹ MOURA, Gerson. A Revolução de 1930 e a política externa brasileira, ruptura ou continuidade. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 57.

oferecesse mais vantagens manteve-se até o início do Estado Novo. Os alinhamentos e realinhamentos do Brasil com outras nações no âmbito da política externa, nesse período, foram condicionados muito mais por interesses econômicos do que por afinidades ideológicas.

O serviço diplomático brasileiro passou por duas reformas importantes na era Vargas. Em 1931 Afrânio de Melo Franco (*1870 +1943) extinguiu o corpo permanente da Secretaria de Estado distribuindo seus funcionários entre o corpo diplomático e o consular. Em 1938, Oswaldo Aranha fundiu esses dois quadros em um único corpo administrativo. Em 1945, foi fundado o Instituto Rio Branco, para a formação de diplomatas de carreira. Ainda hoje esse estabelecimento de ensino superior é a principal referência para os estudos sobre relações internacionais, no Brasil.

Apesar da adoção, por Getúlio Vargas, de um discurso nacionalista, segundo Cervo, “prevaleceu a disposição congênita para varrer obstáculos e aprofundar a inserção no sistema internacional”⁶².

2.2. RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS NA ERA VARGAS

A análise da historiografia sobre a era Vargas, como período histórico, limita-se, como observou Schiavon, “ao estudo das relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos e a Alemanha, o que implica um vazio historiográfico sobre as relações internacionais do Brasil com outros países”⁶³.

A pesquisa que realizamos e a tese que dela decorre pretende preencher, pelo menos em parte, esta lacuna historiográfica mencionada por Schiavon.

No campo das relações exteriores, na década de 1930, verifica-se uma maior aproximação entre Brasil e Portugal. A principal diferença da política praticada pelo Brasil em relação a outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha está nas razões que motivaram o estreitamento dessa relação. Enquanto que, em relação aos países mencionados, prevalecem como motivação os interesses econômicos, no caso português, embora esses aspectos não tenham sido deixados de lado, destacam-se as motivações de caráter histórico culturais e as afinidades ideológicas.

Vale ressaltar que o protagonismo dessa maior aproximação coube a Portugal, em função, principalmente, da grande presença de portugueses residindo no Brasil, verificando-se um aumento significativo desse contingente durante o período identificado, na história do Brasil, por “República Velha” (1891-1930). A partir de 1931, no entanto, houve um recuo no número de imigrantes, com a entrada em vigor da nova lei de imigração no Brasil e do

⁶² CERVO, Amado. *O desafio internacional: A política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 20.

⁶³ SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

decreto de nacionalização do trabalho, que disciplinava as novas relações entre patrões e trabalhadores e determinava que dois terços dos postos de trabalho fossem ocupados por cidadãos brasileiros⁶⁴.

Quadro 1

Evolução da colônia portuguesa no Brasil (1891-1940)

Ano	População do Brasil	Colônia portuguesa
1891	10.862.312	126.528
1930	37.318.174	655.706
1940	41.205.287	358.174

Fonte: IBGE/ Anuário Estatístico do Brasil – 1890-1940. INE/BR 1942.

A situação provocada pela vigência de novas leis sobre imigração e trabalho refletiu diretamente nas condições de trabalho para os portugueses no Brasil, provocando uma inversão no fluxo migratório com a consequente redução do número de portugueses residentes no Brasil e preocupou as autoridades portuguesas. Em telegrama datado de 31 de janeiro de 1931 o embaixador português no Brasil, Duarte Leite, solicita ao Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal “medidas urgentes para repatriação de portugueses desempregados no Rio de Janeiro vivendo em situação de miserabilidade”⁶⁵. O assunto também mereceu destaque nas notícias dos jornais em Portugal: “Atingiu grande acuidade o problema dos portugueses no Brasil, mas negociações diplomáticas talvez evitem a pior crise”⁶⁶. “A repatriação dos portugueses desempregados no Brasil”⁶⁷.

Apesar de verificar-se a diminuição do número de portugueses residentes no Brasil ao longo da década de 1930, quando comparado com a colônia brasileira residente em Portugal no mesmo período evidencia-se a desproporção existente entre as duas colônias de imigrantes. Os brasileiros residentes em Portugal no período abrangido por esta pesquisa formam um

⁶⁴ O artigo 3º do decreto nº 18.482, de 12 de dezembro de 1930, estabelecia a chamada regra dos 2/3. Essa lei está na origem da questão migratória que afetou os trabalhadores portugueses no Brasil e originou a chamada grande repatriação.

⁶⁵ Fonte: Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização S1, E32, P7, Proc. 84887.

⁶⁶ Fonte: Jornal O Século, edição de 9 de janeiro de 1931, p.1. Arquivo da Biblioteca Nacional Portuguesa, secção de micro filmes, bobina 112.

⁶⁷ Fonte: Jornal Diário de Notícias, edição de 6 de janeiro de 1931, matéria de capa. Arquivo da Biblioteca Nacional Portuguesa, secção de micro filmes, bobina 76.

contingente pequeno de pessoas dispersos entre a cidade do Porto, Lisboa e outras cidades do norte de Portugal.

Observa-se, ainda, a partir de 1930, uma redução significativa do número de brasileiros residentes em Portugal.

Quadro 2

Evolução da colônia brasileira em Portugal (1900 – 1940)

Ano	População de Portugal	Colônia brasileira
1900	5.446.760	7.594
1911	5.999.146	12.143
1920	6.080.135	4.969
1930	6.802.429	8.632
1940	7.755.423	4.825

Fonte: INE/Anuário Estatístico de Portugal:1875-2008. Lisboa: INE/IP, 2010.

Uma outra diferença observada entre as duas colônias de imigrantes é que, no caso da colônia portuguesa no Brasil, nota-se uma organização tanto por parte da população, ao congregar em clubes e associações de portugueses espalhados pelo Brasil, quanto na estrutura criada com o apoio do governo português, com a criação de consulados portugueses em todas as regiões brasileiras e com presença ativa nas principais cidades do país. O estudo sobre os portugueses no Brasil durante o Estado Novo já foi largamente abordado na obra da pesquisadora Heloísa Paulo, a qual já citamos anteriormente. As comparações que estabelecemos entre as duas colônias têm por objetivo contextualizar o objeto da pesquisa com a realidade verificada no Brasil, no mesmo período.

Já quanto aos brasileiros residentes em Portugal, por várias razões nota-se que não possuíam a mesma estrutura e organização. Algumas decisões de governo tomadas por Vargas no início da década de 1930 contribuíram para essa dispersão. Uma medida adotada pelo governo brasileiro através de um decreto de janeiro de 1931 extinguiu todos os consulados brasileiros em Portugal, exceto os consulados do Porto e de Lisboa. Isto também contribuiu para dissociar ainda mais a colônia brasileira em Portugal e provocou insatisfação por parte de autoridades portuguesas. Em 10 de abril de 1931, o governador civil de Coimbra, António Augusto Monteiro, enviou ofício ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, protestando contra a decisão do governo brasileiro de extinguir o consulado do Brasil em Coimbra, cujo cônsul era Carlos Balbino Dias, apelando para que o ministro intercedesse junto ao novo embaixador do Brasil em Portugal, Bonifácio de Andrade⁶⁸.

⁶⁸ Fonte: Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização S1, E32, P7, Proc. 86285.

Apesar do desconforto provocado pelo desalinhamento das políticas internas de Portugal e Brasil, no início do governo Vargas, as relações diplomáticas entre os dois países não foram atingidas.

Com o objetivo de criar uma comunidade luso brasileira foram firmados vários acordos, durante a era Vargas, com destaque para a convenção ortográfica de 1931, o tratado sobre comércio e navegação de 1933 e o acordo cultural de 1941. Estas e outras iniciativas que visavam ressaltar os traços identitários comuns entre as duas nações, baseavam-se, segundo Gonçalves, na “retórica da afetividade”⁶⁹.

É curioso observar que dentre as afinidades que podemos identificar entre Getúlio Vargas e António Salazar está a aversão por viagens longas, fato este que contribuiu para que os dois governantes nunca tenham se encontrado pessoalmente. Em 1938, a possibilidade de uma visita oficial de Getúlio Vargas a Portugal foi alardeada pelos jornais: “Abraço fraterno, o presidente dos Estados Unidos do Brasil visitará Portugal a convite do Sr General Carmona para festejar conosco páginas gloriosas de uma história comum”⁷⁰. Assim como também comemorou o embaixador português no Brasil Martinho Nobre de Melo “A viagem de Getúlio Vargas a Portugal causa grande entusiasmo entre as associações portuguesas no Brasil”⁷¹. A visita, no entanto, não aconteceu e o Brasil foi representado no encontro pelo embaixador Artur Guimarães de Araújo Jorge. No ano seguinte, novamente noticiou-se uma possível visita oficial do chefe de estado brasileiro a Portugal no princípio de 1940: “O Duplo centenário, a visita de Getúlio Vargas e a cooperação da colônia portuguesa do Brasil”⁷². Novamente não aconteceu a visita e o Brasil foi representado mais uma vez pelo embaixador Araújo Jorge e por uma comitiva enviada a Portugal para as comemorações. No entanto, antecipando-se às comemorações do duplo centenário, Getúlio Vargas enviou mensagem ao chefe de estado português nos seguintes termos: “As nossas pátrias constituem uma só família”⁷³. Em uma nova mensagem, ainda no mesmo ano, Vargas ressalta: “No Brasil sabemos o que vale a ascendência da raça que dominou o mundo”⁷⁴.

A interlocução entre os dois governos foi realizada por seus embaixadores e seus auxiliares mais destacados, como por exemplo Lourival Fontes, o diretor do aparelho de propaganda do Governo Vargas e António Ferro, que ocupou cargo idêntico no Governo de Salazar.

Cabe ressaltar, ainda, a importante função desempenhada pelos embaixadores das duas nações amigas, como representantes oficiais e como

⁶⁹ GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 17.

⁷⁰ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 8 de julho de 1938, matéria de capa. Arquivo da Biblioteca Nacional Portuguesa, secção de micro filmes, bobina 84.

⁷¹ Idem, edição de 15 de julho de 1938, p.1, bobina 84.

⁷² Ibidem, edição de 4 de março de 1939, matéria de capa, bobina 88.

⁷³ Ibidem, edição de 10 de maio de 1939, matéria de capa, bobina 89.

⁷⁴ Ibidem, edição de 26 de junho de 1939, matéria de capa, bobina 90.

fonte de informação de seus governos, cabendo-lhes a missão de informar de forma adequada os acontecimentos de interesse à diplomacia luso-brasileira.

Merece destaque o trabalho realizado por Martinho Nobre de Melo (*1891 +1985), o qual foi embaixador português no Brasil, entre 1931 e 1945, por seu antecessor, Duarte Leite Pereira da Silva (*1864 +1950), e pelos embaixadores do Brasil em Portugal, conforme os quadros abaixo.

Quadro 3

Embaixadores de Portugal no Brasil (1914 – 1945)

Nome	Período
Duarte Leite Pereira da Silva	1914 – 1931
Martinho Nobre de Melo	1931 – 1945

Fonte: Embaixada de Portugal no Brasil, galeria de embaixadores.

A longa permanência dos embaixadores portugueses em seus postos, possibilitou criar relações de amizade no Brasil e o reconhecimento pelos bons serviços prestados que, ainda hoje, são lembrados pela comunidade luso brasileira. Duarte Leite acompanhou atentamente as transformações ocorridas no Brasil com a revolução de 1930 e desempenhou um papel fundamental para a manutenção do equilíbrio das relações entre os dois países. Em um longo relatório sob o título “Revolução Brasileira” enviado a Fernando Augusto Branco, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, o embaixador descreve e contextualiza a revolução, assegurando que Getúlio Vargas tem a “situação sob controle”⁷⁵. Portugal torna-se o primeiro país a reconhecer o governo provisório de Getúlio Vargas, conforme noticiou o mais antigo jornal da América Latina: “A situação [...] os decretos de ontem [...] Manifesto do Senhor Presidente da República Portuguesa, provas de solidariedade ao governo federal”⁷⁶.

Em 30 de abril de 1931 Duarte Leite representou o governo português na cerimônia, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para a assinatura do acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil. O objetivo do acordo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa era reunificar a ortografia da língua portuguesa depois da cisão provocada pela reforma ortográfica de 1911, em Portugal. O Brasil, nos termos do acordo,

⁷⁵ Fonte: Ofício nº 24-A, de 1 de dezembro de 1930, do embaixador de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 3P, H15, M19, Proc. 41.

⁷⁶ Fonte: *Jornal do Comércio*, edição de 10 de novembro de 1930, p. 1. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 3P, H15, M19, Proc. 41.

comprometia-se a adotar a ortografia vigente em Portugal, com alterações propostas pela Academia Brasileira de Letras. Apesar de que o acordo nunca chegasse a vigorar efetivamente, significou um marco importante na diplomacia entre os dois países.

Nomeado em 1931, Martinho Nobre de Melo assumiu seu posto como embaixador de Portugal no Brasil, em junho de 1932, quando as relações entre os dois países passavam por um momento delicado. As medidas restritivas adotadas pelo governo brasileiro que objetivavam reorganizar o mercado de trabalho provocaram insatisfação na comunidade portuguesa do Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, levando muitos portugueses ao desemprego e à repatriação para Portugal. A chegada do novo embaixador foi destaque na imprensa: “Embaixador Nobre de Melo chega ao Rio de Janeiro a bordo do vapor Nyassa”⁷⁷. “Martinho Nobre de Melo assume o cargo de embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, sucedendo Duarte Leite”⁷⁸.

Ao longo de mais de uma década exercendo suas funções no Brasil, Nobre de Melo representou Portugal em momentos importantes, como na assinatura do tratado de comércio, em 1933, nas celebrações, no Brasil, do duplo centenário português, na assinatura do acordo cultural, em 1940, e em momentos turbulentos como na intentona comunista de 1935, na decretação do Estado Novo, em 1937, como também durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1945. Foi figura ativa na defesa dos interesses do comércio bilateral entre Portugal e Brasil.

Ao analisarmos a biografia de Nobre de Melo percebemos aspectos importantes que parecem justificar os motivos de sua longa permanência no Brasil. Antes de assumir o posto como embaixador, no Brasil, exerceu em Portugal as funções de Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros. Com formação em direito, defensor das ideias do integralismo lusitano, possuía forte ligação a um grupo de empresários portugueses que fundaram, em 1924, a União dos Interesses Econômicos. A UIE era encabeçada pela Associação Comercial de Lisboa e tinha como objetivo a criação de uma plataforma política que defendesse, conjuntamente, os interesses ligados aos setores da agricultura, do comércio e da indústria. Enquanto Colunista do jornal *O Século*, à época administrado pela UIE, Nobre de Melo escreveu, a partir de 1925, dezenas de artigos em que defendia os interesses do grupo e criticava o sistema liberal: “Ah, por Deus, não nos chamem nós, conservadores [...] de anti-individualistas e antiparlamentaristas; nós que nos orgulhamos ser do nosso século [...] de Mussolini e Lênin. Porque, entenda-se bem, cada um destes, a seu modo, ajudou a matar a superstição da democracia política, que

⁷⁷ Fonte: Jornal *O Globo*, edição de 1 de junho de 1932, p. 1. Acervo digital O Globo. Disponível In: <https://www.acervo.oglobo.com>. Acessado em 16/04/2020 às 08:34.

⁷⁸ Fonte: Revista *O Cruzeiro*, edição de 4 de junho de 1932, p. 5. Arquivo GEDOC/MG. Disponível In: <https://www.gdocminas.com/o-cruzeiro>. Acessado em 16/04/2020 às 10:42.

vinha já mal ferida do século antecedente”⁷⁹. Coerente na defesa destas ideias e interesses, tão logo assumiu suas funções no Brasil, Nobre de Melo engajou-se na concretização de um tratado de comércio e navegação que se arrastava já a alguns anos. O tratado, assinado em 4 de setembro de 1933, era de grande interesse para os empresários portugueses que pretendiam alargar seus negócios com o Brasil. Mais uma vez o protagonismo português se fez presente nas relações bilaterais.

O embaixador português no Brasil exerceu um papel decisivo no estreitamento das relações luso-brasileiras nos anos que antecederam a decretação do Estado Novo no Brasil. Entre 1 e 3 de outubro de 1937 realizou-se uma conferência, organizada pelo serviço intelectual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O evento desenvolveu-se na Biblioteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro e a palestra de abertura foi proferida por Nobre de Melo. Sob o título “Intercâmbio Cultural entre Brasil e Portugal”, defendeu a necessidade de um maior intercâmbio de professores e de alunos entre os dois países, da concessão de bolsas de estudo, da promoção de programas de férias, da resolução definitiva das questões ortográficas, entre outras medidas. Nesta, como em várias outras ocasiões, Nobre de Melo foi o porta voz do interesse do governo português de uma maior aproximação com o Brasil.

A análise da correspondência diplomática do período estudado, atesta o papel fundamental desempenhado pela embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, mantendo o governo português informado sobre os acontecimentos no Brasil e, sempre que possível, atuando para tranquilizar as autoridades portuguesas quanto à manutenção das boas relações diplomáticas entre os dois países, apesar da turbulência política observada no Brasil em vários momentos. A embaixada, sediada no Rio de Janeiro, recebia os relatórios de informação dos quinze consulados portugueses instalados nas principais cidades do país, além dos diversos consulados honorários, que permitiam obter informações, as mais diversas, sobre todas as regiões do Brasil. Toda essa informação era condensada e transformada em um relatório periódico de informações, que era enviado ao Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal a cada três meses. Os documentos anexos continham recortes de jornais e revistas e cópias de leis editadas no Brasil, o que permitia ilustrar as informações e proporcionar uma melhor compreensão quadro político descrito.

Quanto à embaixada do Brasil em Lisboa, observa-se uma maior alternância no cargo, sendo que o embaixador que mais tempo permaneceu no cargo, foi Artur Guimarães de Araújo Jorge. Este possuía uma vasta experiência diplomática acumulada ao longo de uma extensa carreira, com destaque para o período em que foi auxiliar direto no Gabinete do Barão do Rio

⁷⁹ Fonte: Jornal *O Século*, edição de 2 de agosto de 1925, p. 1. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *Martinho Nobre de Melo e a união dos interesses económicos: A defesa da representação profissional no jornal O Século*. Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano XVI, nº 21, pp. 9-27. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Branco, entre 1906 e 1909, como diretor na secção de negócios políticos e diplomáticos na Europa, e como embaixador do Brasil na Alemanha, entre 1931 e 1933 o que favoreceu muito a interpretação da evolução do quadro político em Portugal durante sua permanência no cargo. “De perfil acadêmico, Araújo Jorge foi um dos incentivadores da reativação de um núcleo de estudos brasileiros na Universidade de Coimbra e participou da inauguração da Sala do Brasil, na Faculdade de Letras, em 7 de dezembro de 1937 [...] em 1938 foi condecorado com a Grande Cruz da Ordem Militar de Cristo [...] em 1941 recebeu, da Academia de Ciências de Lisboa, a Palma de Ouro de Primeira Classe”⁸⁰.

Em 1938, Araújo Jorge foi o interlocutor entre Getúlio Vargas e o presidente português Oscar Carmona, quando foi formalizado o convite para que Vargas visitasse Portugal durante as comemorações do duplo centenário⁸¹. Embora tenha declinado o convite, alegando questões relativas ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial e seus reflexos no Brasil, Vargas enviou a Portugal uma delegação para representar o Brasil nas festividades, chefiada por José Pinto e coordenada pelo embaixador Araújo Jorge. Segundo Schiavon: “O Brasil participou ativamente, principalmente no Congresso do Mundo Português e na Exposição Histórica do Mundo Português, sendo que nesta última, foi o único país estrangeiro a enviar representação e ocupou um pavilhão inteiro”⁸².

Quadro 4

Embaixadores do Brasil em Portugal (1930-1945)

Nome	Período
José Bonifácio de Andrada e Silva (*1871 +1954)	1931 – 1933
Adalberto Guerra Duval (*1872 +1947)	1933 – 1935
Artur Guimarães de Araújo Jorge (*1884 +1977)	1936 – 1943
João Neves da Fontoura (*1887 +1963)	1943 – 1945

Fonte: Embaixada do Brasil em Lisboa, galeria de embaixadores.

⁸⁰ Fonte: Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão. Ano 11, nº 21. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p 18.

⁸¹ As comemorações do duplo centenário português referem-se à fundação de Portugal, em 1140, e à restauração de sua nacionalidade, em 1640, ou seja, comemorou-se os 800 anos do reino português e os 300 anos da restauração. As festividades realizaram-se entre 2 de junho e 2 de dezembro de 1940.

⁸² SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC, 2007, p.46.

João Neves da Fontoura substituiu Araújo Jorge na embaixada do Brasil em Lisboa em 1943. Amigo e conselheiro pessoal de Getúlio Vargas, com longa experiência política, possuía boas relações com os diversos consulados portugueses no Brasil, especialmente com o consulado de São Paulo, onde a colônia portuguesa demonstrava preocupação com o aumento expressivo de imigrantes italianos desde o início da Segunda Guerra Mundial, com a difusão de ideias comunistas e com a concorrência agressiva pelos postos de trabalho. Neves da Fontoura defendeu, em várias ocasiões, a necessidade de valorizar os trabalhadores portugueses e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Antes de embarcar para assumir suas funções em Lisboa, escreveu um artigo publicado no jornal paulista *A Gazeta*, com o título: “Os portugueses de São Paulo e a importância de nossa amizade com Portugal”⁸³. No artigo, Neves da Fontoura exaltava a capacidade de trabalho e a contribuição dos portugueses para o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil. As declarações foram recebidas com entusiasmo pelo cônsul português em São Paulo, João Alberto dos Santos: “Esse artigo teve larga repercussão e agradou imensamente à nossa colônia radicada nesse progressivo Estado”⁸⁴.

Os arquivos contendo o acervo com toda a documentação e a correspondência diplomática trocada entre os dois países foram perdidos em um incêndio ocorrido no prédio da embaixada do Brasil em Lisboa em 1976. O acesso a uma parte dessa documentação está disponível no Arquivo Histórico do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, onde a análise da correspondência diplomática do período estudado revela que a relação entre a colônia de brasileiros em Portugal e a embaixada brasileira era meramente protocolar, como solicitação de certidões e outros documentos, principalmente por estudantes do ensino superior. Não localizamos registros de ações práticas destinadas a atender as demandas existentes ou que visassem congregar os brasileiros residentes em Portugal.

Papel importante, na execução da política externa e na aproximação entre Portugal e Brasil, foi desempenhado, também pelos chanceleres dos dois países.

Os dois chanceleres que estiveram em funções durante a vigência do Estado Novo tiveram a difícil tarefa de manter boas relações diplomáticas com países de interesses divergentes, como Alemanha e Estados Unidos, seguindo a linha estabelecida pela “equidistância pragmática” já aqui mencionada. Mário de Pimentel Brandão atuou para garantir junto às nações amigas o apoio para o regime instalado em 1937, bem como a estabilidade e a manutenção das

⁸³ Fonte: Jornal *A Gazeta*, edição de 4 de junho de 1943, pp.4-5. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 2P, A17, M2A.

⁸⁴ Fonte: Ofício nº 172, de 6 de junho de 1943, do cônsul português em São Paulo ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 2P, A17, M2A.

relações diplomáticas. Coube a Oswaldo Aranha o papel de redirecionar os vetores da política externa brasileira, na construção de uma aliança com os Estados Unidos, permitindo um incremento nas relações econômicas que favorecessem o Brasil e para isto precisou vencer resistências internas, principalmente entre os setores militares que defendiam uma maior aproximação com a Alemanha nazista. Concomitantemente atuou defendendo a manutenção de boas relações diplomáticas com tradicionais aliados, especialmente com Portugal.

Quadro 5

Ministros de Relações Exteriores do Brasil (1930 - 1945)

Nome	Período
Afrânio de Melo Franco (*1870 +1943)	1930 – 1933
Félix Barros Cavalcanti de Lacerda (*1880 +1950)	1933 – 1934
José Carlos de Macedo Soares (*1883 +1968)	1934 – 1936
Mário de Pimentel Brandão (*1889 +1956)	1936 – 1938
Oswaldo Aranha (*1894 +1960)	1938 – 1945

Fonte: Instituto Rio Branco, almanaque de embaixadores, 2007.

Em Portugal, o cargo equivalente ao de Ministro de Relações Exteriores, no Brasil, é denominado de Ministro dos Negócios Estrangeiros. No mesmo período constata-se uma maior alternância no cargo do que no caso brasileiro. No entanto, a partir de 1936, quando António de Oliveira Salazar assumiu o posto, acumulando com a função de Chefe de Estado, a pasta permanece sem alteração de seu titular por longos onze anos. Durante todo o período que corresponde ao Estado Novo no Brasil a política externa portuguesa foi conduzida por Salazar, o que significa não haver intermediários entre a definição das diretrizes a serem seguidas e a execução do planeamento. A interlocução entre os dois governos passou por duas fases distintas nesse período.

Num primeiro momento, entre 1936 e 1938, a análise da correspondência diplomática trocada entre os dois governos permite afirmar que, para Portugal, a prioridade era acompanhar atentamente o rumo dos acontecimentos no

Brasil, era preciso certificar-se das condições de governabilidade e da estabilidade política do governo Vargas. A partir do momento em que Oswaldo Aranha assume funções como Ministro de Relações Exteriores, apesar de priorizar as relações com os Estados Unidos, o relacionamento com Portugal encaminha-se para um estágio de cooperação mútua entre os dois regimes.

Quadro 6

Ministros de Negócios Estrangeiros de Portugal (1930 - 1945)

Nome	Período (s)
Fernando Augusto Branco (* 1880 +1940)	- 21/01/1930 a 09/09/1930; - 04/10/1930 a 19/05/1931; - 15/ 06/1931 a 22/01/1932; - 22/03/1932 a 11/06/1932.
Luís António de Magalhães Correia (*1873 +1960)	- 09/09/1930 a 04/10/1930; - 19/05/1931 a 15/06/1931; - 22/01/1932 a 22/03/1932; - 11/06/1932 a 05/07/1932.
Aníbal de Mesquita Guimarães (*1882 +1952)	- 05/07/1932 a 28/07/1932; - 07/06/1933 a 14/07/1933; - 20/02/1934 a 08/03/1934; - 05/09/1934 a 04/10/1934; - 27/03/1935 a 11/05/1935.
César de Souza Mendes do Amaral e Abranches (*1885 +1955)	- 28/07/1932 a 11/04/1933.
José Caeiro da Mata (*1877 +1963)	- 11/04/1933 a 07/06/1933; - 14/07/1933 a 20/02/1934; - 08/03/1934 a 05/09/1934; - 04/10/1934 a 27/03/1935.
Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (*1896 +1955)	- 11/05/1935 a 24/11/1936.
António de Oliveira Salazar (*1889 +1970)	- 06/11/1936 a 04/02/1947.

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal

O olhar atento que o governo português tinha sobre o Brasil pode ser verificado na análise dos relatórios periódicos enviados pela embaixada de Portugal, no Rio de Janeiro, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal. O assunto constante do cabeçalho dos relatórios é bastante elucidativo: “Situação política no Brasil”, no anexo edição de *O Jornal*, de 4 de dezembro de 1937, com a notícia da dissolução dos partidos políticos no Brasil⁸⁵. “Os problemas do Brasil e as soluções do novo regime”, no anexo um recorte do *Jornal do Comércio*, de 16 de janeiro de 1938, que reproduz uma entrevista com o Ministro da Justiça do Brasil, Francisco Campos, onde expõe e justifica pontos básicos da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937⁸⁶. Percebe-se, ainda, um tom tranquilizador na maioria das mensagens, demonstrando que o governo Vargas tinha a situação política do país sob seu controle. É o caso do relatório com o título: “Como serão resolvidos alguns problemas nacionais, o Plano Quinquenal em elaboração, palavras do Senhor Getúlio Vargas aos jornalistas”⁸⁷. No anexo um recorte do *Jornal do Comércio* de 10 de novembro de 1938, com a transcrição da entrevista coletiva concedida à imprensa por Getúlio Vargas, quando do primeiro aniversário do Estado Novo, versando sobre o momento histórico, a organização econômica, a nova política do café e outros assuntos, com uma minuciosa exposição das atividades do governo em vários setores da administração pública e informações sobre medidas em estudo.

Mesmo levando-se em conta que os interesses econômicos do Brasil estavam voltados para uma maior aproximação com os Estados Unidos, pelos motivos que já foram expostos anteriormente, verificou-se um estreitamento nas relações diplomáticas luso-brasileiras durante o Estado Novo. Isso pode ser explicado através das afinidades ideológicas que eram evidentes entre os dois regimes e pelos laços culturais pré-existentes. O ponto alto dessa aproximação pode ser observado em dois momentos importantes. Nas comemorações do duplo centenário português, em 1940, quando o Brasil participou de forma efetiva nas celebrações, tanto no Brasil como em Portugal e, na assinatura do acordo cultural de 1941, que resultou na criação da *Revista*

⁸⁵ Fonte: Ofício nº 116, de 22 de dezembro de 1937, de Martinho Nobre de Melo, embaixador português no Brasil para António de Oliveira Salazar, ministro interino dos Negócios Estrangeiros. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 3P, A1, M706, Proc. 33.

⁸⁶ Fonte: Ofício nº 201, de 16 de janeiro de 1938, de Martinho Nobre de Melo, embaixador português no Brasil para António de Oliveira Salazar, ministro interino dos Negócios Estrangeiros. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 3P, A1, M706, Proc. 33.

⁸⁷ Fonte: Ofício nº 162, de 10 de novembro de 1938, de Martinho Nobre de Melo, embaixador português no Brasil para António de Oliveira Salazar, ministro interino dos Negócios Estrangeiros. Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, localização 3P, A1, M492, Proc. 34.

Atlântico. Nos dois eventos o protagonismo e as iniciativas foram de Portugal, mas a participação brasileira aconteceu.

A pesquisa documental e a consulta da bibliografia existente nos permitem perceber que as linhas mestras da política externa brasileira foram mantidas durante a longa permanência de Vargas no governo. As correções de rumo nas relações com alemães e norte-americanos, feitas a partir de 1937, obedeceram a uma lógica de um certo pragmatismo, diante da necessidade de conseguir apoio econômico para os projetos que visavam a industrialização do Brasil. Naquilo que refere-se às relações luso-brasileiras mantiveram-se os vínculos de afetividade e de identidade cultural através do interesse mútuo de estreitar esses laços, como demonstram os movimentos de aproximação através da assinatura de acordos bilaterais e na participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português.

A contribuição da propaganda institucional do Estado Novo varguista para a manutenção das relações diplomáticas e da amizade entre os dois países, deve-se a adoção de um modelo de relação com a imprensa e da criação de mecanismos de controle da informação que possuíam afinidade com as práticas desenvolvidas pelo salazarismo.

Resta perceber, de que forma esses eventos repercutiram, não só na comunicação social, mas principalmente, entre os brasileiros que, à época, residiam em Portugal.

Capítulo II

A DIFUSÃO DA PROPAGANDA

Neste capítulo analisaremos, inicialmente, o contexto que envolveu a criação do aparelho de propaganda do Estado Novo, bem como as ideias e as influências que resultaram na concepção das instituições oficiais, destinadas a divulgar as ações do governo e, a exercer uma censura prévia nos órgãos de oposição. A seguir, voltaremos a análise para a articulação da propaganda através dos veículos de comunicação de massa, em especial, a rádio, quando de seu surgimento no Brasil e os principais jornais que circulavam na capital da República entre 1930 e 1945, bem como a sua relação com o governo de Getúlio Vargas.

1. A CRIAÇÃO DOS MECANISMOS OFICIAIS DE PROPAGANDA

Segundo afirma Capelato: “[...] As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da sua capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento”⁸⁸.

Desde os primeiros dias de governo, a preocupação com a divulgação das medidas adotadas foi uma constante durante o Estado Novo. A forma tumultuosa com que Vargas chegou ao poder e a agitação social dominante causavam preocupações e fazia-se necessário tranquilizar a população, transmitindo uma ideia de normalidade, com a divulgação de notícias que demonstrassem ações práticas do governo. A criação de uma estrutura voltada para a difusão da propaganda era parte fundamental nessa estratégia. Antes da chegada de Vargas ao poder não há registros da existência de um órgão de propaganda oficial, encarregado de dar publicidade as ações do governo.

Garcia afirma que: “Os organizadores da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazi-fascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira”.⁸⁹

Havia, porém, um obstáculo fundamental a ser superado. A multiplicidade das forças políticas que acompanharam Vargas, na ascensão ao poder, possuíam ideias divergentes e até mesmo conflitantes sobre os rumos a seguir. Era necessário eliminar as divergências e unificar o discurso. Um entusiasta do novo regime, Azevedo Amaral, assim se pronunciou sobre a dificuldade para aparar as arestas: “Conquistado o poder, viram-se os dirigentes do Movimento

⁸⁸CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 178.

⁸⁹ GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 68.

de Outubro numa manifesta incapacidade para converter a vitória no ponto de partida para a reconstrução nacional”⁹⁰.

Capelato salienta em sua análise que, na Alemanha, a rádio foi considerada mais importante do que os jornais como veículo de manipulação e formação de opiniões, enquanto na Itália, apesar do crescimento expressivo da rádio, o fascismo italiano, diferentemente do nazismo alemão, privilegiou a imprensa escrita como o principal canal de difusão da propaganda política. Destaca ainda que: “No varguismo, o esforço de politização, de eliminação de vozes discordantes e de penetração em todos os setores realizou-se, sobretudo, através da imprensa periódica e, em menor proporção, através da rádio”⁹¹.

Em 1931 foi criado o Departamento Oficial de Publicidade, com o objetivo de difundir a ideologia do novo governo junto das camadas populares. Tal medida, adotada ainda durante a vigência do governo provisório (1930-34), demonstra, segundo Fausto, “a preocupação de estabelecer canais de propaganda governamental e reforçar os mecanismos de repressão política”⁹². Naquele primeiro momento, a imagem a ser difundida era do “líder de uma revolução gloriosa, a qual, a despeito de sua heterogeneidade ideológica e política, tinha uma bandeira reformista”⁹³. Vale ressaltar que esse é um período de reformas políticas importantes, com a criação, pela primeira vez na história do país, de um tribunal eleitoral, pela introdução do voto secreto, pelo reconhecimento do direito de voto para as mulheres e pela criação de um código eleitoral.

O DOP, criado através de decreto lei em 2 de julho de 1931, foi o precursor dos demais órgãos de propaganda criados até o fim da Era Vargas. Ficou, inicialmente, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cujo ministro era Oswaldo Aranha. Funcionava como um apêndice da Agência Nacional de Radiodifusão (ANR), e tinha suas atribuições limitadas ao fornecimento de informações oficiais à imprensa. A rádio era o alvo principal da propaganda organizada pelo DOP. Vargas tinha a percepção de que, sendo a maioria da população brasileira analfabeta, a propaganda veiculada através dos meios impressos, como os jornais e as revistas, não conseguiriam atingir a grande massa de trabalhadores. Seria através das ondas da rádio que a mensagem oficial atingiria um público maior.

⁹⁰ AMARAL, Antônio José Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2002, p. 57.

⁹¹ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 165.

⁹² FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). Ob. cit., p. 20.

⁹³ DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). Ob. cit., p. 22.

O Ministério da Educação e Saúde Pública, criado por Vargas em 1930, exerceu papel importante na articulação da propaganda através da rádio. O primeiro titular do novo ministério foi Francisco Campos (*1891 +1968) entre 1930 e 1932, este que posteriormente seria o autor do projeto de Constituição de 1937 e Ministro da Justiça durante o Estado Novo. Durante a gestão de Campos à frente do Ministério da Educação foram promulgados dois decretos que definiam as funções desse ministério no papel de orientação educacional nos serviços de radiodifusão e na área do cinema educativo com o objetivo de atingir as camadas populares. A ideia de Francisco Campos era de criar o departamento de propaganda vinculado ao Ministério da Educação.

A participação direta de Getúlio Vargas no planejamento da criação de uma máquina de propaganda pode ser verificada através do envio de homens de sua confiança à Europa na busca de informações sobre o melhor modelo a adotar. Dentre a documentação depositada no CPDOC/FGV, encontra-se a carta enviada para Vargas por Luís Simões Lopes (*1903 +1994), oficial de gabinete da Secretaria da Presidência da República, idealizador e futuro diretor do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e autor do projeto que originou a Fundação Getúlio Vargas. Simões Lopes foi encarregado de viajar até a Alemanha para conhecer as estratégias de propaganda criadas por Josep Goebbels. Na carta, enviada de Londres e datada de 22 de setembro de 1934, Simões Lopes faz um relato de viagem ao presidente e demonstra sua admiração pelo regime nazista “[...] O que mais me impressionou em Berlim foi a propaganda sistematizada, metódica do governo nacional socialista [...] a organização do ministério da propaganda fascina tanto, que eu me permito sugerir a criação de uma miniatura dele no Brasil [...]”⁹⁴.

Paralelamente, Vargas enviou Osvaldo Aranha, um de seus colaboradores mais próximos, à Europa e, em particular à Itália, com a missão de inteirar-se sobre a situação política do país e, ainda, manifestar ao governante italiano a simpatia do governo brasileiro pelas medidas adotadas no campo da propaganda política. A carta enviada por Osvaldo Aranha, desde Gibraltar, com data de 9 de setembro de 1934, contém detalhes sobre o quadro político que encontrou na Itália e comunica que, apesar dos esforços empreendidos, não conseguiu audiência com Mussolini: “Tudo fiz Getúlio para transmitir ao *Duce* nossas aspirações, viajei de Gênova para Roma e, por fim, a Nápoles, mas foi em vão [...]”⁹⁵.

Em 1934, inspirado no modelo de propaganda alemão, foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), com o objetivo de

⁹⁴ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/arquivo-getulio-vargas/cartas-volumeXVI/6>. Acessado em 26/05/2020 às 21:15.

⁹⁵ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/arquivo-getulio-vargas/cartas-volumeXVI/6>. Acessado em 26/05/2020 às 21:48.

ampliar e sistematizar a veiculação da propaganda oficial, abrangendo outros veículos de comunicação de massa. Inicialmente a direção do órgão ficou a cargo de Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho (*1879 +1943), então diretor da Imprensa Nacional. O decreto lei nº 24.651 de 13 de março de 1934 extinguiu o DOP, regulamentou o funcionamento do DPDC e manteve sua subordinação ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com estas mudanças, Vargas esvaziou as funções de propaganda do Ministério da Educação e colocou os órgãos de comunicação de massa sob a supervisão direta do poder executivo. Lourival Fontes (*1898 +1967), político e escritor sergipano assume, então, a direção do novo órgão. Partidário da Aliança Liberal, grupo político de oposição que disputou as eleições presidenciais de 1930, tendo Getúlio Vargas como cabeça de chapa, o futuro diretor possuía experiência na área editorial, tendo fundado e dirigido no Rio de Janeiro, em 1931, as revistas *Política* e *Hierarquia*, esta última de tendência fascista. Tinha entre seus colaboradores Plínio Salgado (*1895 +1975) e Olbiano Gomes de Melo (*1892 +1963).

A influência do salazarismo na criação dos aparelhos de propaganda varguistas, embora estejam presentes desde a elaboração destes, são mais perceptíveis durante o Estado Novo, quando Vargas adota um modelo antiliberal de organização da sociedade. Era necessária a elaboração de um discurso de legitimação para que este sistema, baseado no centralismo político e, no intervencionismo estatal, alcançasse a aprovação pública.

A aproximação entre Lourival Fontes e Antônio Ferro, a partir do convite formulado pelo governo português para a participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português, também tem um papel importante neste cenário. A concepção de cultura do Estado Novo brasileiro e o papel que deve desempenhar na difusão da propaganda política, é fortemente influenciada pelas estratégias adotadas no salazarismo.

Segundo Gomes: “[...] tanto as regras legais como a ideologia política podem ser pensadas como mecanismos organizadores do consentimento e controladores do conflito social, através de formas diferenciadas do exercício da coesão e da coerção”⁹⁶.

Com o objetivo de aperfeiçoar o controle dos meios de comunicação foi criada, em 1 de março de 1937, a Agência Nacional de Notícias, a qual desempenhou um papel central na padronização das notícias divulgadas pela imprensa. Tinha como missão principal divulgar os atos da administração federal e as notícias consideradas de interesse público, além de distribuir a publicidade dos órgãos governamentais. Subordinada ao Ministério da Justiça, contava com uma equipe de colaboradores numerosa e altamente qualificada,

⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 56.

o que lhe permitia exercer o monopólio do noticiário impresso e o controle dos programas radiofônicos.

Em 1938, já na vigência do Estado Novo, o DPDC foi transformado em Departamento Nacional de Propaganda (DNP). A mudança teve por objetivo a adequação das funções em face das alterações introduzidas pela Constituição de 1937, que determinou o fim da liberdade de imprensa e estabeleceu a censura a todos os meios de comunicação. A lei prescrevia em seu artigo 122: “Com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”⁹⁷.

Quando o DNP foi criado, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (*1900 +1985), propôs uma divisão do departamento em duas partes: a difusão cultural ficaria a cargo do Ministério da Educação e a publicidade e propaganda continuariam como atribuições do Ministério da Justiça. O Ministro da Justiça, Francisco Campos, foi contrário às mudanças. No entanto, Capanema manteve-se à frente do sistema de radiodifusão educativa.

Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com uma estrutura altamente centralizada, o que permitia ao governo um domínio da vida cultural do país através do controle da informação.

O decreto lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939, que oficializou a criação do DIP, estabelecia que seu objetivo era difundir a ideologia do Estado Novo entre as classes populares e, ainda, orientar, coordenar e centralizar a propaganda interna e externa. A função de exercer o controle dos meios de comunicação e difusão cultural também cabia ao DIP, o que incluía a censura aos conteúdos exibidos no cinema e no teatro. Possuía também atribuições de caráter esportivo e recreativo, como na elaboração de eventos cívicos, nas festas patrióticas, nos concertos musicais, nas exposições, nas conferências e na direção do programa radiofônico oficial do governo Vargas. Tudo isto conferia ao DIP um patamar de super ministério, estruturado através dos setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Possuía articulação nos estados através dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPS).

O DIP exerceu o controle da imprensa utilizando a Agência Nacional como um braço articulado na distribuição das notícias, seja de forma gratuita ou subvencionada, dificultando a existência e o trabalho de empresas jornalísticas independentes⁹⁸. Estabeleceu acordos de cooperação cultural importantes com outros governos, com destaque para a criação de uma secção de intercâmbio

⁹⁷CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 171.

⁹⁸ Fonte: as informações sobre o DIP, sua origem e atuação, são aquelas constantes do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro e os dados disponibilizados pelo CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas.

cultural luso-brasileiro. Dentre os frutos originados desse acordo citamos a revista *Brasília*, publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra e a revista *Atlântico*, publicada em colaboração com o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) português. Outra realização do DIP foi a produção do *Cinejornal Brasileiro*, série de documentários de curta metragem e de exibição obrigatória nos cinemas antes do início das sessões. O *cinejornal* fazia uma crônica cotidiana da política nacional aproveitando o efeito causado nos espectadores pelo impacto dos recursos audiovisuais. Alguns desses filmes foram exportados para países vizinhos como a Argentina, Uruguai e Paraguai.

Durante a Segunda Guerra Mundial foi desenvolvida, pelo governo dos Estados Unidos, uma campanha de penetração cultural no Brasil destinada a barrar a influência alemã no país. O DIP colaborou nessa campanha, apoiando e organizando projetos conjuntos com a agência norte-americana criada para essa finalidade e promoveu a vinda ao Brasil de personalidades como Walt Disney, Orson Welles e Nelson Rockefeller.

O setor de divulgação do DIP instituiu concursos de monografias e reportagens versando sobre temas nacionais. Editou várias coleções como *Brasil, Vultos, Datas e Realizações* e *O Brasil na Guerra*. Para divulgar essas obras foi criada uma rede de bibliotecas em hospitais, quartéis, sindicatos e escolas.

A questão da cultura durante o Estado Novo passou a ser concebida em termos políticos. Diversas revistas culturais foram criadas nesse período com a finalidade de difundir a ideologia oficial. Destacamos as revistas *Ciência Política, Estudos e Conferências* e *Cultura Política*. Esta última, cujo editor era o jornalista Almir de Andrade (*1911 +1991), foi transformada, entre 1941 e 1945, em revista oficial do regime varguista, dirigida e distribuída pelo DIP.

Lourival Fontes ocupou o cargo de Diretor de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, até agosto de 1942, quando foi substituído pelo Major Antônio José Coelho dos Reis (*1898 + 1974), o qual permaneceu poucos meses na função. Em julho de 1943 assumiu a direção do DIP o Capitão Amílcar Dutra de Menezes (*1902 +1980), que foi o diretor do órgão até a sua extinção, em maio de 1945.

2. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A ARTICULAÇÃO DA PROPAGANDA

2.1. A rádio

A radiodifusão no Brasil foi inaugurada em 7 de setembro de 1922, no âmbito da exposição comemorativa do centenário da independência, sendo a primeira transmissão um discurso do então presidente da República, Epitácio Pessoa (*1865 +1942). Na exposição cada país amigo tinha um *stand* onde eram apresentadas novidades tecnológicas. Coube à empresa privada norte-americana *Westinghouse Eletric* fazer uma demonstração de funcionamento da rádio e, para tal, trouxe para o evento todos os equipamentos necessários para

a montagem de uma estação transmissora. O estúdio foi montado no pavilhão norte-americano na feira, na Praia Vermelha, e o transmissor instalado no alto do morro do Corcovado. Com o apoio de oitenta aparelhos receptores e de alto falantes, também trazidos pelos americanos e instalados nas ruas, o discurso do Presidente da República foi ouvido nas cidades de Petrópolis, Niterói e São Paulo, além da cidade do Rio de Janeiro, capital do país.

Após o êxito da experiência, nos meses seguintes, a empresa dos Correios utilizou essa mesma estação para transmitir boletins informativos sobre o clima, preço do café e do açúcar e outras informações de utilidade pública. Segundo Tavares: “[...] essa foi a primeira experiência da utilização do rádio para transmitir informações no Brasil[...]”⁹⁹.

O custo de implantação era elevado e exigia um investimento de capital significativo. A proposta inicial para a criação de uma emissora de rádio foi apresentada ao governo federal pelo médico e escritor Edgard Roquete Pinto (*1864 +1954), contando com o apoio do presidente da Academia Brasileira de Ciências Henry Morize (*1860 +1930). O governo financiou a aquisição dos equipamentos e o projeto foi adiante.

A instalação de facto da primeira emissora de rádio no Brasil ocorreu em 20 de abril de 1923, com a inauguração da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, fundada por Edgard Roquete Pinto e Henry Morize.

Ainda na década de 1920 surgiram emissoras em outras partes do país, como empreendimentos privados de aficionados pela rádio e integrantes das classes mais abastadas da sociedade. Conforme constata Tavares: “Eram entusiastas da rádio, uma vez que pagavam mensalidades para manter as estações funcionando, cuidavam da programação doando discos, escrevendo, cantando, tocando instrumentos e eles mesmos eram os ouvintes”¹⁰⁰. Como exemplo desse modelo citamos a *Rádio Clube de Pernambuco*, fundada, na cidade do Recife, em 1923.

Segundo Ferrareto: “Era como um circuito fechado, que aos poucos foi abrindo suas portas para a participação popular, começando uma nova época, quando o Brasil entrava para a era das comunicações de massa, dos ídolos e dos mitos populares”¹⁰¹.

Na década de 1930 a rádio firmou-se com a introdução dos anúncios comerciais pagos e popularizou-se, entre o público ouvinte, graças às transmissões esportivas, aos programas humorísticos, ao radiojornalismo e às primeiras radionovelas.

A utilização da rádio foi fundamental na divulgação da propaganda política varguista junto às camadas populares. Em 1932 a partir da repercussão da campanha de Franklin Delano Roosevelt (*1882+1945) para a presidência dos

⁹⁹ TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. 2ª edição. São Paulo: Harbra, 1999, p. 47.

¹⁰⁰ TAVARES, Reynaldo C., Ob. Cit., p. 48.

¹⁰¹ FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio, o veículo, a história e a técnica*. 2ª edição. Porto Alegre: Sugra Luzzato, 2001, p. 76.

Estados Unidos, a utilização da rádio como um meio bastante útil de propaganda chamou a atenção de Getúlio Vargas e de seus apoiadores.

A informação transmitida pela rádio já era controlada pelo governo desde 1931, quando foi criado o DOP, o embrião da máquina oficial de propaganda. Esse controle manteve-se com a transformação em DPDC, em 1934.

Em 1931 o decreto 20.047¹⁰², de 1 de maio, definiu a rádio como serviço de interesse público e de finalidade educativa. Este é o primeiro diploma legal que trata da radiodifusão no Brasil. A partir de então, buscou-se difundir seu uso nas escolas e nos estabelecimentos agrícolas e industriais através de uma ampla cooperação entre o governo federal e as demais unidades da federação, como os estados e os municípios e ainda as empresas particulares.

Em 1932 através do decreto nº 21.111¹⁰³, de 1 de março, Vargas autorizou a comercialização dos espaços publicitários pelas emissoras, limitando a sua participação a 10% na programação. Com essa nova fonte de recursos foi possível um maior investimento na aquisição de novos equipamentos e na contratação de funcionários. Como consequência, verificou-se uma maior popularização da programação o que proporcionou ao rádio, no Brasil, viver sua época de ouro entre as décadas de 1930/50, oferecendo entretenimento e informação a um número crescente de ouvintes.

A radiodifusão atingiu um novo patamar, exercendo grande influência e assumindo um papel educativo na formação da opinião pública no campo político, econômico, religioso, social e cultural.

Quadro 7

Evolução da Rádio no Brasil 1937-1945

Ano	Número de emissoras	Número de receptores
1937	63	357.921
1945	111	659.762

Fonte: FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio, o veículo, a História e a técnica*. 2ª edição. Porto Alegre: Sugra Luzzato, 2001, p. 52.

Quando foi criado o DNP, em 1938, estreou um programa chamado *Hora do Brasil*, transmitido diariamente, de segunda a sábado, a partir das 19:00 horas, por todas as emissoras de rádio, com a duração de uma hora, visando a

¹⁰² Fonte: Arquivo Geral da Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília. Disponível In: <http://www.camara.leg/legin/fed/decret/1930-1939>. Acessado em 19/11/2020, às 19:30h.

¹⁰³ Fonte: Idem. Acessado em 19/11/2020, às 19:50h.

divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. A partir de 1939 o programa passou ao encargo do DIP e destinava-se a cumprir três finalidades básicas: informativa, cívica e cultural. Informava em detalhes os atos do presidente da República e as realizações do Estado. Incluía uma programação cultural que pretendia estimular, na visão do governo, o gosto pela boa música, através da audição de cantores consagrados, privilegiando a música brasileira, com um predomínio de compositores nacionais. Tinha, ainda, a função de proporcionar aos ouvintes um maior conhecimento sobre a arte popular e regional em suas diferentes formas de expressão, com a inserção de comentários sobre cultura, descrição dos pontos turísticos do país e a exaltação das belezas naturais do país. A parte cívica era desenvolvida através das recordações do passado, quando se enalteciam os feitos da nacionalidade. Havia ainda um momento do programa destinado à audição de peças de radioteatro, as quais eram produzidas pelos mais destacados dramaturgos da época, que enfocavam os eventos históricos, como a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Com pequenas mudanças na linha editorial esse programa que, em 1972, passou a chamar-se *A Voz do Brasil*, permanece no ar até hoje como o mais antigo programa de rádio exibido no país.

Em 1940, através do decreto-lei nº 2073, de 6 de junho, Vargas criou as empresas incorporadas ao patrimônio da União, que, entre outras, encampou a *Rádio Nacional*, de propriedade do grupo *A Noite*.

Apesar de ser inegável a importância que a rádio assumiu enquanto meio de comunicação de massa no Brasil a partir da década de 1930, o conceito que *a priori* prevalecia sobre o uso da rádio como principal veículo de propaganda do Estado Novo varguista é contrariado pelos estudos mais recentes.

Segundo Gurgueira: “O projeto político de transformar o rádio num instrumento de educação e cultura com vistas à integração nacional teve em Roquete Pinto um de seus principais defensores”¹⁰⁴.

No entanto, conforme analisa Souza: “As políticas de uso do rádio no Estado Novo mostram que, embora os modelos Alemão e Italiano tenham servido de inspiração para o uso do veículo, o resultado foi diferente, apesar dos mecanismos de controle do meio, o governo descartou as propostas de seu amplo uso para a propaganda política”¹⁰⁵.

Lourival Fontes chegou a apresentar um projeto ao governo para a criação de uma grande rádio estatal, com objetivos de fazer propaganda do governo, nos moldes do que foi idealizado na Alemanha por Goebbels, mas a proposta não foi acolhida. Um outro projeto, de autoria do escritor e teatrólogo Genolino Amado (*1902 +1989), também não obteve aprovação.

¹⁰⁴ GURGUEIRA, Fernando Limongeli. *A integração nacional pelas ondas; o rádio no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1995, p. 32.

¹⁰⁵ SOUZA, José Inácio Melo. *A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1990, p. 54.

A trajetória de Genolino Amado e sua importância na evolução da rádio no Brasil foram apresentadas por Costa¹⁰⁶, em sua tese de doutoramento, onde analisa o trabalho e as ideias deste e de outros pioneiros de programas de temática educacional apresentados na rádio.

Segundo Goulart: “A fragmentação da rádio durante o Estado Novo, em ações isoladas, demonstra o receio do governo de fazer uso de um meio tão poderoso de mobilização popular”¹⁰⁷.

Conforme se entende a partir da análise da obra de Capelato¹⁰⁸, o controle da rádio durante o Estado Novo foi seccionado: Lourival Fontes controlava a *Hora do Brasil*; o Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho (*1892 +1974), a partir de 1942 tinha sua faixa própria de atuação dentro do horário governamental; o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, controlava o serviço de radiodifusão educativa, e o poeta e jornalista Cassiano Ricardo (*1894 +1974), encarregava-se do Departamento de Divulgação Político-Cultural da *Rádio Nacional*.

2.2. OS JORNAIS

A análise dos acontecimentos no Brasil, entre 1930 e 1945, período em que Getúlio Vargas exerceu a presidência de forma contínua, permite afirmar que a imprensa exerceu um papel fundamental na sua chegada ao poder, mas também foi com a ajuda desta que o governo foi deposto em 1945.

A Aliança Liberal, movimento político que conduziu Vargas ao poder, contou, inicialmente, com o apoio dos jornais de maior circulação de São Paulo e do Rio de Janeiro, a capital da República. Mas os ares de mudança que inspiraram até mesmo Francisco de Assis Chateaubriand (*1892 +1968), o magnata da imprensa no Brasil, a apoiar o novo regime, logo se dissiparam. A demora do governo provisório em restituir a normalidade democrática ao país provocou insatisfação na população e na imprensa, que passou a defender a constitucionalização do país. Em fevereiro de 1932 um episódio contribuiu para essa tomada de posição. A destruição do parque gráfico do jornal *Diário Carioca* por elementos ligados ao Clube 3 de Outubro¹⁰⁹, desencadeou uma

¹⁰⁶ COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2012.

¹⁰⁷ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: CNPQ, 2000, p. 56.

¹⁰⁸ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

¹⁰⁹ Nome dado a organização política criada no Rio de Janeiro em fevereiro de 1931 por integrantes do movimento tenentista em apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. 3 de outubro é a data do início da revolução, em 1930, que conduziu Vargas ao poder. Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbetes>. Acessado em 10/06/2020 às 10:35.

crise dentro do governo. Maurício Cardoso (*1888 +1938), então Ministro da Justiça, exigiu a apuração das responsabilidades, mas diante do desinteresse de Vargas, Cardoso, juntamente com outros políticos gaúchos, apoiantes da revolução de 1930, afastou-se do governo.

A partir desse episódio e, no decurso da revolução constitucionalista de 1932, a maioria dos órgãos de imprensa no Brasil passou a fazer oposição a Vargas. Os líderes do movimento tenentista, tendo à frente João Alberto Lins de Barros (*1897 +1955), contribuíram com recursos financeiros para a criação de alguns jornais de apoio ao governo, entre eles destacamos *O Radical*, *A Batalha* e *A Nação*.

Durante o Estado Novo, Vargas aprofundou sua incompatibilidade com a imprensa, mas passou a exercer um forte controle através do DIP. Apesar da repressão, surgiu nessa época uma imprensa clandestina que publicava jornais, folhetins e tabloides. Era o caso do tabloide carioca *Liberdade*, que denunciava o amordaçamento da imprensa. Em São Paulo, orientadas por professores e estudantes da USP, surgiram publicações que seriam divulgadas por todo o país, como *Folha Dobrada* (1939) e *Resistência* (1944)¹¹⁰.

A razão fundamental do descontentamento da imprensa com o governo foi a abolição da liberdade de expressão através da outorga da Constituição de 1937. Além dos jornais, o cinema, o teatro e a rádio ficaram submetidos a uma censura prévia. Além disso, a imprensa foi declarada como serviço de utilidade pública, o que obrigava os jornais a publicar os comunicados do governo. Diretores de jornais que não cumprissem com as determinações poderiam ser presos. O DIP foi encarregado de aplicar e fiscalizar o cumprimento dessas medidas e, para isso, criou um registro obrigatório de todos os jornalistas e de todos os jornais junto ao órgão. A partir de 1940, só os jornais cadastrados no DIP recebiam autorização para a importação do papel necessário para seu funcionamento. Dezenas de jornais deixaram de circular e centenas não conseguiram registro. Um dos mais atingidos foi *O Estado de São Paulo*, censurado pelo governo desde 1937 e mantido sob intervenção a partir de 1940, o que obrigou seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho (*1892 +1969), depois de ser preso várias vezes, partir para o exílio em França, em 1938.

O caso que envolve a família Mesquita é emblemático para entender a relação de Vargas com a imprensa. Entusiastas das mudanças que poderiam acontecer no país com a chegada ao poder de um novo grupo político, muitos jornais apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em 1930, mas logo tornaram-se críticos do governo revolucionário (Provisório) quando as transformações não ocorreram, motivo pelo qual apoiaram o movimento que resultou na revolução constitucionalista que eclodiu em São Paulo em 1932. Como consequência da derrota dos revolucionários paulistas, boa parte da

¹¹⁰ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/arquivo-getulio-vargas/verbetes-a-imprensa>. Acessado em 30/08/2020 às 09:12.

diretoria do jornal *O Estado de São Paulo* exilou-se em Portugal, incluindo os irmão Júlio e Francisco Mesquita (*1893 +1969), onde permaneceram até 1933, quando Getúlio Vargas nomeou Armando Sales de Oliveira (*1887 +1945), cunhado dos irmãos Mesquita, interventor em São Paulo, o que permitiu o seu retorno ao Brasil.

A imprensa no Rio de Janeiro, capital da República, no início da década de 1930 contava 23 jornais em circulação. Barbosa¹¹¹, dividiu os principais jornais em quatro grupos e procurou enquadrá-los de acordo com a importância de cada um para a opinião pública naquele período.

No primeiro grupo, incluiu aqueles jornais que, mesmo sendo tradicionais, atravessavam um momento de crise, e, apresentavam um declínio no seu público leitor, como é o caso do **Jornal do Brasil**, fundado em 9 de abril de 1891, pelo jornalista Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas (*1855 +1901), e pelo Jurista Joaquim Nabuco (*1849 +1910). Este é um dos mais antigos jornais brasileiros ainda em circulação. Surgiu como espaço de divulgação de ideias em defesa da monarquia, mas passou por vários redirecionamentos em sua linha editorial ao longo do tempo.

Em 1919, Assis Chateaubriand assumiu a chefia da redação adotando um posicionamento de moderação e de aproximação com as oligarquias que se revezavam no poder. Foi assim que, no final da República Velha, manteve um apoio discreto ao governo de Washington Luiz (*1869 +1957) e posicionou-se contra a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência.

Com a eclosão da revolução de 1930 teve sua sede invadida e seu parque gráfico destruído. Mesmo que tenha voltado a circular cerca de quatro meses após sofrer o ataque, nos anos seguintes, sofreu com a censura e com problemas econômicos.

No decorrer do Estado Novo, para se manter em funcionamento, o *Jornal do Brasil* passou a adotar uma política de conciliação com o governo, seguindo as diretrizes do DIP e apoiando as reformas trabalhista e econômica de Getúlio Vargas. Segundo Ferreira “[...]essa foi a fase de menor prestígio do jornal que precisou se aliar com os políticos governistas para sobreviver”¹¹².

Em 2010 tornou-se o primeiro periódico brasileiro a circular inteiramente digital, mas voltou a ter sua versão impressa publicada em 2018.

Um outro jornal tradicional, **O Imparcial**, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 3 de março de 1912, por José Eduardo de Macedo Soares (*1882 +1967), como órgão de oposição ao governo de Hermes da Fonseca (*1855 +1923). Possuía um *layout* moderno e foi o primeiro jornal carioca a trazer ilustrações em suas páginas.

Em 4 de abril de 1914 sofreu a represália do governo federal e foi fechado, junto com outros jornais, por ter denunciado os excessos cometidos

¹¹¹ BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

¹¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 32.

durante a intervenção federal no estado do Ceará. Voltou a ser impresso, no início de 1915, e circulou de forma contínua até 1922, quando foi novamente fechado por ter feito campanha contra a eleição de Artur Bernardes (*1875 +1955), à presidência da República.

Em 28 de maio de 1935 foi relançado, sob a direção de José Soares Maciel Filho (*1904 +1975), a princípio fazendo uma oposição declarada a Getúlio Vargas e a seu continuísmo no poder. Em editorial publicado na edição do dia 8 de março de 1935 chegou a declarar que “a Revolução de 1930 havia colocado uma gangue no poder, que tinha apenas o objetivo de garantir a ditadura de Vargas”¹¹³.

A partir de 1937, essa orientação editorial que Maciel Filho definia como liberal, foi drasticamente alterada, aliando-se ao governo na campanha contra o perigo comunista. Na edição de 10 de novembro de 1937, data da decretação do Estado Novo, *O Imparcial* publicou um suplemento especial com o título *O Homem Providencial – Getúlio Vargas*, onde saudou a adoção do novo regime e exaltou a figura do presidente, como grande estadista, afirmando que: “[...] este (Vargas) durante os sete anos de governo fora um denominador comum, alcançando de todas as energias nacionais heterogêneas e dispersas a grande força para a realização de uma transformação vital do povo brasileiro”¹¹⁴.

Durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o jornal combateu os países do Eixo e declarou seu apoio aos Aliados. Getúlio Vargas continuou sendo exaltado no noticiário do matutino como “[...] o grande líder, que conduzia corretamente o país mesmo nos momentos de crise”¹¹⁵.

Em 14 de fevereiro de 1942, em editorial com o título *A Despedida*, Maciel Filho anunciou o encerramento das atividades do jornal devido a graves problemas financeiros provocados pela Segunda Guerra Mundial.

Um outro veículo de imprensa tradicional na década de 1930 era **A Gazeta de Notícias**. O jornal foi fundado em 2 de agosto de 1875, na cidade do Rio de Janeiro, por Emanuel Carneiro (*1836 +1904), José Ferreira de Araújo (*1825 +1900) e Elísio Mendes (*1852 +1926). Surgiu para combater a monarquia e defender a abolição da escravatura no Brasil. Foi em suas páginas que José do Patrocínio (*1853 +1905) começou a campanha abolicionista. Teve ainda, entre seus colaboradores, Machado de Assis (*1839 +1908), Euclides da Cunha (*1866 +1909), Eça de Queiroz (*1845 +1900) e Ramalho Ortigão (*1836

¹¹³ Fonte: Jornal *O Imparcial*, edição de 8 de março de 1935, matéria de capa. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete-tematico/oimparcial>. Acessado em 08/09/2020 às 10:27.

¹¹⁴ Fonte: Jornal *O Imparcial*, edição de 10 de novembro de 1937, suplemento especial, p. 2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete-tematico/o-imparcial>. Acessado em 10/09/2020 às 10:42.

¹¹⁵ MELO SOUZA, José Inácio de. *A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo: USP, 1990, p. 67.

+1915). Após o fim da monarquia e durante a República velha, caracterizou-se como um jornal de apoio ao governo e aos grandes proprietários rurais.

Em 1923 assumiu a direção do jornal Vladimir Bernardes (*1893 +1956), que seria seu proprietário até 1949. Mantendo sua linha editorial, em 1929, apoiou o candidato governista, Júlio Prestes (* 1882 +1946) na campanha para a presidência da República. Quando eclodiu a Revolução de 1930, a sede do jornal foi invadida, destruída e incendiada por populares. Em 1934, após a reconstrução da sede e a compra de novos equipamentos, retornou à circulação e, a partir de então, passou a apoiar abertamente o governo Vargas.

Em 1935 combateu a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e defendeu as medidas tomadas para reprimir os comunistas. Passou então a divulgar as ideias integralistas naquilo que interessava a Vargas.

Nas matérias sobre política internacional, seguidamente divulgava notícias veiculadas pela *Transocean*, agência de notícias do governo nazista alemão. Conforme ressalta Carone: “essa simpatia, provavelmente, contava com uma contrapartida financeira”¹¹⁶.

Em 1937 apoiou o golpe que fundou o Estado Novo, rompeu com os integralistas no ano seguinte e manteve-se alinhado ao governo Vargas. Esse compromisso pode ser verificado na defesa das reformas da lei trabalhista, em 1940, e no apoio à implantação do programa siderúrgico em 1941.

Durante a Segunda Guerra Mundial externou, em suas páginas, simpatia pelos países do Eixo, defendendo a Alemanha e tecendo comentários sempre elogiosos à figura de Mussolini, retratado como “o grande benfeitor do povo italiano”¹¹⁷. O resultado foram as pressões que *A Gazeta* sofreu por parte de grupos ligados aos interesses norte-americanos. O revés financeiro provocado pelo boicote as verbas de publicidade levaram Vladimir Bernardes a vender o jornal alguns anos mais tarde.

Um segundo grupo, na classificação elaborada por Barbosa, era formado pela chamada grande imprensa, grupo de jornais de maior circulação e com maior influência junto à opinião pública. Fazem parte deste grupo dois jornais matutinos: *Correio da Manhã* e *A Manhã* e, dois vespertinos: *A Noite* e *O Jornal*.

O ***Correio da Manhã*** foi fundado, em 15 de junho de 1901, na cidade do Rio de Janeiro, por Edmundo Bittencourt (*1866 +1943), como jornal de oposição ao governo de Campos Sales e circulou até 8 julho de 1974, quando foi extinto. Caracterizou-se por fazer oposição a quase todos os presidentes brasileiros, razão pela qual sofreu represálias e foi fechado em diversas ocasiões e seus dirigentes encarcerados.

¹¹⁶ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1975, p. 76.

¹¹⁷ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/arquivo-getulio-vargas/verbetes-a-imprensa>. Acessado em 15/09/2020 às 15:52.

Durante a Primeira Guerra Mundial, contrariando a opinião dominante na imprensa, manifestou simpatia pela Alemanha. Sempre coerente com o enfrentamento às oligarquias, foi um dos poucos jornais a apoiar os levantes tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro e 1924, em São Paulo.

Fez oposição declarada ao governo de Washington Luís e, no final da República Velha, apoiou a Aliança Liberal, noticiando a evolução do acordo entre as lideranças políticas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Com a divulgação do resultado das eleições que deram a vitória a Júlio Prestes (*1882 +1946), passou a apoiar a revolução que culminou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, mas durante o governo provisório, manifestou-se contra a demora de Vargas em convocar uma assembleia constituinte.

Durante o Estado Novo sua linha editorial oscilou entre momentos em que apoiou o governo e, em outros, por fazer duras críticas, sofreu com a censura.

Segundo Gasparian: “Durante grande parte de sua existência foi um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, destacando-se como um jornal independente, de tradição legalista e oposicionista em diversos momentos da vida política do país”¹¹⁸.

A Manhã foi fundado em 13 de maio de 1926, na cidade do Rio de Janeiro, por Aparício Torelly (*1895 +1971), que, usando o pseudônimo de Apporelly era o autor da maior parte dos artigos publicados na fase inicial do jornal.

Surgiu como um semanário de sátira política e de costumes. Foi publicado até 1952, quando foi extinto. A utilização de pseudônimos foi o artifício utilizado por vários de seus articulistas ilustres, com destaque para Manuel Bandeira (*1886 +1968) e Henrique Pongetti (*1898 +1979). Com diagramação moderna para a época, utilizava os recursos de fotomontagem, charges e caricaturas, sendo pioneiro, no Brasil, na utilização desse tipo de elementos. Possuía secções de economia, política, esportes, noticiário policial e literatura, além de um suplemento bem-humorado, produzido por correspondentes estrangeiros e escrito na maneira como os imigrantes italianos, alemães e portugueses falavam a língua portuguesa. O diagramador e chargista paraguaio Andrés Guevara (*1904 +1963), foi o responsável pelo projeto gráfico desde a criação do jornal e manteve-se como um de seus mais importantes colaboradores até a década de 1950, introduziu modernas técnicas de paginação e influenciou várias gerações de chargistas, diagramadores e cartunistas brasileiros. Não sendo um jornal diário, circulou, em alguns períodos, como suplemento semanal em outros jornais, nomeadamente em 1929, quando foi distribuído como encarte pelo *Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand, divulgando o programa da Aliança Liberal e, alcançando recordes de tiragem.

Devido ao carácter crítico de suas matérias, a partir de 1930, foi censurado e fechado em várias ocasiões e seus diretores foram mantidos presos por

¹¹⁸ GASPARIAN, Fernando. *Jornais de ontem e de hoje*. Porto Alegre: Sigma, 1999, p. 82.

longos períodos. Torelly adotou, nessa época, o pseudônimo de Barão de Itararé, como uma alusão irônica à batalha que nunca aconteceu, mas que poderia ter mudado os rumos da revolução de 1930.

Entre o final de 1936 e a decretação do governo ditatorial de Vargas, em novembro de 1937, Torelly direcionou suas críticas aos regimes de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar, evitando um confronto com a extrema-direita no Brasil. Mesmo assim, em dezembro de 1937 o jornal foi novamente fechado.

Em maio de 1941, voltou a circular, sob a direção do jornalista e escritor Cassiano Ricardo (*1895 +1974), passando a ter edições diárias, transformado em órgão oficial do Estado Novo e, neste formato, permanecendo até meados de 1945. Conforme depoimento do próprio diretor, o jornal pretendia divulgar as diretrizes propostas pelo regime, junto a um público o mais diversificado possível. A constituição de 1937, por exemplo, era apresentada de forma didática, com trechos publicados diariamente nas páginas do matutino.

O jornal, nesse período, publicava dois encartes semanais em formato tablóide, os quais alcançaram grande repercussão junto ao público leitor: *Autores e livros*, sob a direção do jornalista Múcio Carneiro Leão (*1898 +1969), e *Pensamento da América*, sob a direção do escritor e diplomata Rui Ribeiro Couto (*1868 +1969).

Em julho de 1945, a justiça determinou a reintegração de posse do jornal aos seus antigos proprietários e, mais uma vez, Aparício Torelly assumiu a direção de seu jornal que, com a mesma ironia que sempre o caracterizou, passou a divulgar as notícias da queda do regime varguista: “Além dos aviões de carreira há qualquer coisa no ar”¹²⁰.

Dentre os jornais vespertinos, de grande importância foi **A Noite**, fundado, na cidade do Rio de Janeiro, por Irineu Marinho (*1876 +1925), em 19 de junho de 1911 e, extinto em 27 de dezembro de 1957. Após um desentendimento com a direção da *Gazeta de Notícias*, onde Marinho era secretário-geral, junto com mais treze jornalistas fundou o novo periódico. Caracterizou-se, nos primeiros anos, como um jornal de oposição a elite oligárquica que controlava a política nacional e de defesa das ideias dos grupos urbanos e das oligarquias dissidentes.

Em 1925, Irineu Marinho, doente e de partida para a Europa transferiu suas cotas para Antônio Geraldo Rocha Filho (*1881 +1959), que irá promover profundas modificações no jornal. Do ponto de vista material, destaca-se a aquisição de novos equipamentos de impressão e a construção de uma nova e imponente sede, um edifício de 23 andares na Praça Mauá, que foi inaugurada em 1929. A linha editorial também sofreu uma modificação radical, passando a apoiar de forma irrestrita as oligarquias dominantes.

¹²⁰ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete-tematico/a-manha>. Acessado em 30/09/2020 às 13:42.

Em setembro de 1930 o grupo *A Noite* lançou a revista *Noite Ilustrada*, de periodicidade semanal, com a utilização de técnicas de paginação moderna, era dedicada a literatura e às artes.

Na campanha presidencial para a sucessão de Washington Luís, depois de uma neutralidade inicial, Geraldo Rocha declarou apoio ao candidato Júlio Prestes (*1882 +1946), e enalteceu sua vitória mesmo após a denúncia de fraudes nas eleições. Durante as semanas que antecederam a eclosão da revolução de 1930 abriu espaço para aqueles que defendiam a legalidade e eram contrários ao movimento revolucionário. Esse posicionamento provocou a invasão da sede do jornal pelos apoiadores da Aliança Liberal, resultando num incêndio e na destruição dos equipamentos. Voltando a circular algumas semanas depois, o jornal passou a defrontar-se com novas dificuldades. Geraldo Rocha possuía dívidas com a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande a qual era administrada por um grupo de empresários franceses através de uma empresa multinacional denominada *Brasil Railwais*. A execução judicial das dívidas fez com que o Grupo *A Noite* passasse ao controle do capital estrangeiro, em 1931.

Sob a nova administração o grupo jornalístico recebeu um novo aporte de capital e, sob por iniciativa do Jornalista João Carvalho Neto (*1888 +1949), contratado para ser o novo diretor, foram lançadas duas outras revistas semanais: *Carioca*, dedicada ao cinema, ao rádio e ao teatro e *Vamos Ler*, de gênero mais literário do que jornalístico. Ambas as revistas eram dirigidas pelo jornalista e teatrólogo Raimundo Magalhães Júnior (*1907 +1981).

Em 1936 *A Noite* inaugurou uma emissora de radiodifusão, a *Rádio Nacional*, com o objetivo de complementar a tarefa informativa do jornal.

Em de 8 de março de 1940, o decreto nº 2.073 determinou a incorporação da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e de todas as empresas a ela filiadas ao patrimônio do governo federal, incluindo a *Rádio Nacional* e o jornal *A Noite*. Passando a fazer parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, a administração de *A Noite* ficou a cargo do superintendente do órgão, coronel Luís Carlos da Costa Neto (*1898 +1972). A direção de redação foi entregue ao jornalista André Carrazzoni (*1897 +1982). A partir de então o compromisso com a informação e a liberdade de opinião foi comprometida e o jornal foi transformado em veículo de divulgação oficial do governo.

Segundo Carvalho Neto: “a independência de *A Noite* incomodava o governo e a alternativa foi transformá-lo num ‘diário oficial’ [...] assim, nos 17 anos de encampação transformou-se por decreto em órgão de elogio obrigatório a todos os governos”¹²¹.

Para concluir esse grupo de jornais de maior circulação, analisamos **O Jornal**, vespertino criado na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1919,

¹²¹ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/verbete-tematico/a-noite>. Acessado em 07/10/2020 às 14:19.

por Renato de Toledo Lopes (*1889 +1963), e um grupo de jornalistas dissidentes do *Jornal do Commercio*. Foi extinto em abril de 1974.

De início possuía uma linha editorial moderada e independente, não alinhada com nenhum grupo político.

Em 2 de outubro de 1924 foi adquirido por Assis Chateaubriand, tornando-se o elo inicial dos *Diários Associados*. A partir de então, transformou-se em órgão de oposição ao governo de Artur Bernardes (*1875 +1955), defendendo uma maior participação do capital estrangeiro no país e combatendo o poder das oligarquias. Chateaubriand aproximou-se, ao longo da década de 1920, das lideranças do movimento tenentista que representavam o principal polo de oposição ao governo e, de Getúlio Vargas, a quem apoiou nas eleições presidenciais de 1930.

Segundo Barbosa: “foi a partir dessas relações que Chateaubriand foi construindo sua rede de interconexões que veio a fazer os *Diários Associados*, um verdadeiro Estado dentro do Estado”¹²². A presença constante de Vargas na sede de *O Jornal*, levaram o jornalista e escritor Austregésilo de Ataíde (*1898 +1993), redator-chefe do periódico, afirmar que: “a opção revolucionária ao resultado das eleições de 1930, nasceu da conspiração entre Vargas e Chateaubriand”¹²³.

Apesar dessa proximidade inicial com Vargas, durante o governo provisório surgiram divergências que levaram a ruptura nas relações entre o *Barão da Imprensa*, alcunha pela qual Chateaubriand ficou conhecido, e o Presidente da República. *O Jornal*, temeroso da instalação de uma ditadura no Brasil, passou a defender a rápida reconstitucionalização do país, aliando-se aos revolucionários paulistas de 1932 e divulgando seus ideais. Em consequência, após a revolução ser sufocada pelas tropas governistas, o periódico teve sua sede invadida e seu maquinário apreendido. Chateaubriand exilou-se na Europa durante alguns meses, período em que as instalações de *O Jornal* foram utilizadas pelos aliados de Vargas para imprimir uma folha governista intitulada *A Nação*.

No início de 1933, Chateaubriand voltou do exílio e recuperou o controle do jornal, nomeando seu sogro, Zózimo Barroso do Amaral (*1903 +1985), diretor geral. Sendo o novo diretor partidário da linha governista isso influenciou na nova linha editorial do vespertino que passou a apoiar entusiasticamente as medidas repressivas do governo. Esta nova orientação permitiu a reaproximação entre Vargas e Chateaubriand. Segundo Leal: “Chateaubriand aproximou-se então da ala mais conservadora da política Getulista [...] isto fez

¹²² BARBOSA, Marialva. *A história da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 87.

¹²³ Fonte: Revista *Veja*, edição de 1º de maio de 1974, entrevista com Austregésilo de Ataíde. São Paulo: Editora Abril, 1974, pp. 3-5.

com que *O Jornal* desencadeasse violenta campanha contra a ANL e seu líder, Luiz Carlos Prestes e contra a revolta comunista de 1935”¹²⁴.

Mas as antigas divergências entre Vargas e Chateaubriand não estavam totalmente superadas. Em 1936, *O Jornal* apoiou a candidatura do redator-chefe do jornal *O Estado de São Paulo*, Armando Sales de Oliveira (*1887 +1945) à presidência da República. É importante destacar as boas relações que existiam entre os dois periódicos, que costumavam citar matérias um do outro e se diziam coirmãos.

Apesar desse novo imbróglio, a oposição a Vargas às vésperas do golpe de 1937 foi moderada e, durante o Estado Novo, adotou uma linha mais pragmática para evitar possíveis represálias das forças do governo. Elogiava os feitos do governo sempre que possível e abstinha-se de se posicionar sobre os temas mais polêmicos. Durante esse período Chateaubriand diversificou seus investimentos e, gradativamente, se afastou de *O Jornal*. Mas em um de seus editoriais ele declara apoio à Vargas e o Estado Novo, afirmando que: “[...] é necessário atravessar um túnel, na esperança de que o futuro abra perspectivas para a restauração de um regime democrático [...]”¹²⁵.

Ainda, segundo Barbosa, existiam aqueles jornais de pouca expressão, de baixa tiragem e de circulação mais limitada, dirigidos a um público mais específico. Dentre estes, analisamos: *A Batalha*, *A Nação* e, *O Radical*.

A Batalha foi um matutino carioca fundado em 20 de dezembro de 1929 por Pedro Mota Lima (*1898 +1966). Deixou de circular em 1940. Segundo seu fundador, *A Batalha* foi fundado com o objetivo exclusivo de apoiar a Aliança Liberal. A criação deste periódico foi fruto de uma convergência de interesses de grupos distintos da sociedade. Conforme relatos do jornalista João Barreto Leite Filho (*1906 +1987), o jornal estava ligado a um grupo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, que defendia a união da classe operária com outros setores da sociedade dentro do movimento aliancista¹²⁶. Ainda segundo Barreto Leite, os recursos para a instalação do jornal foram fornecidos por João Pallut (*1876 +1959), um dos maiores banqueiros do jogo do bicho no Rio de Janeiro, a quem interessava encobrir suas atividades ilegais. Além disso Pallut era um elemento de ligação com um grupo de políticos de Minas Gerais vinculados a Artur Bernardes e que tinham interesse em divulgar suas propostas políticas através de um órgão de imprensa. O único ponto em comum que pode ser encontrado entre os diversos

¹²⁴ LEAL, Carlos Eduardo. O Jornal. In: ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós – 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 2864.

¹²⁵ Fonte: *O Jornal*, edição de 11 de novembro de 1939, p. 3. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete-tematico/o-jornal>. Acessado em 09/10/2020 às 18:26.

¹²⁶ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete-tematico/a-batalha>. Acessado em 10/10/2020 às 09:25.

interesses representados no jornal era o apoio à Aliança Liberal. Em seus artigos eram ressaltadas as possibilidades de identificação entre os diversos segmentos envolvidos nessa aliança política, sendo acentuada a afinidade entre o movimento operário e o tenentismo. Nesse período, para além do engajamento político-eleitoral, *A Batalha* denunciou continuamente o fracasso do governo de Washington Luís no campo econômico, especificamente nas políticas de valorização do café e de estabilização cambial.

Em 1930, Pedro Mota vendeu o jornal para João Pallut, provocando com isso uma mudança na linha editorial, com o abandono de uma linguagem política mais radical e adotando uma postura mais moderada. Com a vitória da revolução de 1930, desapareceu a principal razão do jornal existir.

Durante o governo provisório, seguindo a orientação dos políticos ligados a Pallut, as matérias jornalísticas dirigiam críticas a todos os que se opunham ao jogo do bicho, com denúncias à repressão policial aos bicheiros e faziam a defesa dos interesses dos integrantes do grupo de Artur Bernardes. À medida em que as divergências entre o grupo mineiro e o governo se acentuaram o jornal se aproximou da oposição.

Em 1932, *a Batalha*, tendo como editor-chefe o jornalista Júlio de Carvalho Barata (*1905 +1991), apoiou abertamente a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Essa atitude lhe valeu sérios problemas financeiros, que se agravaram ao longo de 1933, fazendo com que Pallut entregasse o jornal aos credores no final desse ano. Djalma Pinheiro Chagas (*1884 +1962), político mineiro e ex-aliado de Vargas, assumiu a direção do matutino e adotou uma linha de intensa oposição ao governo.

Essa situação veio a mudar poucos meses depois, sendo o jornal vendido a Júlio Barata que assumiu todas as dívidas. Para manter o matutino em funcionamento, o novo proprietário vendeu as máquinas impressoras a Roberto Marinho (*1904 +2003), e passou a imprimir *A Batalha* nas oficinas do *Diário de Notícias*. No entanto, Júlio Barata já havia se comprometido com Vargas a apoiar seu governo. Interessado na recuperação econômica do jornal o governo federal concedeu *A Batalha* a publicidade do Instituto Brasileiro do Café, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros órgãos. Graças a esses contratos, a situação financeira do jornal foi saneada. Coerente com a nova linha adotada, *A Batalha* combateu duramente a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Intentona Comunista de novembro de 1935. Em 1937 apoiou as medidas adotadas por Vargas ao decretar o Estado Novo.

Em 1938, apesar de ter sido acusado de apoiar os integralistas e de imprimir uma orientação fascista a seu jornal, Júlio Barata afirma que *A Batalha* criticou veementemente o golpe integralista de maio daquele ano e foi contrário à política expansionista da Itália e da Alemanha.

Em 28 de dezembro de 1939, Júlio Barata foi nomeado diretor do setor de radiodifusão do DIP, impossibilitado de escrever em seu jornal por estar vinculado a um órgão do governo, vendeu seu título às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

Também direcionado a um público específico, um outro jornal integrante desse grupo foi **A Nação**. Matutino carioca, lançado em 14 de janeiro de 1933, por José Soares Maciel Filho (*1904 +1975). Sua criação contou com o apoio do chefe de polícia do distrito federal João Alberto Lins de Barros (*1897 +1955).

A partir do início da Revolução Constitucionalista em São Paulo e até a promulgação da Constituição de 1934, foi decretada censura prévia a todos os jornais da cidade do Rio de Janeiro, à época a capital da República. Ocorre que a maioria dos jornais em circulação no Rio de Janeiro, durante o governo provisório de Vargas, faziam oposição ao governo. Foi neste contexto que João Alberto, oriundo do movimento tenentista e apoiador de Vargas, preocupado em organizar órgãos de imprensa favoráveis ao governo, tutelou a fundação de alguns jornais e, entre estes, *A Nação*.

Segundo o depoimento de Hilcar Leite (*1914 +1991), citado por Gomes: “[...] os fundos mobilizados para esses investimentos tinham origens as mais variadas, provindo desde banqueiros do jogo do bicho, como João Pallut, até mesmo uma ‘verba secreta’ do governo, destinada, especialmente, a melhorar a imagem de Vargas”¹²⁷.

A sede e o maquinário utilizados, inicialmente, para produzir *A Nação* pertenciam ao periódico *O Jornal* ocupado pelo governo. Contando com um grupo eclético de colaboradores, todos homens de confiança de João Alberto, *A Nação* tinha como diretor geral o médico sanitarista Artur Neiva (*1880 +1943) e como redator-chefe o também médico e jornalista Antônio José de Azevedo Amaral (*1881 +1942).

Poucos meses após sua fundação, a propriedade foi transferida para Artur Rodolfo de Carvalho (*1888 +1957), que também era proprietário do periódico *O Radical*. No entanto, Maciel Filho continuou à frente do jornal como diretor administrativo.

Sob a coordenação gráfica do artista plástico luso-brasileiro Fernando Correia Dias (1892* +1935), adotou um tom leve e diversificado em suas matérias. *A Nação* tinha como público-alvo a classe trabalhadora urbana e possuía boa aceitação popular. Contava com duas equipes de redatores, sendo uma para a edição do jornal propriamente dita e outra para os cadernos dos suplementos literário, feminino, esportivo, infantil, etc., sendo que estes eram publicados diariamente, de forma alternada. O editor dos suplementos era o jornalista de nacionalidade russa Adolfo Aizen (*1904 +1991), reconhecido como um dos pioneiros das histórias em quadrinhos no Brasil.

Em 1935, o jornal foi vendido para o político gaúcho Pedro Vergara (* 1895 +1979), e adotou uma linha de combate às ideias comunistas engajando-se na defesa da aprovação da Lei de Segurança Nacional, campanha esta que se intensificou após o levante comunista de novembro de 1935. Apoiou, desde a

¹²⁷GOMES, Ângela Maria de Castro; ROCHA, Dora e STOTZ, Eduardo. *Velhos Militantes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1988, p. 124.

primeira hora, a candidatura oposicionista de Armando Sales de Oliveira para as eleições presidenciais que deveriam ocorrer em janeiro de 1938.

Em 1937 deu ampla divulgação à suposta descoberta de uma conspiração comunista, o chamado Plano Cohen, que, como se descobriu depois, foi forjado pelo governo. Embora apoiasse as medidas de combate às forças subversivas, defendia a manutenção da legalidade constitucional e do processo eleitoral em curso. Em 5 de dezembro de 1937, algumas semanas depois da decretação do Estado Novo, Pedro Vergara afastou-se da direção do jornal, sendo substituído por João Abellard França (*1896 +1972).

Segundo Ferreira: “[...] a partir de então, o matutino passou se definir como órgão de opinião nacional, defendendo a concretização de um ‘Estado Forte’ e transformando-se assim, num veículo de exaltação da figura de Getúlio Vargas”¹²⁸. *A Nação*, Deixou de circular em 1939.

Completando esse grupo de jornais, analisamos **O Radical**. Matutino carioca fundado por João Alberto Lins de Barros, em 1º de junho de 1932, e extinto em 9 de outubro de 1954. Trazia no seu subtítulo: *A Voz da Revolução*, definindo-se como órgão destinado a defender e propagar os princípios da Revolução de 1930 segundo a concepção dos “tenentes”, no seio da classe trabalhadora. Surgiu no mesmo contexto e com os mesmos objetivos do periódico *A Nação*. Sob a chefia de redação de André Carrazoni, caracterizava-se pela ênfase no noticiário trabalhista, sindical e policial, procurando atingir a classe operária, à qual se destinava. Dava ampla cobertura às greves de trabalhadores, a atuação dos sindicatos e as condições de vida dos operários. Fez oposição à revolução constitucionalista de 1932, enfatizando o caráter separatista e antipatriótico dos revoltosos paulistas. Com o término do movimento revolucionário, João Alberto afastou-se da direção do jornal e o vendeu a Rodolfo de Carvalho, também proprietário de *A Nação*. A linha política do jornal manteve-se inalterada, com o apoio ao governo Vargas, apenas aprofundando sua vertente popular, voltada para o operariado urbano.

No processo eleitoral para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, foi um importante aliado do Partido Autonomista, fundado na cidade do Rio de Janeiro, pelo interventor Pedro Ernesto Batista (*1884 +1942), com o objetivo de defender na constituinte a autonomia política e administrativa do Distrito Federal. O novo partido tendo *O Radical* como seu principal órgão de divulgação, obteve ampla vitória, elegendo seis dos dez representantes cariocas na Assembleia Constituinte.

Nos meses que antecederam a eleição do presidente da República através da Assembleia Constituinte, *O Radical* declarou seu apoio à candidatura de Vargas e desempenhou um papel importante na divulgação de suas ideias, exaltando as suas qualidades e enaltecendo suas ações como governante.

¹²⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 96.

Em 1935, nas eleições legislativas, novamente o periódico carioca apoiou a candidatura dos representantes do Partido Autonomista, que veio a alcançar uma expressiva vitória, conquistando oito das dez cadeiras da bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados e vinte cadeiras de um total de vinte e quatro, na Câmara Municipal. Também prestou apoio a Pedro Ernesto, eleito prefeito do Distrito Federal pela Câmara de Vereadores.

Com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, começaram as divergências com o governo federal. O Jornal passou a criticar a repressão feita contra as greves e o movimento sindical e passou a apoiar e divulgar as ideias da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente constituída pelos comunistas e demais opositores ao governo. O *Radical*, entretanto, foi contrário ao levante comunista liderado pela ANL em novembro de 1935.

Nos meses seguintes dedicou-se a cobrir a obra administrativa realizada por Pedro Ernesto, dando destaque aos planos de reformulação nas áreas da educação, legislação social e saúde.

Em maio de 1936, Pedro Ernesto foi preso, acusado de ter ligações com os comunistas e as divergências entre o jornal e o governo federal aprofundaram-se. Devido a sua posição de contestação às medidas adotadas, Rodolfo de Carvalho e a maior parte dos colaboradores do matutino foram presos, o que impossibilitou sua circulação por algumas semanas. O *Radical* voltou novamente a circular com a contratação do jornalista Mário de Sousa Martins (*1913 +1994), a quem coube organizar precariamente a redação. Com a libertação da equipe e a normalização das atividades, Martins foi efetivado como redator-chefe, mantendo a linha editorial de oposição às medidas repressivas e ao estado de guerra decretado pelo governo. Durante essa fase, O *Radical* caracterizou-se também pelo seu antifascismo. Na esfera internacional, posicionou-se a favor dos republicanos que lutavam contra as tropas franquistas na Guerra Civil Espanhola (1936-39). Internamente, fez campanha contra o integralismo, publicando artigos contra a Ação Integralista Brasileira (AIB) e seu líder, Plínio Salgado (*1895 +1975).

A despeito de sua postura crítica e das punições que sofreu, O *Radical* manteve seu apoio a Getúlio Vargas. A proposta do jornal era preservar a figura do presidente da República, reservando todas as culpas para os seus auxiliares. Essa postura explicava-se pela tentativa de burlar a censura à imprensa imposta com a decretação do estado de sítio, em novembro de 1935, mas também, pela grande admiração pessoal que Rodolfo de Carvalho nutria por Vargas.

Durante a campanha para as eleições presidências previstas para janeiro de 1938, apoiou o candidato situacionista José Américo de Almeida (*1887 +1980) e moveu intensa campanha contra Armando Sales de Oliveira, candidato da oposição, denunciando suas ligações com empresa norte-americana *Bond and Share*.

Com a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, e a consequente interrupção do processo eleitoral, manteve sua posição de crítica

às medidas repressoras adotadas pelo governo, mas preservando a figura de Vargas. Além disso, deu ampla cobertura aos projetos do governo e promoveu campanhas de cunho nacionalista, na implantação da siderurgia, da nacionalização da marinha mercante e da aviação comercial. Com o objetivo de divulgar esses temas e os tornar conhecidos entre as camadas mais humildes da população, que constituíam seu principal público, *O Radical* criou um slogan que dizia “Trigo para o homem, petróleo para a máquina, siderurgia para a segurança nacional”¹²⁹. Graças a esse posicionamento, de apoio pessoal a Vargas e a seus projetos, apesar das críticas que dirigia aos integrantes do governo, *O Radical* foi poupado pela censura em algumas ocasiões.

Durante todo o Estado Novo *O Radical* gozou de grande aceitação popular, atingindo uma tiragem de 20 mil exemplares diários, que eram vendidos principalmente na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro. Em 1945, com a luta pela redemocratização do país, passou a ser o porta-voz da campanha “queremista”, movimento popular que surgiu no Rio de Janeiro e que defendia a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República, porém sob um regime constitucional. Através de suas páginas popularizou-se o lema: “Constituinte com Getúlio”. Com a deposição de Vargas pelos militares, em outubro de 1945, e a eleição de Eurico Gaspar Dutra (*1883 +1974) para a presidência, o jornal manteve uma posição de neutralidade, não fazendo críticas ao novo presidente, mas também não dando apoio ao seu governo.

Foi extinto em outubro de 1954 através de uma ação executiva, movida pelo Banco do Brasil, por não conseguir saldar suas dívidas.

Concluindo a análise a partir da lista de jornais elaborada por Barbosa, nos deparamos com os novos periódicos daquela época, jornais que iriam adquirir importância e conquistar um grande público leitor nos anos seguintes. São eles o *Diário Carioca* e *O Globo*.

Um dos jornais novos era, portanto, o ***Diário Carioca***, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1928, por José Eduardo Macedo Soares. Foi publicado até dezembro de 1965. Nasceu, no final da República Velha, com a finalidade de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Apoiou a revolução que conduziu Vargas ao poder, encarando-a como a solução para os problemas do país. A manchete de primeira página na edição de 24 de outubro de 1930 destacava: “A Redenção Brasileira – vitoriosa em todo o país a Cruzada Santa da Liberdade Nacional”¹³⁰. Apesar do entusiasmo inicial, rompeu com Vargas durante o Governo Provisório, acusando o presidente de

¹²⁹ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1975, p. 35.

¹³⁰ Fonte: Jornal *Diário Carioca*, edição de 24 de outubro de 1930, matéria de capa. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/verbete-tematico/diario-carioca>. Acessado em 11/10/2020 às 21:17.

não cumprir com as promessas da revolução e de ser incompetente para resolver os problemas do país.

Em janeiro de 1932, o jornalista Horácio de Carvalho (*1857 +1953) assumiu a direção do jornal, mas Macedo Soares foi mantido no cargo de orientador político e articulista. As principais críticas eram dirigidas aos antigos integrantes do movimento tenentista, investidos em funções importantes no governo logo após a vitória da revolução. A defesa pela constitucionalização do país levou o jornal a endurecer as críticas e sofrer duras represálias.

Em 25 de fevereiro de 1932 a sede do jornal foi invadida e destruída, por um grupo de soldados, sob a liderança do filho do interventor no Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista. Os prejuízos materiais provocados foram grandes, além dos ferimentos sofridos por dois funcionários, o que impossibilitou a circulação do *Diário Carioca* por algumas semanas.

Na análise de Edgard Carone, o ataque ao *Diário Carioca* foi uma resposta a decretação do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, interpretado como uma concessão de Vargas aos defensores da constitucionalização rápida, posição apoiada pelo jornal, o que era contrário aos interesses tenentistas. Segundo afirma Carone: “A destruição do jornal foi uma etapa da luta entre as oligarquias e o tenentismo em torno do problema da constitucionalização”¹³¹.

A destruição dos equipamentos do jornal provocou uma crise dentro do governo em função das divergências surgidas entre aqueles, liderados pelo Ministro da Justiça, Maurício Cardoso (*1888 +1938), que exigiam uma apuração imediata do ocorrido e a punição dos responsáveis e os que, liderados pelo Ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro (*1871 +1950), defendiam a adoção de novas medidas de censura, como forma de conter os jornais de oposição. A crise culminou com a renúncia coletiva dos políticos gaúchos, aliados de Maurício Cardoso, que ocupavam cargos no Governo Provisório.

Em 5 de abril de 1932 o jornal voltou a circular e continuou fazendo oposição ao Governo Provisório, defendendo a constitucionalização e a volta do país à normalidade democrática. Mantendo-se coerente com essa linha política, apoiou integralmente a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932.

Em 1933, Macedo Soares foi eleito deputado constituinte, pela bancada do Rio de Janeiro, afastando-se de suas funções no *Diário Carioca*, que continuou sob a direção de Horácio de Carvalho. As críticas ao governo continuaram, mas eram pontuais, contra as ações dos ministros de Estado ou dos interventores estaduais. A figura e a imagem pública de Getúlio Vargas eram sempre poupadas nas suas matérias.

Com a promulgação da nova Constituição, em fevereiro de 1934, os objetivos que motivaram a campanha pela constitucionalização do país

¹³¹ CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991, p. 29.

estavam alcançados. A partir de então, o *Diário Carioca* passou a defender o governo Vargas, passando a noticiar as questões de interesse nacional de forma bastante parcial. O apoio a Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935, foi destacado em editorial: “O governo, armado dos poderes que lhe vai dar a Câmara, defenderá a segurança do regime, não lhe aconselharíamos excessos criminosos, que só serviriam para criar mártires, mas de certo, a repressão aos maus elementos, aos agitadores e aos terroristas, deve ser feita de forma inflexível e enérgica”¹³². Dentro dessa linha política, fez cerrada oposição ao levante comunista de novembro de 1935.

Quando foi decretado o Estado Novo, o jornal acolheu com reservas a Constituição outorgada de 1937. No entanto, a partir de 1938, quando criticou a tentativa de golpe dos integralistas, e até ao fim do regime ditatorial, apoiou o governo Vargas. Esse apoio se justificava, segundo afirma Junqueira, porque: “Acreditando que os objetivos maiores do tenentismo estavam a ser finalmente concretizados, o *Diário Carioca* defendia a ideia de que era necessário um governo forte e autoritário como forma de defender a democracia das ameaças representadas pelo comunismo e pelo integralismo”¹³³.

Em 1941, no contexto da Segunda Guerra Mundial, por discordar do posicionamento dos ministros militares em questões relativas à política externa, passou a defender um maior agrupamento de forças civis em torno do presidente, em detrimento dos militares, o que não foi bem recebido no seio do governo, inclusive por Vargas.

Em 1945, após a queda do Estado Novo, passou a defender a redemocratização do país e, nas duas décadas seguintes, até o encerramento de suas atividades, alternou momentos de apoio e de oposição aos governos constituídos.

Ainda analisando os novos jornais brasileiros que circulavam no Rio de Janeiro durante a era Vargas, destacamos o jornal **O Globo**. Vespertino diário, fundado por Irineu Marinho (*1876 +1925), na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1925. Tornou-se um jornal matutino, a partir de 1962 e circula até o momento presente, como um dos principais jornais do país.

De orientação política conservadora, o novo jornal declarou-se, desde o início, independente politicamente e defensor das causas populares, como a qualidade dos serviços públicos prestados à população, contra a carestia dos preços dos produtos alimentícios e a favor da concessão de um aumento de salário para o funcionalismo público. Defendia a abertura do país aos investimentos estrangeiros, sobretudo norte-americano, com o objetivo de promover a industrialização e incrementar o comércio.

¹³² Fonte: Jornal *Diário Carioca*, edição de 2 de junho de 1935, p. 2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/verbete-tematico/diario-carioca>. Acessado em 07/10/2020 às 15:03.

¹³³ JUNQUEIRA, Cecília Costa. *Diário Carioca, o jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: FBN, 2012, p. 82.

Alguns dias depois de fundar o jornal, Irineu Marinho faleceu. O *Globo* foi herdado, então, por seu filho, Roberto Marinho (*1904 +2003), que já trabalhava no jornal, como repórter e secretário particular do pai. No entanto, preferiu deixar o comando da empresa nas mãos do secretário geral, jornalista Eurycles de Matos (*1894 +1931), amigo de confiança de seu falecido pai. Foi somente após a morte de Matos, em 1931, que Roberto Marinho assumiu a direção.

Fundado no final da República Velha, noticiou os acontecimentos que envolveram as eleições de 1930 sem assumir uma posição clara de apoio a nenhum dos grupos envolvidos na disputa. Não noticiou a eclosão da revolução em 3 de outubro de 1930 e, somente após a deposição de Washington Luís pelos militares em 24 de outubro, manifestou-se favorável a posse de Getúlio Vargas.

Durante o Governo Provisório, defendeu a redemocratização do país em sucessivos editoriais, alertando a população para a necessidade da eleição de uma assembleia nacional constituinte para elaborar uma nova constituição.

Em 1932 apoiou os revolucionários paulistas e realizou uma ampla cobertura jornalística da revolta noticiando os acontecimentos através de correspondentes situados dos dois lados do conflito.

Em 1934, noticiou a aprovação da nova Constituição, mas fez ressalvas a possibilidade de Vargas ser eleito de forma indireta, através da constituinte.

Em 1935, *O Globo* posicionou-se contrário às forças oposicionistas mais radicais, por considerá-las uma ameaça à democracia. Os comunistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a liderança de Luís Carlos Prestes (*1898 +1990), e os integralistas da Ação Integralista Brasileira, liderados por Plínio Salgado (*1895 +1975), eram frequentemente denunciados nos editoriais como “perigosos” e “antidemocratas”.

Nesse sentido, a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1935, foi bem aceita, como forma de conter as ameaças à ordem institucional defendida pelo jornal.

Apesar da posição contrária, *O Globo* não se furtou de noticiar os principais acontecimentos do período, como no caso da Intentona Comunista, de novembro de 1935, destacando correspondentes para fazer a cobertura jornalística dos eventos. Após o levante ser sufocado, publicou um editorial onde afirmava que: “Sobre as cabeças de seus criminosos, cairão as maldições da sociedade brasileira”¹³⁴.

Em 1937, na campanha para as eleições presidenciais, manteve sua posição de autonomia ao apoiar o candidato de oposição, Armando Sales de Oliveira, por considerar que este possuía um perfil mais progressista e melhor representava os ideais democráticos.

¹³⁴ Fonte: Jornal *O Globo*, edição de 28 de novembro de 1935, p.1. Acervo digital O Globo. Disponível In: <https://www.acervo.oglobo.com>. Acessado em 16/11/2020 às 08:56.

Após a decretação do Estado Novo submeteu-se à censura como todos os demais órgãos de imprensa, mas buscou alternativas para continuar em circulação, preferindo, em algumas ocasiões, omitir as notícias ao invés de publicá-las da forma recomendada pelos censores do DIP. Passou a dar um maior destaque à seção de esportes e divulgando com maior cuidado as notícias internacionais, mostrando-se favorável à política externa do presidente norte-americano Franklin Roosevelt (*1882 +1945). Fez críticas pontuais, de forma moderada, em determinadas ocasiões, como foi o caso da decretação de uma medida governamental, em 1938, que aumentou os impostos indiretos ao consumidor o que acarretaria, na opinião do jornal, um aumento no custo de vida da população. Manifestou-se favorável à reforma da legislação criminal, em 1941, cujo projeto foi de autoria do jurista e escritor José de Alcântara Machado (*1875 +1941). Apesar de ser favorável ao projeto de incentivo à siderurgia promovido pelo governo, fez críticas ao fato de a Usina Siderúrgica de Volta Redonda ter sido criada no estado do Rio de Janeiro, cujo interventor, Ernâni do Amaral Peixoto (*1904 +1989), era genro do Presidente.

Em relação à política social de Vargas, *O Globo* não fez objeções, apoiando o desenvolvimento da legislação trabalhista.

Em maio de 1938, a tentativa de golpe integralista foi rechaçada de forma veemente por *O Globo*, afirmando em editorial: “Contra este estado de coisas [...] sempre protestamos, timbrando em não diferenciar nos seus intuitos e técnicas os amantes do credo verde dos de Moscou”¹³⁵.

Durante a Segunda Guerra Mundial, embora tenha se colocado a favor dos aliados, defendido os ideais pan-americanistas e contra a neutralidade inicial do Brasil, o jornal absteve-se de criticar a aproximação de Vargas com o Eixo e do incremento das relações comerciais com a Alemanha. Assim como também passou despercebido, nas páginas de *O Globo*, o discurso proferido pelo Presidente a bordo do *Minas Gerais*, em julho de 1940, considerado simpático ao fascismo.

A partir de 1942, com a entrada do Brasil na guerra, o jornal passou a fazer uma ampla cobertura da preparação da força Expedicionária Brasileira (FEB) e, posteriormente, de sua presença na Itália. Com o objetivo de enaltecer os combatentes brasileiros, os chamados “Pracinhas”, lançou o *Globo Expedicionário*, um tabloide, dirigido pelo jornalista Pedro Mota Lima (*1898 +1966), publicado semanalmente entre 7 de julho de 1944 a 23 de maio de 1945.

Em dezembro de 1944, no contexto da cobertura da guerra, foi fundada a *Rádio Globo*, pioneira do Sistema Globo de Rádios e no ar até a atualidade.

A partir de 1943, com o início do processo de redemocratização, *O Globo* mostrou-se favorável à reintegração do país no processo democrático, mas

¹³⁵ Fonte: Jornal *O Globo*, edição de 12 de maio de 1938, matéria de capa. Acervo digital *O Globo*. Disponível In: <https://www.acervo.oglobo.com>. Acessado em 16/11/2020 às 09:34.

contrário ao continuísmo pretendido por Vargas e, por isso, favorável à destituição da presidência da República.

Defendia, ainda, a anistia para os presos e exilados políticos, a realização de eleições livres e a convocação de uma nova assembleia nacional constituinte, para elaborar uma nova carta que deveria substituir a Constituição Outorgada de 1937. No entanto, com a decretação da lei de anistia a todos os inimigos do regime, a posição do jornal foi dúbia, por aplaudi-la em parte, mas por considerá-la muito ampla, desejando que a mesma fosse mais restrita.

Com o enfraquecimento do Governo, mas sem se posicionar, inicialmente, de maneira clara a favor de nenhum dos candidatos às eleições presidenciais, divulgou, em sua seção de política, os projetos políticos dos diversos partidos. Finalmente, declarou apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (*1896 +1981), da União Democrática Nacional (UDN).

A deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi bem recebida por *O Globo*, que se posicionara contra a marcha dos trabalhadores “queremistas”, que defendiam a proposta de uma “Constituinte com Getúlio”.

Quadro 8

Principais Jornais em circulação no Rio de Janeiro no início da década de 1930

Tradicionais	- Jornal do Brasil - O Imparcial - A Gazeta de Notícias	- Estes jornais viviam um momento de crise, com declínio do público leitor.
A grande imprensa	<u>Matutinos</u> - Correio da Manhã - A Manhã <u>Vespertinos</u> - A Noite - O Jornal	- Grupo de jornais de maior circulação com maior influência junto à opinião pública.
De pouca expressão	- A Batalha - A Nação - O Radical	- Jornais de baixa tiragem e com pouca circulação, dirigidos a um público mais específico.
Jornais novos	- Diário Carioca - O Globo	- Jornais que iriam adquirir importância e conquistar um grande público leitor nos anos seguintes.

Fonte: BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 57.

Embora não contemplado na análise feita por Barbosa, consideramos de suma importância mencionar o papel desempenhado pelo **Jornal do**

Commercio, na história da imprensa no Brasil e, especificamente, no recorte temporal abrangido por esta pesquisa. Foi fundado em 31 de agosto de 1827, na cidade do Rio de Janeiro, pelo jornalista francês Pierre Plancher (*1779 +1844). É o mais antigo jornal da América Latina. Originou-se no *Diário Mercantil*, criado em 1824 por Francisco Manuel Ferreira (*1784 +1841). Teve o Barão do Rio Branco como editorialista e Dom Pedro II tinha uma coluna no jornal. A manutenção de uma linha editorial sóbria e conservadora permitiu que, através de suas páginas, testemunhasse todos os períodos da História do Brasil desde o Primeiro Reinado sem que tenha sido descontinuado em nenhum momento.

Em 1923, o jornal foi adquirido pelo jornalista, político e escritor Félix Pacheco (*1879 +1935). Em 1927, foi comemorado o centenário do *Jornal do Commercio*, com uma edição especial, onde foram reunidas as histórias de grandes reportagens feitas pelo jornal. Em 1929, alinhou-se politicamente com a oposição, quando foi formado o bloco político chamado de Aliança Liberal, para concorrer nas eleições presidenciais do ano seguinte. Em 25 de outubro de 1930 a vitória da revolução foi comemorada no jornal com a manchete de capa: “Todo o país vibra com o grande acontecimento”¹³⁶.

Durante o Governo Provisório, manteve seu apoio a Vargas e posicionou-se contra os revolucionários de 1932, conclamando a população para o respeito à lei, a manutenção da ordem e a obediência ao governo. Em 1935, foi favorável à aprovação da Lei de Segurança Nacional e não apoiou o movimento dos jornalistas que eram contrários a promulgação da nova lei. Nesse ano, com a morte de Félix Pacheco, a propriedade do jornal passou para sua viúva, a senhora Dora Pacheco (*1878 +1946) e, a chefia de redação foi entregue ao jornalista Elmano Cardim (*1891 +1979).

Às vésperas do golpe de 10 de novembro de 1937, o jornal deixou de publicar as seções “Na Câmara” e “No Senado”, que existiam desde a sua fundação e que eram dedicadas à cobertura do cenário político nacional.

Durante o Estado Novo, o jornal enfrentou problemas com a censura e Cardim foi signatário de uma carta coletiva, dirigida a Vargas por diretores de vários jornais cariocas, reclamando das constantes ameaças e da pressão de que eram vítimas por parte dos órgãos de repressão do Governo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Jornal do Commercio* posicionou-se contrário aos países do Eixo e defendeu, desde o princípio, a necessidade do Brasil romper relações com a Alemanha, o que veio a ocorrer em 28 de janeiro de 1942. Noticiou a participação do Brasil na Guerra narrando com entusiasmo as conquistas das tropas na Itália bem como o avanço dos aliados na fase final da guerra. A partir de 1943, com o início do processo de redemocratização promovido por Vargas, limitou-se a noticiar os acontecimentos sem opinar, sem

¹³⁶ Fonte: *Jornal do Commercio*, edição de 25 de outubro de 1930, matéria de capa. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/Jornal-do-Commercio>. Acessado em 12/11/2020, às 17:38.

emitir juízos de valor. Em 1945, a queda do Governo Vargas foi noticiada na página quatro, sem grandes alardes, de forma discreta, como era a marca da linha editorial do jornal. A partir desta data, a importância política do *Jornal do Commercio* foi gradualmente declinando, mas mantendo-se como leitura obrigatória dos profissionais liberais e dos homens de negócios devido à sobriedade que sempre foi sua marca.

Em 1959 foi adquirido por Assis Chateaubriand e incorporado ao patrimônio dos *Diários Associados*. Encerrou suas atividades em 29 de abril de 2016.

Para não limitar nossa análise aos jornais que possuíam sede na capital da República, também analisamos dois tradicionais jornais paulistas, os quais ainda hoje constituem uma referência na imprensa brasileira. Destacamos o jornal ***O Estado de São Paulo***, matutino diário, fundado na cidade de São Paulo, em 4 de janeiro de 1875, por José Maria Lisboa (*1838 +1918), Francisco Rangel Pestana (*1839 +1903) e Américo de Campos (*1838 +1900).

Inspirado nos ideais republicanos, chamava-se inicialmente *a Província de São Paulo*. Nessa época era defensor dos interesses da elite agrária paulista e do Partido Republicano Paulista (PRP). Tinha entre seus articuladores José Alves de Cerqueira César (*1835 +1911), sogro de Júlio César Ferreira de Mesquita (*1862 +1927). No final do século XIX, ainda com o nome de *A Província de São Paulo*, desenvolveu duas importantes campanhas, em defesa da abolição da escravatura e da substituição da monarquia por um regime republicano. A campanha abolicionista foi acompanhada pelo movimento em prol do incremento da imigração de colonos europeus, defendido de forma entusiástica pelo jornal. Em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, o periódico passou a chamar-se *O Estado de São Paulo*.

Em 1902, Júlio Ferreira de Mesquita assumiu a direção geral do jornal que, desde então, pertence à família Mesquita. Durante a República Velha adotou um papel de independência política, fazendo oposição na maior parte do tempo ou apoiando governos, mas sempre na defesa dos ideais democráticos e republicanos. Foi nesse contexto que Júlio de Mesquita defendeu os interesses da Tríplice Entente, durante a Primeira Guerra Mundial, o que custou ao jornal uma crise financeira, já que os principais anunciantes eram alemães, que gradualmente retiraram sua publicidade.

Em 1927, com a morte de Júlio de Mesquita, a direção geral é entregue a Nestor Rangel Pestana (*1877 +1933) e Júlio de Mesquita Filho (*1892 +1969). A chefia de redação foi entregue ao jornalista Plínio Barreto (*1882 +1958).

Nas eleições de 1930, *O Estado de São Paulo* declarou apoio ao candidato governista Júlio Prestes (*1882 +1946), mas, com a denúncia de fraude no pleito e a eclosão da revolução, mudou radicalmente sua posição passando a apoiar Getúlio Vargas.

Durante o Governo Provisório de Vargas, esteve ao lado do governo até o momento em que a ruptura entre o governo federal e os paulistas se tornou

inevitável. As primeiras leis trabalhistas, em 1931, foram recebidas com entusiasmo pelo jornal conforme editorial: “O operariado deve estar contente [...] o decreto federal [...] satisfaz às suas aspirações mais importantes [...] todos os seus direitos são protegidos com ânimo generoso, ficando eles ao abrigo de perseguições e injustiças [...]”¹³⁷.

A revolução constitucionalista deflagrada em São Paulo, em 9 de julho de 1932, recebeu integral apoio do jornal, que noticiou a participação dos batalhões de voluntários no levante contra o governo federal. A derrota do movimento custou o exílio, em Portugal, aos diretores do jornal, entre eles os irmãos Júlio Mesquita Filho e Francisco Mesquita (*1893 +1969). O jornal, no entanto, continuou em circulação sob a supervisão de Armando Sales de Oliveira (*1887 +1945), cunhado de Júlio de Mesquita.

Em novembro de 1933, Vargas nomeou Armando Sales de Oliveira interventor em São Paulo, o que possibilitou o regresso da direção do jornal do exílio.

Com a promulgação da nova Constituição, em 1934, *O Estado de São Paulo*, adotou uma posição de apoio ao governo federal, considerando que as reivindicações dos paulistas foram atendidas com a nova carta constitucional. Em 10 de abril de 1935, Armando Sales foi eleito governador de São Paulo através da assembleia constituinte estadual, dando continuidade à gestão iniciada como interventor.

Em fevereiro de 1937 o jornal apoiou o lançamento da candidatura de Armando Sales às eleições presidenciais que deveriam ocorrer no início de 1938, em oposição ao candidato governista José Américo de Almeida. O desfecho dos episódios seguintes, e as consequências desse apoio, seriam prejudiciais para o jornal, principalmente após 10 de novembro de 1937, com a decretação do Estado Novo.

Entre novembro de 1937 e abril de 1938, Júlio de Mesquita Filho foi preso três vezes, acusado de subversão, e foi aconselhado a deixar o país no mais curto prazo possível. Partiu para o exílio na França, acompanhado de Armando Sales e das respectivas famílias.

Em 15 de junho de 1938, o jornalista Léo Vaz de Barros (*1890 +1973) assumiu a direção e o jornal continuou a circular, mas esvaziado de todo conteúdo político, passou a noticiar a ascensão do movimento nazista na Alemanha. Em 26 de março de 1940, apesar de sua alegada neutralidade política, a sede do jornal foi invadida por tropas leais ao governo, a mando do interventor Ademar de Barros (*1901 +1969), sob a acusação de servir de depósito clandestino de armas e explosivos. Diretores e funcionários foram expulsos do prédio, que permaneceu ocupado por soldados da força pública de

¹³⁷ Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 29 de março de 1931, p. 2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/o-estado-de-sao-paulo>. Acessado em 14/11/2020, às 07:15.

São Paulo. No dia 7 de abril o jornal voltou a circular sob nova direção e sob a supervisão do governo estadual. Até o fim do Estado Novo foi mantida a orientação governista, limitando-se a publicar aquilo que era determinado pelos órgãos oficiais.

Em 7 de dezembro de 1945, *O Estado de São Paulo* foi devolvido à família Mesquita e Júlio de Mesquita Filho reassumiu a direção do periódico junto com Plínio Barreto.

Outro jornal paulista de relevância é a ***Folha de São Paulo***. Vespertino fundado em 19 de fevereiro de 1921, na cidade de São Paulo, por um grupo de jornalistas liderados por Olívio Olavo de Olival Costa (*1892 +1962) e Pedro Cunha (*1901 +1984). Originalmente chamava-se *Folha da Noite*.

Segundo afirma Pilagallo: “A *Folha* nasceu de uma costela do jornal *O Estado de São Paulo*”¹³⁸. Tal afirmação justifica-se ao observarmos a esteira dos acontecimentos que levaram a criação deste jornal. Com a retirada de circulação do tabloide *O Estadinho*, um encarte do jornal *O Estado de São Paulo*, que circulou durante a Primeira Guerra Mundial, esse grupo de jornalistas do qual também fazia parte Júlio de Mesquita Filho, o futuro diretor do *Estadão*, sentiram a necessidade de editar um jornal com uma linha editorial diferenciada, mais voltada para os trabalhadores urbanos da cidade de São Paulo. Era um contraponto ao *Estado de São Paulo* que, naquela altura, representava as elites rurais e assumia uma posição mais conservadora, tradicional e rígida.

Entre os dias 3 e 31 de dezembro de 1924, *A Folha da Noite* circulou com o nome de *Folha da Tarde*. Tratava-se de um artifício usado por Olival Costa como forma de ludibriar a censura que havia sido imposta ao jornal pelo governo de Artur Bernardes.

Em 1º de janeiro de 1925, *Folha da Noite* retoma a circulação com seu nome verdadeiro. No dia 20 do mesmo mês, Olival Costa e Pedro Cunha, ainda movidos pelo entusiasmo, graças ao sucesso dos empreendimentos anteriores, lançaram um novo jornal, este um matutino, com o nome *Folha da Manhã*.

Os dois jornais do grupo eram dirigidos pela mesma equipe gestora, mas destinavam-se a públicos diferentes. *A Folha da Manhã* era voltada para os pequenos comerciantes e para os profissionais liberais, com uma linguagem mais sóbria; *a Folha da Noite* era direcionada para a classe trabalhadora urbana, chegando a publicar artigos em vários idiomas, tendo em conta a origem imigrante de grande parcela do operariado.

Em 1929, Pedro Cunha desligou-se da sociedade e a linha editorial sofreu uma mudança brusca. Nas eleições de 1930, as *Folhas*, contrariando sua orientação de não se alinhar com as elites agrárias, assumiram uma posição em defesa da oligarquia paulista e contrárias as pretensões da Aliança Liberal.

¹³⁸ PILAGALLO, Oscar. *A História do Brasil no século XX. 1920/1940*. Coleção Folha Explica, volume 49. 2ª edição. São Paulo: Publifolha, 2009, p. 17.

Com o desfecho da Revolução de 1930, um movimento de cunho nacional, ambos os jornais foram invadidos e seu maquinário foi destruído, na noite de 24 de outubro de 1930.

Em 8 de janeiro de 1931 Otaviano Alves de Lima (*1901 +1973) comprou as ações de Olival Costa e fundou a empresa *Folha da Manhã S.A.*, que desde essa data é a proprietária das folhas. A partir de então houve uma guinada na linha editorial e os jornais voltaram suas atenções para o setor rural, nomeadamente aos produtores de café de São Paulo.

No início do Governo Provisório o grupo *Folha* não assumiu uma posição política definida, mas, a partir de 1932, passou a fazer oposição a Vargas, criticando a ausência de um programa de governo que restituísse a constitucionalidade ao país.

Em 1933, as folhas noticiaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mas passaram a defender a adoção do parlamentarismo como forma de governo e a criação de leis que protegessem a agricultura, assumindo uma posição contrária à industrialização do país. Em editorial publicado na *Folha da Manhã* afirmava-se que: “O governo parlamentar, por excelência o das elites, o que melhor seleciona os valores humanos, é o que se aplica as tendências liberais do Brasil, coadunando-se com as nossas tradições”¹³⁹.

O caráter conservador e liberal que orientava as posições políticas das folhas fez com que ambos os jornais se posicionassem contra as ambições dos comunistas da ANL e a favor da Lei de Segurança Nacional, de 1935.

Durante o Estado Novo, a defesa dos interesses da agricultura e dos proprietários rurais, contrapondo-se à política de industrialização promovida por Vargas, manteve as folhas alinhadas com as vozes que se opunham ao governo. Apesar de sofrer com a censura imposta pelo DIP, os jornais do grupo permaneceram em circulação durante todo o período ditatorial.

Durante a Segunda Guerra Mundial as folhas defenderam o combate ao nazifascismo e celebraram a vitória dos aliados e as consequências no âmbito nacional, como um fator de mudança no campo político.

A partir de 1944, com o fim da Guerra próximo, fizeram campanha pela redemocratização do país, mantendo uma posição de liberalismo político.

Foi somente em 1962, quando o controle da Empresa Folha da Manhã passou para a família Frias, que as folhas foram unidas num só jornal, com o nome de *Folha de São Paulo*.

A análise da relação da imprensa com o governo Vargas, demonstra que, apesar da censura imposta aos meios de comunicação, o Estado Novo varguista não conseguiu impedir o surgimento de uma imprensa clandestina, que publicava panfletos, pequenos jornais e folhetins. Um exemplo destas

¹³⁹ Fonte: Jornal *Folha da Manhã*, edição de 29 de agosto de 1933, p.4. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-da-manha>. Acessado em 14/11/2020, às 10:45.

publicações é o tablóide carioca *Liberdade*, que se dedicava a denunciar o amordaçamento da imprensa.

Em São Paulo, sob a orientação de professores e com a participação de estudantes da USP, surgiram publicações que seriam distribuídas por todo o país, como *Folha Dobrada* (1939) e *Resistência* (1944).

Por outro lado, a censura rigorosa que vigorou durante o Estado Novo, impôs aos proprietários dos principais veículos de comunicação do país a adoção de uma linha editorial onde as críticas ao governo não podiam fazer parte da notícia. Esse pragmatismo embora fosse contrário às convicções dos editores e chefes de redação permitiu o funcionamento dos jornais durante a maior parte do período ditatorial. Isso explica o facto de que, diante da ruptura dos meios de repressão, a derrubada do regime varguista tenha iniciado através da imprensa.

Em 1945, o enfraquecimento da vigilância da censura propiciou a articulação feita pelos jornais, assinalando o início da derrocada do regime. Em 8 de fevereiro de 1945, Virgílio de Melo Franco (*1887 +1948), um dos líderes da revolução de 1930 e que rompera com Vargas, concedeu uma entrevista ao jornal *O Globo* onde apelou pela liberdade de imprensa para as eleições que se aproximavam. A temática da entrevista pautou-se na necessidade de que as eleições que deveriam ocorrer no final daquele ano fossem livres e sem interferência do governo. Em seguida, articulou um acordo com todos os jornais do Rio de Janeiro, para que publicassem, num mesmo dia, uma notícia que tivesse sido censurada pelo DIP.

Em parceria com o professor Luís Camilo de Oliveira Neto (*1904 +1953), Melo Franco convenceu o escritor e político José Américo de Almeida (*1887 +1990), ex-ministro de Viação e Obras Públicas e um dos apoiadores de Vargas durante a revolução de 1930, a conceder uma entrevista ao jornalista Carlos Lacerda (*1914 +1977), um conhecido opositor de Vargas. O texto, com críticas ao regime ditatorial, foi distribuído a vários jornais, mas foi publicado pelo *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro de 1945, com enorme repercussão. Em sua edição do mesmo dia, *O Globo* lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (*1896 +1981) à presidência da República. Era o golpe de misericórdia na censura à imprensa¹⁴⁰.

A imprensa no Brasil, no recorte temporal de nossa pesquisa (1937-1945), não se limita aos jornais aqui analisados, mas estes são aqueles que destacamos por serem os mais representativos do período.

Neste ponto, entendemos que se faz necessária uma melhor reflexão sobre o contexto em que se desenvolveu o regime varguista e sua relação com os diversos veículos de comunicação. Conforme já referimos no início deste

¹⁴⁰ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpd/doc/arquivo-getulio-vargas/verbetes/a-imprensa>. Acessado em 18/11/2020, às 20:11.

capítulo, a eficácia da atuação da propaganda governamental dependeu da capacidade de captar os anseios e os interesses sociais predominantes, num dado momento e o mérito estava em reforçar as tendências já existentes na sociedade através de um programa bem orquestrado de propaganda política. A estratégia adotada pelo governo incluía não apenas o controle das informações mas, principalmente, a tentativa de moldar um novo padrão cultural com a introdução de conceitos relativos à família, ao trabalho e à religião, e através destes criar uma relação duradoura entre a sociedade brasileira e o governo de Getúlio Vargas.

Ao longo das últimas décadas pesquisadores do Brasil e do estrangeiro debruçaram-se sobre o estudo dos acontecimentos que envolveram o longo período em que Vargas permaneceu no poder, especialmente durante o Estado Novo. É possível identificar diversos pontos convergentes na maioria destes trabalhos e a tendência de enquadrar o regime varguista no contexto dos regimes autoritários que marcaram a história de vários países na primeira metade do século XX, nomeadamente a Alemanha, a Itália e Portugal. É facto que as influências de outros regimes com posições ideológicas semelhantes estão presentes e são perceptíveis no Brasil daquele período. Inclusive já demonstramos a preocupação de Vargas em enviar emissários para a Europa para inteirar-se do que ocorria, especialmente na Alemanha e na Itália. Essas influências são perceptíveis nas ações de difusão das políticas de governo e na relação com a sociedade através da imprensa.

No entanto, é necessário considerar, também, as características pessoais de liderança, de cunho carismático, que o presidente brasileiro desenvolveu na sua relação com os brasileiros, o que faz com que ainda hoje seu governo seja lembrado como um período impar da história do Brasil. Afigura-se possível afirmar que a organização da máquina de propaganda foi projetada para atingir os diferentes segmentos sociais e levar a imagem e as palavras do presidente aos lares do maior número possível de famílias. Para isso era fundamental saber escolher a forma e o veículo certo para que as informações chegassem da forma como o governo assim o desejava. Os discursos em tom enfático que caracterizavam Vargas precisavam atingir o seu público alvo referencial, ou seja, a massa de trabalhadores a quem costumava dirigir-se. Fez-se necessário, para os idealizadores dos organismos oficiais de propaganda, conhecer a capacidade da população de compreender as notícias, numa época em que o jornal era o meio de comunicação de massa, mas uma grande parcela da população adulta não sabia ler nem escrever. Esta constatação é demonstrada pelos dados do recenseamento oficial de 1940, que nos permitem analisar aspectos relativos ao perfil da população brasileira em dado momento. O total de analfabetos era de 11.817.302 pessoas, o que correspondia a 56,3% da população total do país.

É importante ressaltar que, no Brasil, o recenseamento oficial da população é realizado desde 1872 e, a partir de 1890, passou a ter um intervalo de dez

anos entre os censos. No entanto em 1930, por problemas decorrentes da crise financeira pela qual passava o país, o censo não foi realizado.

A análise dos números do quadro abaixo nos permite fazer algumas conjecturas a respeito das dificuldades de difundir as ações do governo em significativas parcelas da população brasileira durante o Estado Novo.

Quadro 9

População do Brasil em 1940

População total	41.236.315	Pop. Urbana 12.880.182
		Pop. Rural 28.356.133
Homens	20.614.088	Pop. Urbana 6.164.473
		Pop. Rural 14.449.615
Mulheres	20.622.227	Pop. Urbana 6.715.709
		Pop. Rural 13.906.518
População com 18 anos ou +	20.960.865	Alfabetizados 9.143.563
		Analfabetos 11.817.302

Fonte: IBGE. Disponível In: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/catalogo-detalhes-51109>. Acessado em 13/09/2020 às 09:53.

A maior parte das famílias ainda vivia na zona rural, sendo que os moradores da zona urbana correspondiam a pouco mais de 30% da população total. Devemos considerar ainda que a estrutura etária era composta predominantemente por jovens e que, entre os adultos, menos da metade era alfabetizada. Uma outra característica marcante diz respeito ao equilíbrio entre os gêneros com uma pequena margem de vantagem a favor das mulheres.

Para o grande número de analfabetos existentes no país, a rádio era de fundamental importância para o alcance das notícias, bem como para os moradores das inúmeras zonas rurais do país, onde os jornais normalmente não circulavam. Mas, nesses lugares, as ondas da rádio supriam parte da demanda por informação através de uma programação que incluía temas musicais, as novelas da rádio e, logicamente, notícias sobre as realizações de Vargas. Não é por acaso que, desde o primeiro momento, o governo exerceu um forte controle sobre as emissoras de rádio e sobre seus conteúdos. Essa função foi facilitada pelo carácter de serviço de utilidade pública com o qual a rádio foi classificada desde o início da década de 1930 e de legislação pertinente e específica criada pelo poder executivo. Uma atenção especial foi dedicada a este segmento de informação, como já mencionamos anteriormente, através da criação da *Rádio Nacional* e do programa *A Hora do*

Brasil. Ainda hoje, as emissoras têm a obrigação legal de transmitir, durante aproximadamente 1 hora, de segunda a sábado, as notícias dos três poderes da República, obedecendo as normas estabelecidas pelo Governo Federal.

Mas, se no caso específico da rádio, o controle foi um tanto mais facilitado, o mesmo não pode se dizer dos jornais, quer seja pela multiplicidade de linhas editoriais encontradas ou por sua dispersão espacial pelo país.

No início dos anos de 1930, quando Vargas chegou ao poder, havia uma certa hegemonia dentre aqueles jornais que o apoiavam e clamavam por mudanças no quadro político, jurídico e institucional do país. No entanto, o governo provisório arrastou-se por mais tempo do que o desejado e as divergências logo apareceram. A demora para o retorno do país à constitucionalidade fez com que surgissem movimentos de oposição na capital da República e no interior do país. Os jornais acompanharam o clamor da sociedade tornando-se porta-voz dos movimentos.

Dentre os jornais que apoiaram a Revolução de 1930, um caso emblemático é o *Jornal do Commercio*, que permaneceu apoiando o governo até o seu último dia, em 1945, embora abstendo-se de noticiar os factos que estavam em desacordo com sua linha editorial. A maioria dos jornais que estava na base de sustentação do governo provisório dividiu-se a partir dos episódios que levaram à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, como é o caso do jornal *O Estado de São Paulo*, que por razões óbvias de proximidade geográfica e de laços comuns apoiou os interesses defendidos pelos constitucionalistas. A situação enfrentada por *O Estado de São Paulo* e pela família Mesquita como já mencionamos anteriormente, permanece como o exemplo mais significativo de um veículo de imprensa que, ao fazer oposição declarada ao Governo, sofreu as consequências, foi censurado desde 1937 e mantido sob intervenção federal a partir de 1940.

Uma característica marcante nas relações do governo Vargas com a imprensa escrita foi a alternância entre momentos de apoio recíproco e oposição declarada. Mas mesmo para aqueles que, em dado momento se insurgiram contra o governo, como o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias*, era necessário fazer uma escolha de carácter bastante pragmático para se manter em circulação. Sem o apoio e a autorização do governo não havia como importar o papel necessário para alimentar as rotativas e, além disso, enfrentar a censura prévia diária era oneroso e desgastante. Dentre aqueles que precisaram capitular em suas posições contrárias ao governo alinham-se ainda outros jornais de grande circulação, como *O Globo*, *O Jornal* e *O Correio da Manhã*.

A conclusão que chegamos após analisar essas relações conflituosas entre as empresas controladoras dos jornais e o Governo é de que, através da instituição de uma máquina de censura bem articulada e implacável, o alcance à informação por parte da sociedade era limitado e fracionado, sendo que parte considerável da população era alheia ao que de facto acontecia na política

brasileira. Neste aspecto, o Governo Vargas se assemelha aos demais regimes autoritários existentes em outros países naquele período.

Numa época em que o jornal era o grande meio de comunicação de massa juntamente com a rádio, que cresceu em audiência ao longo da década de 1930, também se destacaram outros veículos de informação, cultura e entretenimento, como o cinema, o teatro e as revistas de caráter literário e cultural, as quais analisaremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

A PROPAGANDA ATRAVÉS DE OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo vamos analisar o papel desempenhado, na propaganda varguista, por outros meios de comunicação, além daqueles já abordados anteriormente. Teremos em especial consideração a forma como as revistas de caráter literário e cultural, o cinema e o teatro, foram utilizados como veículo de propaganda.

O ponto de partida para desenvolver estas questões é o de identificar as condições em que se encontrava cada um destes agentes culturais, bem como as características daqueles que seriam o público alvo das produções culturais. Se faz necessário retroceder algumas décadas para perceber a evolução da relação entre os jornais e as revistas e um público leitor permanente no Brasil.

Conforme já detalhamos, no capítulo anterior, existiam no país, desde os finais do século XIX, alguns jornais já estruturados em moldes empresariais, nomeadamente *O Jornal do Brasil*, *A Gazeta de Notícias*, *O Jornal do Commercio* e *O Estado de São Paulo*. Estes conviviam com periódicos de menor investimento, produzidos de maneira quase artesanal, muitos dos quais tiveram existência efêmera. A Primeira Guerra Mundial, aumentou a procura por notícias através dos jornais, e os transformou em um negócio lucrativo, quando a parcela letrada da população, moradora dos centros urbanos, demanda informações sobre o andamento do conflito. Essa tendência na formação de um público leitor permanente é mundial naquele momento, mas precisamos considerar as especificidades nacionais. Existiam, no Brasil, entraves para a expansão dos leitores de jornais e revistas, sendo o principal deles o elevado contingente de analfabetos ainda existente.

O baixo nível de instrução de grande parcela da população, como já foi aqui demonstrado (ver quadro 9, p. 85), é certo que haveria de condicionar as técnicas e as estratégias de comunicação adotados pelos produtores culturais. Uma outra dificuldade era o grande contingente de moradores na zona rural do país, com sérias limitações de acesso à informação, numa época em que o jornal era o grande veículo de comunicação de massa e a rádio dava ainda seus primeiros passos.

Barbosa afirma que é nesse período que começam a surgir os primeiros grandes grupos empresariais de imprensa no Rio de Janeiro, mas salienta: “Os jornais são ainda extremamente dependentes de subsídios oficiais do governo federal”¹⁴¹. A compra do periódico *O Jornal*, em 1924, por Assis Chateaubriand deu origem a um dos maiores grupos empresariais da imprensa no Brasil, *Os Diários Associados*. O estudo de Barbosa sobre a imprensa no Rio de Janeiro, na década de 1920, demonstra que mesmo para aqueles jornais que contavam

¹⁴¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad: 2007, p. 76.

com uma administração profissional, as fragilidades próprias das empresas desse setor persistiam.

As dificuldades enfrentadas por esse setor de atividades incluíam questões logísticas como a obtenção de tinta e outros materiais, mas principalmente do papel utilizado na impressão, cuja aquisição, por ser no mercado externo, dependia de autorização do governo federal. Vale destacar que, durante o Estado Novo, a liberação da cota de papel, para cada publicação, tornou-se um instrumento de pressão utilizado pelo DIP para realizar a censura prévia dos diversos veículos de imprensa.

Uma outra novidade que causou impacto na atividade jornalística naquele período foi a inauguração da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, em 1923, marco inicial da implantação da rádio difusão no Brasil, o que significa uma mudança no conceito de notícia e iniciou uma forte concorrência para as publicações impressas. Segundo Seabra: “O jornalismo impresso passa então a buscar um estilo que o diferencie ainda mais do rádio e o mantenha atraente como meio técnico de informação¹⁴²”.

Ainda na mesma década, em 1928, é lançado o primeiro número da revista *O Cruzeiro*, que introduz um novo padrão visual nas publicações. Esse facto representa mais um duro golpe para as publicações mais antigas. Os jornais de menor investimento não sobrevivem à concorrência. Daqueles que Marialva Barbosa classifica “artesanal”, persistem apenas aqueles vinculados a grupos e movimentos políticos¹⁴³.

É a partir da observação desse quadro que Ribeiro alerta para o fato de que, a despeito do crescimento do número de leitores, não podemos desconsiderar que o índice de analfabetismo da população estava na casa dos 75%, portanto: “De pouco adiantaria comprar maquinário moderno pois sua capacidade de impressão fatalmente ficaria ociosa”¹⁴⁴.

Segundo Luca: “Nas décadas de 1930 e 1940, as revistas culturais não perderam o caráter de empreendimentos frágeis do ponto de vista econômico [...] porém, há que se levar em conta o contexto em que circulavam e os novos sentidos que adquiriram [...]”¹⁴⁵.

Essa afirmação corrobora o que estudamos do quadro editorial no Brasil na primeira metade do século XX, considerando todo o contexto em que estavam inseridos os editores, jornalistas, escritores, ilustradores e os demais trabalhadores que contribuíam para a produção de livros, jornais, revistas e folhetins.

¹⁴² SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do Jornalismo Literário à Era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 38.

¹⁴³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad: 2007, p.77.

¹⁴⁴ RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta*. São Paulo: Olho D'água, 1994, p. 19.

¹⁴⁵ LUCA, Tânia Regina de. *Leituras, projetos e revistas do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 12.

Havia também uma questão legal, diante da ausência de legislação que garantisse o direito autoral, o que causava incertezas entre os escritores quanto às prerrogativas sobre suas produções literárias. Para muitos escritores emergentes, dentre eles alguns dos mais conceituados intelectuais brasileiros, a alternativa diante desse quadro de insegurança institucional, era escrever para os jornais e para as revistas de caráter artístico e literário. Essa atividade tornou-se não só um meio de divulgar suas ideias, mas uma forma de sobrevivência. A regulação do mercado editorial no Brasil tem, como referência legal, a promulgação do decreto lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que criou o Instituto Nacional do Livro e instituiu o direito autoral¹⁴⁶. Antes disso não havia lei no país que protegesse os direitos de propriedade intelectual.

A criação de novas leis regulatórias nesse período aconteceu em paralelo com a evolução observada na imprensa brasileira. No início da década de 1930 os jornais cariocas passaram a dedicar um espaço cada vez maior ao mercado editorial, principalmente através de suplementos literários. Essa é a origem de várias revistas literárias surgidas nesse período, além de representar a porta de entrada para a colaboração de escritores com os jornais e revistas.

A mola propulsora para as mudanças verificadas nas publicações foi a realização da semana de arte moderna, em São Paulo, em fevereiro de 1922, a qual é considerada o marco histórico do movimento modernista no Brasil. As ideias modernistas opõem-se aos valores da sociedade conservadora do final da República Velha. Os artistas e intelectuais ao divulgarem suas ideias passaram a assumir posicionamentos políticos de contestação ao poder instituído, situação que causou instabilidade nas relações com o Estado¹⁴⁷.

Na década de 1930 essas ideias ligadas a uma nova visão de mundo estavam em efervescência e influenciaram a sociedade a assumir novos padrões de comportamento e de relacionamento social. As críticas ao atraso econômico e cultural da sociedade brasileira eram uma temática constante nos artigos publicados e distribuídos em forma de folhetins ou através da imprensa regular. É o que podemos ler em um desses artigos: “Um governo que se defende [...] a nação caminha por si mesma apesar dos revolucionários que tudo tem feito para sufocar as germinações espontâneas da iniciativa particular”¹⁴⁸.

A chegada de Vargas à Presidência da República, na primavera de 1930, criou um quadro com novas relações de poder. Os movimentos insurgentes ocorridos nos anos seguintes, nomeadamente a Revolução Constitucionalista

¹⁴⁶ Fonte: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível In: <https://www.arquivohistorico.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/colecao-de-leis-do-brasil-1937-volume-3-p-422>. Acessado em 05/12/2020, às 10:22.

¹⁴⁷ A respeito dessas mudanças, ver mais In: ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da Sociedade Brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Livro Técnico S.A., 1989, pp. 250-272.

¹⁴⁸ Fonte: Jornal A Gazeta, edição de 9 de agosto de 1931. Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível In: <https://www.memoria.bn.br/periodicos-imp-rec-jornais-decada-de-1930>. Acessado em 6/12/2020 às 08:36.

de 1932 e a Intentona Comunista de 1935, transformaram profundamente a forma de relacionamento entre Estado e sociedade, principalmente a partir da decretação do Estado Novo, em 1937. A adoção de novos valores ideológicos, pelo governo, naquele período, representou uma tentativa de romper com o poder das oligarquias regionais, construindo um discurso de país uno, através da adoção de políticas públicas que visavam o desenvolvimento econômico e social em escala nacional¹⁴⁹.

É nesse contexto, que, na visão de grande parte dos pesquisadores, consolida-se a presença de uma imprensa burguesa no Brasil, como afirma Sodré: “O terceiro decênio do século XX foi de grande desenvolvimento da imprensa, sobretudo no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial”¹⁵⁰. É também o período da afirmação de um tipo de jornalismo identificado por Seabra como estilisticamente “informativo-utilitário”¹⁵¹.

As revistas, o cinema e o teatro desempenharam um papel importante na divulgação de um novo modelo cultural alicerçado em uma nova visão de mundo e influenciando na criação de novos padrões de comportamento. Era necessário que o governo tivesse a capacidade de usar a seu favor aquele sentimento de mudança, influenciado pelas ideias de modernidade, que são pré-existentes à chegada de Vargas ao poder. Sobre os acontecimentos que marcaram esse período, de profundas mudanças na sociedade brasileira, existe uma farta bibliografia, que não se limita às referências que utilizamos nesta pesquisa.

Analisar o contexto em que aconteceram essas mudanças, as suas origens históricas e as consequências para as relações entre o governo e a sociedade, são aspectos fundamentais para compreender as especificidades do Estado Novo.

1. O PAPEL DOS INTELECTUAIS NO GOVERNO VARGAS

A propaganda política durante o Estado Novo utilizou todos os meios disponíveis para difundir as teses do governo e fazer com que chegassem a todas as classes sociais. Vargas considerava fundamental transmitir uma ideia de um governo forte e capaz de solucionar os graves problemas sociais e econômicos do país. Era preciso, também, apoiar um padrão de cultura que unificasse a população, que fosse compartilhada por todos os cidadãos. Neste aspecto observamos uma comunhão de objetivos entre o Estado Novo e importantes segmentos sociais, nomeadamente os intelectuais modernistas.

¹⁴⁹ A respeito desse momento da História do Brasil ver: FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas. 5ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2021, pp. 42-88.

¹⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 371.

¹⁵¹ SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à Era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 38.

Inicialmente é necessário definir quem são aqueles que aqui identificamos como intelectuais. Vários autores tem se dedicado não só a conceituá-los como, também, descrever o papel que estes desempenharam em diferentes contextos sociais.

Para Gramsci todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem essa função na sociedade. Para esse autor, o que os identifica é o peso que a atividade intelectual tem em suas vidas e a sua interferência na prática social. Nessa concepção, o intelectual orgânico é aquele indivíduo que se mantém ligado à sua classe social originária, atuando como seu porta-voz¹⁵². O contexto em que esse conceito se insere pressupõe a visão marxista de Gramsci, ao colocar a luta de classes na Itália, a partir do fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores no início do século XX, no centro de seu objeto de estudo.

Para Charle, é necessário averiguar as condições históricas que marcaram o surgimento e a afirmação dos intelectuais na sociedade contemporânea. Para o autor, o que os identifica enquanto grupo e como conceito tem sua origem num contexto histórico bem determinado, em França, no final do século XIX. Seu surgimento teria ocorrido como resultado da concorrência com o restante das elites e com o objetivo de romper com antigas formas de legitimação política, ideológica e cultural. Nesta concepção a história dos intelectuais não se confunde com a dos letrados, tal só acontece quando as elites cultas se autoproclamam portadoras de uma missão social e política, assumindo-se, assim, como vanguarda e guia das sociedades¹⁵³.

Ramos se refere a atuação dos intelectuais no Estado Novo salazarista como a ditadura da inteligência: “[...] À frente desta elite encontravam-se, não os demagogos plebeus de outras ditaduras, mas professores universitários, que foram 40 por cento dos ministros entre 1933 e 1944 [...] era bem uma ditadura catedrática, como lhe chamou Miguel de Unamuno [...]”¹⁵⁴. Esta análise, embora bem específica do caso português, possui semelhanças com a situação verificada no Brasil, se considerarmos a grande parcela da população constituída por analfabetos e o contingente de habitantes na zona rural.

Gomes, ao teorizar sobre a participação dos segmentos sociais no governo Vargas, conclui que no Brasil, a condição imposta pelo grande contingente de analfabetos legitimou a relação entre os intelectuais e o poder, permitindo a sua interferência no processo de organização da sociedade¹⁵⁵. Como veremos a seguir, no caso brasileiro é possível encontrar condições pré-existentes que

¹⁵² GRAMSCI, António. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 2001, pp. 18-21.

¹⁵³ CHARLE, Christophe. *Naissance des Intellectuels, 1880-1890*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1990, pp. 227-234.

¹⁵⁴ RAMOS, Rui. (Coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 646.

¹⁵⁵ GOMES, ÂNGELA Maria de Castro. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: *Revista de sociologia e política* nº 9, pp. 1-18. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

viabilizaram a participação de uma elite esclarecida nos mais altos escalões do governo.

O projeto varguista de modernização cultural alinhava-se com os ideais intelectuais de desenvolver a nação segundo um modelo de nacionalismo atrelado à educação. Colocar esse projeto em prática significou reunir, em uma configuração de Estado autoritário, intelectuais que, embora tivessem diferentes posicionamentos políticos e ideológicos, comungavam dos mesmos objetivos do governo: implantar o projeto de um homem novo, em e para um Estado que seria novo.

Se faz necessário definir esse ideal de homem novo e perceber as origens da utilização desse e de outros conceitos no âmbito do Estado Novo varguista. Se considerarmos, que o ideário para as políticas públicas implantadas no Brasil, na década de 1930, não são originais, mas sim uma cópia, com as devidas adaptações, de outros regimes semelhantes, encontraremos respaldo para esta questão na definição de homem novo português no mesmo período. Estas ideias foram devidamente desenvolvidas por Rosas, afirmando que a existência de certos mitos sobre as fragilidades da sociedade portuguesa comportavam a presença no discurso propagandístico dos ideólogos e teorizadores do regime da tutela atenta, mas paternal do Estado¹⁵⁶. Estes pressupostos justificariam a necessidade de construir uma nova imagem, de uma nova sociedade, sob a direção de uma elite letrada que passou a integrar o governo.

O estudo das relações entre os intelectuais e o poder, em regimes autoritários, tem sido objeto de estudo por pesquisadores de diversos países nas últimas décadas. Nestes estudos, a posição assumida pelos intelectuais, frente aos governos, é constantemente questionada. Segundo Bobbio: “Se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que trai sua missão de clérigo [...] mas, se põe-se acima do combate para não trair e se desinteressar das paixões da cidade, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral”¹⁵⁷.

O Ministro da Educação e Saúde Pública, o político mineiro Gustavo Capanema (*1900 +1985), desempenhou um papel crucial na execução das políticas que resultaram nas mudanças sociais idealizadas pelo projeto do Estado Novo. Capanema permaneceu no cargo, de 1934 a 1945 e foi o mais longo dos ministros de Vargas. Seu chefe de gabinete foi o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade (*1902 +1987).

Capanema conhecia Drummond desde os tempos em que cursou a faculdade de Direito em Belo Horizonte, na década de 1920. Naquele período,

¹⁵⁶ ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. In: *Revista Análise social*, volume XXXV (157), pp. 1031-1054. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001.

¹⁵⁷ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Marco Aurélio Nogueira (Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 22.

ambos integravam um grupo de intelectuais e políticos modernistas, conhecido como “Grupo da Rua Bahia”¹⁵⁸. Desse grupo também faziam parte, Milton Campos (*1900+1972), Abgard Renault (*1901 +1995), Mario Casassanta (*1898 +1963) e outros. Na década seguinte, como integrantes do Governo Vargas, Capanema e Drumond conquistaram, com habilidade, a atenção e o apoio da classe intelectual do país, o que concedeu legitimidade ao projeto de governo.

O ministério dirigido por Capanema abrigou uma equipe multidisciplinar composta por escritores, cineastas, músicos, artistas de cinema e de teatro, jornalistas, entre outros profissionais, que elaboraram e desenvolveram políticas públicas na área da música, do teatro, do cinema e das letras, todas orientadas dentro de um conceito estatal de educação e cultura.

A gestão de Capanema à frente do Ministério também ficou marcada pela disputa entre dois movimentos políticos divergentes. Um grupo identificado como renovador, composto pelos integrantes do governo, defendia um ensino laico e universalizante, sob a direção e responsabilidade do Estado e sem a presença da Igreja. O outro grupo, integrado por católicos, que não possuíam cargos no governo, contava com a participação de lideranças religiosas e reivindicava um sistema de ensino sob a direção da Igreja e sem a interferência estatal. Acabou por prevalecer a orientação governamental, com a adoção de um modelo que centralizou, a nível federal, as iniciativas voltadas para a educação, cultura e saúde pública.

Merecem destaque, como ações efetivas do Ministério, na área da saúde, a criação de serviços de profilaxia para várias doenças, cujas campanhas eram feitas com o devido registro em filmes de curta-metragem, para ser exibidos antes das sessões de cinema nas salas de todo o país. Na área da educação e cultura, foi criado, em 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPAHN). Em 1942 como forma de estimular o ensino profissionalizante no país, foi criado, com o apoio da classe empresarial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O Arquivo Capanema foi depositado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas em 1978. Desde então, a análise, realizada por pesquisadores brasileiros e de outros países, dos cerca de duzentos mil documentos que compõem o acervo tem possibilitado uma melhor compreensão a respeito dos acontecimentos do período em que Gustavo Capanema foi Ministro de Educação e Saúde Pública do governo Vargas. Dentre os pesquisadores que se dedicam à análise dessa temática específica, além de outros, já devidamente citados nesta pesquisa, destacamos o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Helena Bomeny.

¹⁵⁸ Rua localizada no centro da Cidade de Belo Horizonte, considerado o mais antigo espaço boêmio da cidade, frequentado por artistas e intelectuais desde as primeiras décadas do século XX. Ver mais In: NOBRE, Carolina. *Rua da Bahia: Espaço de mutação. Uma análise entre a história e o design*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UEMG, 2013.

Na obra publicada por Bomeny¹⁵⁹, por ocasião do aniversário do centenário de nascimento de Capanema, são evidenciados diversos aspectos da conjuntura do período e das possíveis conexões com intelectuais de outros países. Em publicação recente da mesma autora, atenção especial é dada para a interlocução entre Brasil e Portugal, na articulação dos projetos do Ministério dirigido por Capanema e, na influência exercida pelas ideias de António Ferro (*1865 +1956), intelectual de destaque no governo de Salazar e citado pela autora como “inventor do salazarismo”¹⁶⁰. A autora, ao destacar a trajetória de António Ferro no Estado Novo português e as consequências trazidas pela atividade política para a sua biografia, estabelece um paralelo, para possíveis comparações sobre o impacto provocado pela participação dos intelectuais brasileiros no Estado Novo.

As ligações de António Ferro com o Brasil, a partir dos encontros com Lourival Fontes, no âmbito do acordo cultural luso brasileiro e uma possível interlocução com Gustavo Capanema, também foram descritas por Marcos Napolitano, ao estabelecer um paralelo sobre o papel desempenhado pelos intelectuais brasileiros em dois regimes autoritários, no Brasil, no século XX, no Estado Novo, entre 1937 e 1945 e, durante o regime militar, entre 1964 e 1985¹⁶¹.

Esse tipo de utilização dos meios de comunicação, por parte do Estado, como forma de propaganda oficial, incluindo as revistas, o cinema e o teatro, até então nunca tinha sido realizado no Brasil. A montagem dessa estrutura demandou tempo e capacidade de articulação. Os quadros que integraram o Estado Novo, composto por intelectuais de diversas áreas, que permaneceram por um período longo no governo foram fundamentais na execução desse projeto. Compreender como essas articulações ocorreram ao longo dos anos que antecederam a decretação do Estado Novo é um dos objetivos desta pesquisa.

No âmbito da propaganda política, as ações desenvolvidas a partir de 1937 representaram, sob vários aspectos, uma continuidade de projetos que já vinham sendo gestados desde o início dos anos 30 e cujas origens remontam à década anterior. Os quinze anos marcados pela presença de Vargas no poder, apesar de fracionados em três momentos distintos para fins didáticos, têm uma característica que é comum em regimes autoritários, qual seja, a identificação

¹⁵⁹ BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹⁶⁰ BOMENY, Helena. Intelectuais e poder: De volta ao combate sem trégua. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco. (Coord.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 264.

¹⁶¹ NAPOLITANO, Marcos. Intelectuais entre dois autoritarismos. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco. (Coord.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 285 – 308.

das políticas públicas com as convicções pessoais do Chefe de Estado. Não há como discorrer sobre o governo Vargas sem fazer referência a biografia do homem, do cidadão Getúlio, descrito, por sua filha e assessora, como “[...] um conciliador nato, avesso à violência e adepto do poder das palavras [...]”¹⁶².

Quando recorremos a história factual, com o objetivo de traçar o percurso de Getúlio Vargas até chegar ao poder, nos deparamos com um político que, quando assumiu a Presidência da República, já trazia consigo as experiências vividas no desempenho de cargos públicos e na militância política, desde os tempos em que era estudante de direito em Porto Alegre. É dessa época, no convívio em uma vasta república de estudantes, onde foi morar, e como integrante de um movimento político estudantil, que se estabeleceram relações interpessoais que o acompanhariam por quase toda a vida. O grupo, criado em 1907, chamava-se Bloco Acadêmico Castilhistas, era vinculado ao Partido Republicano Riograndense (PPR), e tinha o objetivo de discutir a situação política do Rio Grande do Sul e do Brasil no início da primeira República. Era liderado por estudantes de direito, os quais desempenharam importantes funções no cenário político, regional e nacional, nos anos seguintes, inclusive ocupando cargos de relevância no governo Vargas. Dentre estes destacamos: João Neves da Fontoura (*1887+1963), embaixador do Brasil em Portugal entre 1943 e 1945; Joaquim Maurício Cardoso (*1888+1938), Ministro da Justiça e Negócios Interiores, entre 1930 e 1934; Firmino Paim Filho (*1884+1971), Deputado Federal entre 1934 e 1937 e os cadetes Pedro Aurélio de Góes Monteiro (*1889+1956), Ministro da Guerra entre 1934 e 1935 e Eurico Gaspar Dutra (*1883+1974), Presidente da República entre 1946 e 1951. Esse grupo, identificado por Fausto como a *entourage* getulista, seria acrescido por figuras como Osvaldo Aranha (*1894+1960), Ministro de Relações Exteriores, entre 1937 e 1944; Flores da Cunha (*1880+1959) Governador do Rio Grande do Sul entre 1935 e 1937 e Lindolfo Collor (*1890+1942), Ministro do Trabalho entre 1930 e 1932¹⁶³.

Quando constatamos que a formação em direito era um traço em comum da quase totalidade desse grupo e que suas origens remontam ao ambiente acadêmico, torna-se inevitável a comparação com a história do Estado Novo em Portugal. Salazar e vários de seus auxiliares mais próximos têm sua origem ligada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e essa rede de sociabilidades ali estabelecida o acompanhou no exercício do poder¹⁶⁴. Estas e outras semelhanças entre os dois regimes e as influências que o salazarismo exerceu sobre a organização do governo Vargas estão contempladas ao longo de nosso estudo.

¹⁶² PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 14.

¹⁶³ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 11-26.

¹⁶⁴ ROSAS, Fernando. *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, pp. 46-53.

A respeito do currículo político e profissional de Getúlio, antes de chegar à Presidência da República, destacamos as funções exercidas como Sargento do Exército, entre 1898 e 1903, acadêmico na Faculdade de Direito de Porto Alegre, entre 1903 e 1907, Promotor de Justiça, entre 1808 e 1809, Deputado Estadual, entre 1909 e 1922, Deputado Federal, entre 1923 e 1926, Ministro da Fazenda, entre 1926 e 1927 e Governador do Rio Grande do Sul, entre 1927 e 1929¹⁶⁵.

A experiência adquirida por Vargas nos vários cargos que desempenhou e nos diversos ambientes de poder por onde circulou, de certo que contribuíram para a formulação do conjunto de ideias que embasaram seu governo. Acrescido do facto de contar com o apoio de um quadro administrativo composto por pessoas com as quais mantinha relações de natureza pessoal desde a juventude e com as quais partilhava convicções no campo político, econômico e social. A definição da propaganda política e o controle dos meios de comunicação fazem parte de um projeto que foi desenvolvido e estruturado a partir das experiências adquiridas nas décadas anteriores e moldadas num ambiente de grandes transformações da sociedade brasileira, influenciadas por acontecimentos de escala local e mundial.

2. AS REVISTAS DE CARÁTER LITERÁRIO E CULTURAL

As revistas impressas possuem uma longa tradição no Brasil como veículos de imprensa, moldados numa perspectiva diferente dos jornais diários, embora às vezes constituam suplementos literários destes. Sem o compromisso com a urgência da notícia, que caracteriza os jornais, as revistas possuem como característica uma elaboração mais cuidadosa, com a possibilidade de uma maior variedade de seções e permitindo aos seus colaboradores e articulistas um tempo maior na preparação das matérias. A pesquisa sobre as suas origens nos permite perceber a sua importância e a influência que desde sempre exerceram junto ao público leitor, não só na divulgação de notícias, mas também como fonte de cultura e lazer.

No que se refere às revistas pesquisadas, um aspecto a ser destacado é a parceria entre Brasileiros e Portugueses seja como colaboradores ou, até mesmo, na constituição de sociedades como proprietários de empresas responsáveis por sua publicação. Essa é uma constatação baseada na pesquisa da história em comum entre os dois países. Independentemente do regime político, da corrente ideológica, da maior ou menor proximidade entre os governos, são as relações interpessoais, estabelecidas a partir de laços culturais em comum que se manifestam nas publicações literárias e na produção cultural. Considerando que as relações luso-brasileiras são um dos pilares deste trabalho, a identificação destas redes de sociabilidade contribui para ratificar os pressupostos teóricos estabelecidos *a priori*.

¹⁶⁵ SILVA, Hélio. Vargas, uma biografia política. Porto Alegre: L & PM editores, 1980, pp. 28-32.

Quadro 10

Principais revistas literárias do Brasil na primeira metade do século XX

Revista	Local da publicação	Período
<i>Ilustração Brasileira</i>	Rio de Janeiro	1901-1902/1909-1958
Revista da semana	Rio de Janeiro	1901 – 1959
<i>O Malho</i>	Rio de Janeiro	1902 – 1954
<i>Kosmos</i>	Rio de Janeiro	1904 – 1909
<i>Fon-Fon</i>	Rio de Janeiro	1907 – 1958
<i>Careta</i>	Rio de Janeiro	1908 – 1961
<i>Atlântida</i>	Rio de Janeiro/Lisboa	1915 – 1920
<i>Klaxon</i>	São Paulo	1922
<i>A Revista</i>	Belo Horizonte	1925 – 1926
<i>Do Brasil</i>	São Paulo	1925-1926/ 1938-1943
<i>O Cruzeiro</i>	Rio de Janeiro	1928 – 1963
<i>Acadêmica</i>	Rio de Janeiro	1933 – 1948
<i>Lanterna Verde</i>	Rio de Janeiro	1934 – 1944
<i>Diretrizes</i>	Rio de Janeiro	1938 – 1943
<i>Dom Casmurro</i>	Rio de Janeiro	1938 – 1944
<i>Ciência Política</i>	Rio de Janeiro	1940 – 1945
<i>Cultura Política</i>	Rio de Janeiro	1941 – 1945
<i>Autores e Livros</i>	São Paulo	1941 – 1945
<i>Atlântico</i>	Lisboa	1942 – 1950
<i>Brasília</i>	Coimbra	1942 – 1968
<i>Aqui e Além</i>	Lisboa	1944 – 1948

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

A presença conjunta de jornalistas e escritores portugueses e brasileiros manifesta-se desde as primeiras publicações, no início do século XX, como podemos identificar na análise que desenvolvemos a seguir. A maior parte dessas revistas literárias já foram objeto de estudos acadêmicos por estudantes de universidades no Brasil e em Portugal, nos últimos anos, tanto na forma de artigos científicos como em teses de mestrado e doutorado. Várias destas teses foram publicadas nos dois países, enriquecendo a bibliografia sobre o assunto¹⁶⁶.

Embora a maioria desses trabalhos detenha-se em uma revista apenas, há, também, aqueles que se dedicaram a um estudo mais abrangente, que buscou incluir todas as produções de um determinado período. O acesso a essas publicações foi importante para referendar as informações dos arquivos pesquisados no Brasil e em Portugal.

Inicialmente vamos analisar as revistas publicadas sob a tutela do Estado, destinadas a veiculação oficial e, posteriormente, aquelas vinculadas a iniciativa particular.

A cultura, durante o Estado Novo, era reconhecida como um importante instrumento na difusão da ideologia varguista e no fortalecimento dos valores da nacionalidade junto às diversas camadas sociais. Foram criadas pelo governo as estruturas próprias de divulgação, necessárias para alcançar os objetivos propostos pela máquina de propaganda oficial. Entre as revistas criadas com esta finalidade destacam-se aquelas diretamente vinculadas ao DIP, como *Cultura Política* e *Ciência Política*, além de outras que, embora possuíssem maior independência editorial, também cumpriram seu papel de propagação ideológica, exercendo grande influência, junto a um público leitor bastante diversificado.

A revista ***Cultura Política*** foi criada em 1941, o seu subtítulo era: “revista de estudos brasileiros”. Com publicação vinculada diretamente ao DIP e dirigida pelo jornalista Almir de Andrade (*1911 +1981), era a revista oficial do regime. Devido ao papel desempenhado no âmbito da doutrinação política, tão valorizada por Vargas, o investimento foi elevado, tanto na divulgação e distribuição através das principais bancas do Rio de Janeiro e de São Paulo, quanto na contratação de seus colaboradores, aos quais eram pagos salários elevados, equivalente ao dobro do que costumavam pagar outras revistas do mesmo gênero. Conforme era anunciado na propaganda que se fazia da revista, esta era destinada a conceituar e esclarecer as transformações

¹⁶⁶ Ver mais In: MENDES, Karla Renata. *Navegando em mares lusitanos: Diálogos transatlânticos entre Cecília Meireles e Portugal*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016; RIBEIRO, Laura Maria. *Revista Acadêmica (1933-1938) e a arte moderna brasileira nas décadas de 1930-40*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989; SOUZA, Douglas Henrique de. *Dom Casmurro: A presença feminina num jornal literário*. In: Anais do XXI Encontro Estadual de História-ANPHU-SP. Campinas: Unicamp, 2012.

políticas, sociais e econômicas pelas quais passava o país¹⁶⁷. Essa linha política e ideológica pode ser percebida no primeiro número da revista na leitura do artigo introdutório, de autoria de Almir Andrade: “[...] O instante em que vivemos é apenas a etapa de um caminho mais longo [...] anima-nos todavia já haveremos traçado um rumo para nossas caminhadas do porvir [...]. As páginas dessa revista procurarão definir e esclarecer esse rumo[...]”¹⁶⁸.

Com um *layout* moderno de paginação, cada matéria era precedida de uma nota introdutória onde se explicitavam seus objetivos e seus princípios norteadores, além de uma pequena biografia de seus autores. Apresentava em suas páginas centrais um relato minucioso das realizações governamentais, funcionando, ainda, como uma espécie de resenha bibliográfica, noticiando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo.

Segundo a percepção do DIP, na estruturação de uma nova ordem era fundamental que os intelectuais, como formadores de opinião, exercessem a função de unir povo e governo, traduzindo a voz da sociedade. Entre os colaboradores da revista encontrava-se a elite da intelectualidade brasileira daquele período, abrigando as mais diversas correntes de pensamento, desde ideólogos do regime, como Francisco Campos (*1891 +1968), Antônio Azevedo do Amaral (*1891 +1942), Lourival Fontes (*1899 +1967), Cassiano Ricardo (*1894 +1974), além de Almir de Andrade (*1911 +1991), diretor da revista e, até mesmo opositores declarados do regime varguista, como Graciliano Ramos (*1892 +1953), Gilberto Freyre (*1900 +1987) e Nelson Werneck Sodré (*1911 +1999), que colaboraram com artigos. A presença destes últimos é justificada por Miceli: “Eram tempos em que, viver da produção literária era tarefa ingrata e, para poucos”¹⁶⁹. *Cultura Política* circulou até outubro de 1945, quando foi extinta.

A revista ***Ciência Política*** foi publicada pelo Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), entre novembro de 1940 e maio de 1945, sob a direção de Paulo Filho (*1898 +1953) e Pedro Vergara (*1902 +1976). Os objetivos de *Ciência Política* eram os de divulgar o trabalho realizado pelo INCP, funcionando como um boletim de informações daquele órgão. Segundo afirma Velloso: “O INCP se define como entidade cultural de âmbito nacional, destinado a congregar as elites intelectuais em torno do pensamento do Estado

¹⁶⁷ ANTELO, Raul. As Revistas literárias brasileiras. In: PICCHIO, Stegagno. *Storia della civiltà letteraria nel Brasile*, pp. 1-9. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Letras, 2012.

¹⁶⁸ Fonte: Revista *Cultura Política*, ano I, número 1, março de 1941, p. 8. Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cultura-politica>. Acessado em 20/03/2021, às 12:46.

¹⁶⁹ MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 42.

Novo, seguindo as orientações do DIP¹⁷⁰. As propostas apresentadas pelo INCP e reproduzidas pela revista são: “familiarizar o povo brasileiro com os problemas nacionais; congregar as elites para orientar o povo; esclarecer a opinião da nação e colaborar com os poderes constituídos para a defesa da pátria”¹⁷¹.

Dentro da hierarquia do aparato de propaganda varguista *Ciência Política* tinha um papel bem definido, difundir as ideias gestadas pelo grupo de intelectuais colaboradores de sua co-irmã *Cultura Política*, mas com uma linguagem mais popular, exercendo um papel didático, de inculcar no imaginário popular os valores e pressupostos do Estado Novo. “*Ciência Política* de modo geral, no seu quadro de colaboradores, congrega intelectuais de pouca projeção [...] elementos da alta magistratura, integrantes das forças armadas, professores do ensino superior, juristas e jornalistas, estudantes universitários e profissionais liberais de um modo geral”¹⁷².

Ao passo que *Cultura Política* representava, para seus leitores, um espaço para a reflexão sobre os conceitos norteadores do projeto político, *Ciência Política* era mais voltada para a realização das tarefas de carácter mais prático da propaganda, através da doutrinação ideológica, enaltecendo as virtudes e personificando o mito de Vargas como um líder nato, o homem certo para conduzir os destinos da nação. A ideia central presente nas duas revistas era a necessidade de promover uma nova concepção de cultura, coerente com a ideologia do Estado Novo. Desempenhando papéis complementares entre si, estas foram as revistas oficiais do regime. O autor e crítico literário Brito Broca classifica estas revistas oficiais num grupo à parte das demais. “É necessário discernir as linhas que separam as revistas ilustradas e de variedades daquelas estritamente culturais e/ ou literárias que não cortejavam o grande público”¹⁷³.

Embora não tivessem o mesmo atrativo estético contido nas revistas de variedades, devido a uma paginação mais sóbria e com menos seções, não podemos desconsiderar que as revistas oficiais faziam parte de um projeto amplo de divulgação, onde cada veículo de comunicação desempenhava um papel específico, buscando atingir o maior número possível de pessoas. Para o governo, as revistas culturais deveriam atingir públicos específicos, com a

¹⁷⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 72.

¹⁷¹ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. CPDOC/FGV. Revista *Ciência Política*, ano I, número 1, p. 4. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revista-ciencia-politica>. Acessado em 14/03/2021, às 16:08.

¹⁷² VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 73.

¹⁷³ BROCA, Brito. *A Vida literária no Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2005, p. 87.

mensagem transmitida de forma clara e concisa, de modo que permitisse a compreensão das ideias centrais contidas nas políticas públicas implementadas.

A existência destas revistas de caráter oficial justifica-se pela necessidade da circulação do discurso político, num regime que institucionalizou a censura prévia da imprensa.

Esta prática se torna mais efetiva com a instalação de uma rotina de controle das publicações, a partir da criação do DIP, em 1939. Embora fosse fruto do aperfeiçoamento dos órgãos que o antecederam, este novo departamento possuía poderes ampliados em relação aos anteriores. Tinha a missão de difundir a ideologia do Estado Novo entre as classes populares e também coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa. Para isso contava com um aparato burocrático composto por grande número de funcionários e tinha toda a estrutura da máquina de Governo ao seu dispor.

O estudo desenvolvido por Mônica Pimenta Veloso na análise dessas revistas representa, para a pesquisa, um contributo fundamental. O quadro que apresentamos a seguir, com algumas adaptações, é uma reprodução daquele apresentado por Veloso na obra já aqui citada.

Quadro 11
Comparativo entre as revistas oficiais do Estado Novo

Revistas	Cultura Política	Ciência Política
Principais Articulistas	Almir de Andrade, Francisco Campos, Lourival Fontes, Azevedo Amaral, todos com carreiras já consolidadas.	Pedro Vergara, Paulo Filho, Humberto Grande, Sabóia Lima, não possuíam grande projeção no cenário cultural.
Público alvo	Elites intelectuais	Público em geral
Tutela	DIP. Esta era a revista oficial do Estado Novo.	INCP. Era um boletim que divulgava as atividades do órgão, seguia orientação do DIP.
Proposta Central	Ser um centro de referência em estudos brasileiros, com o objetivo de interpretar as mudanças sociais e políticas vivenciadas no país.	Difundir os valores da educação cívica e militar junto ao povo e para a educação política das elites.
Organização e layout	Apresenta seções bem estruturadas com a utilização de notas introdutórias referentes aos seus objetivos, seus princípios norteadores e contendo dados bibliográficos	Registra as atividades do INCP, através da transcrição das palestras semanais promovidas pela entidade, divulga campanhas cívicas, relata participação de seus

	dos autores.	integrantes em eventos oficiais, etc.
Linha editorial e estratégias	Busca o convencimento dos leitores com a utilização de uma argumentação sociológica de carácter mais reflexivo, fundamentada em concepções de teor filosófico, através da construção de diagnósticos e apresentação de terapias para a realidade nacional.	Busca mobilizar a participação popular através da exploração dos conceitos de pátria, família, tradição, disciplina e civismo. Utiliza a força das imagens com as quais transmite uma visão maniqueísta e dogmática da sociedade.
Percepção do passado	Concebe o cristianismo como um dos pilares da nacionalidade. Exalta vultos históricos: Caxias, Cairu, Taunay, Joaquim Nabuco, Conde d'Eu, Deodoro da Fonseca, etc.	Defende a adoção do catolicismo como religião oficial. Exalta vultos históricos: Caxias, Cairu, José Bonifácio, Feijó, Mauá, Tamandaré, Júlio de Castilhos, Rio Branco, Benjamin Constant, Alberto Torres.
Conceito de política	Entende que a política é uma ciência cuja prática exige estudo especializado, além de talento e vocação.	Defende a ditadura republicana, como a forma definitiva de organização política e social.
Conceito de cultura	Entende que a cultura é composta por um conjunto de manifestações populares que devem ocorrer sob a tutela do Estado.	Defende a socialização da cultura como parte da expansão da educação cívica e militar ao conjunto da sociedade.
Conceito de homem novo	Configura o homem novo como fruto da unificação das esferas política e social.	Apresenta uma tipologia hierarquizada para o homem novo.
Função social do intelectual	Vê o intelectual como prenunciador das grandes mudanças históricas, elemento de união entre governo e povo.	Critica o trabalho intelectual como herança negativa do passado escravista.
Imagem de Vargas	Valorização de suas ideias e de suas realizações.	Culto extremado do mito através da reprodução minuciosa de sua história de vida e genealogia.
Ideologia	Combate à democracia liberal.	Identificação de adversários: nazistas, integralistas, comunistas.

Fonte: VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 101-103, com adaptações.

Dentre as revistas sem um vínculo oficial com o governo Vargas destacamos inicialmente a revista **O Cruzeiro**. A opção por iniciar a análise por esta revista, embora não seja uma das mais antigas, é devido a relevância que adquiriu no cenário literário do Brasil. Revista semanal ilustrada, lançada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1928, editada pelos *Diários Associados* de propriedade de Assis Chateaubriand, foi a principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX.

O projeto original para criação da revista é do jornalista português Carlos Malheiro Dias (*1875 +1941)¹⁷⁴, que, em 1927, com essa finalidade, fundou a empresa Gráfica Cruzeiro S.A., mas não dispondo dos recursos financeiros necessários para o lançamento de uma revista de circulação nacional vendeu seus direitos de propriedade para Chateaubriand. O editor chefe quando a revista foi lançada era Carlos Malheiro Dias, permanecendo nessa função mesmo após a venda da revista até que, em 1933, foi sucedido por Antônio Accioly Neto (*1906 +2001)¹⁷⁵.

Para uma melhor compreensão da linha editorial seguida por *O Cruzeiro*, é necessário analisar as relações de Assis Chateaubriand com a classe política de sua época. Jornalista, empresário e político, considerado um dos homens mais influentes do Brasil no século XX, Chateaubriand construiu um império na área da comunicação que, no seu auge, chegou a contar com 34 jornais, uma editora e numerosas revistas¹⁷⁶.

Nas décadas de 1930 e 1940, *O Cruzeiro* refletiu a posição política de seu proprietário, que oscilou entre o apoio e a oposição a Getúlio Vargas. No começo da década de 1930, a revista passou a dar um maior destaque às notícias de política. Inicialmente, na campanha para as eleições de 1930, apoiou a lista liderada por Getúlio Vargas e João Pessoa, em oposição à candidatura de Júlio Prestes. Segundo Velasquez “O apoio à chapa da Aliança Liberal tornou-se evidente pela diferenciação entre a ampla cobertura (cerca de oito páginas ilustradas por fotos a cada edição), das atividades dos candidatos

¹⁷⁴ Carlos Malheiro Dias dirigiu em Portugal a revista *Ilustração Portuguesa* e foi codiretor de *O Domingo Ilustrado*, além de colaborar em diversas outras publicações, como *Branco e Negro*, *Atlântida*, *Brasil-Portugal*, *Lusitânia*, *Serões* e *Revista do Conservatório Real de Lisboa*. Ver mais In: NUNES, Teresa. Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.

¹⁷⁵ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad: 2007, pp. 56-79.

¹⁷⁶ ROMERO, Abelardo. *Chatô, a verdade como anedota*. Rio de Janeiro: Imagem, 1969, pp. 12-31.

aliancistas, contra o espaço restrito da candidatura oficial, que tinha que pagar para figurar nas páginas da revista”¹⁷⁷.

Essas mudanças, os encontros e os desencontros com o governo ficam evidentes através do exame das matérias de capa da revista. O assassinato de João Pessoa, no Recife, em 26 de julho de 1930, foi bastante explorado pela revista que publicou quatro edições sucessivas com matérias ilustradas por fotografias dos protestos de rua que se sucederam, responsabilizando o governo federal, através do Presidente eleito, Júlio Prestes, pelo crime. Na edição de 16 de agosto de 1930 foi dado um grande destaque aos funerais de João Pessoa, realizados na cidade do Rio de Janeiro. A notícia foi inserida nas duas páginas centrais, acompanhada de quatro fotos, com a manchete: “O exaltado funeral do presidente da Parayba”. Na edição de 8 de novembro de 1930, um editorial com o título “A revolução triunfante”, comemorou a vitória do movimento revolucionário que conduziu Vargas ao poder. A capa estampando uma imagem colorida do Presidente vinha acompanhada da manchete: “Um sorriso que promete a vitória”¹⁷⁸.

No entanto, os desentendimentos entre Chateaubriand e Vargas, logo a seguir a posse do Presidente, influenciaram na linha seguida pela revista, que tratou o governo provisório de Vargas como o início de uma ditadura. Pouco mais de um ano depois, o tom das manchetes demonstrava essa mudança. Em 7 de dezembro de 1931 um editorial publicado na página 1 da revista fazia duras críticas às medidas adotadas pelo governo provisório e a demora em convocar uma assembleia constituinte¹⁷⁹.

O apoio à revolução constitucionalista de 1932 custou a Chateaubriand uma ameaça de deportação que o obrigaram a esconder-se no interior do país por vários meses. Ainda durante essa primeira fase de governo, Chateaubriand reconciliou-se com Vargas e conseguiu revigorar seu império jornalístico. Em 1937, porém, passou a apoiar Armando Sales de Oliveira, o candidato da oposição, para as eleições previstas para o ano seguinte. Esta alternância entre o apoio, ao governo e à oposição, demonstram a instabilidade das relações entre o poderoso proprietário dos *Diários Associados* e o Presidente da República¹⁸⁰. Para uma melhor compreensão desse quadro é necessário contextualizar as relações dos diversos jornais pertencentes ao grupo e as autoridades do governo federal. Os cortes realizados pela censura tinham o efeito de provocar instabilidades constantes com os periódicos.

¹⁷⁷ VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. Arquivos implacáveis. In: *Revista de História*. Nº 14. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 80.

¹⁷⁸ Fonte: Arquivos da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível In: <https://bndigital.bn.gov.br/revistas/o-cruzeiro-1928-1985-doc.003581>. Acessado em 13/04/2021 às 19:37.

¹⁷⁹ Fonte: Arquivos da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível In: <https://bndigital.bn.gov.br/revistas/o-cruzeiro-1928-1985-doc.003581>. Acessado em 13/04/2021 às 19:37.

¹⁸⁰ NETTO, Antônio Accioly. *O Império de Papel. Os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998, pp. 16-17.

Com a decretação do Estado Novo, Chateaubriand adotou uma postura de pragmatismo, adaptando seus órgãos de imprensa, particularmente *O Cruzeiro*, ao novo sistema governamental.

Para Velasquez: “*O Cruzeiro* abriu suas páginas à divulgação dos feitos de Vargas, transformando-se em mais um veículo à serviço da propaganda do Estado Novo”¹⁸¹. Esta afirmação pode ser constatada através da visualização das edições completas disponíveis nos arquivos que já mencionamos, onde as notícias sobre as realizações do governo ocupam um espaço privilegiado.

Carvalho, também possui uma percepção semelhante: “[...] A imprensa dobrou-se, sem esperar e, muitas vezes, com indisfarçável prazer [...] como foi o caso de todos os veículos de comunicação pertencentes à Chateaubriand, com destaque para *O Cruzeiro*”¹⁸².

A linha editorial adotada a partir do início do Estado Novo impunha a *O Cruzeiro* posicionamentos modernos que reforçavam o nacionalismo brasileiro. Esta constatação foi confirmada pelo depoimento de Accioly Neto¹⁸³, que trabalhou na revista e escreveu sobre a sua história e seus colaboradores. A modernidade apresentada nas páginas da revista era claramente apoiada pelo governo Vargas, por estar alinhada com seus princípios conceituais.

O Cruzeiro abriu espaço não apenas para os feitos de Vargas, mas também para suas convicções de modernização do país. A partir dessa consonância de princípios, entre a revista e o governo, procurava-se divulgar o novo, o moderno, o ideal, e buscava-se a transformação de comportamentos, sobretudo no público feminino, já que fazia parte do discurso varguista dar um maior protagonismo às mulheres. Dessa forma procurava-se impor à sociedade e, especialmente às mulheres, novos padrões de comportamentos através das mais diversas matérias, como moda, roupas, maquiagens, eletrodomésticos, resenha de filmes, concursos de beleza, registros das festas sociais, sempre exaltando as novidades em diversos setores da sociedade. O espaço político oferecido por *O Cruzeiro* sempre foi muito bem aproveitado por Getúlio Vargas como pode ser observado através das matérias publicadas nas páginas centrais da revista com uma profusão de imagens, onde as notícias sobre as ações do governo ganhavam destaque¹⁸⁴.

Um contraponto aos órgãos que apoiaram o Estado Novo encontramos em ***Acadêmica***, revista que tinha sua sede no Rio de Janeiro, entre a rua do Ouvidor e a Cinelândia, e circulou, na capital da República, entre 1933 e 1948, sendo dirigida por Murilo Miranda (*1912 +1971), e Moacir Werneck de Castro

¹⁸¹ VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. Arquivos implacáveis. In: *Revista de História*. Nº 14. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 81.

¹⁸² CARVALHO, Luís Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. 3ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 69.

¹⁸³ NETTO, Antônio Accioly. *O Império de Papel. Os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998.

¹⁸⁴ Fonte: Arquivos da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível In: <https://memória.bn.br/o-cruzeiro-1928-1985-doc.003581>. Acessado em 22/05/2021, às 19:57.

(*1915 +2010). Tinha entre seus colaboradores Carlos Drummond de Andrade (*1902 +1987), Manuel Bandeira (*1886 +1968), Mário de Andrade (*1893 +1945) e Oswald de Andrade (*1890 +1954), e outros intelectuais ligados ao movimento modernista. Carlos Lacerda (*1914 +1977), jornalista, político e, grande adversário de Vargas, era também um dos colaboradores da revista. Foi em suas páginas que Lacerda publicou um artigo, em 1934, no qual fez uma análise da obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos (*1892 +1953), este um grande opositor e desafeto pessoal de Vargas.

Acadêmica tem sua origem no meio acadêmico, especialmente entre jovens estudantes de direito, e tinha como propósito divulgar o movimento modernista através de artigos que abordavam produções literárias de autores modernistas. Os quinze anos em que a revista circulou podem ser divididos em três fases distintas: na primeira fase, entre 1933 e 1934 teve sua circulação restrita ao meio universitário, no qual nasceu e ao qual destinava-se, com suas matérias de interesse estudantil e literário. Na segunda fase, de 1935 a 1938 a revista deixa de ser apenas um órgão estudantil, amplia seu público leitor e sua linha editorial sofre uma correção de rumo, direcionando-se para a crítica social, engajada na luta pelo fim do autoritarismo e posicionando-se contra o avanço do nazi-fascismo a nível mundial. Na terceira e última fase a revista sofre com a repressão imposta pela censura oficial e, para não ser retirada de circulação, adota uma postura mais suave, evitando as críticas abertas ao Estado Novo e concentrando-se na análise de obras de cunho modernista sem, contudo, deixar de lado seus objetivos de difundir o movimento e exaltar os novos valores estéticos em nosso universo cultural. Em 1936, a revista concedeu a Graciliano Ramos o prêmio literário Lima Barreto, pela obra *Angústia*, publicada naquele ano, estando o autor preso, acusado de conspiração contra o governo Vargas e por participar do levante comunista de 1935¹⁸⁵.

Observamos que, diferentemente da revista *O Cruzeiro*, já aqui analisada, *Acadêmica* não possuía vínculos com nenhum grupo empresarial nem características de um empreendimento comercial, mas contou com colaboradores bastante qualificados, alguns dos quais figuram entre os mais importantes escritores brasileiros. A trajetória percorrida pela revista permite-nos avaliar o nível das relações do governo Vargas com a imprensa, com a sociedade carioca e, principalmente, com os intelectuais brasileiros na década de 1930, bem como perceber o grau de envolvimento destes com o Estado Novo varguista.

Para o Estado, a literatura deveria estar ao serviço de uma causa. Para os escritores, as revistas e os suplementos literários da grande imprensa são meios de inserção no ambiente intelectual. Segundo Miceli: “O trabalho sob contrato ou em colaborações eventuais na imprensa diária, ou, a partir de um

¹⁸⁵ RIBEIRO, Laura Maria. *Revista Acadêmica (1933/1948) e a arte moderna brasileira nas décadas de 30-40*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1989.

certo momento em revistas mundanas, é um traço comum na trajetória de alguns dos principais escritores brasileiros desde fins do século XIX”¹⁸⁶.

Todas estas questões que envolvem as relações de trabalho entre jornalistas e escritores e o mercado editorial fazem parte de um momento de transição na sociedade brasileira, entre o final da Primeira República e a Era Vargas, sob uma forte influência de acontecimentos externos, nomeadamente a crise econômica de 1929 e seus desdobramentos no campo político, social e econômico.

A década de 1930 ficou marcada, na história do Brasil, por uma série de transformações. Ocorreu uma massificação da cultura popular, com o crescimento do papel da rádio, das revistas literárias e de outras formas de difusão. Surgiram novos espaços e novas redes de sociabilidade. Isto proporcionou aos homens de letras do período variadas formas de inserção profissional. Há que se destacar também a ampliação da presença do Estado em todas as esferas sociais. Acrescente-se a isso um ambiente político influenciado pelo contexto internacional, marcado pela radicalização entre as concepções de direita e de esquerda, como alternativas ao modelo liberal experimentado até o final da década anterior.

Nesse cenário de polarização política, vivenciado pelo país, a revista **Dom Casmurro** caracterizou-se por ser uma referência do pensamento da esquerda. Surgiu em 1937, como suplemento literário de um jornal de mesmo nome. Era dirigida pelos jornalistas gaúchos Álvaro Moreyra (*1888 +1964) e Luíz Brício de Abreu (*1903 +1970) e teve, como chefe de redação, o eminente escritor baiano Jorge Amado (*1912 +2001). O nome da revista era uma homenagem ao romance homônimo de Machado de Assis (*1839+1908), publicado em 1881. Sua sede localizava-se no centro da cidade do Rio de Janeiro, próximo à Cinelândia, nas vizinhanças da sede da revista *Acadêmica* e da prestigiada livraria José Olympio. Conforme destaca Silveira: “Sua localização nessa região da cidade, com seus cafés e livrarias, fez com que a redação da revista fosse ponto de passagem obrigatória de intelectuais brasileiros e estrangeiros, quando estavam na capital da República”¹⁸⁷.

Pelas páginas de *Dom Casmurro* transitaram alguns dos principais escritores modernistas brasileiros, com destaque para Rachel de Queiróz (*1910 +2003), Murilo Mendes (*1901 +1975), José Américo de Almeida (*1887 +1980), Cecília Meireles (*1901 +1964), José Lins do Rêgo (*1901 +1957), Graciliano Ramos (*1892 +1953) e vários outros. A revista, assim como o jornal do qual fazia parte, tinham por objetivo fomentar a reflexão sobre a cultura em suas diferentes manifestações, sabendo que difundir os ideais modernistas era parte da concepção de cultura do Estado Novo. Isto fazia com que fossem

¹⁸⁶ MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 43.

¹⁸⁷ SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 65.

cultivadas novas formas de relacionamento entre a intelectuais e o poder público.

A presença feminina nas páginas de *Dom Casmurro* também merece destaque. Havia uma página intitulada *De Leve*, dedicada ao público feminino. Dirigida e editada por Edith Magarino Torres (*1912 +1969), tratava de temas ligados ao nacionalismo. Segundo Souza: “O objetivo era mostrar à leitora que o Brasil [...], ainda era desconhecido de boa parte de sua população daí a importância de se comentar obras que retratassem a natureza do país [...] dar notícias sobre exposições de pintura que tratassem de temas nacionais, da nossa paisagem à variada cultura, [...] numa tentativa evidente de construção da brasilidade”¹⁸⁸.

A interlocução entre os colaboradores da revista e os membros do governo Vargas contribuíram para que *Dom Casmurro* sobrevivesse sem a intervenção direta dos órgãos de repressão durante o Estado Novo. Seus diretores possuíam prestígio junto à imprensa e nos meios intelectuais e artísticos, incluindo o meio teatral. Álvaro Moreyra, era, além de diretor da revista, escritor, teatrólogo, radialista e crítico de arte e possuía um extenso círculo de amizades. Em sua casa em Copacabana costumava reunir semanalmente, desde a década de 1920, um grupo bastante eclético de intelectuais incluindo poetas, músicos, escritores, artistas de teatro e jornalistas. Durante a era Vargas, muitos dos frequentadores dessas reuniões passaram a ocupar cargos no governo, numa época em que o emprego público era uma das formas de sobrevivência para muitos desses artistas e homens de letras. Esse contexto foi observado por Melo, que afirma ainda “O intenso debate político e o alinhamento em torno de uma determinada posição era uma preocupação presente na vida nacional e que atravessava o debate cultural [...] a complexidade desse cenário é ainda maior se lembrada a participação, mas nem sempre cooptação, de muitos intelectuais no Estado Novo”¹⁸⁹.

Luíz Brício de Abreu, o outro diretor de *Dom Casmurro*, morou alguns anos em Paris e, na sua volta ao Brasil, tornou-se representante de editoras francesas no Rio de Janeiro, além de atuar como crítico de arte, teatrólogo e colaborador em vários periódicos. Mantinha relações de amizade com Lourival Fontes, diretor do DIP, com quem costumava se aconselhar antes de publicar determinadas matérias. A partir das influências dessa relação na linha editorial da revista, segundo Sodré: “Pode-se levantar a hipótese de que a sobrevivência de *Dom Casmurro* deveu-se, provavelmente, ao fato de se tratar de um periódico literário que teve o cuidado de não desafiar as determinações

¹⁸⁸ SOUZA, Douglas Henrique de. *Dom Casmurro*, a presença feminina num jornal literário. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*. ANPUH-SP. Campinas: UNESP, 2012, p.2.

¹⁸⁹ MELO, Ana Amélia Cavalcante de. Jorge Amado: A Militância das letras. In: *Latin American Research Review*. Ano XII, número 51, setembro de 2016, p. 182.

e proibições da censura”¹⁹⁰. *Dom Casmurro* circulou, de forma ininterrupta até 1946, alcançando o patamar de revista literária mais importante do Brasil, com uma edição semanal em torno de 50.000 exemplares¹⁹¹.

Na análise de *Dom Casmurro*, identificamos similaridades com *Acadêmica*, ambas originárias de um mesmo contexto sócio cultural, a sociedade carioca, das primeiras décadas do século XX, quando a cidade do Rio de Janeiro possuía o *status* de Capital da República. Até mesmo a localização geográfica das redações é a mesma, o centro da cidade. Mas as semelhanças vão além do fator local, passando pelas concepções políticas de seus principais colaboradores, todos pertencentes ao movimento modernista. *Acadêmica* contou com a participação majoritária dos ultranacionalistas, da geração de 20, como Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Oswald de Andrade e ainda com Carlos Drummond de Andrade, um dos grandes expoentes da geração seguinte. *Dom Casmurro* teve os regionalistas da geração de 30, dentre eles Rachel de Queiroz, Cecília Meireles e José Américo de Almeida¹⁹².

Acadêmica, embora não se declarasse abertamente como uma revista de esquerda, como fez *Dom Casmurro*, possuía uma linha editorial muito semelhante, com uma crítica social bem fundamentada e o combate ao avanço do autoritarismo na Europa e no Brasil.

No entanto, esse aparente distanciamento ideológico com o Estado Novo, por parte das revistas, não se estende aos seus escritores. Vargas contou com a colaboração de vários desses intelectuais, para integrarem a estrutura de poder. José Américo de Almeida, foi um importante apoiante da revolução de 1930 e exerceu vários cargos de relevância, com destaque para Ministro de Viação e Obras Públicas e Interventor Federal na Paraíba. Carlos Drummond de Andrade foi Chefe de Gabinete de Gustavo Capanema, no Ministério de Educação e Saúde Pública. É certo que o ideal modernista era um elo de ligação que facilitou essa aproximação, mas há aqui também uma certa ambiguidade entre o campo das ideias e o pragmatismo de ambas as partes. Essa lógica da inserção das obras através dos periódicos e das revistas literárias para atingir públicos mais amplos, fez com que a participação de escritores como colaboradores de revistas se tornasse uma necessidade. Isso explica, por exemplo, a presença de Cecília Meireles como articulista de *O Ocidente, revista portuguesa*, revista literária criada em 1938 e com uma linha

¹⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 76.

¹⁹¹ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revista-dom-casmurro>. Acessado em 03/06/2021, às 11:09.

¹⁹² No Brasil, costuma-se dividir o movimento modernista em três fases ou gerações, identificadas como os ultranacionalistas presentes na semana de arte moderna de 1922, os regionalistas da década de 1930 e a terceira geração, chamada de pós-45. Ver mais In: Bosi, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Cultrix, 2001.

editorial identificada com o Estado Novo em Portugal¹⁹³. Mas há ainda uma outra situação recorrente quando realizamos os cruzamentos de informações sobre as revistas literárias brasileiras e portuguesas publicadas no mesmo período. Cecília possuía relações de amizade com os poetas portugueses José Osório de Oliveira (*1900+1964) e João de Castro Osório de Oliveira (*1899+1970). É mais um caso de colaboração luso brasileira, que será melhor estudada no capítulo em que analisaremos as publicações portuguesas.

Ainda explorando a temática das relações do governo Vargas com os intelectuais e os dirigentes dos veículos de comunicação, nos detivemos sobre a revista **Do Brasil**. Foi fundada em 1916 por Júlio de Mesquita (*1862 +1927) em São Paulo, como um espaço para discutir a literatura brasileira e trazer as notícias sobre os rumos da Primeira Guerra Mundial, então em andamento. Na primeira fase da publicação, entre 1916 e 1925, a direção é compartilhada por Júlio Mesquita e pelo escritor José Bento Monteiro Lobato (*1882 +1948), que a comprou em 1918, transformando-a em espaço de divulgação de suas obras e de outros autores. Em 1925, Lobato, passando por dificuldades financeiras, vendeu a revista a Assis Chateaubriand. A partir de então, torna-se palco de discussões entre modernistas e conservadores, tendo como colaboradores o engenheiro e político João Pandiá Calógeras (*1870+1934), pelo lado conservador e pelo jornalista e crítico literário Prudente de Moraes Neto (*1904 +1977), defendendo o pensamento modernista. Em 1927, seu proprietário decide encerrar a revista.

Em 1938 Chateaubriand reativou a revista, para operar como voz contrária ao Estado Novo. Nessa fase de órgão de oposição, contou com a colaboração de artistas e pensadores modernistas, dentre eles os escritores Mário de Andrade (*1893 +1945), Rachel de Queiróz (*1910 +2003) e Otávio Tarquínio de Souza (*1889 +1959), além dos sociólogos Sérgio Buarque de Holanda (*1902 +1982), e Gilberto Freire (*1900 +1987).

Segundo Luca: “Durante o Estado Novo a revista *Do Brasil* era vista como elitista e liberal, mas contou com a participação de intelectuais progressistas, como o jornalista, político e crítico literário Astrogildo Pereira (*1890 +1965), um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro em 1922, além de escritores, filósofos e sociólogos”¹⁹⁴. Em 1943 a revista é descontinuada e volta a circular um ano depois, mas em 1944 é novamente encerrada.

A análise desta publicação ratifica a relação conturbada entre Vargas e Chateaubriand, na medida em que sua linha editorial esteve sempre a serviço dos interesses do empresário fundador dos *Diários Associados*.

Mas, ao contrário daquelas publicações que alternaram posições de apoio e de oposição ao governo, outras mantiveram-se coerentes com as ideias

¹⁹³ Ver mais In: MENDES, Karla Renata. *Navegando em mares lusitanos: Diálogos transatlânticos entre Cecília Meireles e Portugal*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2016.

¹⁹⁴ LUCA, Tânia Regina de. *Leituras, projetos e revistas do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 88.

defendidas quando de sua fundação. É o caso da revista *Diretrizes*, fundada no Rio de Janeiro, em março de 1938, pelos jornalistas Samuel Wainer (*1910 +1980) e Antônio José de Azevedo Amaral (*1881 +1942). Inicialmente circulou como revista mensal, até que, em dezembro de 1940, foi transformada em publicação semanal, altura em que alcançou uma tiragem de 20.000 exemplares. Foi o primeiro periódico semanal brasileiro de tendência política claramente de esquerda.

É curioso observar que os fundadores da revista tinham concepções políticas opostas. Samuel Wainer apresentava-se como um pensador de esquerda, alinhado com as ideias progressistas, embora não se declarasse comunista. Amaral, que além de jornalista também era médico e escritor, autodefinia-se como um conservador que entende a radicalização política necessária em alguns momentos como forma de se obter o controle social. Devido a divergências quanto às ideias políticas, seis meses após a fundação da revista, Amaral afastou-se e entregou o controle a Wainer. *Diretrizes* conseguiu realizar a proeza de sobreviver durante quase todo o Estado Novo, embora fizesse oposição a Vargas. Mas, em julho de 1945, sua cota de papel foi cortada por ordem do DIP, por ter publicado uma reportagem em que enaltecia a figura de Miguel Costa (*1885 +1959), um dos líderes da Coluna Prestes. Sem papel suficiente para impressão a revista deixou de circular. Porém, com o fim do Estado Novo, em 1945, a publicação ressurgiu, desta vez como jornal diário. *Diretrizes* projetou repórteres importantes, como Joel Ribeiro da Silveira (*1918 +2007) e Justino Martins (*1917 +1983) e contou com colaboradores renomados, como Jorge Amado (*1912 +2001), José Lins do Rêgo (*1901 +1957), Graciliano Ramos (*1892 +1953) e Rubem Braga (*1913 +1990)¹⁹⁵.

A permanência da revista em circulação, apesar de fazer oposição declarada ao regime do Estado Novo, pode ser explicada através da análise das relações pessoais de Samuel Wainer com os intelectuais de sua época, muitos deles dirigentes governistas, e pela sua capacidade de articulação com empresários e com a sociedade local. No final da década de 1940 Samuel Wainer conquistou a simpatia de Vargas, após entrevistá-lo em sua fazenda particular, no interior do Rio Grande do Sul. Nos anos seguintes, com a volta de Vargas ao poder, o antigo diretor de *Diretrizes* transformou-se de opositor em grande aliado do presidente, época em que fundou o jornal *Última Hora*, até hoje considerado por muitos como um dos ícones do jornalismo no Brasil¹⁹⁶.

A relação que se estabeleceu entre Samuel Wainer e Vargas nos remete a uma situação semelhante, envolvendo Assis Chateaubriand, já mencionada anteriormente. Permite-nos uma reflexão a respeito da capacidade de

¹⁹⁵ DUQUE FILHO, Álvaro. *Política internacional na Revista Diretrizes (1938-1942)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, 2007, pp. 63-82.

¹⁹⁶ Ver mais In: AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, pp. 26-37.

articulação entre situação e oposição política no campo editorial, marcada por avanços e retrocessos. A mera identificação dos polos desta relação não é tarefa simples. Ao longo do governo Vargas houve uma alternância entre aqueles que o apoiavam e que, em determinado momento, passaram a fazer oposição e vice-versa. Uma parte considerável dos empresários donos de jornais e revistas adotaram uma atitude pragmática diante da realidade criada pela censura, o que lhes permitiu continuar em atividade, divulgando as notícias, produzindo informação e entretenimento. A censura prévia aos órgãos de comunicação aproximou empresários e jornalistas situados em campos políticos opostos, mas que tinham demandas em comum, era necessário encontrar uma linha intermediária entre as suas convicções e os seus interesses se quisessem continuar em atividade.

Outra personagem importante no mercado editorial brasileiro nas primeiras décadas do século XX foi Jorge Schmidt (*1876 +1935), responsável pelo lançamento de algumas das mais importantes revistas literárias nos primeiros anos do Brasil republicano, como *Kosmos* e *Fon Fon*. Mas, em nossa pesquisa, nos detivemos na análise de uma outra publicação lançada por Schmidt, a revista **Careta**, fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1908 e extinta em novembro de 1960.

Contando com a colaboração de artistas gráficos renomados, como Raul Pederneiras (*1874 +1953), Benedito Calixto (*1853 +1927), e Belmonte, pseudônimo de Benedito Bastos Barreto (*1896 +1947), *Careta* era uma revista semanal que se caracterizou pela forma sempre descontraída e bem humorada com que apresentava os temas sociais. Diferenciava-se das demais por apresentar um excelente padrão gráfico e tinha nas charges (caricaturas), sua marca registrada. Nos primeiros anos de existência contou com a participação de poetas ligados ao parnasianismo, como Olavo Bilac (*1865 +1918), José Martins Fontes (*1884 +1937) e Alberto de Oliveira (*1857 +1937). A revista tinha uma posição de independência política e suas páginas abordavam temas variados, que incluíam poesia, notícias, colunismo social, além de sátira política e de costumes. Durante o Estado Novo, a publicação das caricaturas, que retratavam as personalidades da política nacional, funcionaram como estratégia de oposição à propaganda oficial do governo Vargas. A manutenção de seu caráter editorial satírico e humorístico fizeram com que fosse alvo da censura oficial várias vezes. Se analisarmos do ponto de vista da estrutura empresarial, *Careta* era um empreendimento familiar, sem grande aporte financeiro. Após a morte de Jorge Schmidt, em 1935, a revista passou a ser dirigida por seu filho, Roberto Schmidt (*1904 +1961), que fazia o trabalho de edição praticamente sozinho, mas manteve o perfil de sátira política que sempre caracterizou a publicação¹⁹⁷.

¹⁹⁷ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: Um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2015.

Careta, *Kosmos*, *Fon Fon*, todas elas revistas criadas por Jorge Schmidt, enquadram-se no grupo de revistas originadas na região central da cidade do Rio de Janeiro, naquele ambiente que misturava o trânsito de intelectuais, políticos, jornalistas e estudantes universitários. O que diferencia as revistas de Schmidt é a manutenção desse caráter de empresa familiar, como já observamos, sem vínculos com grandes grupos empresariais e sem abrir mão de sua independência editorial, mesmo à custa de sofrer a ação pesada da censura oficial.

No início da década de 1940, ocorreu, com os órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, um processo de concentração, nas mãos de poucos empresários que adquiriram o controle de vários jornais, revistas e emissoras de rádio e passaram a controlar o setor, criando verdadeiros impérios na área da comunicação. Os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, são o melhor exemplo desses empreendimentos. Publicações como a revista *Careta*, por não pertencer a nenhum desses grupos empresariais, começaram a perder espaço para a concorrência, no início dos anos 40, com as empresas que possuíam maior capacidade de investimento e que modernizaram seu parque gráfico, com a aquisição de novos equipamentos, criando um novo padrão visual para as publicações. Um bom exemplo desse domínio é da revista *O Cruzeiro*, a qual já analisamos. Mesmo tendo sua edição bastante reduzida, *Careta* manteve-se em circulação durante todo o Estado Novo e foi extinta somente em 1960, após a morte de seu diretor, Roberto Schimdt.

Uma outra publicação que tinha como marca registrada o humor e a sátira política, foi a revista ***O Malho*** lançada em 1902, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como diretores os caricaturistas Crispim do Amaral (*1858 +1911), e Luís Bartolomeu de Souza e Silva (*1864 +1932). Numa época em que os recursos gráficos eram escassos, a presença de desenhistas com talento e habilidade nas redações dos jornais e revistas, faziam toda a diferença. Luís Bartolomeu, não por acaso, é pioneiro na criação de revistas infantis de banda desenhada, chamadas de revistas em quadrinhos no Brasil, no início do século XX.

Conforme observou Gonçalo Silva¹⁹⁸, *O Malho*, desde suas primeiras edições foi, uma revista ilustrada de crônica e de política, inaugurando uma fase de predomínio da caricatura em substituição ao desenho humorístico. Nas décadas seguintes a direção da revista mudou de mãos e, a partir de 1918, passou a ser dirigida por Álvaro Moreyra e J. Carlos (*1884 +1950)¹⁹⁹, mantendo sua linha de crítica social e sendo reconhecida como uma das mais prestigiadas revistas de crônicas do país. Durante a revolução de 1930, a

¹⁹⁸ SILVA, Gonçalo. *A guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura dos quadrinhos no Brasil, 1933-1964*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

¹⁹⁹ Pseudônimo de José Carlos de Brito e Cunha, caricaturista, ilustrador e teatrólogo, que colaborou com importantes publicações brasileiras no início do século XX, com destaque para as revistas *Tico Tico*, *Tagarela* e *O Malho*. Ver mais In: SOBRAL, Julieta: J. Carlos, designer. In: CARDOSO, Rafael (Ed.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica 1860-1960*. São Paulo: editora Cosac Naify, 2005.

revista posicionou-se contra a Aliança Liberal, grupo político que saiu vitorioso da revolta e conduziu Getúlio Vargas ao poder. Em consequência desse posicionamento teve o seu parque gráfico destruído por partidários getulistas ainda em 1930 e, embora tenha conseguido voltar a circular, no início do ano seguinte, passou a sofrer sanções da censura oficial, o que foi agravando-se conforme o governo avançava para o regime ditatorial. Atravessou o período do Estado Novo, ainda como uma revista semanal, mas sem o mesmo vigor de antes, necessitando moderar na forma de posicionar-se para não ser encerrada pelo DIP. Em 1954, por enfrentar problemas financeiros semelhantes a outras publicações independentes, deixou de circular²⁰⁰.

A revista teve entre seus articulistas importantes nomes ligados ao grupo de poetas do Rio de Janeiro conhecidos pela alcunha de “geração boêmia”²⁰¹. Essa geração de artistas, dentre os quais destacavam-se Olavo Bilac (*1885 +1918), Aluísio Azevedo (*1857 +1913), Coelho Neto (*1864 +1934), dentre outros, colaborou com vários jornais e revistas que circularam na capital da República entre o final do século XIX e o início da década de 1930. Eram jovens escritores de estilos literários heterogêneos, mas que possuíam em comum a defesa dos ideais republicanos e a crítica ao que consideravam um estilo de vida burguês da sociedade brasileira.

O *Malho* possuía características que o identificavam com grande parte das revistas cariocas já aqui analisadas. Por possuir uma estrutura empresarial modesta e por manter uma linha editorial independente, não cedendo às pressões da propaganda oficial, assemelhava-se ao grupo de revistas publicadas por Jorge Schmidt. O que a diferenciava era um traço de humor inteligente que até hoje é lembrado pelos críticos especializados²⁰².

A cidade do Rio de Janeiro era, na primeira metade do século XX, o centro da efervescência política e cultural do país. A elite carioca que havia acumulado riqueza nas décadas anteriores, principalmente com a produção e comercialização de café, desfrutava de um período de intensa manifestação artística e cultural. A relação dos jovens literatos com os jornais e revistas era ambígua e por vezes conflituosa, na medida em que, muitas vezes, a orientação editorial dos órgãos de imprensa não contemplava a visão de mundo daqueles que sonhavam em viver da poesia e das letras, mas dependiam de sua colaboração com a imprensa para sobreviver.

²⁰⁰ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o> Acessado em 16/05/2021, às 15:37.

²⁰¹ Essa alcunha identificava, segundo pesquisadores, os estudantes e intelectuais que costumavam frequentar a vida boêmia no bairro carioca da Lapa, na cidade de Rio de Janeiro, no início da República Velha. Ver mais In: SILVEIRA, Suzane Moraes da Veiga. A Geração boêmia: Militância artística, atividade política e vida literária. In: *Pensares em revista n. 19*, pp. 117-133. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

²⁰² Ver mais In: MASSAUD, Moisés. *História da Literatura Brasileira*. Volume II. *Do realismo à Belle Époque*. Edição atualizada e revisada. Rio de Janeiro: Cultrix, 2002.

Segundo Silveira: “A presença da boemia foi fundamental no processo de desenvolvimento de uma militância literária e política que culminou na consolidação do próprio campo intelectual do período, bem como na fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897”²⁰³.

Para Sevcenko, a escolha dos jornais e revistas como principal palco de atuação artística e política do grupo dos boêmios teria ainda um outro motivo: estimular a educação da população brasileira e isso, segundo o pesquisador, fazia deles verdadeiros mosqueteiros literários²⁰⁴.

Além das revistas que aqui analisamos existem outras, que circularam em Portugal, como é o caso das revistas: *Atlântico*, produzida entre 1942 e 1950 no Brasil e em Portugal, fruto do acordo cultural luso brasileiro; *Aqui e Além*, publicada por estudantes universitários brasileiros em Lisboa, entre 1944 e 1948; e a revista *Brasília*, editada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 1942 e 1968.

A análise destas revistas e dos jornais portugueses faz parte do capítulo em que tratamos da repercussão da propaganda varguista em Portugal.

A seguir vamos discorrer sobre a forma como o cinema e o teatro foram utilizados pelo Estado Novo para difundir suas ideias.

3. O CINEMA

A história do cinema no Brasil tem sua origem no final do século XIX, através da iniciativa dos irmãos italianos Paschoal Segreto (*1868+1920) e Alfonso Segreto (*1875 +1919).

Em julho de 1896 ocorreu a primeira exibição de um filme no país, da qual se tem notícia, na sede do *Jornal do Commercio*, na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de um documentário, com imagens da Bahia da Guanabara, filmado por Alfonso Segreto, a bordo do navio em que retornava de uma viagem à Europa. O caráter documental foi o gênero predominante nos primeiros tempos da produção cinematográfica no Brasil. Os filmes não possuíam som, era ainda a época do cinema mudo.

Em 1908 o cineasta luso brasileiro António Leal (*1877+1946), produziu *Os Estranguladores*, com quarenta minutos de duração, considerado o primeiro filme ficcional exibido no Brasil. Em 1914 foi exibido a primeira longa-metragem no país, com duas horas de duração, intitulado *O Crime dos banhados*, do cineasta português António Santos (*1874+1953).

Após a Primeira Guerra Mundial, o cinema no Brasil foi dominado por películas norte-americanas e as produções nacionais entraram em declínio. Na década de 1920, apesar da crise enfrentada pelos cineastas nacionais, o surgimento das revistas especializadas em cinema - *Selecta*, *Para todos e*

²⁰³ SILVEIRA, Suzane Morais da Veiga. A Geração boêmia: Militância artística, atividade política e vida literária. In: *Pensares em revista n. 19*, pp. 117-133. Rio de Janeiro: UERJ, 2020, p 117.

²⁰⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 59.

Cinearte -, contribuiu para divulgar a atividade ainda monopolizada por filmes produzidos em Hollywood. Nessa época já existiam salas de exibição em várias cidades e em todas as regiões do país²⁰⁵. Esse era o contexto da produção cinematográfica no Brasil no início da década de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder. De acordo com a concepção varguista, a função da educação seria construir uma nova identidade nacional que rompesse com o modelo tradicional, baseado na importação de costumes estrangeiros e buscasse a valorização das raízes culturais do povo brasileiro, integrando o conhecimento científico com a cultura e a vida social da nação. O cinema fez parte desse esforço concentrado de exaltação da cultura nacional, como por exemplo, as festas carnavalescas, que tiveram no cinema seu principal veículo de divulgação. Em um discurso proferido em julho de 1934, na Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos, assim se expressou Vargas: “[...] O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas em que as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da pátria. Para a massa dos analfabetos será a disciplina pedagógica mais perfeita [...] para os letrados [...] será essa admirável escola de aprendizagem”²⁰⁶.

Vargas percebeu o potencial do cinema em propagar a propaganda oficial e investiu na criação de uma legislação que regulasse a atividade e financiou o crescimento da indústria cinematográfica no Brasil com projetos de incentivo à cultura. O cinema assumiu, então, um caráter pedagógico, difundindo os ideais nacionalistas, alinhados com o modernismo emergente.

O Decreto Lei nº 21.240, de 4 de abril de 1932²⁰⁷, foi o ponto de partida para a implantação das políticas que fizeram do cinema um veículo de divulgação fundamental para o projeto de governo de Vargas. Os objetivos do Decreto ficaram bastante específicos em seu preâmbulo: “Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, criar a taxa cinematográfica para a educação popular e dar outras providências para a regulamentação da atividade do cinema no Brasil”²⁰⁸.

Ao conceder incentivos fiscais para importação dos insumos necessários para a produção dos filmes e determinar a obrigatoriedade na exibição de filmes nacionais, o governo atendeu às reivindicações dos cineastas brasileiros que enfrentavam dificuldades financeiras, devido à concorrência das produções

²⁰⁵ AIDAR, Laura. História do cinema no Brasil. In: *Cultura genial, revista de artes visuais*, ano IV, nº 3. Campinas: Unicamp, 2003, pp. 12-15.

²⁰⁶ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível In: <https://www.fgv.br/cpdoc/arquivo-getulio-vargas/documentos/discursos>. Acessado em 14/06/2021, às 07:15.

²⁰⁷ Fonte: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível In: <https://www.arquivohistorico.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/colecao-de-leis-do-brasil-1937-volume-3-p-422>. Acessado em 14/06/2021, às 09:36.

²⁰⁸ Fonte: SISCON. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Disponível em <https://www.senado.gov.br/legislacao/lista-de-publicacoes>. Acessado em 15/06/2021, às 12:37.

estrangeiras. Em contrapartida, para contar com os benefícios propostos na lei, deveriam se sujeitar as regras impostas pelo governo para a produção e distribuição dos documentários denominados *Cine jornais*. O objetivo desses filmes de curta metragem era divulgar as ações do governo através da exibição da imagem e da fala do Presidente da República nas aparições públicas. O papel do cine jornal, exibido antes do filme principal, em salas de cinema distribuídas por todo o país, foi moldar a percepção do brasileiro a respeito do Estado Novo e de seus ideais. Os documentários eram produções de baixo custo e as sobras da verba destinada para a sua produção permitia que os cineastas custeassem seus projetos pessoais, criando um vínculo de dependência que interessava ao governo. Em 1934 Edgar Roquette Pinto fundou o Instituto Nacional de Cinema Educativo, com a finalidade de produzir esses filmes²⁰⁹.

As estratégias empregadas pelo Governo Vargas, com a utilização do cinema como veículo de propaganda política, não são propriamente originais. Quando comparamos com o Estado Novo salazarista encontramos um quadro muito semelhante àquele identificado no Brasil.

No caso português verifica-se a abrangência dessa política para além do território continental. Salazar percebeu as potencialidades do cinema e as colocou a serviço do regime a partir da percepção de que o veículo lhe daria maior visibilidade através da exibição das imagens em movimento²¹⁰.

Heloísa Paulo avalia a hipótese de que a propaganda do Estado Novo teria alcançado a colônia portuguesa no Brasil através da exibição de filmes produzidos com subvenção estatal e com apelo político, de viés nacionalista: “Através do ideário salazarista e de sua propaganda oficial ou oficiosa, um olhar especial em direção as colônias imigradas, objetivando maiores apoios para o regime”²¹¹.

Um relato de uma dessas sessões de cinema encontramos nos documentos depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Trata-se de uma carta, com data de 23 de janeiro de 1944, enviada por Luís da Câmara Cascudo (*1898+1986), Presidente da Sociedade Brasileira de Folclore, a António Ferro (*1895+1956), Diretor do Secretariado Nacional de Informação: “Agradecimento ao confrade A. Ferro, por seu empenho em divulgar os valores da cultura portuguesa no Brasil”²¹². Na correspondência há uma referência à exibição do filme *Ala-Arriba*, de Leitão de Barros, no Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, em data recente.

²⁰⁹ Ver mais In: RAMOS, Fernão. (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.

²¹⁰ Ver mais In: TORGAL, Luís Reis (Coord.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

²¹¹ PAULO, Heloísa. A colônia portuguesa do Brasil e o cinema no Estado Novo. Meios e limites de um veículo de propaganda. In: TORGAL, Luís Reis (Coord.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 118.

²¹² Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo SNI, caixa 4423, correspondência recebida e expedida sobre as relações Brasil-Portugal, 1942-1963.

No Brasil, a regulamentação do cinema nacional, em 1932, garantiu que as produtoras, inicialmente a *Cinédia Filmes* e, posteriormente, a *Atlântida Cinematográfica*, ganhassem destaque nas produções, onde o carnaval, a maior festa popular do país, foi o pano de fundo para o enredo das principais produções cinematográficas. Atores como o hispano brasileiro Oscar Lorenzo Jacinto, popularmente conhecido como Oscarito (*1906 +1970), Grande Otelo, pseudônimo de Sebastião Bernardes de Souza Prata (*1915 +1993) e Eliana Macedo (*1926 +1990), tornaram-se muito populares nesse período.

Em 1933 a *Cinédia* lançou *A Voz do Carnaval*, dirigido pelo cineasta Humberto Mauro (*1897+1983), filme que marcou a estreia nas telas da luso brasileira Carmem Miranda (*1909 +1955). A *Cinédia Filmes* é a mais antiga produtora de cinema ainda em atividade no país, tendo sido fundada em 1930, na cidade do Rio de Janeiro, pelo jornalista e cineasta Adhemar Gonzaga (*1901 +1978). A produtora dedicou-se à realização de filmes com forte apelo popular, como dramas e comédias musicais, que passaram a ser identificados, genericamente, como chanchadas.

A *Atlântida Cinematográfica* foi fundada, no Rio de Janeiro, em 1942, pelos cineastas Moacir Fenelon (*1903 +1953) e José Carlos Burle (*1910 +1983). Alcançou grande sucesso de público, durante as duas décadas em que funcionou, produzindo mais de sessenta filmes. Teve duração mais curta do que a *Cinédia*, embora não menos produtiva, e encerrou suas atividades em 1962²¹³.

As chanchadas, gênero que se popularizou no cinema brasileiro entre as décadas de 1930 e 1950, eram comédias musicais que, na maioria das vezes, parodiavam filmes norte-americanos já consagrados. Os filmes incorporavam, tanto na forma como no enredo, além do cinema estrangeiro, elementos do circo, da rádio e do teatro de revista. É um gênero muito comum no cinema latino-americano que, no Brasil, durante a era Vargas, contou com a simpatia dos órgãos governamentais e as produções foram beneficiadas com incentivos fiscais.

Esse tipo de estratégia utilizada na produção do cinema nacional teve um duplo sentido. Ao inspirar-se em produções de Hollywood, ao mesmo tempo em que a imitação bem-humorada de atores internacionalmente conhecidos atraía as atenções do público, realizava-se uma crítica social contundente, contra os estrangeirismos na cultura nacional, contra a importação de modelos e a favor da divulgação de uma cultura com cores nacionais. Essa crítica, muitas vezes, estendia-se às restrições impostas pelo governo ditatorial que limitava à liberdade das manifestações artísticas. No entanto, a figura do presidente sempre foi respeitada e mantida à parte das imitações e das piadas.

Apesar da resistência da crítica especializada, que não aprovava a qualidade das produções, o tratamento dispensado pela censura oficial, através

²¹³ Ver mais In: SOUZA, Carlos Roberto de. *A fascinante aventura do cinema brasileiro*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1981.

do DIP, permitiu que o estilo se popularizasse. A preocupação dos censores mais do que com qualquer aspecto ideológico, era colocar limites na excessiva sensualidade e erotização dos personagens e na utilização de determinados termos considerados impróprios. Mas, a ideia central exibida nos filmes estava alinhada com os propósitos do Estado Novo, a de criar um novo padrão cultural para o país, através da exaltação das características comuns aos brasileiros das diversas regiões do país.

A figura do malandro, sempre presente nos filmes, era o estereótipo do brasileiro típico, ao mesmo tempo astuto, humilde, simples e benevolente. Essas características eram apresentadas buscando exaltar a sagacidade e a esperteza como valores inerentes ao caráter e a personalidade nacional, mas sem cruzar as fronteiras da lei e dos bons costumes. Segundo afirma Faria: “As mazelas estavam todas lá, mas o que se ressaltava era a capacidade inventiva, louvando-se a criatividade, marca registrada de um grupo social que carregava o país nas costas”²¹⁴.

Além das chanchadas outras produções dessa época procuraram resgatar o passado, utilizando como enredo as histórias contadas a respeito dos primeiros contatos entre os portugueses quando chegaram ao Brasil e os indígenas. *O descobrimento do Brasil* produzido, pela *Cinédia Filmes* em 1936, é uma dessas realizações. Utilizando como referência a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manoel e o quadro de Vítor Meireles, pintado em 1860 que retrata a primeira missa realizada no Brasil, em 1500, o filme procura fazer uma ligação desses eventos com a cultura histórica dos anos 1930. O Diretor desse filme é Humberto Mauro (*1897+1983), um dos mais renomados cineastas daquele período, quando produziu cerca de trezentos documentários, entre 1936 e 1960, para o Instituto Nacional de Cinema Educativo²¹⁵.

A análise da história dessa produção revela um outro ingrediente importante utilizado pela propaganda oficial, a música. No filme, a trilha sonora utiliza composições de Heitor Villa-Lobos (*1887+1959), cujas letras invocam o sentimento patriótico. A participação do renomado músico modernista nessa obra cinematográfica não é arbitrária. Esta é uma daquelas situações de cooptação de intelectuais pelo regime varguista. Em 1932, Villa-Lobos foi nomeado diretor da SEMA, Superintendência de Educação Artística e Musical, e passou a compor músicas educativas e patrióticas sob encomenda, com o objetivo de difundir o espírito da nacionalidade através da música²¹⁶.

A apresentação desses valores definidos pela intelectualidade da época como inerentes à gente brasileira era feita, nos filmes, com a utilização de uma

²¹⁴ FARIA, Guilherme José Mota. *O Estado Novo da Portela: Circularidade cultural e representações sociais no governo Vargas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p. 43.

²¹⁵ DESBOIS, Laurent. *A Odisseia do cinema brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2016, pp. 53-57.

²¹⁶ Ver mais In: SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

linguagem simples, de fácil compreensão, que permitia que o público se sentisse representado nas telas de cinema. Nesse aspecto, o cinema proporcionou, na era Vargas, um importante canal de diálogo entre o governo e a população.

4. O TEATRO

O teatro é uma das mais antigas formas de manifestação cultural no Brasil, possuindo relatos de sua existência desde os tempos em que o país ainda era colônia de Portugal.

No início do século XX, o teatro no Brasil atravessou uma crise profunda motivada, entre outros fatores, pelo surgimento do cinema e a concorrência com essa forma de arte que oferecia ao público uma novidade com o surgimento de salas de exibição em várias cidades brasileiras. Essa situação foi agravada pela falta de uma legislação que garantisse aos trabalhadores, entre outras demandas, condições adequadas de trabalho, cumprimento dos contratos firmados com os empresários e proteção do direito autoral.

No âmbito das lutas por organização foi criada, em 1917, a Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais (SBAT), sob a liderança de Oduvaldo Viana (*1892 +1972) e, em 1918, a Casa dos Artistas, sob a direção e organização de Procópio Ferreira (*1898 +1979). Essas organizações buscaram articulação junto à classe política para o atendimento de suas reivindicações e várias propostas foram encaminhadas ao longo dos anos para a Câmara dos Deputados, mas sem lograr êxito.

Em 1928, um projeto, elaborado no âmbito da SBAT, que dispunha sobre a organização das empresas teatrais, regulamentação da profissão de artista e dos direitos autorais, foi apresentado na Câmara dos Deputados pelo então deputado federal Getúlio Vargas. Após a aprovação e a sanção presidencial, transformou-se no Decreto nº 5492, de 16 de julho 1928²¹⁷. Este foi o marco inicial, não só para o atendimento das demandas da classe teatral, mas também das relações que se estabeleceram com o futuro chefe da nação. A partir de então, Vargas passou a ser considerado uma espécie de patrono do teatro brasileiro.

Com a chegada de Vargas ao governo, em 1930, a classe teatral se mobilizou com o objetivo de garantir o amparo definitivo para sua área de atividade. A casa dos artistas encaminhou ao presidente um documento contendo as principais reivindicações da categoria, com destaque para a solicitação da criação de um órgão oficial integrado por representantes do setor.

Em 14 de setembro de 1936, por ordem do Presidente Getúlio Vargas, foi criada a Comissão Nacional do Teatro, acolhendo, entre outras demandas, um

²¹⁷ Fonte: SISCON. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Disponível In: [www.senado.gov.br/legislacao/lista de publicações](http://www.senado.gov.br/legislacao/lista_de_publicacoes). Acessado em 22/07/2021, às 10:52.

estudo para a construção de novas casas de espetáculo, medidas de estímulo à produção da dramaturgia nacional, o incentivo do teatro infantil e do aprimoramento dos atores, com a criação de cursos de teatro. A organização da Comissão seguiu a lógica adotada na estruturação de outros órgãos relacionados com as atividades culturais, com a participação de artistas e intelectuais e sob a supervisão do governo. O Ministro Gustavo Capanema, que presidiu várias das sessões da Comissão, optou pela sua extinção, em 1937, e a criação de um órgão executivo em seu lugar.

As ações da Comissão Nacional de Teatro voltavam-se em duas direções: o apoio às companhias já consagradas, de grande sucesso de público, como a Companhia de Teatro de Jayme Costa (*1897+1967); e, também as subvenções voltadas para iniciativas incipientes, compostas por grupos independentes, formados por operários e estudantes. Apesar do caráter efêmero da Comissão, essas iniciativas representaram uma mudança de paradigma e uma abertura para um novo modelo de relacionamento entre a classe artística e o poder público.

O decreto lei nº 92, de 21 de dezembro de 1937 criou o Serviço Nacional de Teatro²¹⁸, com a missão de produzir, através da subvenção estatal, os projetos desenvolvidos através da Comissão que o antecedeu e, implementar o projeto de reestruturação do teatro, de acordo com a concepção de educação e cultura adotados pelo governo Vargas.

As diretrizes visavam a construção da nacionalidade, através da preferência por peças com temáticas nacionais e, o estímulo à tradução para o português de espetáculos musicais consagrados internacionalmente. Inclusive óperas, desde que, cantadas no idioma nacional.

As realizações concretas dessas medidas basearam-se em um ideal de teatro de arte, através do apoio financeiro aos projetos ligados à cultura erudita, nomeadamente o teatro lírico. Mas também merecem destaque as traduções de obras clássicas, dentre estas, *Romeu e Julieta*, de Shakespeare. Essas subvenções contemplaram as Companhias já estruturadas, como aquela dirigida por Álvaro Moreyra, de reconhecido valor artístico. Pode ser observada, neste aspecto, uma convergência entre os anseios da classe teatral e de uma parte da crítica especializada, com as diretrizes do Ministério da Educação e Saúde Pública, quanto ao financiamento da cultura erudita²¹⁹.

A Comissão Nacional de Teatro e o Serviço Nacional de Teatro constituíram mecanismos da administração pública voltados para o fomento das atividades teatrais. Este é um aspecto inovador introduzido pelo varguismo: o avanço do Estado em áreas onde, até então, a ação governamental não se fazia presente. Desde o início do governo, bem antes da decretação do Estado

²¹⁸ Fonte: SISCON. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Disponível In: www.senado.gov.br/legislação/lista de publicações. Acessado em 22/07/2021, às 14:23.

²¹⁹ NUNES, Mário. 40 anos de teatro. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1956.

Novo, as medidas de centralização já eram perceptíveis, dentro de uma organização política que concebia a cultura como atividade oficial, como negócio de Estado.

O avanço da legislação, com vistas à regulação das diversas atividades laborais foram um marco importante na construção de uma base legal que garantisse os direitos trabalhistas para as mais diversas profissões. A carta constitucional de 1934 é a primeira, na história do Brasil, que insere a proteção à cultura e ao desenvolvimento artístico do país entre as competências da União, dos estados membros e, dos municípios.

No entanto, apesar da convergência de ideais, o pragmatismo imposto pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Gustavo Capanema, na edição dos concursos públicos voltados para a subvenção dos projetos teatrais, desagradava a classe do teatro, que esperava por maiores investimentos.

Em 19 de agosto de 1939, um grupo de artistas liderado por Procópio Ferreira, com tochas em punho, foi até o Palácio do Catete, sede do governo, para exigir, do Presidente Vargas, maiores facilidades para as excursões das companhias teatrais. Esse movimento ficou conhecido como a “*Marcha Flambeau*” e deu origem ao dia do artista no Brasil²²⁰.

Esse episódio é emblemático para demonstrar que, mesmo num ambiente em que supostamente havia um maior estímulo à produção intelectual, as divergências sempre existiram e não apenas a censura exercida pelo DIP afetava as relações com o governo, mas, também, a forma autoritária e unilateral com que as decisões de interesse da classe teatral eram tomadas.

O que fica evidente, a partir da documentação analisada, é que a mobilização dos artistas foi significativa para a construção de uma política para o teatro brasileiro. A atuação desses profissionais, aproveitando-se dos interesses de um Estado autoritário na implantação de políticas para a cultura, foi fundamental para a instalação de mecanismos administrativos voltados para a elaboração e execução de medidas que atendiam as demandas da categoria. O prestígio de alguns desses líderes, com destaque para Procópio Ferreira, possibilitaram a utilização da correspondência direta com Vargas, como canal de comunicação²²¹.

Apesar do tom crítico que pode ser observado nas cartas, as entidades representativas da categoria demonstravam proximidade de ideias com os

²²⁰ CAMARGO, Angélica Ricci: *O teatro em questão: um balanço sobre as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2011.

²²¹ Fonte: Arquivo CEDOC/FUNARTE, Boletim do SBAT nº 121, de Jul 1934, p.13; Processos nº 54/1939, 55/1940, 132/1942. Disponível In: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/centro-de-documentacao-e-informacao/arquivos>. Acessado em 28/07/2021, às 15:18. Ver mais In: CAMARGO, Angélica Ricci: *O teatro em questão: um balanço sobre as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2011.

preceitos do regime, sinalizando certa adequação aos seus projetos como uma estratégia para ter suas reivindicações atendidas.

A defesa de um estilo clássico, feita pelas associações, a partir de uma concepção de teatro mais elevada, mais culta, tinha no entanto, pouco apelo de público. Para atingir uma plateia maior e mais diversificada foi necessário apoiar, também, espetáculos mais populares, de maior aceitação pelo público, como as comédias musicais típicas do teatro de revista. O presidente Getúlio Vargas era uma presença assídua nesses espetáculos, quando eram exibidos na capital da República.

Se a chanchada foi o gênero que mais fez sucesso junto ao público no cinema, no mesmo período, o teatro de revista destacou-se nas produções teatrais. Também chamado de teatro rebolado, caracterizava-se como um gênero que, através de números musicais, com muita dança e sensualidade, usava de ironia para criticar os acontecimentos que envolviam a vida social e política do país. A ação dos censores do DIP impunha limites para os excessos de forma e de linguagem, aplicando os mesmos critérios utilizados no caso das produções cinematográficas. Era necessário encontrar um meio termo na utilização de uma linguagem que agradasse as camadas populares, mas sem a utilização de termos vulgares e palavras de baixo calão.

Mas, na concepção dos ideólogos da cultura estadonovista, era necessário a elaboração de um discurso identitário de nação, que incluísse todos os segmentos sociais, com a contribuição da história e do folclore para fortalecer esses valores. Se fazia necessário diversificar as estratégias culturais, para atingir um público cada vez mais abrangente. Nesse sentido, um outro segmento do teatro teve uma atuação importante, ao retratar a história do país de uma forma mítica, apresentando o período do Império como um momento de construção da nacionalidade e possibilitando que Getúlio Vargas representasse a continuidade dessa política centralizadora, em benefício da unidade nacional. Dentro dessa linha de pensamento era coerente que, a Primeira República fosse retratada como um momento de ruptura desses valores.

Segundo Amaral: “[...] É preciso educar-se o povo, despertando-lhe noções de civismo, de culto pela pátria, de amor às nossas coisas [...]”²²². Com o objetivo de resgatar o passado através de uma leitura mítica, foram estimuladas realizações teatrais que propagaram uma forma fantasiosa de compreensão da história do Brasil. Nessas encenações misturavam-se personagens históricas com outras fictícias, todas envoltas numa aura romântica, de um império idealizado, povoado de heróis nacionais. Como exemplo desse segmento de cunho épico, do teatro brasileiro naquele período, identificamos algumas peças, entre as quais destacamos: *Iaiá Boneca* (1938), de Ernani Fornari (*1899 +1964); *A Marquesa de Santos* (1938) e *Tiradentes*

²²² AMARAL, António de Azevedo. *O Sentido da educação. Novas diretrizes*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1939, p. 26.

(1939), ambas de Viriato Correia (*1884 +1967) e *Carlota Joaquina* (1939), de Raimundo Magalhães Júnior (*1907 +1981)²²³.

Um estudo bastante aprofundado sobre a história do teatro no Brasil, em suas várias fases, foi desenvolvido por Guinsburg e Patriota²²⁴. A obra se insere uma perspectiva historiográfica, onde a preocupação dos autores é analisar a forma como as produções teatrais foram interpretadas pela crítica e o que foi escrito sobre elas ao longo do tempo. O título do segundo capítulo do livro, *Construção Historiográfica da História do Teatro Brasileiro*, antecipa o objetivo da abordagem. A importância de trabalhos como este é possibilitar uma visão mais abrangente sobre o teatro como manifestação cultural, bem como suas origens, suas influências e sua função social.

Muitos dos problemas que afetaram o teatro e limitaram seu crescimento são advindos de situações anteriores à chegada de Vargas ao poder, como por exemplo, a crise econômica mundial de 1929, que impactou a sociedade como um todo. Mas, apesar das dificuldades enfrentadas pela classe teatral e das limitações existentes, observa-se um período de grande atividade com o envolvimento de diversos segmentos sociais.

Conclui-se, após analisar a questão da cultura no governo Vargas e as relações estabelecidas com artistas, intelectuais, empresários e demais trabalhadores envolvidos com as revistas, com o cinema e com o teatro, que a complexidade dessas relações permite diferentes interpretações.

A farta documentação existente sobre o período, em grande parte ainda não catalogada, tem sido analisada nas últimas décadas, sob diferentes pontos de vista²²⁵. Se o ponto de partida para essa análise for a ideia pré-concebida a respeito de regimes autoritários e suas relações com a imprensa, com os setores da cultura e com a sociedade, o Estado Novo encaixa-se, em vários aspectos, no padrão já identificado em regimes análogos na Europa na mesma época.

No entanto, entendemos que, apesar de reconhecer o óbvio, que se tratou de um regime autoritário com todas as suas mazelas, é possível perceber importantes avanços em diversos campos. O Brasil possui diferenças históricas e culturais que ainda carecem de uma maior reflexão e a tentativa de enquadrar o Estado Novo em um padrão comum a outros regimes autoritários pode, por vezes mascarar o legado do governo. O arcabouço jurídico elaborado e institucionalizado ao logo dos quinze anos de governo Vargas e, especialmente durante o Estado Novo, constituíram o ponto de partida para a criação de legislações em várias áreas, nomeadamente no trabalho, na educação e na cultura.

²²³ ALMEIDA PRADO, Décio de. *O Teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Edições perspectiva/Universidade de São Paulo, 1988, pp. 37-56.

²²⁴ GUINSBURG, Jacó; PATRIOTA, Rosângela. *Teatro Brasileiro: Ideias de uma História*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

²²⁵ Fonte: Arquivos da Casa Museu Getúlio Vargas, em São Borja, Brasil. Reserva Técnica, documentação em fase de tratamento.

Para uma melhor compreensão do Estado Novo e suas relações com os diversos segmentos sociais, é necessário analisar todo o processo de organização da máquina pública, que começou com criação dos Ministérios da Educação e Saúde Pública, e do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, ainda durante o Governo Provisório. Importante ressaltar também a elaboração das leis trabalhistas e do direito a voto das mulheres, entre outras inovações incorporadas no texto da Constituição de 1934.

Sobre a questão da cidadania feminina em obra publicada recentemente, Colling oferece uma retrospectiva das conquistas históricas das mulheres no Brasil²²⁶, mas ressalta que, quase um século depois de se ter o direito a voto reconhecido por lei específica, no início do governo Vargas, ainda há um longo caminho a ser percorrido na direção da igualdade de gêneros.

A imposição de uma nova Constituição ao país, em 1937, quando da decretação do Estado Novo, não anulou o caráter desenvolvimentista que marcou o regime. É costume, em algumas análises, optar-se pela segmentação do que se convencionou chamar de Era Vargas em três momentos distintos: Governo Provisório (1930-34); Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-45). No entanto, entendemos que um único projeto de governo foi sendo adaptado às novas situações, mas sem desviar-se dos objetivos que nortearam a mesma proposta política ao longo de todo o período de governo.

Apesar do caráter autoritário que não pode ser desconsiderado e do objetivo do governo em usar as manifestações culturais como arma de propaganda política, o cinema, o teatro e as revistas literárias ocuparam o seu espaço e graças a uma geração de artistas e intelectuais talentosos, alguns deles incluídos na galeria dos grandes nomes do Brasil, deixaram um importante legado.

²²⁶ COLLING, Ana Maria. *A cidadania da mulher brasileira, uma genealogia*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

CAPÍTULO IV

REPERCUSSÕES DO ESTADO NOVO BRASILEIRO EM PORTUGAL

O objetivo deste ponto da pesquisa é demonstrar as formas pelas quais a propaganda do Estado Novo brasileiro se repercutiu em Portugal, entre 1937 e 1945, através de três possibilidades de difusão: as relações institucionais, como parte das relações entre o governo Vargas e as instituições de Estado em Portugal; a rádio, os jornais e as revistas; o teatro e o cinema.

Sem perder de vista o recorte temporal ao qual nos propomos desde o início, foi necessário alargar o período pesquisado para obter todas as informações necessárias que nos permitissem melhor compreender os acontecimentos e as relações que se estabeleceram desde o início do século XX, entre brasileiros e portugueses, e os resultados dessa interatividade para as relações luso brasileiras.

O estudo das tais redes de sociabilidade, às quais já nos referimos anteriormente, demonstrou ser fundamental para preencher as lacunas deixadas pela análise dos documentos depositados nos diversos arquivos pesquisados, em Portugal e no Brasil, em formato físico ou digital. E a convicção que se consolidou ao longo da pesquisa é que se não houvesse as relações de amizade entre escritores, jornalistas, artistas e intelectuais, dos dois países, mantidas ao longo de décadas, a repercussão da propaganda não teria acontecido.

1. REPERCUSSÃO DO ESTADO NOVO BRASILEIRO, EM PORTUGAL, ATRAVÉS DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A marca característica do governo de Getúlio Vargas, nas relações internacionais, foi o pragmatismo político e econômico. Isto vale tanto para o relacionamento com as nações vizinhas, na América do Sul, quanto com os possíveis aliados na América do Norte e na Europa. Esta constatação advém da análise de obras produzidas por autores que se dedicaram ao tema, muitas das quais são citadas nas referências bibliográficas deste trabalho, mas, também, no caso específico das relações luso-brasileiras, entre 1937 e 1945. De forma que recorreremos à pesquisa do acervo documental que retrata o carácter dessa relação, em arquivos, no Brasil e em Portugal.

No âmbito das relações institucionais, vale salientar que, quando nos referimos a Vargas, e a Salazar, precisamos ponderar o facto de que os dois líderes nunca se encontraram pessoalmente, não tiveram nenhuma conversa pessoal e a interlocução entre os dois regimes foi sempre conduzida por seus representantes. Vargas, inclusive, nunca viajou para fora da América do Sul, era avesso a viagens longas. Mas, mesmo sem um contacto direto, a análise da correspondência diplomática permite concluir que esta particularidade nunca foi um empecilho para a manutenção da cordialidade e para a difusão da propaganda política. Da mesma forma que o Estado Novo português foi

amplamente difundido em solo brasileiro, algo semelhante aconteceu com o regime Vargas em terras lusas, embora, a nosso ver, em menor proporção. Os motivos para essa repercussão desigual podemos encontrá-los no facto de que a maioria das ações bilaterais tiveram Portugal como protagonista, tomando a dianteira nas iniciativas dos principais eventos, desta forma dando prioridade aos objetivos de difusão das ações de quem propõe o evento. Além disso, Vargas, por conta do pragmatismo já citado, voltou os esforços de sua política externa para as nações de onde acreditava que obteria maior apoio material para colocar em prática seu projeto para industrializar e modernizar o país.

Alguns movimentos de maior aproximação, nas relações luso brasileiras, merecem destaque durante o Estado Novo, entre eles, a participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português, em 1940, e a assinatura do acordo cultural em 1941. Em ambos os casos, as tratativas foram realizadas por integrantes dos dois governos. A iniciativa coube, como de regra, aos portugueses e, o envolvimento de Vargas limitou-se a determinar a forma como a participação brasileira deveria ser pautada.

Antes mesmo da decretação do Estado Novo, no Brasil, podemos identificar, durante a República Velha e, no início da década de 1930, movimentos de aproximação institucional com Portugal. O ponto de partida para essas iniciativas foi o resultado, em várias ocasiões, de uma vasta rede de sociabilidade que sempre existiu entre os intelectuais dos dois países, os quais mantiveram relações fraternas mesmo em períodos de maior distensão diplomática. O exemplo mais emblemático foi a duradoura amizade cultivada por João de Barros com João do Rio, o que rendeu parcerias significativas no campo da produção cultural, através da publicação da revista *Atlântida*, entre 1915 e 1920, e das crônicas publicadas no *Diário de Lisboa* e no *Diário de Notícias*, ao longo da década de 1930. Em suas crônicas, a temática central de João de Barros era, invariavelmente, aspectos da cultura brasileira, da qualidade de seus cronistas e das belezas naturais de seu território, o que pode ser verificado, por exemplo, através da leitura de uma de suas crônicas, de dezembro de 1937, intitulada “Cultura Brasileira”²²⁷.

Importante, também foi o papel ativo desempenhado por entidades da sociedade civil, como as associações que representavam os imigrantes portugueses no Brasil. As colônias de imigrantes exerceram uma pressão positiva para que as duas nações cultivassem boas relações, como podemos observar na participação que tiveram nos eventos promovidos, no Brasil, para divulgar as comemorações do duplo centenário português²²⁸.

Os portugueses residentes no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, buscaram valorizar as relações históricas, políticas e culturais existentes entre os dois países. As associações portuguesas presentes em várias cidades

²²⁷ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 22 de dezembro de 1937, pp. 2-3. Biblioteca Nacional Portuguesa, seção de microfilmes, bobina 80.

²²⁸ Fonte: Relatório periódico de política interna no Brasil 1939-40. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, localização 3P, H15, M20, Proc. 43.

brasileiras compunham uma vasta rede associativa que valorizava a identidade portuguesa e encorajava a aproximação política e o intercâmbio cultural entre o Brasil e Portugal. Aqui vamos destacar os principais momentos de aproximação a partir da chegada de Vargas ao poder no Brasil.

Em 30 abril de 1931, na sede do Real Clube Português de Leitura, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a assinatura do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro, com o objetivo de manter a unidade e promover a expansão da língua portuguesa, após a cisão provocada pela reforma ortográfica de 1911 em Portugal. A Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, representadas por seus presidentes na solenidade, foram os órgãos que protagonizaram a formalização do acordo. Nos termos do acordo, o Brasil adotaria a ortografia então vigente em Portugal, com alterações propostas pela Academia Brasileira de Letras. Apesar da aceitação por parte dos dois governos, o tratado não surtiu efeitos práticos e, em 29 de dezembro de 1943, foi formalizado um novo acordo nesse sentido²²⁹.

Ainda nesse contexto de aproximação política e diplomática foi assinado, no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1933, um Tratado de Comércio e Navegação, resultado direto das tratativas entre Martinho Nobre de Melo (*1891 +1985), Embaixador de Portugal no Brasil e Afrânio de Melo Franco (*1870 +1943), Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. O acordo estabelecia “[...] inteira liberdade de comércio e navegação entre os nacionais das duas partes contratantes, tendo por base os princípios da liberdade comercial e de navegação, da reciprocidade e do tratamento de nação mais favorecida [...]”²³⁰. No entanto, em função dos desdobramentos da crise econômica mundial de 1929, o Brasil, assim como vários outros países, passou a adotar práticas comerciais protecionistas, o que provocou a falta de efetividade do que foi acordado. Apesar disso, a assinatura desse acordo teve um papel simbólico importante, pois significou a superação de antigos obstáculos nas relações comerciais entre os dois países. Em 1938, Salazar enviou uma comissão especial ao Brasil com o objetivo de identificar os obstáculos que impediam uma melhor cooperação comercial entre os dois países. Como fruto do trabalho da comissão, em 21 de julho de 1941, em Lisboa, foi assinado um protocolo adicional ao tratado de 1933, pretendendo colocar limites na onda protecionista vigente no Brasil e destravar o comércio com Portugal.

Mas não foram apenas os acordos ortográficos e os tratados comerciais que fomentaram as relações institucionais luso-brasileiras na primeira metade

²²⁹ Fonte: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível In: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa> Acessado em 08 de agosto de 2021 às 13:57.

²³⁰ SCHIAVON, Carmem G. Burgert. A política externa econômica luso-brasileira durante a década de trinta do século XX: Análise do Tratado de Comércio e Navegação de 1933. In: *Historiae Rio Grande*, pp. 89-101. Rio Grande: FURG, 2010, p. 99.

do século XX. A cooperação na área da cultura e das artes também esteve presente. Como resultado das boas relações cultivadas entre intelectuais dos dois países foi criado, em 15 de junho de 1934, no Rio de Janeiro, o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, com o objetivo de estimular o intercâmbio e promover missões encarregadas de ministrar cursos e conferências nos dois países. O embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Melo, presente na solenidade de inauguração do ILBAC, assim se pronunciou a respeito da criação do Instituto: “Uma nau que para o bem da raça a ser lançada no mar da cultura”²³¹. Essa iniciativa fez parte de um alinhamento de ideias entre personalidades dos dois países, como o antropólogo português António Mendes Corrêa (*1886+1960), e o sociólogo brasileiro Gilberto de Mello Freyre (*1900+1987). Junto com outros intelectuais de sua época, entendiam ser necessário garantir um espaço para cultivar as tradições portuguesas no Brasil e, também, permitir que a cultura brasileira fosse difundida em Portugal.

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo Instituto, António Mendes Corrêa esteve ao menos duas vezes no Brasil para proferir palestras, a primeira vez em 1934, quando o ILBAC foi criado e, mais uma vez, em 1937, ocasião em que recebeu, do governo brasileiro, a comenda de Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul²³². Da mesma forma Gilberto Freyre participou, em Portugal, da Exposição Colonial na cidade do Porto em 1934 e, em 1937, na Conferência de Alta Cultura Colonial em Lisboa²³³.

A utilização de relações institucionais como oportunidade para difundir a propaganda foi uma prática constante no governo Vargas. Ainda durante o Governo Provisório, Gustavo Capanema, ao ser nomeado Ministro da Educação e Saúde Pública, lançou o *Programa Moderno e Prático de Propaganda Cultural do Brasil no Estrangeiro*. Esse programa, sob a responsabilidade do Serviço de Cooperação Intelectual, promoveu uma série de ações, tais como o intercâmbio de professores, técnicos, artistas, escritores e estudantes; revisão de livros de história e geografia do Brasil publicados em outros países; subvenção de revistas estrangeiras que divulgassem matérias referentes a assuntos brasileiros; estímulo à criação da cátedra de literatura brasileira em universidades na Europa e nos Estados Unidos da América; organização de congressos científicos e outros eventos e, ainda, a criação de quatro institutos de alta cultura que deveriam estar sediados em Portugal, na Itália, em França e, na Alemanha.

²³¹ SKOLAUDE, Mateus Silva. *Raça e nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)*. Tese de Doutorado. PUC-RS. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 16.

²³² Fonte: Dicionário de historiadores portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo, p.7. Disponível em: <http://dichp.bnportugal.pt>. Acessado em 10/08/2021, às 14:57.

²³³ THOMAZ, O. R. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: "raça" e "nação" nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, M.C., SANTOS, R.V., (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, pp. 84-106.

Através desse programa o governo Vargas pretendeu divulgar suas ações no campo cultural e projetar o país no estrangeiro. Em termos práticos serve para exemplificar essas ações a criação do Grupo de Estudos Brasileiros na Universidade do Porto, que juntamente com o Instituto de Estudos Brasileiros, instalado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, servem como ponto de referência para estudantes brasileiros que cursavam ensino superior em Portugal²³⁴.

Destacamos ainda, dentro do quadro das relações institucionais, a proximidade e a colaboração existente entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Portuguesa da História²³⁵. Após a sua refundação, em 1936, o quadro efetivo da APH permaneceu composto por cinquenta titulares, mas, agora, dez assentos eram reservados para acadêmicos de nacionalidade brasileira. Todas as vagas destinadas aos brasileiros foram ocupadas por sócios do IHGB, dentre eles, Artur Guimarães de Araújo Jorge, embaixador do Brasil em Lisboa, Gustavo Barroso (*1888 +1959), presidente do IHGB e Júlio Afrânio Peixoto (*1876 +1947), romancista e historiador brasileiro²³⁶. O IHGB, através de seus membros teve participação importante nas tratativas para a participação do Brasil nas comemorações portuguesas de 1940, conforme demonstra a correspondência trocada, a partir de 1936, entre os dirigentes do órgão brasileiro e a Academia Portuguesa de História²³⁷.

Quando passamos a investigar a participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português, identificamos várias pesquisas e trabalhos acadêmicos realizados por estudantes brasileiros, nos últimos anos, que se concentraram nessa temática.

Dentre as diversas teses consultadas destacamos o trabalho desenvolvido por Arthur Torquato, cuja linha de pesquisa é a das relações institucionais e a temática é a relação entre cultura política e propaganda²³⁸. Esse trabalho analisa uma referência recorrente nos documentos relativos às comemorações

²³⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. (Org.). *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p.137.

²³⁵ A origem desta importante instituição portuguesa remonta à antiga Academia Real de História Portuguesa, estabelecida em Lisboa, por decreto de D João V, em 8 de dezembro de 1720. Era composta por cinquenta integrantes, os quais tinham a incumbência de escrever a história eclesiástica, militar e civil do reino. Foi recriada em 19 de maio de 1936, pelo decreto-lei nº 26611. Ver: MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

²³⁶ Fonte: Boletim da Academia Portuguesa de História (1937-1938). Disponível In: <https://www.ihgb.org.br/hermeroteca/periodicos/item102152-boletim-da-academia-portuguesa-da-historia>. Acessado em 12/08/2021 às 14:31.

²³⁷ Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível In: <https://www.ihgb.org.br/arquivo/documentos/aph-1936-1941>.

²³⁸ TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O espetáculo do Império. As relações entre cultura política e propaganda no contexto dos centenários de 1940 em Portugal*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

de 1940: a identificação do Brasil como nação irmã de Portugal e a tentativa do governo português de legitimar o discurso de que o Brasil seria o exemplo de uma colônia que, graças ao papel da ação civilizatória portuguesa, transitou para a modernidade, alcançando o progresso, o crescimento econômico e o desenvolvimento cultural.

Esses dois pontos que continuam a suscitar tanto interesse em pesquisadores brasileiros, também estão presentes na pesquisa de Skolaude, que afirma: “[...] fazem parte de uma tentativa do salazarismo de legitimar a política imperial nos territórios ultramarinos ao apresentar o Brasil como ex-colônia, rica e emancipada e como um exemplo a ser seguido[...]”²³⁹. Essa afirmação encontra respaldo nas palavras de Salazar, proferidas durante um discurso em 1940: “[...] milhões de portugueses comungam conosco o mesmo sentimento de devoção às conquistas de Portugal [...] o Brasil, glória de sua energia e de seu génio político[...]”²⁴⁰.

É interessante observar que essa narrativa, que valorizava a herança e a presença de Portugal e dos portugueses na construção da nação brasileira, não era nova, não tendo surgido no contexto das comemorações do duplo centenário. Mas, é nesses momentos de comemoração que essa encenação ritual de um passado em comum se torna mais viva e mais intensa. Isto fica mais evidente se considerarmos que a participação portuguesa nessas festividades em que o passado comum era exaltado foi uma constante no Brasil republicano. A cronologia desses eventos comemorativos nos remetem às comemorações do centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1908 e, da independência do Brasil, de Portugal, em 1922. Em ambos os casos, Portugal se fez representar enviando comitiva oficial e o envolvimento dos portugueses do Brasil foi intenso.

Um ponto de partida para entender a lógica dessa narrativa é a análise da influência do pensamento dos membros da colônia portuguesa no Brasil, principalmente de sua elite, composta por prósperos comerciantes, além de ricos banqueiros e empreendedores da indústria.

Uma síntese dessas ideias podemos encontrar na obra lançada no Rio de Janeiro, em 1921, no âmbito das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil, ocorrido em 1922. Sob o título *A História da colonização portuguesa do Brasil*, a publicação, que pretendia ter um caráter científico e literário, foi sugerida pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará e financiada por um Industrial português com negócios no Brasil, Albino Sousa Cruz (*1869 +1962), fundador da fábrica de cigarros

²³⁹ SKOLAUDE, Mateus Silva. Raça e nação em disputa: Instituto Luso- Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937). Tese de Doutorado. PUC/RS. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 17.

²⁴⁰ Fonte: RTP. Disponível In: <https://arquivos.rtp.pt/conteúdos/comemorações-do-8º-centenário-da-nacionalidade>. Acessado em 13 de agosto de 2021 às 13:42.

Sousa Cruz, uma das maiores empresas desse ramo no Brasil e presidente do Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil. A publicação foi dirigida e coordenada pelo Jornalista e Historiador português Carlos Malheiro Dias (*1875 +1941), intelectual que teve uma participação ativa na publicação de diversos periódicos brasileiros na década de 1920. O papel desempenhado pelos periódicos na difusão da propaganda foi um elemento fundamental no Estado Novo como já destacamos anteriormente e, como pretendemos demonstrar na análise da imprensa portuguesa, a qual faremos em tópico específico.

Durante a era Vargas, o grande destaque das relações luso-brasileiras foi a participação do Brasil na Exposição do Mundo Português, que ocorreu em Lisboa, entre 23 de junho e 2 de dezembro de 1940. Foi um evento político e cultural realizado com o objetivo de comemorar a data da fundação do Estado Português, em 1140, e da restauração da independência, em 1640, mas principalmente, como forma de celebrar o Estado Novo. A grandiosidade do acontecimento, no tocante aos recursos materiais e humanos empenhados, justifica-se pelo empenho político em associar o Estado Novo Português a um passado mítico legitimador do regime. Essas ideias faziam parte do corolário da política do espírito propagada por António Ferro, cujo objetivo era o de elevar o ânimo do povo português, valorizando-o não apenas como grupo étnico mas, também pela cultura, pela força produtiva, pela capacidade civilizadora e pela sua independência no conjunto das nações. A política do espírito assentava sobre três pilares básicos: o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda, enaltecendo as realizações de Salazar; a tentativa de conciliar a velha tradição e os valores lusitanos com o advento da modernidade, identificada com a instalação do Estado Novo; e o estabelecimento de uma cultura nacional e popular baseada nos ideais forjados pelo regime salazarista²⁴¹.

Um periódico, a *Revista dos Centenários*, foi especialmente criado como instrumento de divulgação e de mobilização do governo português em torno das festividades. Foi um veículo da Comissão executiva dos Centenários de Portugal. A revista era organizada e dirigida por Júlio Dantas (*1876 +1962), e integrou o quadro de serviços da Secção de Propaganda e Recepção, a qual esteve sob a direção de António Ferro. Foi impressa entre janeiro de 1939 e dezembro de 1940, contando ao todo com 24 números. Contou com a colaboração de jornalistas e escritores estrangeiros, dentre estes Afrânio Peixoto, que colaborou com a edição inaugural, com o artigo “Nossa foi a Restauração”²⁴².

²⁴¹ ROSAS, Fernando. *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, pp. 194-196.

²⁴² Fonte: *Revista dos Centenários*, nº 1, p.13, janeiro de 1939. Disponível In: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periódicos/revista dos centenários](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periódicos/revista%20dos%20centenários). Acessado em 14/08/2021 às 10:57.

A presença do Brasil na exposição era importante para Portugal, conforme percebe-se através das palavras de Salazar em nota oficiosa de 13 de janeiro de 1939: “[...] Ao Brasil é devida referência especial, pois seja qual for a parte nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar [...] a participação, o concurso ativo do Brasil”²⁴³. As palavras proferidas pelo Presidente do Conselho de Ministros de Portugal são coerentes com o propósito das comemorações, na percepção de que a colonização do Brasil representava o grande feito a ser comemorado no âmbito das conquistas portuguesas no além-mar. O convite para participar foi formulado, oficialmente, através de carta do Presidente de Portugal Oscar Carmona enviada a Getúlio Vargas em 11 de junho de 1938. Em um trecho da carta, escrita de próprio punho lê-se: “[...] que a grande nação irmã venha colocar-se a nosso lado como da família, que é, e erga seu padrão de História ao lado do nosso[...]”²⁴⁴. Aqui, novamente destacamos a deferência com que o Brasil é tratado pelas maiores autoridades de Portugal.

A resposta de Getúlio Vargas demorou pouco mais de um ano e, só aconteceu em 17 de junho de 1939, através de um discurso proferido no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, durante uma sessão solene que celebrou as atividades desenvolvidas pelos portugueses no Brasil em prol das comemorações centenárias. Na resposta ao convite, Vargas assim se pronunciou: “[...] O Brasil, carinhosamente convidado, comparecerá, e timbra em fazer não como visitante cortês, mas como membro da família que, embora politicamente separado, permanece fiel ao seu espírito e leal à sua amizade”²⁴⁵. A resposta de Vargas foi transcrita na entrada do pavilhão do Brasil na exposição. Os motivos da demora de Vargas em responder ao convite tem dado origem a diversas interpretações por parte dos pesquisadores que se dedicam ao tema. A análise dos documentos, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, demonstram que além da carta enviada a Getúlio Vargas, o governo brasileiro já havia sido informado das expectativas portuguesas em relação à participação do Brasil nas festividades. Em 12 de Janeiro de 1938, o embaixador do Brasil em Lisboa, Artur Jorge, enviou telegrama ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Osvaldo Aranha, no qual relata: “[...] todos os jornais publicarão amanhã comunicado oficial sobre as grandes festividades nacionais [...] o Presidente do Conselho de Ministros convocou-me,

²⁴³ Fonte: Revista dos Centenários, nº 1, p.3, janeiro de 1939. Disponível In: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periódicos/revista dos centenários](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periódicos/revista%20dos%20centenários). Acessado em 17/08/2021 às 10:13.

²⁴⁴ Fonte: CPDOC/FGV- Arquivo Getúlio Vargas-Volume XXX/101.Microfilme, rolo 6, fot. 0606 a 0607.Disponível In: [http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo.gv-arquivo pessoal](http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo.gv-arquivo%20pessoal). Acessado em 17/08/2021 às 23:36.

²⁴⁵ Fonte: CPDOC/FGV- Arquivo Getúlio Vargas-Volume XXX/101.Disponível In: [http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo.gv-arquivo pessoal](http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo.gv-arquivo%20pessoal). Acessado em 18/08/2021 às 07:58.

especialmente, esta noite, para dar-me leitura antecipada da parte daquele documento relativo ao Brasil, cuja íntegra remeterei pela primeira mala”²⁴⁶.

As anotações constantes do diário pessoal de Getúlio Vargas demonstram que o Presidente do Brasil estava ciente da importância e do significado do evento para os portugueses e das datas para a realização das comemorações. Depois de analisar os documentos oficiais, as correspondências enviadas e o diário pessoal do Presidente, concluímos que a demora de Vargas em se posicionar a respeito do convite feito ao Brasil, não contém nenhuma anormalidade, nada que fuja ao quadro geral das relações diplomáticas do Brasil com as nações amigas naquele momento. É preciso perceber o contexto mundial daquele final da década de 1930, com conflitos em constante evolução, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. A política externa brasileira voltava-se, naquele momento, para um estreitamento das relações diplomáticas com os Estados Unidos da América e, de forma paradoxal, ainda buscava apoio junto ao *III Reich* para financiar a implantação de um projeto siderúrgico no Rio de Janeiro. Este estado de coisas explica o aparente desinteresse do governo do Brasil em participar do grande evento português. No entanto, no momento adequado, na percepção de Vargas, em 31 de janeiro de 1940, o diretor do Museu Histórico Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Gustavo Barroso (*1888 +1959), foi chamado para uma audiência com o Presidente da República, para receber instruções a respeito da participação brasileira nas comemorações portuguesas²⁴⁷. Barroso fez parte da delegação enviada à Portugal e desempenhou importante papel como responsável pela concepção da exposição brasileira no evento. Vargas nomeou, ainda, Francisco José Pinto (*1883 +1942), para presidir a comissão brasileira dos centenários e, também, para chefiar a embaixada especial enviada a Portugal para participar das comemorações²⁴⁸.

No âmbito das Comemorações do Duplo Centenário Português, três grandes momentos marcaram o evento: o Cortejo do Mundo Português; o Congresso do Mundo Português e a Exposição Histórica do Mundo Português. Neste último, o Brasil foi o único país estrangeiro convidado a participar e, também, foi o único país presente na exposição a ter um pavilhão inteiro à sua disposição.

Ao analisar a documentação disponível sobre o evento, percebe-se que o Brasil teve ampla liberdade no projeto de decoração de seu pavilhão e na concepção da exposição, como pode-se perceber nas palavras de Augusto de Castro (*1883 +1971), comissário geral da exposição: “[...] O governo português convidou o Brasil a construir ou decorar, ele próprio esse segundo

²⁴⁶ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Correspondência Diplomática. Ano 1938, lata 664, maço 9884.

²⁴⁷ PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral (Apresentação); SOARES, Leda (Edição). *Diário de Getúlio Vargas*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 241.

²⁴⁸ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Correspondência Diplomática. Ano 1940, lata 665, maço 9887.

palácio [...] numa representação de sua própria iniciativa, na exposição de 1940²⁴⁹.

A respeito da exposição se faz necessário analisar seu espaço físico e seus eventos, para além da arquitetura e das artes plásticas, mas a partir de um viés histórico e sociológico. O evento foi uma oportunidade criada pelo salazarismo para transmitir uma ideia da grandeza de Portugal através de seu passado de conquistas e da pujança do momento presente. Dentro desse conceito, o Brasil era o grande troféu a ser exibido, a principal conquista do imperialismo português, a ex-colônia que cresceu e se desenvolveu. Era também uma oportunidade para contrapor às críticas as ações de governo em relação às colônias africanas ao demonstrar que o período colonial no Brasil fez parte de um estágio preparatório ao desenvolvimento. Portugal e Brasil tinham em comum naquele momento dois governos autoritários que desenvolviam políticas públicas voltadas para a valorização da nacionalidade, sustentadas por um discurso que, baseado em determinadas concepções da história, procurava legitimar o presente através de um passado de glórias. O governo brasileiro, no entanto, somente interessou-se em participar da exposição na medida em que Vargas vislumbrou a possibilidade de, através dessa participação, divulgar o Estado Novo brasileiro. É nesse sentido que a escolha de Gustavo Barroso como responsável pela direção e execução da exposição brasileira no âmbito da Exposição do Mundo português é coerente com os objetivos que Vargas esperava alcançar através da participação brasileira nas comemorações. O discurso museológico criado por Barroso, tendo como tema *A Exposição Histórica do Brasil*, tinha por objetivo transportar para o espaço dos eventos em Portugal, mesmo que por alguns dias, a concepção de escrita da história do Brasil vislumbrada no Museu Histórico Nacional, no Brasil. Nesse conceito, a história do Brasil transitou da colonização portuguesa, entendida aqui como a gênese do Brasil moderno, até o Estado Novo varguista. Foi uma forma específica de reconstruir o passado do Brasil através de uma concepção de brasilidade, tentando inserir no contexto cultural e político do período, o trajeto percorrido pelo Brasil desde o período colonial até aquele momento.

As formas de representação da história dos Estados-nação, através da teatralização da memória, são recorrentes, quando comparamos diversos eventos realizados, a partir do século XIX, tanto em estados autoritários quanto em regimes democráticos. Na realização de grandes eventos comemorativos, cria-se um discurso onde, de forma seletiva, busca-se ocultar da memória certos acontecimentos eleitos como menos relevantes e exaltar tudo aquilo que legitima a identidade nacional. Essa forma teatral de lembrar o passado também se aplica as relações luso-brasileiras, quando, em momentos de festa, como aqueles ocorridos em 1940, busca-se ignorar, mesmo que

²⁴⁹ Fonte: Revista dos Centenários, fevereiro/março 1939, p. 7. Disponível In: [www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista dos centenários](http://www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista%20dos%20centen%C3%A1rios). Acessado em 19/08/2021 às 17:33.

momentaneamente, todas as desavenças do passado. A utilização da ex-colônia para justificar o paradigma do colonialismo português já foi, inclusive, objeto de estudo para teses de doutoramento, com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa, como o trabalho de Oliveira²⁵⁰.

Para um melhor entendimento do significado das comemorações do duplo centenário português e da participação do Brasil no evento é necessário analisar outros grandes eventos comemorativos, fazer as necessárias comparações e buscar pontos em comum, com as devidas ressalvas. Analisando os momentos de comemoração percebe-se uma construção metafórica do Brasil no âmbito das ritualizações da história de Portugal. Essa prática recorrente resultou na fixação de uma imagem do Brasil no imaginário português que não condiz com a realidade. A exaltação do passado e a busca de uma conexão com o presente são construídos através de uma narrativa que enaltece e justifica a colonização, o imperialismo e a exploração. Vale ressaltar que essa narrativa não esteve presente somente nas comemorações do duplo centenário, mas, também, em outros eventos comemorativos, como por exemplo nas comemorações do tricentenário da morte de Camões, em 1880 e, nas homenagens pela passagem dos quinhentos anos da morte do infante Dom Henrique, em 1960, que contaram com a participação ativa do Brasil²⁵¹.

No século XIX observa-se, a partir da emergência do nacionalismo nos Estados-nação, uma remodelação do conceito de memória, com o objetivo de socializar narrativas e legitimar uma identidade nacional. Para uma melhor compreensão desse fenômeno e, com o objetivo de melhor caracterizar as comemorações portuguesas, buscamos suporte teórico em autores renomados que se dedicaram ao estudo da memória coletiva e de suas manifestações.

Adotamos, como ponto de partida, a análise de Jacques Le Goff que constrói a trajetória do papel desempenhado pela memória em diferentes sociedades, analisando definições dadas por diversos pensadores e traçando a evolução do conceito de memória através dos tempos. Sua abordagem privilegia as formas de representação da memória e sua utilidade como instrumento de caracterização e de afirmação da identidade. Esse aspecto utilitário da memória é um dos muitos traços que podemos visualizar nos grandes eventos comemorativos²⁵².

Para Paul Connerton, estudar a formação social da memória é analisar os atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto. Entre esses atos destaca as cerimônias comemorativas e as práticas corporais. É o estudo destas que nos permite ver que as imagens do passado e o conhecimento

²⁵⁰ OLIVEIRA, Sarah Luna. *A exploração simbólica do Brasil em defesa do Império Lusitano: Uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)*. Tese de doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

²⁵¹ JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

²⁵² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

recordado do passado são transmitidos e conservados por performances rituais. Ao contrário de interpretações recorrentes que acentuam o papel da escrita e dos materiais simbólicos enquanto suportes da memória social, argumenta que as imagens e o conhecimento do passado são conservados e transmitidos, através das cerimônias comemorativas e das práticas quotidianas. Esta abordagem permite realçar alguns temas de grande importância para as ciências sociais, nomeadamente as relações entre corpo e sociedade ou entre história e rituais. Sua análise é transdisciplinar, na medida em que compara perspectivas analíticas da história, da antropologia, da sociologia e da psicologia²⁵³.

Um contraponto para a abordagem de Connerton, no que tange ao aspecto das formas de representação da memória, encontramos em Eric Hobsbawn, no conceito de tradição inventada, como forma idealizada pelas elites para perpetuar determinadas lembranças através de encenações rituais²⁵⁴. Nesse caso o prestigiado historiador inglês analisa os rituais que envolvem a realeza britânica e outras formas de representação da memória relacionados com as tradições inglesas. Na análise que fizemos das comemorações portuguesas e com base nos registros, quer nos documentos ou, através da imprensa, não percebemos uma tradição inventada, da maneira como define Hobsbawn. No entanto, no caso português, tal como em outras sociedades, a invenção está presente no discurso que, adaptando ou até mesmo falseando a história, busca legitimar o presente a partir da narrativa de feitos grandiosos.

O sociólogo, de corrente durkheimiana, Maurice Halbwachs, apresenta uma importante contribuição para um melhor entendimento de como se constrói a memória coletiva, ao fazer uma separação conceitual entre história e memória²⁵⁵. Memória, nessa concepção, diz respeito aos fatos vividos e rememorados, ao passo que a história relaciona-se com aspectos conceituais e com a divisão do tempo. Podemos abstrair então que, a memória, ao ser ativada, através de eventos comemorativos, elimina as rupturas com o passado e, na consciência coletiva, o presente é a consequência das glórias pretéritas.

Por fim, se faz necessário compreender como essas questões se apresentam em Portugal, de que forma as representações do passado são tratadas na memória coletiva dos portugueses. São esses conceitos que buscamos na obra do prestigiado historiador português Fernando Catroga. Seus estudos resultaram numa análise transversal e interdisciplinar, utilizando conceitos da sociologia, da filosofia, da religião e da história. É através da sua obra que conseguimos contextualizar as comemorações do duplo centenário e compreender as questões conceituais. Contrariando a narrativa dos que atribuem a idealização das festividades a Alberto de Oliveira, em 1929, ou ao salazarismo, nos anos seguintes, Catroga afirma que a ideia de comemorar em

²⁵³ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

²⁵⁴ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

²⁵⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

grande estilo o duplo centenário já estava presente no início dos anos vinte e inscrevia-se numa proposta de longo alcance. Segundo ele, esses eventos comemorativos estão vinculados a algumas lendas que o romance histórico e a historiografia de divulgação vinham mitificando, desde o século XIX²⁵⁶. Ou seja, o salazarismo se apropriou de uma ideia e de um projeto de ritualização da memória que eram anteriores ao Estado Novo, incutindo-lhe traços de modernidade com o objetivo de justificar e legitimar o regime. O objetivo central era apresentar o salazarismo como “O futuro do nosso melhor passado”²⁵⁷.

Para Koselleck, esta forma de tratar o passado, quando se busca, de forma incessante, em cada momento presente, dimensionar o futuro através das correlações temporais do passado, enquadra-se naquilo que o historiador alemão classifica de categorias meta-históricas da “experiência” e da “expectativa”²⁵⁸. É dentro dessa ideia de “nosso melhor passado” que a participação brasileira nas festividades se torna fundamental. O Brasil representa, no imaginário português, a lembrança de um passado glorioso, o orgulho de ser o protagonista da colonização de um território tão rico e tão vasto. Considerando, ainda, a existência de um regime político construído à imagem e semelhança do salazarismo, era mais um componente que justificava plenamente os esforços para que o Brasil se fizesse representar.

Após esta etapa, em que o objetivo era esclarecer o discurso que justificasse a inserção do Brasil no discurso salazarista, buscamos na análise da obra de Margarida Acciaiuoli, compreender a evolução da situação que levou o Brasil à posição de convidado de honra nas comemorações. A conjuntura internacional, em que uma guerra de proporções mundiais estava em curso, frustrou a ideia inicial de realizar um evento de carácter internacional, com a participação de vários países. Na ideia original, o Brasil seria apresentado como o grande trunfo do projeto colonizador português. Mas a evolução dos acontecimentos fez com que o Brasil fosse alçado à posição de principal parceiro na exposição, na lógica da “nação irmã”, que veio para abrilhantar as festividades com sua participação. Embora a autora destaque que mesmo não tendo a certeza do papel reservado ao Brasil na versão original do evento, era certo que teria uma posição de destaque²⁵⁹.

²⁵⁶ CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal. Séculos XIX - XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp.221-362.

²⁵⁷ CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal. Séculos XIX - XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 264.

²⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado, contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 175.

²⁵⁹ ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

Como já mencionamos anteriormente, a aceitação do Brasil ao convite para participar das comemorações vincula-se à percepção, de Getúlio Vargas, da possibilidade de difundir, durante o evento, as realizações do regime implantado no Brasil dois anos antes. É o que se verifica na cerimônia de entrega do espaço destinado ao Pavilhão Brasil, quando Francisco Pinto leu um texto escrito por Vargas especialmente para aquele momento. Trata-se de um artigo intitulado “O Brasil e o Estado Novo”, onde sob a guisa de agradecimento à deferência do tratamento concedido pelo governo português, o que se observa é uma propaganda das realizações do regime estadonovista brasileiro: “A comemoração do segundo aniversário do novo regime encontra o país em perfeita ordem e entregue ao labor profundo. [...] As tarefas que nos propusemos vem sendo realizadas sem esmorecimento e em curto espaço de tempo seus benefícios estendem-se por todo o Brasil[...]”²⁶⁰.

Essa contrapartida foi fundamental e a importância que o governo brasileiro conferiu ao evento pode ser verificada no esmero com que a comissão chefiada por Francisco Pinto e dirigida por Gustavo Barroso, dedicou-se à Exposição do Mundo Português.

Na exposição organizada no Pavilhão Brasil, um cuidadoso discurso museológico, idealizado por Gustavo Barroso, procurou demonstrar uma cronologia de eventos que, na prática, tinha por objetivo ressaltar o dinamismo do Estado Novo varguista, legitimador de um passado com raízes eurocêntricas.

O percurso expositivo começava com uma homenagem a D. João VI, criador da imprensa régia no Brasil, em 1808 e na sequência, apresentava uma fotometragem de uma conferência de imprensa concedida por Getúlio Vargas, em 1939, a centenas de jornais diários e revistas. Na sequência destacava a importância de patriotas como José de Alencar e Olavo Bilac, importantes escritores brasileiros entusiastas do regime republicano. Com um busto homenageava-se Oswaldo Cruz, responsável pela campanha sanitária no Rio de Janeiro, no início do século e, a seguir, eram lembrados os pioneiros da aviação, Santos Dumont, Bartolomeu de Gusmão e Augusto Soeiro. Ao fundo, ladeados por flechas e motivos indígenas, tem-se a exposição de obras de arte cuidadosamente selecionadas para a ocasião, com destaque para a tela “O Café”, de Candido Portinari. Mas é na propaganda das novas vias de comunicação que a exposição concentra seus esforços, numa demonstração de autopromoção entusiástica do regime varguista que se sobrepõe a qualquer outro período histórico”²⁶¹.

Por novas vias de comunicação entendam-se as inovações tecnológicas que possibilitaram a difusão da propaganda através da rádio, além de jornais e

²⁶⁰ Fonte: Revista dos Centenários, nº 13, janeiro 1940, pp. 15-16. Disponível In: [www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista dos centenários](http://www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista%20dos%20centen%C3%A1rios). Acessado em 26/08/2021 às 20:45.

²⁶¹ ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, pp.187-188.

revistas impressos com o emprego de novas técnicas de diagramação e ilustração e com a utilização de equipamentos modernos.

É certo, porém, que a participação brasileira nas comemorações do duplo centenário português não ficou restrita ao espaço físico do Pavilhão Brasil. A delegação brasileira se fez presente em inúmeras solenidades e eventos promovidos pela organização, como destacou, com entusiasmo, Augusto de Castro, presidente da Comissão dos Centenários: “Veremos no Tejo, unidades da heróica marinha de guerra brasileira; nos cortejos e nas paradas cívico-históricas seus contingentes militares[...]. Ainda sua arte florescerá no monumento a Pedro Álvares Cabral que o Governo da República irmã oferece à Nação portuguesa[...].”²⁶².

Ainda no âmbito das comemorações, realizou-se, além da Exposição do Mundo Português e do Cortejo do Mundo Português, o Congresso do Mundo Português. Este, que foi o último evento das comemorações centenárias, articulava-se com os demais e subdividia-se em oito jornadas de carácter científico e acadêmico. Uma destas etapas foi o Congresso Luso-Brasileiro de História. O Primeiro Congresso Luso-Brasileiro de História foi convocado com o objetivo de reunir historiadores de Portugal e do Brasil para a discussão de temas comuns.

O planejamento do Congresso já vinha sendo articulado através da interlocução entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Portuguesa da História. Como já referimos anteriormente, existia uma proximidade e uma afinidade de ideias entre os intelectuais dos dois países reunidos nessas duas agremiações, inclusive com a participação de brasileiros na APH. Essa teia de relações pessoais que vinha desde o início do século XX, incluía, também, membros da Academia Brasileira de Letras e de sua congênere em Portugal, a Academia das Ciências de Lisboa. Este contexto proporcionava, no âmbito destas instituições, uma permanente comunicação e troca de ideias entre brasileiros e portugueses, sem a supervisão e o controle dos organismos oficiais de governo, como demonstram as correspondências trocadas entre os seus dirigentes²⁶³.

O presidente da Comissão dos Centenários, o escritor, diplomata, político e vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, era um desses intelectuais, integrante de uma grande rede de sociabilidade que possuía membros em ambos os lados do Atlântico.

A convocação para participar do Congresso Luso-Brasileiro de História foi emitida pela Comissão dos Centenários e enviada, em 19 de setembro de

²⁶² Fonte: Revista dos Centenários, nº 13, janeiro 1940, p.14. Disponível In: [www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista dos centenários](http://www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista%20dos%20centen%C3%A1rios). Acessado em 29/08/2021 às 20:45.

²⁶³ Fontes: Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Comemorações e celebrações, Portugal. Tomo I, Festas Centenárias. Lata 664. Processo 641.7. Documento 9884. Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. P1, A5, anos de 1938, 1939 e 1940, maços 955, 956, 957.

1938, diretamente ao presidente do IHGB: “A Comissão [...] previu a realização em Lisboa [...], de um congresso Luso-Brasileiro de História [...], seria extremamente agradável conhecer a douta opinião de V. Exa. e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro acerca da oportunidade e vantagens de semelhante congresso e, ao mesmo tempo, assegurar-se da preciosa colaboração dessa coletividade”²⁶⁴.

Na carta, Júlio Dantas, além de ressaltar a importância da participação dos brasileiros no evento, deixava claro que todos os custos referentes à participação, incluindo as passagens e hospedagem dos congressistas, pagamento de relatores, etc., seriam bancados pela Comissão, com verba especialmente destinada para essa finalidade. A menção feita na carta de que, na mesma data, foi enviada correspondência com igual teor para o Presidente da Academia Brasileira de Letras, demonstra, a nosso ver, o interesse português de estreitar os laços culturais com a antiga colônia, dentro da perspectiva de legitimar a obra colonizadora através da valorização de uma história e de um passado em comum.

Em dado momento, o governo Vargas demonstrou não concordar com essa forma de articulação. Isto fica evidente quando analisamos os decretos emitidos com a finalidade de regular a participação de representantes brasileiros nos eventos promovidos pelo governo português e, através da correspondência trocada entre o responsável pela organização do evento, Júlio Dantas, e autoridades do Brasil. Os documentos relativos a essa questão estão depositados em arquivos no Brasil e em Portugal, nomeadamente no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, no Arquivo Diplomático do Itamaraty e no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estes dois últimos, sediados no Rio de Janeiro.

Em 26 de julho de 1939, Vargas instituiu a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses e a instalou sob suas vistas, no Palácio do Catete, sede do Governo e sob as ordens do Chefe da Casa Militar, general Francisco José Pinto. A referida comissão era composta pelos seguintes membros respectivas funções: Gustavo Barroso (*1888+1959), representação histórica, Armando Navarro da Costa (*1883+1972), representação artística, Geysa Boscoli (*1907+1978), representação do Departamento Nacional de Cinema, Oswaldo Orico (*1900+1981), representação cultural, Ernesto Jorge Street (*1901+1965), representação da indústria, comércio e serviços²⁶⁵.

Dois meses mais tarde, em 5 de setembro de 1939, o decreto-lei nº 1565, regulamentou a nomeação de representantes brasileiros para participação em congressos, conferências e outros eventos internacionais: “[...] Art. 1º: Os convites dos governos estrangeiros para o Brasil comparecer a congressos,

²⁶⁴ Fonte: IHGB, Documentos diversos/cartas/Júlio Dantas/*Carta dirigida ao presidente do IHGB*, Lisboa, 19 de setembro de 1938. IHGB, Arquivo do IHGB, lata 569, pasta 34.

²⁶⁵ Fonte: Imprensa Nacional do Brasil - Diário Oficial da União, de 30 de julho de 1939. Disponível In: <https://www.in.gov.br/imprensa-nacional/dou>. Acessado em 30/08/2021 às 12:57.

conferências e reuniões internacionais deverão ser endereçados ao Ministério das Relações Exteriores. A ele deverão igualmente ser encaminhados os recebidos pelos demais ministérios e outras autoridades”²⁶⁶.

O mesmo dispositivo legal determinou ainda que: “[...] Art. 2º: As pessoas e autoridades convidadas para integrar comissões ou participar de qualquer atividade no estrangeiro deverão encaminhar os convites à chancelaria para a emissão de parecer a respeito, cabendo apenas ao Presidente da República as designações, quando for o caso, mesmo que isso não acarrete ônus ao Tesouro Nacional”²⁶⁷.

É também plausível concluir que a provisão de recursos orçamentários, destinados para a execução dos trabalhos da comissão, evidencia que Vargas não apenas desconsiderou a possibilidade de o governo português arcar com as despesas como demonstram a percepção que o Chefe de Estado brasileiro tinha a respeito desse assunto: “[...] Art. 8º: No orçamento do Ministério das Relações Exteriores [...], será incluída a verba necessária para ocorrer às ajudas de custo dos delegados a que se refere a presente Lei, devendo a concessão do auxílio de viagem e estada no estrangeiro obedecer a normas idênticas às aplicadas aos funcionários do quadro único do Ministério das Relações Exteriores”²⁶⁸.

As tentativas de interferência de Vargas na programação e a restrição da presença de intelectuais brasileiros na jornada causaram preocupação em Júlio Dantas, que manifestou seu descontentamento, em junho de 1939, através de correspondência enviada ao presidente do IGHB: “[...] Face as notícias sobre as recentes medidas adotadas pelo seu governo [...], solicito ao distinto amigo que confirme a nomeação dos representantes desse prestigiado Instituto no Congresso Luso-Brasileiro de História com a devida urgência que o assunto requer [...]”²⁶⁹.

Ainda não satisfeito com o andamento dos preparativos, Júlio Dantas manifesta-se, novamente, desta vez em abril de 1940, em correspondência enviada ao embaixador do Brasil em Portugal, Araújo Jorge: “[...] Diante da demora da confirmação dos representantes brasileiros no Congresso Luso-Brasileiro de História [...], solicito a V. Exa. a finesa de obter a aquiescência daquelas três altas individualidades [...]”²⁷⁰.

²⁶⁶ Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados/Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939, volume IV, julho-setembro de 1939. Disponível In: <http://www.camara.gov.br/legislacao/republica/Leis1939/volumeIV.550>. Acessado em 02/09/2021 às 21:53.

²⁶⁷ Fonte: Idem.

²⁶⁸ Fonte: Ibidem.

²⁶⁹ Fonte: Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Documentos diversos/cartas/Júlio Dantas/*Carta dirigida ao presidente do IHGB*, Lisboa, 30 de junho de 1939, lata 569, pasta 34.

²⁷⁰ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Comemorações e celebrações. Ofícios e documentos diversos/ Ofício de Júlio Dantas dirigido ao embaixador Araújo Jorge, Lisboa, 9 de abril de 1940. Lata 664. Processo nº 641.7.

Na correspondência, Júlio Dantas referia-se a Austregésilo Rodrigues Lima (*1876+1960), Presidente da Academia Brasileira de Letras, José Carlos de Macedo Soares (*1883+1968), Presidente do IHGB, e Afrânio Peixoto (*1876+1947), Reitor da universidade do distrito federal, sendo que este último era seu amigo pessoal de longa data, tendo partilhado projetos literários e culturais conjuntos, como por exemplo, no período compreendido entre 1915 e 1920, quando ambos colaboraram com a editoria e através de publicações na Revista *Atlântida*.

Alguns pontos devem ser considerados para uma melhor compreensão a respeito do posicionamento de Vargas frente à participação brasileira nas comemorações portuguesas.

Na Exposição do Mundo Português foi possível alcançar as pretensões varguistas de fazer propaganda do Estado Novo brasileiro, a começar por uma criteriosa indicação do encarregado da Exposição, Gustavo Barroso, escolha pessoal de Vargas. O discurso expositivo idealizado por Barroso atendeu orientações repassadas pelo próprio governante, em audiência realizada especialmente para esse fim, como já referimos anteriormente. A exposição, dividida em dois espaços, um destinado ao período colonial e outro, ao país independente, serviu de vitrine para o Brasil na Europa, a despeito do cenário político internacional complexo que se descortinava naquele momento. Foi uma tentativa de mostrar o Brasil como uma nação moderna, civilizada e com potenciais de riqueza que justificavam investimentos externos. Isso pode ser percebido tanto a nível dos discursos proferidos pelas autoridades brasileiras nas oportunidades que se apresentaram, como também através da cuidadosa organização do pavilhão brasileiro na exposição.

No congresso Luso-Brasileiro de História, o programa previa um recorte temporal, de 1500 a 1822, restringindo, portanto, as comunicações e debates ao período colonial, o que não atendia as pretensões do governo varguista de se auto promover e ao mesmo tempo divulgar o Brasil moderno e independente. A análise em paralelo, da documentação relativa à correspondência oficial entre os dois governos e da correspondência trocada entre as agremiações integradas pela intelectualidade luso-brasileira, mostra um descompasso nos preparativos. Nos ofícios e telegramas trocados entre as duas chancelarias as referências quanto à participação brasileira nas comemorações privilegiam as tratativas para a organização do pavilhão brasileiro na Exposição do Mundo Português, em detrimento do Congresso Luso-Brasileiro de História, o que nos parece compreensível, dada a maior complexidade na montagem da exposição do que na organização do congresso. O maior entusiasmo quanto à realização do evento científico aparece na correspondência entre a APH, o IHGB e a Academia de Ciências de Lisboa²⁷¹.

²⁷¹ Fontes: Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Documentos diversos/ 1938-41. Comemorações e Celebrações. Portugal. Tomo I. Festas Centenárias.641.7. Lata

A participação da delegação brasileira nas comemorações teve seu ponto alto no pavilhão brasileiro na Exposição do Mundo Português. A embaixada extraordinária nomeada para representar o Brasil, liderada pelo General Francisco José Pinto, era composta por militares, diplomatas, burocratas e contava ainda com a presença ilustre de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e Augusto do Amaral Peixoto Júnior, respectivamente filha e genro de Getúlio Vargas. A comitiva foi recebida com toda pompa e circunstância, por António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros e pelo Marechal Oscar Carmona, Presidente da República Portuguesa, em 5 de maio de 1940, em Lisboa, onde permaneceu por cerca de dois meses, participando ativamente de vários eventos relacionados com as comemorações centenárias²⁷².

No que tange a participação no Congresso Luso-Brasileiro de História, o Brasil se fez representar apenas por uma pequena delegação composta por oito pessoas, frustrando as expectativas de Júlio Dantas e, de certa forma, esvaziando a importância do evento. Observa-se, no entanto, que o desenrolar dos acontecimentos e o sucesso alcançado com as festividades agradaram aos dois governos, como tão bem atestam os telegramas e as mensagens mútuas de elogios e agradecimentos trocadas entre as chancelarias de Portugal e do Brasil²⁷³.

Da análise das relações institucionais luso-brasileiras durante os governos de Vargas e de Salazar, pode-se concluir que ambos atingiram seus objetivos no campo da propaganda política através do uso da boa relação diplomática existente entre as duas nações. Esse resultado positivo deve ser atribuído em sua maior parte a capacidade de articulação das instituições de Estado, como os ministérios e as empresas públicas que estiveram à frente dos projetos de colaboração que envolveram os dois países, cujo caso mais emblemático foi a participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português. A comissão dos centenários, instituída por ordem de Salazar teve em seu diretor, Júlio Dantas, um incansável articulador que soube trabalhar em prol da realização do evento apesar das dificuldades encontradas, como no caso concreto da participação de representantes brasileiros no Congresso Luso-Brasileiro de História, como já nos referimos anteriormente. Também merece destaque o papel desempenhado pelos encarregados de comandar as relações diplomáticas dos dois lados do Atlântico.

O Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Osvaldo Aranha, exerceu o cargo entre 1938 e 1945 e, apesar da orientação de Vargas para que o Brasil aumentasse sua aproximação com os Estados Unidos, soube conduzir e

664-9884. / Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. Documentos das Embaixadas. Brasil. P1, A2-Maços 955,956 e 957.

²⁷² Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Documentos diversos/ 1940-41/ Relatório da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Maço 641.

²⁷³ Fonte: Idem.

valorizar as relações com Portugal, articulando-se com o embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Melo, no cargo por um longo período, de 1931 a 1945. As relações cordiais, mantidas entre estes dois diplomatas, foi complementada pelo trabalho realizado por Artur Guimarães de Araújo Jorge, no cargo de embaixador do Brasil em Portugal, entre 1936 e 1943.

A análise da correspondência diplomática depositada no Brasil e em Portugal evidencia o trabalho desenvolvido por diplomatas dos dois países na manutenção de relações estáveis entre os dois países²⁷⁴. A viabilidade desse entendimento foi mantida, apesar da adoção de posições divergentes, por vezes, em assuntos de política externa, como ficou evidente no desenrolar das ações durante a Segunda Guerra Mundial, quando Portugal e Brasil trilharam caminhos diplomáticos diferentes.

2. REPERCUSSÕES DO ESTADO NOVO BRASILEIRO NOS JORNAIS E NAS REVISTAS PORTUGUESAS

O ponto de partida para esta parte de nosso trabalho foi a análise dos principais periódicos em circulação durante o Estado Novo, em Portugal, e compreender a orientação editorial de cada um dentro daquele contexto político e social da década de 1930. Em dado momento da pesquisa, ao buscarmos as notícias sobre o Brasil nos jornais diários portugueses, percebemos um caráter um tanto hegemônico nas chamadas de capa e nas matérias jornalísticas. Era necessário verificar que espécie de ingerência externa estes jornais sofreram e, até que ponto, o papel da censura foi determinante nessa aparente uniformidade da informação.

De fundamental importância foi a consulta à obra de Lemos²⁷⁵. A obra, revisada e reeditada pela Universidade de Coimbra em 2020, constitui uma preciosa fonte para quem se dedicar ao estudo dessa temática. Segundo Lemos, no início do século XX, existiam 34 jornais diários em Portugal continental e nas ilhas, sendo 17 destes em Lisboa, 8 no Porto, 4 na Ilha da Madeira, 4 nos Açores e 1 em Setúbal.

Nas primeiras duas décadas daquele século coexistiam, entre os jornais portugueses, as mais variadas origens e orientações de caráter político e ideológico, como monárquicos, republicanos, anarquistas, religiosos, enfim, havia uma multiplicidade de correntes de pensamento que se refletiam nos jornais diários²⁷⁶.

²⁷⁴ Fontes: Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério de Assuntos Estrangeiros. Lisboa. Relatórios periódicos de informações sobre o Brasil. 3P, A20, M1, Processo 1043. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Documentos diversos/1938-39/ Relatórios de informações da Embaixada do Brasil em Portugal. Maço 638.

²⁷⁵ LEMOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

²⁷⁶ LEMOS, Mário Matos e. Ob. Cit., pp. 36-39.

Neste ponto, vale ressaltar que o quadro verificado em Portugal, no que diz respeito aos principais periódicos em circulação, é análogo ao que encontramos no Brasil, no mesmo período, quando analisamos os jornais em circulação e as variadas vertentes que serviam de orientação para a linha editorial seguida pelas publicações.

Quadro 10
Principais jornais portugueses – 1937-1945

Nome	Sede	Ano de criação	Situação atual
O Primeiro de Janeiro	Porto	1868	encerrado em 2008
O Século	Lisboa	1881	encerrado em 1979
Diário de Notícias	Lisboa	1864	editado em formato digital desde 2017
Diário de Lisboa	Lisboa	1921	encerrado em 1990

Fonte: LEMOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, em Portugal, a imprensa de uma forma geral e os jornais em particular, em função de determinados posicionamentos políticos precisaram se adequar à nova realidade política do país.

No recorte temporal de nossa pesquisa tivemos especial interesse pelos principais periódicos que circularam em Portugal entre 1937 e 1945. Muito embora tenhamos consciência dos demais jornais em circulação nesse período, aqueles que apresentamos, no quadro acima, são uma escolha baseada na sua importância e amplitude de circulação.

Encontramos a resposta para uma das questões que levantamos, a respeito da uniformidade das notícias, ao pesquisarmos sobre a forma pela qual os jornais portugueses se abasteciam de notícias externas. A utilização das mesmas fontes, ou seja, das mesmas agências de notícias que as distribuíam em Portugal explicam em parte a questão. A menção a essas fontes nos diversos jornais consultados, nomeadamente a Lusitânia e a ANI - Agência de Notícias e Informação – deixam claro a origem comum das notícias. Essas duas agências distribuíam as informações ultramarinas repassadas por seus correspondentes aos jornais. Embora fossem agências privadas, possuíam uma forte ligação com o poder estatal. A ANI, por exemplo, recebia um subsídio mensal do Estado através do SNI, para pagamento dos serviços

prestados pela agência de notícias norte-americana *United Press*²⁷⁷. Há também que se considerar o fato de que a responsabilidade pela censura das informações e a definição do que poderia ou não ser publicado nos jornais, era das agências de notícias, conforme determinação expressa do SPN. Segundo Lemos: “A partir de 1935, e até 1974 [...] não voltaram a publicar-se diariamente quaisquer jornais de oposição ao regime [...] e os jornais tornaram-se cada vez mais iguais [...]”²⁷⁸.

A respeito dos jornais que serviam de porta voz para partidos políticos observa-se que, durante a ditadura militar e no início do Estado Novo, estes desapareceram ou passaram a clandestinidade. Era necessário aprofundar a análise para buscar o caráter ideológico e o papel da censura no tratamento da informação. Para isto, concentramos nossa observação em quatro grandes jornais portugueses que possuíram impressão contínua durante o Estado Novo Salazarista. Os jornais analisados foram: *O Diário de Notícias*, *O Século*, *O Primeiro de Janeiro*, e *O Diário de Lisboa*.

Além da análise de arquivos que contém as edições dos jornais entendemos ser necessário consultar publicações que façam referência à história desses periódicos. Foi fundamental perceber as nuances que diferenciavam, ou não, os chamados jornais de partido, dos grandes periódicos de circulação nacional. Basicamente, buscamos dados que nos permitissem aferir a ingerência política e o controle do Estado sobre as publicações.

Sobre o *Diário de Notícias* existem estudos monográficos que se detiveram sobre um longo período, desde 1914 até 2001. Para atingir os objetivos de nossa pesquisa interessou-nos sobremaneira as primeiras páginas e, para tal, consultamos o trabalho de compilação feito por António Valdemar²⁷⁹ e Mário Mesquita, que apresenta as matérias de capa de 1864 a 1984²⁸⁰. Este é um dos jornais estudados que poderíamos enquadrar na categoria daqueles que não estavam a serviço de um determinado grupo político e, teoricamente, poderíamos encontrar em suas páginas uma opinião independente sobre os acontecimentos que marcaram o Brasil durante o regime varguista. No entanto, tanto nas matérias de capa como nas reportagens da secção de política, estas em nada diferem de outros periódicos.

Quando analisamos as notícias do Brasil, a partir de 1937, nas páginas do *Diário de Notícias*, verificamos que as notas eram frequentes, merecendo destaque em matérias de capa e com ênfase para uma aparente normalidade e legalidade no regime instalado por Getúlio Vargas. Nos meses que antecederam a decretação do Estado Novo foram noticiadas as providências para conter o avanço comunista como sendo necessárias para a manutenção

²⁷⁷ LEMOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 50.

²⁷⁸ LEMOS, Mário Matos e. Ob. Cit., pp.78-79.

²⁷⁹ Pseudónimo literário de José Stone de Medeiros Tavares.

²⁸⁰ Mesquita, Mário; Valdemar, António. *Diário de Notícias – Primeira página: 1864-1994*. Lisboa: Editora Notícias, 1994.

da ordem. Estas notícias eram intercaladas com notas sobre as boas relações existentes entre Portugal e o Brasil. No mês de julho, por exemplo, mereceu destaque a chegada a Lisboa da delegação brasileira para participar da 1ª exposição do mundo português: “Chegaram ontem a Lisboa o representante do governo brasileiro e a delegação alemã [...]”²⁸¹. Em agosto, o destaque, novamente, foi para os perigos da expansão do comunismo no Brasil: “Política brasileira, notícias sobre a condenação, no Rio de Janeiro [...] de 20 pessoas acusadas de implicação na intentona comunista, movimento subversivo[...]”²⁸². A matéria jornalística destaca, ainda, que 40 pessoas julgadas inocentes foram absolvidas no mesmo julgamento, deixando subentendida a legalidade e a imparcialidade do Tribunal de Segurança do Estado. Nesta mesma edição foi publicada uma manifestação do Ministro da Justiça do Brasil, José Carlos Macedo Soares, em que se refere aos atos do governo durante a vigência do que chamou Estado de Guerra e ressalta a necessidade repressão ao comunismo²⁸³.

O assunto voltou a merecer destaque dias depois nas páginas do jornal, através de uma nova matéria com o título: “O Comunismo no Brasil”²⁸⁴, em que se faz uma alusão ao julgamento já citado e se alerta para os riscos da expansão das ideias comunistas em alguns países, em especial o Brasil, e da necessidade de combater tais movimentos.

A primeira notícia sobre a decretação do Estado Novo no Brasil encontramos nas páginas do *Diário de Notícias*, no dia seguinte ao golpe, mas, a maneira como foi noticiado, sem utilizar a palavra golpe ou qualquer outra expressão que denotasse um ato autoritário por parte de Getúlio Vargas, sugere uma falsa normalidade. Isto é compreensível se lembrarmos da afinidade ideológica entre Vargas e Salazar, mas, principalmente, se levarmos em conta a ação fiscalizadora da censura salazarista sobre a comunicação social em Portugal. A notícia, sucinta, expressa na chamada da capa, trazia no título: “Getúlio Vargas promulgou uma nova constituição”²⁸⁵. Diferente da aparente legalidade expressa pela notícia, a carta constitucional citada na matéria, foi outorgada por Vargas, tinha características fascistas e, devido à semelhança com a constituição da Polônia, ficou conhecida como *Polaca*.

²⁸¹ Fonte: Jornal Diário de Notícias, edição de 22 de julho de 1937, p. 1. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 78.

²⁸² Fonte: Jornal Diário de Notícias, edição de 3 de agosto de 1937, p. 5. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 78.

²⁸³ Fonte: Jornal Diário de Notícias, edição de 3 de agosto de 1937, p. 6. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 78.

²⁸⁴ Fonte: Jornal Diário de Notícias, edição de 05 agosto de 1937, p. 1. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 78.

²⁸⁵ Fonte: Jornal Diário de Notícias, edição de 11 de novembro de 1937, p. 1. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

A ideia tranquilizadora permanece nas manchetes dos dias seguintes: “Getúlio Vargas domina por completo a situação”²⁸⁶; “O novo mandato de Getúlio Vargas será de seis anos”²⁸⁷; “O novo regime não é fascista nem integralista: é brasileiro”²⁸⁸. A divulgação dos reflexos econômicos do golpe de Estado, também contribuíram para passar a mensagem de que a normalidade imperava na ex-colônia: “A cotação do mil-réis subiu na Bolsa de Londres”²⁸⁹. Até mesmo a decisão de Vargas de suspender o pagamento da dívida externa brasileira, foi tratada como um ato necessário para reorganizar a economia do país e, apresentada sempre de maneira sucinta e sem juízos de valor: “Vargas decreta suspensão do pagamento da dívida brasileira”²⁹⁰, “A Inglaterra procura fazer um acordo com o Brasil sobre a dívida externa”²⁹¹. Em 1938, o jornal deu amplo destaque à cobertura da revolta integralista e a reação do governo Vargas no enfrentamento da crise, com manchetes sempre favoráveis ao governo tais como esta: “Todo o Brasil manifesta o seu apoio a Getúlio Vargas”²⁹².

Mereceu destaque, ainda, nesse mesmo ano, o lançamento, através do *Diário de Notícias*, da obra *Brasil*, de João de Barros (*1881+1960), José Osório de Oliveira (*1900+1964), e Gastão de Bettencourt (*1907+1994). A notícia anunciava: “Obra de luxo, de grande formato, em 12 tomos mensais e por assinatura, de tiragem limitada e que nunca será reimpressa [...] centenas de fotografias a cores, intercaladas no texto, darão a imagem do Brasil moderno e progressivo, com toda a sua riqueza inexaurível”²⁹³.

Mas, não eram apenas os temas amenos sobre o Brasil e sua gente que eram abordados nas páginas desse periódico. As dificuldades do Brasil para pagar sua dívida externa, em 1938, foram assim noticiadas pelo *Diário de Notícias*: “A suspensão de pagamentos da dívida brasileira foi objeto de mais uma interpelação na Câmara dos Comuns [...] Os embaixadores inglês e

²⁸⁶ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 12 de novembro de 1937, p. 1. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

²⁸⁷ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 14 de novembro de 1937, p. 1. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

²⁸⁸ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 15 de novembro de 1937, p. 3. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

²⁸⁹ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 16 de novembro de 1937, p. 2. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

²⁹⁰ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 13 de novembro de 1937, p. 3. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

²⁹¹ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 17 de novembro de 1937, p. 1. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 79.

²⁹² Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 13 de maio de 1938, matéria de capa. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 83.

²⁹³ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 5 de maio de 1938, matéria de capa. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 83.

português, no Brasil, procuram em estreito contato defender os detentores de título da dívida[...]”²⁹⁴.

Entre 1939 e 1940, as notícias sobre o Brasil tiveram uma frequência semanal, nas páginas do *Diário de Notícias*, com destaque para as comemorações do duplo centenário, em 1940, e a marcante presença dos brasileiros no evento, o que mereceu inúmeras manchetes²⁹⁵. A partir de então, as notícias sobre a Guerra Mundial, dominaram os noticiários.

A análise destas notícias da guerra, bem como as do período anterior, deixam transparecer uma linha editorial que permaneceu coerente ao longo dos anos, ou seja, ao noticiar o grande evento em que se materializaram as comemorações do duplo centenário, as notas sempre foram elogiosas, com destaque para os êxitos e nunca para as falhas que porventura ocorreram. Já nas notícias da Grande Guerra, o teor foi sempre descritivo, sem emitir juízos de valor que contrariassem as orientações da censura prévia a que todos os jornais estavam submetidos naqueles anos. Neste aspecto o *Diário de Notícias* em nada se diferencia de outros periódicos portugueses do período.

Nas páginas de outro jornal lisboeta, o semanário *O Século*, as referências ao Brasil são menos frequentes, principalmente no período compreendido entre 1934 e 1938, quando a administração do jornal estava em mãos de João Pereira da Rosa (*1885 +1962) e de seus dois filhos. Com um posicionamento político marcadamente de oposição, a conjuntura política desfavorável ao debate de ideias fez com que o jornal buscasse diversificar suas atividades, enveredando pelo campo da diversão pública organizando vários eventos esportivos e culturais. Nesse período teve uma série de matérias censuradas, entre elas algumas que tratavam das relações com o Brasil, especialmente ao fluxo de migratório de portugueses em direção ao Rio de Janeiro. As manchetes censuradas chamavam a atenção para a questão social que envolvia esses emigrantes. “Entre os que partiam iam uma mulher de 76 anos que se arrastava com dificuldade e muitas crianças de peito”²⁹⁶. Diante da ação da censura, observa-se um novo rumo na linha editorial, evitando as matérias que poderiam desagradar ao governo. *O Século* destacava-se já naquela época, por possuir uma diagramação moderna, com amplo uso de ilustrações, com seções variadas, que tratavam desde as notícias corriqueiras, passando pelas novelas, páginas de esportes, eventos culturais, realizações do governo, acontecimentos através do mundo, enfim, uma variada gama de assuntos. Naquilo que se refere às notícias do Brasil, não observamos, ao contrário do que encontramos nas páginas de outros jornais portugueses, menções aos fatos importantes da política e da economia.

²⁹⁴ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, edição de 17 de junho de 1938, pp.3-4. Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, bobina 83.

²⁹⁵ Ver mais In: Biblioteca Nacional Portuguesa, arquivo de microfilmagens, jornal *Diário de Notícias*, bobinas 88, 89, 90.

²⁹⁶ Fonte: Jornal *O Século*, edição de 17 de fevereiro de 1938, p. 1. Arquivo Nacional do Torre do Tombo, cortes de censura de ‘O Século’, caixa 87, maço 110.

No ano de 1938, quando o Brasil passou por profundas transformações políticas, em especial o enfrentamento do integralismo e as medidas adotadas por Vargas para controlar qualquer tipo de oposição, não há nenhuma menção a estes fatos nas páginas de *O Século*. No entanto, vale mencionar que notícias de caráter mais ameno, foram publicadas, como a inauguração do edifício do Liceu Literário Português, no Rio de Janeiro²⁹⁷, ou ainda, a visita do navio escola Sagres ao porto do Rio de Janeiro e a recepção dos marinheiros portugueses²⁹⁸, matérias estas também publicadas por outros jornais que tivemos acesso em nossa pesquisa. Nos anos seguintes, essa mesma linha editorial se manteve e as notícias sobre os acontecimentos políticos, no Brasil, foram sempre reduzidas ao mínimo, principalmente após o início da Segunda Guerra Mundial, momento a partir do qual, as decisões dúbias de Vargas causaram um certo distanciamento de Portugal no campo diplomático.

Outro jornal de Lisboa analisado foi o *Diário de Lisboa*, trabalho este que foi facilitado pelo fácil acesso aos arquivos que contém a quase totalidade das edições, em formato digital²⁹⁹.

Seu primeiro diretor foi Joaquim Manso (*1878+1956), que permaneceu no cargo durante 35 anos, desde a fundação, em 1921, até 1956 quando veio a falecer. A linha editorial do jornal tem uma forte influência das ideias e da história da vida de seu diretor, identificado com a corrente modernista e que possuía, em seu currículo, a colaboração em jornais como *A Capital* e *A Pátria*, onde foi diretor. Além destes predicados destacamos ainda em sua biografia a ordenação como padre, ainda jovem, e a formação em direito, na Universidade de Coimbra, onde foi codiscípulo de Salazar. Era associado ao grupo literário *Lepidóptero*, do qual faziam parte João de Barros (*1881+1960), Manuel de Sousa Pinto (*1883+1954), Júlio Dantas (*1876+1962) e Afonso Lopes Vieira (*1878+1946)³⁰⁰. Uma síntese do pensamento de Joaquim Manso pode ser lida no editorial que publicou na edição de inauguração do jornal: “Não traz consigo o *Diário de Lisboa* outro programa senão este de erguer Portugal acima das misérias e fraquezas dos homens a fim de que seja para todos nós o maior facto do nosso esforço e do vosso espírito [...] o *Diário de Lisboa* será um jornal moderado [...]”³⁰¹.

²⁹⁷ Fonte: Jornal *O Século*, edição de 1 de outubro de 1938, p. 24. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, jornais, *O Século*, caixa 88, maço 105.

²⁹⁸ Fonte: Jornal *O Século*, edição de 10 de dezembro de 1938, pp. 24-26. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, jornais, *O Século*, caixa 88, maço 105.

²⁹⁹ Fonte: Fundação Mário Soares/Acervo digital do jornal *Diário de Lisboa*. Disponível In: <https://www.casacomum.org/cc/diario-de-lisboa>. Acessado em 27/09/2021 às 09:31.

³⁰⁰ Fonte: Modernismo, arquivo virtual da Geração Orpheu. Disponível In: <https://www.modernismo.pt/index.php/j/217-joaquim-manso-1878-1956>. Acessado em 27/09/2021 às 15:29.

³⁰¹ Fonte: Jornal *Diário de Lisboa*, edição de 7 de abril de 1921, matéria de capa. Fundação Mário Soares, acervo digital do jornal *Diário de Lisboa*. Disponível In: https://www.casacomum.org/cc/visualizador?=pasta_05763.027.06693. Acessado em 27/09/2021 às 18:17.

O tratamento das notícias tinha um caráter mais pragmático do que nos demais jornais analisados, o que se observa, por exemplo, na primeira página da edição de 11 de novembro de 1937: “O golpe de estado no Brasil. O Exército brasileiro, às ordens de Getúlio Vargas, assumiu a jurisdição em várias partes do país, onde reina a ordem é absoluta”³⁰². A matéria é rica em detalhes ao descrever os antecedentes do golpe e justificar a necessidade do mesmo pela impossibilidade enfrentada por Vargas de levar adiante seu plano de governo. Observa-se que, ao contrário de outros jornais analisados, *O Diário de Lisboa* não se furta de usar as palavras certas para definir o acontecido, embora aborde os fatos de uma forma claramente simpática ao novo regime e de modo a tranquilizar os seus leitores, ao afirmar que tudo estava controlado. Ao longo do período da vigência do Estado Novo, no Brasil, as notícias sobre os principais acontecimentos mereceram destaque, quase sempre na primeira página. De todos os jornais portugueses que analisamos, este foi aquele que publicou o maior volume de informações sobre o governo Vargas.

Um diferencial que encontramos no *Diário de Lisboa*, são as crônicas de João de Barros (*1881+1960), publicadas entre 1921 e 1960. Ao longo de quatro décadas foram 647 artigos publicados³⁰³. No recorte temporal de nossa pesquisa concentramos a análise sobre os artigos publicados entre 1930 e 1945, tendo o Brasil como temática central em muitos destes. O olhar de João de Barros sobre os brasileiros foi sempre generoso e, mesmo durante aqueles anos marcados por um regime ditatorial, não faltavam temas afáveis, em que exaltava a importância dos laços de amizade entre os dois povos, sendo, esta, a sua temática favorita. As referências a um particular amigo, João do Rio³⁰⁴, também são enriquecedoras para compreender as questões sociais e humanas da sociedade carioca nas primeiras décadas do século XX.

A temática presente de forma significativa nos artigos publicados por João de Barros no *Diário de Lisboa* denota um dos seus principais núcleos de interesse, as relações luso brasileiras. Esse foco de interesse é antigo e “manifesta-se evocando, entre outros aspectos, vultos da intelectualidade brasileira, tanto das letras e da política como de outras áreas das ciências humanas e sociais”³⁰⁵.

³⁰² Fonte: Jornal *Diário de Lisboa*, edição de 11 de novembro de 1937, matéria de capa. Fundação Mario Soares, acervo digital do Jornal Diário de Lisboa. Disponível In: https://www.casacomum.org/cc/visualizador?=pasta_05763.027.06693. Acessado em 17/09/ 2021 às 19:35.

³⁰³ BERNARDES, José Augusto Cardoso; VAQUINHAS, Irene. João de Barros e o Ideal da cidadania plena. As crônicas do Diário de Lisboa (1921-1960). Figueira da Foz: Casino Figueira, 2017, p. 31. Ver mais In: BARROS, António. João de Barros e o Diário de Lisboa (1931-1940). Volume II. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2015.

³⁰⁴ Pseudônimo de João Paulo Alberto Coelho Barreto (*1881+1921), jornalista, escritor e ensaísta, com passagens por importantes periódicos cariocas no início do século XX. Sobre sua vida e obra ver mais In: RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio, uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

³⁰⁵ BERNARDES, José Augusto Cardoso; VAQUINHAS, Irene. Ob. cit., p. 34.

As análises que faz demonstram um profundo conhecimento sobre a realidade editorial no Brasil, como podemos perceber no artigo publicado no *Diário de Lisboa*, em 18 de julho de 1932, como o título de *América*. Faz referência ao trabalho literário de Monteiro Lobato (*1882+1948), exaltando a visão do escritor brasileiro na valorização das origens da gente brasileira, a despeito da influência norte-americana na sociedade brasileira na década de 1930. “No Brasil, que tanto admiramos e estimamos, não haverá sentimentos, usos, costumes, tradições de origem lusitana – que indissolavelmente nos prendeu a essa Pátria fraterna, e a prendem e irmanam por mil e um estreitos laços à nossa terra e à nossa gente?”³⁰⁶.

Faz constantes menções, também, aos poetas Olavo Bilac (*1865+1918) e Manuel Bandeira (*1886+1968); aos escritores Jorge Amado (*1912+2001) e Érico Veríssimo (*1905+1975); ao sociólogo Gilberto Freyre (*1900+1987) e a outras personalidades. No artigo publicado em 17 de dezembro de 1934, com o título *Portugal Colonizador*, enaltece a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre e mostra-se de acordo com o brasileiro a respeito do modo de ser português. “Não esconde Gilberto Freyre as manchas e inferioridades do português – suas estultas pretensões de grandeza, suas fraquezas de vontade, seus exageros líricos e retóricos. Mas não cai nos erros da visão superficial e injusta de Kayserling [...]”³⁰⁷.

Destaca-se também a sua preocupação com a educação da infância e da adolescência, temas que agregam outro grande núcleo temático em seus artigos e que acompanham a sua trajetória como pedagogo e educador, associado ao movimento da Escola Nova. João de Barros é um dos principais intelectuais portugueses do século XX, o que faz necessário apresentar um resumo de sua biografia para compreender a sua importância na difusão da cultura luso brasileira dos dois lados do Atlântico. Além de jornalista e escritor possuía formação em Direito, pela Universidade de Coimbra, onde formou-se em 1902, exerceu cargos executivos importantes durante a Primeira República Portuguesa, como alto funcionário do Ministério da Instrução Pública desempenhando as funções de chefe de repartição, diretor geral do ensino primário, diretor geral do ensino secundário e secretário geral do Ministério. Possui um relevante trabalho prestado na área da educação destacando-se como grande defensor da educação e instrução republicana. Entre 1924 e 1925 foi Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal. Em 1920 foi eleito sócio da Academia Brasileira de Letras com a função de ser o representante daquela entidade em Portugal, facto que demonstra o reconhecimento de sua importância no Brasil³⁰⁸.

³⁰⁶ BARROS, António. *João de Barros e o Diário de Lisboa (1931-1940)*. Volume II. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2015, p. 155.

³⁰⁷ BARROS, António. Ob. Cit., p. 393.

³⁰⁸ Fonte: Escritas.Org. Disponível In: <https://www.escritas.org/pt/bio/joao-de-barros>. Acessado em 20/09/2021 às 07:36.

É importante ressaltar também o trabalho desenvolvido por João de Barros e João do Rio enquanto idealizadores da revista cultural *Atlântida*, publicada entre 1915 e 1920, contando com a colaboração de intelectuais brasileiros e portugueses entre os quais podemos destacar, entre outros, Júlio Dantas (*1876+1962), Guerra Junqueiro (*1850+1923), Afrânio Peixoto (*1876+1947), Jaime Cortesão (*1884+1960), Teófilo Braga (*1843+1924) e Camilo Pessanha (*1867+1926). A respeito desta e de outras revistas culturais vamos discorrer numa seção à parte.

O *Primeiro de Janeiro*, dos jornais analisados, é aquele que possui o maior volume de matérias submetidas ao corte da censura entre 1937 e 1945, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em 19 de junho de 1937, assumiu a direção do jornal, Manuel Pinto de Azevedo Júnior (*1905 +1978), cargo que ocupou até 1976, ao longo de quase quatro décadas. O periódico português era visto pelo regime salazarista como o principal jornal de oposição no norte do país e mereceu especial atenção dos agentes do Estado, principalmente a partir da criação da PIDE, em 1945. As notícias sobre o Brasil foram bastante escassas no período que enquadra o recorte temporal desta pesquisa, limitando-se a informar, ocasionalmente e, de maneira sucinta, alguns dos principais acontecimentos ocorridos no Brasil, principalmente aqueles relacionados com a colônia portuguesa residente no país. Logo após o início do Estado Novo varguista, ainda em 1937, na mesma edição em que anuncia a nova constituição outorgada por Getúlio Vargas, encontramos uma matéria sobre as condições de trabalho enfrentadas pelos portugueses em São Paulo, com a entrada de imigrantes germânicos no país³⁰⁹. Uma dificuldade que se coloca para quem busca os arquivos com as edições de *O Primeiro de Janeiro*, é a descontinuidade dos registros em formato digital e impresso no período de interesse desta pesquisa, tanto na Hemeroteca Digital de Lisboa bem como nos arquivos da Biblioteca Municipal do Porto, que contém parte do acervo impresso.

É preciso considerar, ainda, que, no âmbito das relações institucionais, o acesso aos jornais brasileiros era facilitado através da correspondência diplomática. No arquivo do Instituto Diplomático do MNE, encontramos dezenas de exemplares de vários jornais tais como: *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*. Também eram anexados à mala diplomática recortes de outros jornais de menor expressão, inclusive aqueles de orientação política diversa daquela adotada pelo Estado Novo varguista, como *O Imparcial*, *Tribuna Liberal* e *A Batalha*, todos identificados com uma ideologia mais progressista.

Por ocasião das comemorações do duplo centenário houve uma infinidade de notícias publicadas em jornais brasileiros que repercutiram nos relatórios enviados para Portugal através de sua embaixada no Brasil. Um exemplo disto

³⁰⁹ Fonte: Jornal *O Primeiro de Janeiro*, edição de 10/11/1937, p.1. Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível In: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/o-primeiro-de-janeiro/10/11/1937>. Acessado em 21/09/ 2021 às 19:47.

foi a cobertura jornalística da cerimônia de encerramento das comemorações, na embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, que contou com presença de Getúlio Vargas: “O Chefe de Governo do Brasil hasteou a bandeira da restauração de Portugal [...] Agraciado pelo Governo Português o Sr. Getúlio Vargas com condecoração que só se concede aos reis [...] Grão Mestre de todas as ordens militares portuguesas[...]”³¹⁰. Matéria com o mesmo teor foi publicada com grande destaque, em outros jornais do Brasil e, recortes de todos eles foram remetidos para Portugal³¹¹.

A conclusão que chegamos, após analisar as publicações do período estudado, é que, apesar de limitações impostas por um sistema de censura prévia que existiu durante todo o período salazarista, as notícias sobre o Brasil, foram publicadas de forma frequente por alguns periódicos de circulação nacional. A propaganda do regime varguista ocorreu na medida em que as informações foram repassadas para a população em geral. Em face da já mencionada censura é plausível afirmar que as notícias veiculadas precisavam enquadrar-se dentro de um padrão que atendesse as orientações do governo português e que, ao ser publicadas, não produzissem imbróglis de carácter diplomático. Mas, mesmo o alinhamento de cunho ideológico que existiu entre os dois países, durante a maior parte do tempo em que Vargas governou o Brasil, não impediu que notícias relativas aos problemas enfrentados pelo país e por sua população fossem publicadas por jornais portugueses. A forma de abordar os fatos e noticiá-los é que apresenta diferenças entre os jornais analisados. Em alguns casos o formato do texto é mais descritivo, como *O Diário de Notícias*, ao noticiar os problemas do Brasil em honrar o pagamento de sua dívida externa em 1938, como já mencionamos anteriormente. Em outros casos o papel da censura é determinante, como *O Século*, que teve matérias censuradas ao tentar noticiar as condições enfrentadas pelos imigrantes portugueses no Brasil e passou a uma linha editorial mais contida, como podemos perceber, ao evitar comentar a tentativa de golpe integralista, em 1938, ou ainda, ao abordar de forma resumida o posicionamento ambíguo adotado por Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. Outro jornal português que enfrentou os cortes severos da censura foi *O Primeiro de Janeiro*, o que determinou, até mesmo por tratar-se de um jornal que fazia clara oposição ao salazarismo, uma linha mais contida ao noticiar as relações com o Brasil, com um enfoque, tal qual *O Século*, nas dificuldades enfrentadas por uma parte da

³¹⁰ Fonte: Jornal *A Batalha*, edição de 3 de dezembro de 1940, p. 1. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. Comemorações Centenárias. Processo nº 84887. S1, E32, P7.

³¹¹ Fonte: Jornais brasileiros do dia 3 de dezembro de 1940. *O Globo*, matéria de capa; *O Imparcial*, matéria de capa; *A Noite*, p. 3; *Diário de Notícias*, p.2; *Jornal do Brasil*, p. 5; *A Tarde*, p. 1; *A Notícia*, matéria de capa; *O Estado de São Paulo*, p. 1; *O Fluminense*, p. 3; *O Jornal*, p.2. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. Comemorações Centenárias. Processo nº 84887. S1, E32, P7.

colônia portuguesa no Rio de Janeiro. Importante também foi o carácter mais pragmático adotado pelo *Diário de Lisboa* ao noticiar os factos relativos as medidas adotadas por Vargas após a instituição do Estado Novo e, ao mesmo tempo, a forma extremamente amistosa com que sempre noticiou o Brasil, principalmente através das crônicas de João de Barros. No artigo publicado em 14 de dezembro de 1936, com o título *O Brasil de hoje – Cultura*, após regressar de uma viagem ao Brasil, João de Barros manifesta sua admiração pelo Chefe de Estado brasileiro. “Ao sair do palácio do Catete, onde o Presidente da República Brasileira me dera a honra e a alegria de receber-me, um enorme e espontâneo desejo me tomou de subir outra vez as escadarias solenes, de pedir nova audiência, e de continuar a ouvir a palavra dúctil e cativante do Dr. Getúlio Vargas”³¹². Claro está que o carisma de Vargas o impressionou.

O que é mais difícil perceber, após a análise de todos esses periódicos, é o tipo de público que foi atingido pelas notícias, já que a relação que as pessoas tinham com os jornais, os hábitos de leitura diária, não eram homogêneos nas diversas regiões do país, o que foi possível constatar através da pesquisa de campo. Apesar dessas diferenças regionais, encontramos recortes de jornais guardados entre as lembranças guardadas com carinho. O *Diário de Lisboa* sobressai-se nesse quesito, com presença significativa como o jornal da preferência de residentes principalmente na região de Lisboa. A página com o artigo que citamos acima, onde João de Barros relata suas impressões sobre Getúlio Vargas, encontramos entre as relíquias de cinco famílias diferentes dentre aquelas que possuem cartas, fotografias e recortes de jornal da década de 1930.

No tocante às revistas, publicadas em Portugal, recuamos em nossa pesquisa até ao período compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, para melhor perceber a tradição literária das publicações de carácter luso-brasileiro.

A primeira publicação desse período, que merece destaque, é a *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*, publicada entre 1 de abril de 1859 e 31 de março de 1865. Seus proprietários e sócios fundadores foram António Xavier de Brederode (*1835+1867), José Maria de Andrade Ferreira (*1849+1912), e Ernesto Biester (*1828+1880). A revista teve, entre seus principais articulistas, os portugueses Alexandre Herculano (*1810+1877), Luís Augusto Rebelo da Silva (*1822+1871), José da Silva Mendes Leal Júnior (*1818+1886), Reinaldo Carlos Montoro (*1831+1889), e Camilo Castelo Branco (*1825+1890). Colaboraram ainda, com a publicação, os brasileiros António Gonçalves Dias (*1823+1864), Joaquim Maria Machado de Assis (*1839+1908), e João Francisco Lisboa (*1812+1863).

³¹² BARROS, António. *João de Barros e o Diário de Lisboa (1931-1940)*. Volume II. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2015, p. 567.

A revista dedicava-se a publicar crônicas e artigos de escritores renomados dos dois países acompanhados com suas respectivas biografias³¹³.

No quadro a seguir procuramos fazer uma síntese das principais revistas desse período, embora sabendo que existem outras publicações além destas.

Quadro 11

Principais revistas literárias luso-brasileiras (1850 – 1920)

Revista	Local de publicação	Período
<i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>	Lisboa	1859 – 1865
<i>Artes & Letras, Revista de Portugal & Brasil</i>	Lisboa	1872 – 1875
<i>Brazil – Portugal, Revista semanal ilustrada</i>	Lisboa	1899 – 1914
<i>Orpheu</i>	Lisboa	1915
<i>Atlântida</i>	Lisboa	1915 – 1920

Fonte: Acervo digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa

Outra publicação desse período foi *Artes & Letras, Revista de Portugal & Brasil*, publicada entre 1872 e 1875. Dirigida por Francisco Rangel de Lima (*1839+1909), a revista, como o próprio nome já indica, era uma publicação voltada para arte e literatura. Teve dentre seus colaboradores mais importantes os portugueses Manuel Bordalo Pinheiro (*1815+1880), José Duarte Ramalho Ortigão (*1836+1915), Raphael Bordalo Pinheiro (*1846+1905), além do já citado escritor Camilo Castelo Branco, e do brasileiro Lúcio Eugênio de Mendonça (*1854+1909)³¹⁴.

Dentro dessa mesma linha editorial encontra-se *Brazil-Portugal, revista quinzenal ilustrada*, circulou entre 1 de dezembro de 1899 e 16 de agosto de 1914. Esteve sob a direção de Augusto de Castilho (*1841+1912), Jayme Victor Santos (*1870+1935), e Lorjò Tavares (*1857+1939). O editor era Luís António Sanches (*1867+1946). Possuía uma vasta rede de colaboradores, dentre os quais destacam-se os portugueses Teófilo Braga (*1843+1924), Abílio Guerra Junqueiro (*1850+1923) e Adelina Lopes Vieira (*1850+1923), e

³¹³ Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa Disponível In: www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista-contemporanea-de-portugal. Acessado em 25/09/2021 às 16:32.

³¹⁴ Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa Disponível In: www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista-artes-e-letras-revista-de-portugal-e-brazil. Acessado em 25/09/2021 às 17:12.

os brasileiros Olavo Bilac (*1865+1918), e Miguel Bombarda (*1851+1910)³¹⁵. O recurso oferecido pelo constante uso das fotografias que permeiam os artigos conferia uma riqueza ilustrativa pela qualidade e pela variedade das imagens reproduzidas. Abordava através de artigos temas variados, como história, literatura, arte e religião. Segundo Pires: “Começou por ser uma revista voltada às elites, especialmente às da comunidade portuguesa residente no Brasil e nas colónias [...] tinha riqueza ilustrativa o que a torna um perfeito álbum de memória visual [...] a partir de 1910 transforma-se em plataforma de oposição aos governos republicanos”³¹⁶.

Temos ainda que ressaltar, embora não se enquadre na classificação de revista luso-brasileira, *A Revista de Portugal*, que circulou entre 1889 e 1892. Dirigida por Eça de Queiroz (*1845+1900), a publicação tinha por objetivo dar visibilidade aos intelectuais que compartilhavam de uma visão moderna de mundo conjugada com ideais nacionalistas. Contou com a colaboração de nomes como Antero de Quental (*1842+1891), Joaquim Pedro de Oliveira Martins (*1845+1894) e José Duarte Ramalho Ortigão (*1836+1915). O brasileiro Eduardo Paulo da Silva Prado (*1860+1901), amigo pessoal de Eça, dos tempos em que ambos viveram em Paris, também colaborou com a revista, publicando, entre 1889 e 1890, seis artigos, onde fazia uma dura crítica ao carácter autoritário adotado pelo governo brasileiro no início da Primeira República. Partilhava com Eça, a mesma aversão pela importação de modelos estrangeiros e defendia um nacionalismo consciente que atendesse os interesses da maioria da população. A amizade estabelecida entre Eça de Queiroz e Eduardo Prado, é mais um daqueles exemplos de relações interpessoais luso-brasileiras que renderam frutos no campo das ideias, da literatura e das artes³¹⁷.

Consideramos que estas publicações servem de base para um melhor entendimento das revistas literárias que resultaram de relações luso-brasileiras no século XX.

A revista *Orpheu* foi lançada em 1915 com o objetivo de ser uma publicação trimestral, destinada a ser um grande projeto luso brasileiro, mas, por questões financeiras, restringiu-se aos dois primeiros números. Apesar de sua existência efêmera é rica em significados para o que nos dispomos a pesquisar. Foi vanguardista nos movimentos de renovação da literatura portuguesa ao introduzir o movimento modernista em Portugal. Tinha como diretores o português Luís de Montalvor (*1891+1947), nome literário de Luís

³¹⁵ Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa Disponível In: www.hermerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/revista-brazil-portugal-revista-quinzenal-ilustrada. Acessado em 26/09/2021 às 10:36.

³¹⁶ PIRES, Daniel. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*. Lisboa: Grifo, 1996, p. 76.

³¹⁷ GUIMARÃES, Adriana Melo. *A modernização, problema cultural luso-brasileiro: Um estudo em torno da revista de Portugal-1889-1892*. Tese de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora, 2014.

Felipe de Saldanha da Gama Silva Ramos, e o brasileiro Ronald de Carvalho (*1893+1935), e como editor o jovem António Ferro (*1895+1956).

Orpheu contava, ainda, com colaboradores renomados como Fernando Pessoa (*1888+1935), Mário de Sá-Carneiro (*1890+1916), e Almada Negreiros (*1893+1970)³¹⁸.

Já na sua edição inaugural publicou uma coletânea de poesia modernista composta por cinco poemas de Ronald de Carvalho³¹⁹.

A presença de António Ferro e Ronald de Carvalho no quadro diretivo da revista a nosso ver também não é ao acaso. As relações entre o futuro mentor da propaganda salazarista e o poeta brasileiro costumam ser mencionadas por biógrafos e historiadores, bem como as origens e contradições do modernismo brasileiro e português. A presença de Ferro em São Paulo, durante a Semana de Arte Moderna, evento emblemático que marcou o início do movimento modernista no Brasil, também não passou despercebida³²⁰.

Estas relações interpessoais, tantas vezes mencionadas, também servem para demonstrar que a proximidade entre os modelos de governo implantados em Portugal, por Salazar e posteriormente por Vargas, no Brasil, possui suas origens em identidades culturais que extrapolam o campo político. Quando percebemos que Lourival Fontes, o homem forte da máquina de propaganda varguista, adota ideias semelhantes daquelas implantadas por António Ferro, em Portugal, se faz necessário analisar o histórico destas similaridades.

É neste contexto de sociabilidade entre portugueses e brasileiros que surge a revista *Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil*, dirigida por João de Barros (*1881+1960) e Paulo Barreto, vulgo João do Rio (*1881+1921). Foi publicada em Lisboa, entre 1915 e 1920 e contou com o patrocínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. O título da revista nos fornece a indicação correta de seus objetivos. Contando com a colaboração de importantes nomes da literatura do Brasil e de Portugal, dedicou-se a divulgar a arte e a cultura em comum entre os dois países, funcionando como um órgão de aproximação estreita entre as nações ao largo de um momento em que o mundo vivenciava os horrores de uma guerra mundial. O patrocínio dos governos de Portugal e do Brasil para a publicação da revista significam, a nosso ver, mais uma prova inequívoca do prestígio de que desfrutava João de Barros e de sua importância para a divulgação das relações luso brasileiras. Dentre seus principais colaboradores destacam-se Abílio Manuel Guerra Junqueiro (*1850+1923), Jaime Cortesão (*1884+1960), Camilo Pessanha

³¹⁸ DIX, Steffen. (Org.). *1915. O ano de Orpheu*. Lisboa: Tinta da China, 2015.

³¹⁹ Fonte: *Revista Orpheu*, nº 1, Janeiro-Fevereiro-Março - 1915, pp. 19-25. Disponível In: ric.slhi.pt/orpheu. Acessado em 26/09/2021, às 06:35.

³²⁰ TORRAL, Luís Reis. António Ferro e a Semana de Arte Moderna de São Paulo. In: *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Barros*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 1085-1102.

(*1867+1926), e Teófilo Braga (*1843+1924), além de inúmeros outros renomados autores brasileiros e portugueses³²¹.

No âmbito das publicações que circularam nas décadas de 1930 e 1940, existe um vasto acervo impresso, o que permite uma análise minuciosa sobre a forma como as notícias do regime varguista eram noticiadas.

Quadro 12
Revistas de caráter literário, portuguesas, brasileiras e luso-brasileiras, que circularam em Portugal entre 1930 e 1945

Revista	Local da publicação	Período de circulação
Boletim de Ariel	Rio de Janeiro	1888 – 1959
Seara Nova	Lisboa	1921 – 1984
O Cruzeiro	Rio de Janeiro	1928 – 1963
Cadernos da Juventude	Coimbra	1937
Sol Nascente	Porto	1937 – 1940
Altitude	Coimbra	1939
Brasília	Coimbra	1942 - 1968
Atlântico	Lisboa	1942 – 1950

Fontes: Hemeroteca Municipal de Lisboa / Arquivo da Biblioteca Nacional Brasileira.

As revistas mencionadas no quadro acima possuem em comum as referências sobre as relações luso brasileiras e a participação de colaboradores brasileiros e portugueses. O que as diferencia por vezes é o tipo de empreendimento, algumas são iniciativas particulares, sem vínculos com grupos editoriais, como é o caso de *Cadernos da Juventude*, *Altitude* e *Atlântico*. Algumas, como *O Cruzeiro*, *Seara Nova* e *Sol Nascente*, são o produto de grandes empresas do setor de imprensa. Outras, como o *Boletim de Ariel*, são publicações de iniciativa das editoras que as utilizam como catálogos para divulgar os livros sob sua chancela. Essa era uma prática adotada pelos editores para ampliar o circuito de difusão de livros.

O *Boletim* constituía-se no principal veículo de divulgação dos produtos da editora Ariel. Seu subtítulo era *Revista de literatura e crítica do Brasil* e, entre 1931 e 1959, foi dirigida por Gastão Cruls (*1888+1959) e Agripino Grieco

³²¹ Fonte: Biblioteca Nacional Brasileira/ Hemeroteca do Rio de Janeiro. Disponível In: <https://www.bn.gov.br/hermeroteca-digital/revistas/atlantico>. Acessado em 27/09/2021 às 23:52.

(*1888+1975). Dentre os colaboradores destacam-se os portugueses João de Barros (*1881+1960), José Osório de Oliveira (*1900+1964), e Adolfo Casais Monteiro (*1908+1972), além dos brasileiros José Lins do Rêgo (*1901+1957), Adalgisa Nery (*1905+1980) e Josué de Castro (*1908+1973)³²².

A prática de associar as funções de livreiro e de editor parece ter seguido um padrão na estruturação da atividade editorial no Brasil, desde os finais do século XIX e estendendo-se até a primeira metade do século XX. Como exemplo dessa tendência podemos citar a *Globo*, editora e livraria que iniciou suas atividades em Porto Alegre, em 1872, como uma simples papelaria e transformou-se em uma referência no mercado editorial do Rio Grande do Sul ao longo de décadas³²³. Enquadram-se ainda neste modelo a *Livraria Central*, fundada em 1910 em Florianópolis³²⁴; a *Martim Fontes*, fundada como livraria, em São Paulo, em 1937, atuando na importação de livros de luxo e transformada em editora em 1940³²⁵ e a *Companhia Editora Nacional* que após adquirir a *Civilização Brasileira*, em 1932, sediada no Rio de Janeiro, abriu uma sucursal em Lisboa³²⁶.

Uma das principais revistas portuguesas desse período é *Seara Nova*, publicada semanalmente, desde 1921 até 1984 e que dispõe de um acervo digital com a totalidade de suas edições. Com uma estrutura dividida em seções, incluía notícias, política, literatura e crítica sobre teatro e cinema³²⁷. O Brasil foi temática recorrente em suas páginas e a abordagem costumava privilegiar a propaganda oficial do varguismo, ao apresentar o país como uma terra acolhedora, de oportunidades e com características de uma nação moderna. Em matéria publicada em 1945, sob o título *O Brasil e os Anglo-Saxões*, todas essas características são evidenciadas. O texto, de autoria de Eurico Normanho (*1908 +1993), faz uma exaltação à contribuição dada pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial e faz uma

³²² LUCA, Tânia Regina de. *Leituras projetos e (re) vista (s) do Brasil (1916-1944)*. 2ª edição, ampliada. São Paulo: UNESP, 2017, pp. 55-58.

³²³ AMORIM, Sônia Maria de. *Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950)*. São Paulo: Edusp, 1999, pp. 34-38. Ver mais In: TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo: uma aventura editorial dos anos 30 e 40*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

³²⁴ MATOS, Felipe. *Uma Ilha de leitura: notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros. (1830-1950)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, pp. 80-84.

³²⁵ BRITO, Mário da Silva. *Breve história de uma editora ou memórias de um amigo do, da e dos Martins*. São Paulo: Martins Fontes, 1967, pp. 28-32.

³²⁶ MINDLIN, José. *Uma vida entre livros reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp/Companhia das Letras, 2008, pp. 49-50.

³²⁷ AMARO, António Rafael. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1925-1939). In: *Revista da História das Ideias*, volume 17. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 405-438.

crítica a incompreensão, que segundo o autor, é demonstrada por britânicos, norte-americanos e argentinos, ao papel do Brasil no cenário internacional³²⁸.

A revista portuguesa onde encontramos o maior volume de matérias sobre o Brasil é *Sol Nascente*. Fundada por estudantes da cidade do Porto, liderados por Dilermando Marinho (*1917+1962), foi publicada entre 1937 e 1940, num total de 45 edições. Tinha entre seus principais colaboradores João de Barros (*1881+1960), Miguel Torga (*1907+1995), João Alberto (*1902+1983) e Nuno Simões (*1894+1975). Muito embora saibamos de sua importância como uma revista de oposição à ordem vigente, junto com *Seara Nova*, o que nos interessa é o seu papel enquanto veículo de divulgação do Brasil em Portugal. No seu número inaugural tratou de deixar claro em editorial qual era sua finalidade: “Nós pensamos em dar a nossa contribuição no movimento de aproximação luso-brasileira, cujos pioneiros entre nós são João de Barros, Nuno Simões e Casais Monteiro [...]”³²⁹.

As referências ao trabalho desenvolvido por João de Barros no intercâmbio luso brasileiro e as notas sobre autores brasileiros são frequentes.

Quadro 13

Revista *Sol Nascente* – Artigos com referência ao Brasil

Identificação da Edição, data, localização, autor da matéria.	Resumo da matéria
Nº 1, 30/01/1937, p. 16, por Nuno Simões.	Notícia sobre a morte do poeta Brasileiro Alberto de Oliveira, exaltando o valor de sua obra e sua contribuição para a história da literatura brasileira.
Nº 2, 15/02/1937, p. 16, por João Alberto.	João de Barros e o intercâmbio luso brasileiro. Cita artigos publicados pelo autor onde procura dar uma ideia dos esforços realizados para a divulgação do livro português no Brasil e da enorme atividade intelectual brasileira naqueles tempos.
Nº 3, 02/03/1937, p. 4, por Nuno Simões.	Notícia sobre a morte do poeta brasileiro Goulart de Andrade, faz uma retrospectiva de sua biografia e destaca a importância daquilo que chama luso brasilismo intelectual.
Nº 4, 15/03/1937, p. 3, por Nuno Simões.	O Brasil contemporâneo e seus poetas, através duma conferência proferida pelo Dr. João de Barros. Faz um relato entusiasmado de uma conferência proferida por João de Barros em 6 de março de 1937 no salão nobre do Ateneu Comercial do Porto, sob o título: Imagens e realidades do Brasil contemporâneo.

³²⁸ Fonte: Revista *Seara Nova*, edição nº 909, 13 de janeiro de 1945, p. 30. Seara Nova/acervo digital. Disponível In: <https://www.ric.slhi.pt/seara-nova/visualizador/?id>. Acessado em 20/10/2021 às 20:35.

³²⁹ Fonte: Revista *Sol Nascente*, ano 1, nº 1, 30/01/1937, p1. Portal Revistas de Ideias e Cultura. Disponível In: <http://ric.slhi.pt/sol-nascente>. Acessado em 21/10/2021, às 08:37.

Nº 5, 01/04/1937, p. 16, por João Alberto.	Da velhice e da juventude. Faz uma exaltação, sem citar nomes, aos escritores jovens do Brasil, que ao contrário de seus congêneres mais velhos, demonstram em suas produções literárias um engajamento social, uma preocupação com os problemas reais do país. Elogio do exemplo brasileiro, onde os autores mais velhos se conservam sonhadores e os mais jovens se mostram realistas.
Nº 7, 01/05/1937, p. 12; Nº 8, 15/05/1937, pp. 4-5; Nº 10, 15/06/1937, pp. 10-11; Nº 12, 01/08/1937, pp. 14-15, por Alberto Lima.	Intercâmbio luso brasileiro. Da necessidade de conhecer o Brasil e de nos fazermos conhecer junto aos brasileiros nos planos culturais, sociais e comerciais. I – Considerações gerais; II – O livro e a cultura; III- O problema mercantil; IV – O animismo recíproco e sua evolução
Nº 17, 15/10/1937, p. 7, por Afonso Ribeiro.	Análise da obra <i>Pureza</i> , romance de José Lins do Rêgo. Elogio do estilo natural, vivo e ritmado empregado pelo autor pernambucano.
Nº 19, 15/11/1937, p. 11, por Alberto Lima.	Análise da obra <i>A escrita pré-histórica do Brasil</i> , de Alfredo Brandão Lima. Considerações sobre inscrições rupestres e história.
Nº 20, 01/12/1937, p. 15, por Henrique Alves Costa.	Crítica sobre o filme brasileiro <i>Bonequinha de seda</i> , recentemente exibido em Portugal. Comparação entre as qualidades e os defeitos do cinema Português e do Cinema Brasileiro.
Nº 21, 15/12/1937, p. 7, por Raul Rego.	Nota de leitura do discurso proferido por Armando Sales de Oliveira, democrata e ex-candidato à Presidência do Brasil, com o título: <i>Para que o Brasil continue</i> .
Nº 24, 01/02/1938, p. 15, por Nuno Simões.	Sol Nascente no Brasil. Faz alusão a revista brasileira <i>Vamos Ler</i> , de distribuição em Portugal, que fez uma referência elogiosa à Sol Nascente. Faz uma alusão a revista brasileira <i>Pernambuco</i> que transcreveu um artigo de Sol Nascente: <i>Produção e consumo cultural</i> , de Correia e Sousa.
Nº 27, 01/04/1938, p. 13, por Nuno Simões.	Sol Nascente no Brasil. Agradece a revista brasileira <i>Dom Casmurro</i> , por citar <i>Sol Nascente</i> e seu trabalho de aproximação intelectual luso brasileiro.
Nº 28, 15/04/1938, p. 12, por Afonso Ribeiro.	Faz considerações a respeito da vitalidade e da sinceridade da nova literatura brasileira, de difícil classificação dada a sua heterogeneidade. Faz referências a José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Raquel de Queiroz, Jorge de Lima e Graciliano Ramos.
Nº 30, 01/07/1938, pp.7-9, por Afonso Ribeiro.	Exalta o papel desempenhado pelo <i>Boletim de Ariel</i> na aproximação intelectual luso brasileira.

	Publica uma crônica de Joel Silveira sobre a peregrinação à igreja de Nossa Senhora da Penha, no Rio de Janeiro.
Nº 31, 15/08/1938, pp. 6-7, por António Ramos de Almeida.	Faz uma análise do romance brasileiro através de seus principais intérpretes, Jorge Amado, Armando Fontes e José Lins do Rêgo, descrito como o escritor da nova geração mais conhecido em Portugal.
Nº 32, 01/12/1938, p. 4, por Afonso Ribeiro.	Breves notas sobre três livros brasileiros: <i>Vovô Morungaba</i> , de Galeão Coutinho; <i>O feijão e o sonho</i> , de Orígenes Lessa; e <i>História puxa história</i> , de Gastão Cruls. Essas obras são citadas como exemplos menos conhecidos da moderna literatura brasileira.
Nº 34, 01/03/1939, p. 7, por João Suor.	Nota crítica sobre as peças de teatro <i>Anastácio</i> , e <i>Deus lhe pague</i> , ambas de Joracy Camargo, recentemente exibidas em Lisboa.
Nº 34, p. 12, por Alves Redol.	Nota de leitura de <i>O romance brasileiro e José Lins do Rêgo</i> , de Lia Correa Dutra. A nova literatura brasileira é enaltecida no seu todo.
Nº 36, 01/05/1939, p. 11, por Rodrigo Soares.	Nota de leitura da obra <i>Síntese da História Econômica do Brasil</i> , de Afonso Arinos de Melo Franco. Considerações acerca dos limites da história econômica, encarada como meramente descritiva. Defesa de uma história global, capaz de facultar visões de conjunto. Apreciação positiva do estudo analisado.
Nº 43, Fev/Mar/ 1940, pp. 22-23, por Joaquim Namorado.	Do neo romantismo: o sentido heróico da vida na obra de Jorge Amado. Os romances de Jorge Amado como expressão do sentido heróico da vida que caracteriza o neo romantismo.
Nº 45, 15/04/1940, p. 1.	A obra <i>Café</i> , de Candido Portinari ilustra a capa da última edição da revista.

Fonte: Portal Revistas de Ideias e Cultura. Disponível In: <http://ric.slhi.pt/sol-nascente>. Acessado em 22/10/2021, às 10:42.

A revista *Altitude, boletim de literatura e arte*, teve curta duração, foram apenas dois números, publicados em Coimbra, entre fevereiro e abril de 1939. Não possuía um programa editorial claro, era mais um repositório de poemas, narrativas e textos críticos. Era dirigida por Corolino Ferreira (*1913+1962), Fernando Namora (*1919+1989), João José Cochofel (*1919+1982), e Joaquim Namorado (*1914+1986). Seu editor era Augusto dos Santos Abranches (*1914+1963). Apesar de sua efêmera existência publicou em seu número de

estreia o soneto *Poema para o Brasil*, de Carlos de Oliveira, onde faz uma exaltação da selva e de Belém do Pará³³⁰.

Além destas, existem, também, aquelas produzidas no Brasil e que circularam em Portugal, como é o caso da revista *O Cruzeiro*, cujos exemplares ainda hoje podem ser encontrados nos arquivos públicos, como no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, junto com documentos enviados através da correspondência diplomática. Também encontramos exemplares de *O Cruzeiro* no acervo particular de famílias residentes em diversas cidades portuguesas, como Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora. Esta revista, cuja linha editorial refletia, na maior parte do tempo, as ideias de seu proprietário, Assis Chateaubriand, teve que se adaptar as regras impostas pelo regime varguista e, a partir de 1937, abriu suas páginas para a divulgação dos feitos do governo, transformando-se num importante veículo a serviço da propaganda do Estado Novo. Aos leitores da revista era repassada uma ideia de um Brasil moderno, que avançava de forma positiva, liderado por um governo nacionalista e empenhado em atender aos anseios populares.

Em 1941, no âmbito da assinatura do acordo cultural luso brasileiro, foram criadas duas revistas, a partir da parceria estabelecida entre o DIP, do Brasil e, o SPN, de Portugal. São elas, a revista *Brasília* e a revista *Atlântico*.

A revista *Brasília* foi editada pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, entre 1942 e 1968. Ao longo desse período foram publicados 13 volumes, além de 11 suplementos, com periodicidade bastante irregular. O redator era Francisco da Luz Rebelo Gonçalves (*1907 + 1982), diretor do IEB.

Em novembro 2018, o IEB/FLUC/UC, em parceria com o departamento de língua, literatura e cultura moderna, da Universidade de Bolonha, na Itália, anunciou o relançamento da revista, apenas no formato digital e com periodicidade semestral. Em nossa pesquisa focalizamos os dois primeiros números, editados até 1945, sob a égide do SPN e com o apoio do Instituto de Alta Cultura.

Brasília, quando foi criada, tinha como objetivo básico manter e estimular as relações culturais entre Brasil e Portugal. Tinha como temas fundamentais as questões ligadas à língua, literatura e a história. Diferenciava-se de outras revistas analisadas por possuir um cunho institucional e acadêmico e destinada a este público específico. Organizava-se a partir de suas seções, uma destinada a publicação de artigos com temas variados sobre o Brasil e Portugal e, uma outra, reservada para a opinião de críticos, sobre a produção cultural brasileira e portuguesa.

³³⁰ Fonte: Revista *Altitude*, nº 1, fevereiro de 1939, p. 4. Portal Revistas de Ideias e Cultura. Disponível In: <http://ric.slhi.pt/altitude>. Acessado em 25/10/2021, às 15:17.

As críticas centravam-se no campo da filologia, dirigidas ao português falado e escrito no Brasil e servia para reafirmar a autenticidade da língua portuguesa na forma como era praticada em Portugal. Nesse sentido, os críticos buscavam textos de autores brasileiros que se alinhavam com essa vertente, ou seja, iam contra a suposta língua brasileira e defendiam a continuidade do português no Brasil. É o que ocorreu no número I, publicado em 1942, na crítica escrita por Francisco da Costa Marques (*1898+1972) tendo como referência a obra de Jaques Raimundo (*1901+1969), *A língua portuguesa no Brasil*, publicada pela comissão dos Centenários de Portugal, em 1941³³¹.

Constatamos, portanto, que *Brasília* serviu aos interesses maiores do salazarismo, reforçando o discurso de uma trajetória linear do Império Português até chegar no Estado Novo e, na defesa dos ideais da política de espírito. Esta conclusão é baseada na leitura dos artigos que referimos acima. Além disso, a revista transitou dentro de um círculo muito restrito de leitores, pouco contribuindo para difundir o Brasil, em Portugal.

A revista *Atlântico* circulou entre 1942 e 1950. Intitulava-se uma revista de cultura, literatura e arte. A direção da revista era dividida entre Lourival Fontes, diretor do DIP e António Ferro, diretor do SPN. Na sua origem encontramos traços em comum com a antiga revista *Atlântida*, por ter objetivos semelhantes, ou seja, reafirmar os pontos de contacto e de partilha entre Brasil e Portugal. *Atlântico* procurou mostrar, aos seus leitores, um Brasil humanista, fruto da miscigenação e do longo colonialismo português, através de publicações literárias de autores dos dois países. Segundo Rocha, “ultrapassou o conceito de revista luso-brasileira, ao produzir uma antologia literária com autores de várias partes do universo lusófono”³³².

Atlântico não trazia publicidade em suas páginas, e isso justifica-se, até mesmo, porque era patrocinada pelos dois países. Sua periodicidade era incerta, mas teve em média dois exemplares por ano, sendo que cada edição costumava ultrapassar as 100 páginas de conteúdo. A revista contou, ao longo de suas três séries, com cerca de 240 colaboradores, entre jornalistas, teatrólogos, políticos e romancistas, além de intelectuais de diversas áreas, do Brasil e de Portugal, mas também de outros países, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

Para fins didáticos, costuma-se analisar a publicação em seus três períodos, ou séries. A primeira série, de 1942 a 1945, teve 6 edições; a segunda, de 1946 a 1948, contou com 7 edições e, a terceira, de 1949 a 1950, teve 3 edições. Ao todo foram 16 edições. No âmbito de nossa pesquisa nos interessam as publicações do primeiro período.

³³¹ Fonte: CPDOC/FGV. Disponível In: <https://cpdoc/fgv/arquivos-periodicos-brasilia-doc>. Acessado em 28/10/2021, às 22:36.

³³² ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 56.

Quando a edição inaugural da revista foi lançada, em 1942, o objetivo principal, o enaltecimento das boas relações luso-brasileiras, fica evidente através da escolha dos autores, alinhados com essa visão romantizada dessas relações. O poema *O Descobrimento*, de Augusto Frederico Schmidt (*1906 +1965), faz uma alusão à saga dos descobrimentos, através de uma tentativa de reconstrução poética do acontecimento, suavizando os impactos que o processo colonizador provocou nas populações nativas e enaltecendo o papel desempenhado por Portugal. Na mesma edição encontramos o texto *Filha de Rei*, de Afrânio Peixoto (*1876 +1947), no qual faz um paralelo dos regimes de Vargas e de Salazar com a tradição imperial, numa referência ao reinado de D. João VI (*1767 +1826), fazendo um elogio à administração portuguesa e à pujança do Brasil moderno como resultado das políticas adotadas. Através desta analogia o autor justifica a continuidade histórica dos dois governos como originária do período colonial.

Ao analisar os números seguintes desse primeiro período de *Atlântico*, dois textos de um carácter mais doutrinário despertaram nossa atenção. O primeiro deles é a reprodução do discurso feito João Neves da Fontoura (*1887 +1963), embaixador do Brasil em Portugal, em uma visita que fez ao SPN, em 1943, e publicado pela revista no número 4, daquele mesmo ano. O discurso intitulado *A realidade do acordo cultural*, faz uma síntese da importância da proximidade diplomática entre as duas nações ao mesmo tempo em que enaltece as qualidades de líderes e estadistas de Vargas e de Salazar.

O segundo texto, é o discurso proferido por Getúlio Vargas quando da tomada de posse na Academia Brasileira de Letras, em setembro de 1940 e, publicado pela revista, no número 5, em 1944. Trata-se de uma defesa das ideias centrais do Estado Novo, contextualizando as medidas de controle social adotadas com as necessidades maiores do país, do ponto de vista varguista. Os dois textos foram publicados nas primeiras páginas de *Atlântico*, abrindo as edições, ocupando lugar de destaque³³³.

A análise desta publicação nos permite concluir que seus objetivos de difundir os laços que eternizaram as relações entre Brasil e Portugal foram atingidos. A possibilidade de contar com colaboradores portugueses e brasileiros permitiu que se realizasse uma propaganda cruzada, ou seja, tanto divulgou as ideias do varguismo em Portugal como também serviu de veículo de propagação do salazarismo no Brasil.

A conclusão a que chegamos é que as revistas culturais e literárias contribuíram para a difusão, em Portugal, das ações do Estado Novo varguista, mesmo que, através de versões comprometidas pelo ponto de vista de seus idealizadores em alguns casos. O público atingido por esse tipo de publicação era bastante diversificado, com variações dependendo do âmbito em que a revista circulou, desde aquelas de carácter mais acadêmico, como a revista

³³³ Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível In: <https://hemerotecadigital-cm-lisboa.pt/coleção.htm>. Acessado em 18/11/ 2021 às 14:37.

Brasília, ou, como parte de um projeto de colaboração institucional, no caso da revista *Atlântico*. Já as revistas *O Cruzeiro*, publicada no Brasil, mas com ampla circulação em Portugal, e *Seara Nova*, revista portuguesa também de grande distribuição, atingiram um público maior, como comprovamos ao encontrar exemplares guardados com afeto por famílias em diversas cidades portuguesas ainda na atualidade.

Mais uma vez se faz necessário ressaltar a importância da rede de sociabilidade que foi estabelecida entre os intelectuais dos dois países. Se as relações institucionais apresentaram oscilações, com períodos de maior aproximação intercalados por momentos de distanciamento no campo diplomático, o mesmo não se pode dizer das relações interpessoais, estas mantiveram-se sempre ativas e comprometidas com o intercâmbio cultural luso brasileiro.

3. O ESTADO NOVO BRASILEIRO NA RÁDIO, NO CINEMA E NO TEATRO PORTUGUÊS

A história da rádio, em Portugal, remonta ao início do século XX e seguiu um roteiro parecido com aquele desenvolvido no Brasil. Entendida, desde os primórdios, como um veículo de comunicação com grande apelo popular com a capacidade de atingir, através de suas ondas, uma grande parcela da população nas diversas regiões do país. Essa potencialidade despertou a atenção dos governantes, que perceberam, na rádio, um vigoroso meio de difundir ideias e de educar a população de acordo com os interesses da classe dominante. Através de práticas semelhantes Vargas, no Brasil, e Salazar, em Portugal, adotaram os mecanismos de controle e de censura, para utilizar as emissões em favor de seus programas de governo. No caso português observamos que essa relação, entre o poder público e as emissoras de rádio, prolongou-se durante toda a permanência do regime ditatorial. Encontramos respaldo para esta afirmação nos estudos realizados por Carolina Ferreira, na análise que faz de como o Estado Novo manipulou a *Emissora Nacional* como uma arma de guerra durante o conflito colonial em África, entre 1961 e 1974. “Pela capacidade de penetrar em qualquer lado, mesmo em casa dos mais pobres ou analfabetos, a radiodifusão revelou-se alvo privilegiado da intervenção estatal, sobretudo a estação pública”³³⁴.

As origens da rádio, em Portugal, remetem a 30 de abril de 1924, quando o empresário Abílio Nunes dos Santos (*1898+1970), filho e sobrinho dos proprietários dos Armazéns do Chiado, fundou a Rádio Lisboa. As primeiras emissões foram realizadas partilhando o prefixo de rádio amador de seu

³³⁴ FERREIRA, Carolina. *Os media na guerra colonial, a manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. Coimbra: Minerva, 2012.

fundador e tiveram um carácter experimental e irregular, mas tinham como meta a regularização da radiofonia em Portugal³³⁵.

A Instituição pública da radiodifusão foi regulada pelo decreto nº 17.899, de 29 de janeiro de 1930, que criou o Conselho de Radioeletricidade para gerir a atribuição das concessões e preparar a criação de uma estação oficial, ficando o governo autorizado a criar duas estações emissoras e uma transmissora³³⁶.

Em 1933, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte José Pacheco (*1900+1943), criou o sistema misto, em que o espaço radiofónico permanecia monopólio do Estado, mas era partilhado entre uma estação emissora estatal e rádios privadas, controlado através de um sistema de taxas e de limitações do uso da publicidade. Estabeleceu-se a construção de dois emissores em Lisboa (um de onda média e outro de ondas curtas) e de um retransmissor no Porto. O conselho de radioeletricidade foi reorganizado e passou a chamar-se Direção dos Serviços Radioelétricos³³⁷.

Essa regulamentação tem uma dupla consequência. A partir desse momento a criação de emissoras de rádio, em Portugal, contava com um aparato legal que regularizava o seu funcionamento, mas, sob outro ponto de vista, agora o Estado possuía meios para estabelecer uma maior vigilância sobre o setor da radiodifusão e realizar a censura sobre a programação.

Durante a vigência do Estado Novo as relações da rádio com o poder político, em Portugal, foram pautadas por uma estratégia de manipulação da opinião pública na defesa dos valores apregoados pelo regime. Nessa conjuntura a rádio era mais um veículo a juntar-se ao monopólio da comunicação que caracterizou o salazarismo³³⁸. Essa situação verificada em Portugal, pouco difere da encontramos no Brasil no mesmo período, conforme já referimos anteriormente, no capítulo em que abordamos a situação da radiodifusão, no Brasil, durante a era Vargas.

No final da década de 1930, existiam cerca de 50 emissoras de rádio em atividade em Portugal. No entanto, na busca realizada nos arquivos disponíveis das principais rádios ativas em Portugal, na década de 1930 e início da década de 1940, bem como na bibliografia a respeito do tema, praticamente não existem menções a programas que abordassem notícias do Brasil ou que fossem direcionados para a colônia de brasileiros residentes em Portugal.

³³⁵ Fonte: Fundação Portuguesa das Comunicações/Museu das Comunicações. Disponível In: <https://fpc.pt/a-emissora-nacional-e-os-servicos-redioeletricos>. Acessado em 29/10/2021, às 09:34. Ver mais In: <https://arquivos.rtp.pt/person/abilio-nunes-dos-santos>.

³³⁶ Fonte: Digitarq. Disponível In: <https://digitarq.arquivos.pt/regulacao-da-radiodifusao-em-portugal/leis-e-decretos>. Acessado em 29/10/2021, às 12:38.

³³⁷ Fonte: Fundação Portuguesa das Comunicações/Museu das Comunicações. Disponível In: <https://fpc.pt/a-emissora-nacional-e-os-servicos-redioeletricos>. Acessado em 30/10/2021, às 06:13.

³³⁸ SANTOS, Rogério. *As vozes da rádio, 1924-1939*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005, pp.17-18. Ver mais In: CORDEIRO, Paula. *A rádio em Portugal – consensos, dialogismos e interatividade: da palavra analógica ao ouvido digital*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Quadro 14
Principais emissoras de rádio em Portugal 1930-1945

Emissora	Sede	Ano de início das emissões
Rádio Coimbra	Coimbra	1927
Rádio Clube Português	Lisboa	1928
Rádio Sonora	Porto	1930
Rádio Peões	Braga	1931
Rádio Algarve	Faro	1931
Rádio Invicta	Porto	1932
Rádio Clube Lusitânia	Porto	1932
Rádio Graça	Lisboa	1932
Rádio Luso	Lisboa	1932
Rádio Amadora	Lisboa	1932
Rádio CT2 AI	Açores	1934
Emissora Nacional	Lisboa	1935
Rádio Clube das Beiras	Aveiro	1935
Rádio Renascença	Lisboa	1936

Fonte: SANTOS, Rogério. *Estudos da Rádio em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica, 2017, pp. 30-31.

Quando analisamos esses dados, é preciso levar em conta que os brasileiros residentes em Portugal, naquela época, representavam uma parcela pequena do público ouvinte dos programas de rádio, ao contrário do quadro verificado no Brasil, no mesmo período, onde a colônia portuguesa era numerosa e bem articulada, o que justificava a existência de uma programação que contemplasse os anseios dessa parcela de público, assim como seções em jornais e revistas com o mesmo objetivo. Os brasileiros, residentes deste lado do Atlântico, não despertavam o mesmo interesse dos diretores das rádios e dos jornais portugueses e, além disso, não justificavam o investimento e nem o interesse comercial dos anunciantes. Uma exceção é o programa *Meia hora brasileira*, apresentado por José Osório de Oliveira, no microfone da Emissora Nacional, entre setembro de 1936 e outubro de 1937. A temática do programa era a análise de publicações sobre o Brasil, sua cultura e sua gente. Não entravam em pauta outros temas, como aqueles relacionados à política e as consequências para a população brasileira resultantes do enfrentamento entre as forças leais a Vargas e os grupos de oposição, naqueles meses que antecederam a decretação do Estado Novo no Brasil. Era mais um programa

de entretenimento, com temas suaves, muito característico daqueles tempos, como uma alternativa para os temas de política e economia naquele ambiente conturbado que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. A amizade do apresentador do programa com João de Barros fica evidente nos comentários sobre os artigos publicados no jornal *Diário de Lisboa*, em que as belezas do Brasil e as qualidades de seu povo costumavam ser exaltadas³³⁹.

Uma outra questão que precisa ser levada em conta, no estudo do papel desempenhado pela rádio, em Portugal, na década de 1930, é o carácter amadorístico de muitos desses empreendimentos, que têm sua origem na curiosidade científica e na capacidade empreendedora de seus idealizadores sem qualquer objetivo comercial.

Um bom exemplo disto é a *Rádio Coimbra*, aquela que foi a primeira emissora radiofônica da Universidade de Coimbra, e que teve sua origem na iniciativa de operadores de equipamentos de radiofonia, em atividade na região desde 1927, e de professores do curso da física, liderados por Manuel dos Reis (*1900+1992). O objetivo inicial era a montagem dos equipamentos para utilizar nas aulas da cadeira de eletricidade e também realizar emissões que contribuíssem para a difusão da cultura em Portugal. Em 1932 foi montado um posto emissor de rádio no laboratório de física da Universidade de Coimbra, instalado no edifício do antigo Colégio de Jesus. O equipamento foi inteiramente construído pelo assistente de laboratório João Teixeira Lopes (*1912+1987) sob a supervisão do professor Mário Augusto da Silva (*1901+1977), diretor do laboratório e presidente do Rádio Clube do Centro de Portugal, uma associação de aficionados pela rádio, fundada em Coimbra, em 1932. As emissões pontuais ocorreram até fevereiro de 1941. Em 1947, como consequência de seu ativismo político e de suas atividades na radiofonia Mário Silva foi afastado definitivamente da Universidade de Coimbra, juntamente com outros 20 professores. Salazar não poderia permitir que uma voz crítica do regime pudesse controlar tão importante ferramenta³⁴⁰.

Um outro entusiasta da radiofonia e também perseguido pela censura foi Júlio Nogueira (*1906+1992), fundador da Rádio Clube Lusitânia, no Porto, em 1939. Proprietário de uma indústria de importação e exportação de madeira, criou uma estação de rádio com o objetivo de promover a cultura e o entretenimento, divulgar a arte cênica e a literatura. Logo após o término da Segunda Guerra Mundial acreditando que Salazar não continuaria no poder, criou uma grade de programação onde defendia a democracia e a liberdade de expressão. Júlio Nogueira foi preso pela polícia política e teve a sua licença de radiodifusão cassada.

³³⁹ Fonte: Arquivos da RTP. Êxitos e vozes do Brasil no passado. Disponível In: <https://arquivos.rtp.pt/chanel/emissora-nacional/page/54>. Acessado em 31/10/2021 às 11:22.

³⁴⁰ Fonte: NEWSMUSEUM.PT. Disponível In: <https://newsmuseum.pt/radio/historia-da-radio-em-portugal/radio-coimbra>. Acessado em 01/11/2021, às 07:36.

Como consequência do posicionamento político de seu proprietário, que fazia oposição ao governo, a rádio foi encerrada e nunca mais voltou a transmitir³⁴¹.

Ainda no grupo das rádios de menor porte, foi fundada a Rádio Graça, em Lisboa, em 1932. Fruto do projeto do guarda livros Américo Santos (*1901+1986), trata-se de um empreendimento familiar que incluía o filho como operador do transmissor e a esposa como locutora. O diferencial era o auditório com capacidade para 300 pessoas, que possibilitou a sobrevivência da rádio com os programas rádio publicitários e com a cotização de 1800 associados. O sucesso foi tanto que Américo Santos abandonou a antiga profissão e passou a dedicar-se inteiramente à rádio. Em 1951 foi vendida para o grupo Emissoras Associadas de Lisboa³⁴².

O cenário radiofônico português possuía, já na década de 1930, rádios que contavam com maior aporte financeiro e que se sobressaíram, também, por seguir uma orientação política de maior aproximação com o governo. Neste espectro podemos citar a Rádio Clube Português, fundada em 1931, e que resultou do crescimento da Rádio Clube Costa do Sol, de propriedade de Jorge Botelho Moniz (*1898+1961), um oficial do Exército Português, amigo pessoal de Salazar. Durante o Estado Novo, a RCP acabou por tornar-se uma estação de referência, com uma grade de programação variada que incluía notícias, programas de variedades e entretenimento. Em 1953 conseguiu a autorização para instalar uma rede de estações de televisão, o que deu origem à Radiotelevisão Portuguesa (RTP). Na atualidade, a RCP está sediada em Newark, no estado norte americano de Nova Jérsei, com transmissão de música portuguesa dedicada às comunidades emigrantes³⁴³.

Outras duas emissoras de rádio dividiram, juntamente com a RCP, o protagonismo nas emissões radiofônicas entre as décadas de 1930 e 1940, em Portugal. São elas a Emissora Nacional e a Rádio Renascença.

A *EN* iniciou suas transmissões experimentais em 1933, com uma emissora instalada em Lisboa e uma retransmissora no Porto. Operava em ondas médias e curtas a fim de que o sinal pudesse atingir os diversos pontos do país. Entrou no ar de forma definitiva, oficialmente, em 4 de agosto de 1935. Em sua grelha de programação havia música clássica, noticiários e programas infantis. O pensamento político radiofônico ficou, de início, sob a supervisão de Henrique Galvão (*1895+1970), e Fernando Homem Cristo (*1860+1943). A partir de 1941, a supervisão da programação ficou aos cuidados de António

³⁴¹ Fonte: Blogue Hypotheses. Disponível In: <https://radio.hypotheses.org/678>. Acessado em 16/01/2022, às 12:13.

³⁴² Fonte: Blogue Hypotheses. Disponível In: <https://radio.hypotheses.org/1117>. Acessado em 16/01/2022, às 14:22.

³⁴³ Fonte: NEWSMUSEUM.PT. Disponível In: <https://newsmuseum.pt/radio/historia-da-radio-em-portugal/radio-clube-portugues>. Acessado em 18/07/2022, às 08:59.

Ferro (*1895+1956). Foi a rádio oficial do regime, fazendo a cobertura de todos os momentos importantes do Estado Novo³⁴⁴.

A Rádio Renascença, emissora de inspiração católica, realizou algumas transmissões em carácter experimental em junho de 1936, mas foi somente em 1º de janeiro de 1937 que entrou no ar de forma oficial. Sediada em Lisboa, realizava emissões em ondas médias e curtas alcançando, além de Portugal, partes do continente europeu e norte de África. Fundada pelo Monsenhor Manuel Lopes da Cruz (*1899+1969), com as bênçãos do influente Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (*1888+1976). Pertenceu, desde sua criação, ao Patriarcado de Lisboa e à Conferência Episcopal Portuguesa. Possuía uma programação que intercalava a retransmissão de missas com música clássica e notícias sobre as realizações do governo. Estava sujeita ao controle da censura como as demais emissoras e não possuía subvenção por parte do Estado, fazendo com que sua manutenção dependesse de contribuições privadas. Juntamente com a Rádio Clube Português e a Emissora Nacional compunha a tríade das principais emissoras portuguesas nos primeiros anos do Estado Novo³⁴⁵.

A pesquisa sobre as origens e o desenvolvimento da rádio, em Portugal, nos remete a uma outra questão, que é a massificação da informação através de um veículo de comunicação. A rádio e o meio impresso, os jornais nesse caso, são sempre citados quando nos referimos aos veículos de comunicação de massa. É necessário considerar a capacidade da população de perceber a mensagem de forma adequada. O analfabetismo tanto no Brasil quanto em Portugal foi um dos principais entraves à massificação da imprensa. Em 1939 o percentual da população portuguesa que não sabia ler, nem escrever, chegava a 52% segundo apontam estudos especializados³⁴⁶. Significa que, para essa parcela significativa da população, o jornal não era o meio adequado para obter informação.

Ribeiro corrobora esse facto quando afirma: “Para a maioria da população portuguesa o aparecimento da rádio foi sinónimo de acesso à informação e ao entretenimento, que de outra forma lhe estariam vedados. Portugal era um país marcado pela ruralidade e pelo analfabetismo”³⁴⁷.

Conclui-se que a rádio foi, portanto, o primeiro meio de comunicação de massa em Portugal.

³⁴⁴ RIBEIRO, Nelson. *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945*. Lisboa: Quimera, 2005, PP. 42-45.

³⁴⁵ MIGUEL, Aura. *Rádio Renascença: Os trabalhos e os dias. (1933-1948)*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1992, p.31.

³⁴⁶ CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. *Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos nacionais e estudos de caso*. Lisboa: Quimera, 2005, p. 42.

³⁴⁷ RIBEIRO, Nelson. *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945*. Lisboa: Quimera, 2005, p. 87. Ver mais In: HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Um outro segmento cultural que foi bastante utilizado pelo regime para promover a propaganda política foi o cinema. No entanto, quando pesquisamos os indícios do cinema brasileiro em Portugal, uma das questões levantadas, diz respeito às fontes. A princípio, nada encontramos em catálogos de filmes exibidos, em cortes da censura ou em notas publicadas em jornais da época. Foi necessário alargar o corte temporal da pesquisa para identificar a chegada dos filmes brasileiros nas salas de cinema em Portugal, o que só veio a acontecer na década de 1960, com o advento do chamado cinema novo, que despertou o interesse da crítica especializada em produções brasileiras. A cerca deste período encontramos teses de doutorado, artigos e produções acadêmicas que nos permitiram preencher melhor as lacunas³⁴⁸. Nos periódicos especializados também as fontes são escassas. Duas importantes revistas portuguesas, especializadas em cinema, *Plateia* e *Celuloide*, só foram lançadas no início da década de 1950. Mas, mesmo nas páginas da revista *Seara Nova*, que já existia, na década de 1930, as menções a produções cinematográficas brasileiras são nulas. A maior parte dos filmes produzidos no Brasil pela *Atlântida Cinematográfica* e pela *Cinédia Filmes*, importantes para a propaganda do Estado Novo varguista, não foram exibidos em Portugal. Uma honrosa exceção é o filme *A Voz do Carnaval*, realização da *Cinédia Filmes*, de 1933, que trazia como protagonista a luso-brasileira Carmen Miranda (*1909 +1955), exibido no circuito de Lisboa em 1963, conforme registrado na obra de Lourenço³⁴⁹.

Uma das razões que acreditamos justificar essa falta de divulgação das produções cinematográficas brasileiras em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940, está na temática dos filmes, voltada para o público interno, de acordo com a concepção varguista de utilizar o cinema como um veículo para criar um novo padrão cultural para o país.

Para uma melhor compreensão dessa questão é necessário considerar o contexto do cinema português, naquele período da história. Em Portugal, a década de 1930, é o ponto de partida do cinema sonoro, no momento em que este tipo de produção cinematográfica ganhava força em outras partes da Europa e, na América. O filme *A Severa*, do realizador José Júlio Leitão de Barros (*1896 +1967), lançado em 1931, é o primeiro monofilme, ou seja, um filme com som e imagem, produzido pelo cinema português. O filme foi inteiramente sonorizado na França e alcançou grande sucesso de público em Portugal. Dois anos mais tarde, em 1933, o lançamento do filme *A Canção de Lisboa* firma a comédia como o gênero preferencial do público, lançando nomes que, nas décadas seguintes, marcariam a história da comédia

³⁴⁸ Ver mais In: ALMEIDA, Alberto de Jesus. *Os instrumentos de controlo do Estado Novo – anos 30 – século XX*. Lamego: Tipografia Minerva, 2016; ARIEL, Leonor. *A censura ao cinema contra o contágio das ideias*. Lisboa: Edições 70, 2014.

³⁴⁹ LOURENÇO E. *O cinema novo e a mitologia cultural brasileira*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa e Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 79-90.

portuguesa, como António Maria da Silva (*1886+1971), Vasco Santana (*1898+1958) e Beatriz Costa (*1907+1996)³⁵⁰.

É neste ambiente que Salazar chega ao poder, em 1933. A forte intervenção do governo faz surgir um a espécie de cinema de Estado, embora a comédia continue a ser o gênero dominante. O filme *A revolução de maio*, de 1937, produzido por António Lopes Ribeiro (*1908 +1995), é um exemplo clássico do papel desempenhado pelo cinema enquanto parte da estrutura de propaganda oficial do Estado Novo.

Não podemos desconsiderar o olhar atento do Estado sobre as produções cinematográficas. Segundo Seabra: “A censura foi um instrumento duradouro, que operou de forma ininterrupta durante o Estado Novo e deu continuidade a um mecanismo multissecular usado pelo poder político sobre a sociedade portuguesa”³⁵¹. Embora não tenhamos encontrado referências que indiquem que produções brasileiras tivessem sofrido cortes, realizados pela comissão de censura, em Portugal, nos parece óbvio que a temática predominante no cinema brasileiro nos seus primórdios, a chanchada, teria dificuldades de passar pelo crivo dos censores. É o que entendemos a partir da leitura do decreto nº 13.564, que definiu os critérios de censura às fitas e identificou as cenas que deveriam ser cortadas: Maus tratos às mulheres; torturas a homens e animais; personagens nus; bailes lascivos; operações cirúrgicas; execuções capitais; casas de prostituição; assassínios; roubo por arrombamento ou violação de domicílio³⁵². A maioria destes quesitos são facilmente encontrados nas produções cinematográficas brasileiras do período, embora isso, por si só, não justifique a ausência do cinema brasileiro nas salas de exibições em Portugal.

Quando analisamos as fontes relativas à realização de peças de teatro, em Portugal, na década de 1930 e início da década de 1940, percebemos uma situação análoga ao que aconteceu com o cinema, ou seja, as produções nacionais dominam a cena³⁵³. Em função disto foi necessário alargar a pesquisa através de teses anteriores que tratam do tema. Uma destas que analisamos e, que aqui citamos, é o trabalho desenvolvido por Costa³⁵⁴, onde o estudo das realizações na área do teatro de revista, em Portugal, na década de 1930, foi desenvolvido de maneira crítica e metódica. A situação existente em

³⁵⁰ Fonte: Arquivos RTP. Disponível In: <https://arquivos.rtp.pt//conteúdo/uma-época-de-ouro-parte-II>. Acessado em 20/01/2022 às 19:37.

³⁵¹ SEABRA, Jorge. *O cinema no discurso do poder*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 95.

³⁵² Fonte: Coleção oficial de legislação portuguesa, diário do governo, decreto 13.564, de 27/06/1927, art.133. Disponível In: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/leis-e-decretos>. Acessado em 20/01/2022, às 19:53.

³⁵³ Esta parte da pesquisa foi realizada através da consulta aos dados disponíveis nos arquivos dos principais jornais de Lisboa e do Porto, além dos arquivos da RTP e da revista *Seara Nova*.

³⁵⁴ COSTA, Isa Monteiro Pereira da. *O Teatro de Revista no Estado Novo: A década de 30 do século XX*. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2013.

Portugal naquele período era muito semelhante ao que se vivenciava no Brasil, com um estímulo as produções artísticas que reproduzissem a ideologia de quem estava no poder, mas submetidos a uma censura institucionalizada bastante rigorosa. Neste contexto, as produções estrangeiras, principalmente aquelas que faziam apologia das ideias e das realizações de um outro governo, no caso o Brasil, não encontravam espaço para se exhibir. Este entendimento está de acordo com o que afirma Costa: “A nível da política cultural assistiu-se a uma manipulação do teatro a favor do regime político vigente. As temáticas abordadas deveriam estar sempre de acordo com a ideologia do Estado. O teatro [...] deveria ter como objetivo difundir a exaltação da pátria [...]”³⁵⁵.

Quando analisamos a relação das peças exibidas nos teatros de Lisboa, na década de 1930, não encontramos nenhuma referência a companhias brasileiras. No entanto, no início dos anos trinta, algumas companhias de teatro brasileiras conseguiram espaço para exhibir seu trabalho em teatros na cidade do Porto, como foi o caso da Companhia de Revista Mulata Brasileira, de Raul Barreto (*1901+1969), que realizou uma série de apresentações no Teatro Sá da Bandeira, de maio a julho de 1931. Os títulos das peças eram: *Deixa eu morá com você; Batuque, catarité e maxixe; e Revista das revistas*. Também merece destaque, por sua presença em Portugal, a companhia de teatro *Macunaíma*, dirigida por Jardel Cercolis (*1894+1944), e Luís Iglesias Freire Júnior (*1902+1963), que realizou apresentações no Teatro Rivoli, entre os meses de maio e junho de 1933, com a peça *Morangos com creme*. Em ambos os casos, a temática das peças estava relacionada ao folclore brasileiro e seus personagens típicos, com o destaque da figura da mulata como símbolo de brasilidade e como exaltação do nacionalismo e da modernidade, assuntos em evidência, no Brasil, a partir da realização da semana de arte moderna, em São Paulo, em 1922, e seus desdobramentos em diversos segmentos da cultura³⁵⁶.

A inserção de atores negros em cena era, no final dos anos vinte e início da década de 1930, uma tendência na Europa e nos Estados Unidos, muito embora, no Brasil, por questões raciais, essa iniciativa tenha enfrentado objeções, tanto de parte da sociedade como da crítica especializada³⁵⁷.

É interessante observar que o ponto de partida dessas iniciativas no teatro brasileiro, resultaram de uma parceria entre um ator brasileiro, De Chocolat, nome artístico de João Cândido Ferreira, (*1887+1956) e de um cenógrafo

³⁵⁵ COSTA, Isa Monteiro Pereira da. *O Teatro de Revista no Estado Novo: A década de 30 do século XX*. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2013., p. 19.

³⁵⁶ MOREIRA, Joana Miguel da Costa. *O Teatro no Porto: da I República ao final do Estado Novo (1910-1974)*. Tese de Doutorado. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Porto, 2020, pp. 1080-1087.

³⁵⁷ BARROS, Orlando de. *Corações de Chocolat, a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27)*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005, pp. 38-39. Ver mais In: NEPOMUCENO, Dirce. *Testemunhos de poéticas negras: De Chocolat e a Companhia Negra de Revistas no Rio de Janeiro (1926-1927)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

português, Jaime Silva (*1890+1958). Foi fruto dessa amizade luso-brasileira que surgiu, no Rio de Janeiro, em 1926, a Companhia Negra de Revistas, introduzindo o teatro negro no Brasil, através de uma variante temática do teatro ligeiro³⁵⁸.

De parte dos representantes dos dois governos não registamos nenhuma iniciativa de promover um intercâmbio que envolvesse a digressão de companhias de teatro portuguesas no Brasil ou brasileiras em Portugal, quando estas aconteceram foi por conta e risco de seus idealizadores e à custa de financiamento privado. A concepção da atividade teatral em Portugal, como parte de uma estratégia de propaganda contribuiu para esse quadro. Segundo Oliveira, “na senda de projectos de teatro promovidos pelo Estado [...] é criado, em 1936, o Teatro do Povo, iniciativa de António Ferro, então diretor do Serviço de Propaganda Nacional [...]”³⁵⁹. Essa ideia foi bastante criticada por aqueles que se dedicaram à pesquisa do tema por considerar um monopólio de carácter elitista e autoritário que “não alcançava os anseios populares e não atingia os objetivos propostos de realizar peças que interessassem aos menos letrados”³⁶⁰.

Ao longo da pesquisa uma constatação que nos parece inevitável é de que, mais importante do que as relações institucionais mantidas ao longo do tempo entre os governos de Portugal e do Brasil, são as redes de sociabilidades que sempre se fizeram presentes em diversos projetos de matiz cultural. A iniciativa pioneira, embora de existência efêmera, neste caso em particular, já que durou apenas um pouco mais de um ano, rendeu frutos como a já citada Companhia de Revista Mulata Brasileira.

4. O ESTADO NOVO BRASILEIRO EM PORTUGAL, NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A colónia de brasileiros residentes em Portugal, na época do Estado Novo varguista, era pouco numerosa, mas de características bastante heterogêneas, composta por estudantes universitários, trabalhadores do comércio, integrantes do corpo diplomático, intelectuais exilados e pequenos agricultores. Portanto, o acesso às informações dessa população, requer a análise de fontes bastante diversificadas.

Nesta fase da pesquisa recorreremos às técnicas e aos conceitos da história oral e, como tal, é necessário considerar os aspectos que condicionam o uso e a legitimidade deste tipo de fonte. Segundo Thompson: “A história oral pode

³⁵⁸ Fonte: Revista Careta, nº 947, edição de 14.08.1926, pp. 8-9. Disponível In: <https://www.bn.gov.br/acervo-digital/div-periodicos/careta-anos.htm>. Acessado em 07/02/2022 às 08:16.

³⁵⁹ OLIVEIRA, Claudia da Conceição Souza Sales. *Ser actor, figurações nas memórias de actores portugueses nascidos no século XIX*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2020, p. 573.

³⁶⁰ BARATA, José de Oliveira. *História do teatro português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991, p. 46.

dar uma grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas [...] a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos³⁶¹”. Interessou-nos, particularmente, identificar as famílias de brasileiros que possuíam membros residentes em diferentes locais de Portugal, nas décadas de 1930 e 1940 e que tenham descendentes a residir por cá, na atualidade.

Ao todo, identificamos 159 núcleos familiares, distribuídos em diferentes distritos, que se enquadram nos critérios de pesquisa que estabelecemos *a priori* e que ainda possuem descendentes, de 2ª, 3ª e 4ª geração a residir nessas localidades. Vale ressaltar que muitas destas famílias não mantiveram residência permanente em Portugal desde aquela época, mas entre idas e vindas nesse processo migratório transatlântico, possuem vínculos permanentes com o país.

Quadro 15

Localização das famílias originárias do Brasil, residindo em Portugal

Distrito	Número de famílias
Lisboa	62
Porto	37
Braga	22
Castelo Branco	5
Coimbra	12
Faro	8
Évora	13
Total	159

Fonte: O autor, trabalho de campo.

Para fins de quantificar os relatos, foram distribuídos inquéritos, onde o objetivo principal era perceber se as informações sobre o governo de Getúlio Vargas, as suas ideias e as realizações, de alguma forma chegaram ao conhecimento dessas pessoas naquela época e, caso afirmativo, através de qual meio de comunicação. Esses inquéritos têm por base relatos orais de pessoas de origens e gerações diferentes, e das lembranças que preservam de seus antepassados, o que torna difícil avaliar a exatidão das informações colhidas. Conforme afirma Alberti: “A história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se

³⁶¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 17.

possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas [...]”³⁶².

A partir dos relatos conseguimos 28 respostas afirmativas de repercussão da propaganda varguista em terras lusas, comprovadas através de recortes de jornais e exemplares de revistas daquela época, além de correspondências pessoais, guardadas como relíquias pelos descendentes desses núcleos familiares que, ainda hoje, residem em Portugal.

Aqui consideramos o local de residência atual dos membros da família que residem em Portugal, embora devamos considerar que o primeiro distrito de morada do imigrante vindo do Brasil, nas primeiras décadas do século passado pode, eventualmente, não ser aquele mesmo onde seus parentes residem atualmente. Mas se considerarmos que o objetivo é perceber se houve repercussão da propaganda varguista em Portugal, independente do distrito onde estejam depositadas, na atualidade, esses registros, o resultado final, do ponto de vista quantitativo, será idêntico.

Quadro 16

Locais de origem, das famílias, no Brasil

Unidade da Federação	Número de famílias
Rio de Janeiro	72
São Paulo	53
Pará	19
Minas Gerais	6
Bahia	3
Pernambuco	2
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	1
Espírito Santo	1
Paraná	1
Total	159

Fonte: O autor, trabalho de campo.

Para efeitos de contabilização, consideramos o estado ou unidade da federação de origem, do primeiro membro da família a emigrar para Portugal,

³⁶² ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990, p. 4.

embora saibamos que, devido à grande divisão territorial do Brasil, os membros que vieram a seguir, dessas mesmas famílias, possam originar-se de outras localidades do país. A localização de descendentes de núcleos familiares que mantêm vínculos com Portugal há várias gerações, confirmaram a tese que tínhamos *a priori*, mas ainda pouco explorada por investigadores das ciências sociais, qual seja, a reprodução da propaganda de um período específico da política brasileira, em terras portuguesas.

A documentação localizada, em termos percentuais, é pequena, se considerarmos o número de famílias localizadas, mas é preciso considerar que se tratam de arquivos pessoais, que não são organizados de maneira metódica e com técnicas adequadas para sua conservação e, que a prática de guardar correspondências escritas, por um longo período, não faz parte da cultura das gerações mais jovens. Ainda assim, 18% das famílias de imigrantes brasileiros que localizamos, possuíam alguma referência em formato de papel, que nos permitiram confirmar a difusão da propaganda varguista em Portugal.

É preciso considerar, ainda, que esta forma de repercussão das ideias e das políticas públicas colocadas em prática, durante a vigência do Estado Novo, no Brasil, não é propriamente intencional do ponto de vista institucional, mas funciona como uma forma eficaz de propaganda política, na medida em que as notícias cruzam o oceano e chegam àqueles que por razões diversas deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida.

Quadro 17

Localização dos núcleos familiares que possuem alguma documentação do Estado Novo brasileiro

Distrito	Número de famílias
Lisboa	9
Porto	5
Braga	7
Castelo Branco	1
Coimbra	2
Faro	1
Évora	3
Total	28

Fonte: O autor, trabalho de campo.

Os recortes de jornais encontrados fazem parte de correspondências trocadas entre os brasileiros residentes em Portugal e seus parentes no Brasil, nas quais os relatos sobre a situação política e econômica do país bem como

narrativas a respeito do governo de Getúlio Vargas e suas consequências, eram frequentemente abordadas. Não podemos desconsiderar que a imprensa, no Brasil, estava sujeita a repressão imposta pela censura prévia e, portanto, as notícias que aqui chegavam já tinham passado por esse crivo.

Dentre as revistas, encontramos exemplares de *O Cruzeiro*, a qual foi lançada no ano da decretação do Estado Novo no Brasil, e que retrata o legado sócio cultural deixado pelo regime.

Não é objetivo desta parte da pesquisa entrar no mérito de questionar a veracidade das notícias veiculadas pela imprensa brasileira naquele período, mas apenas verificar o alcance e a propagação dessa forma de propaganda política.

Além dos recortes, também chamaram nossa atenção o conteúdo das cartas, onde percebemos um predomínio de notícias elogiosas em relação ao governo Vargas, com uma perspectiva otimista em relação ao futuro do país.

Mesmo quando a correspondência vinha acompanhada de um recorte de jornal com uma notícia impactante, como a manchete que anunciava a decretação do Estado Novo, em 1937, a autora da carta parecia querer justificar as medidas adotadas pelo governo como necessárias. Esse é o caso de uma correspondência que fomos autorizados a ler, onde uma mãe, de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, escreve ao seu filho brasileiro, imigrante em Portugal, residindo em Braga: “Querido filho, não te assustes com as notícias, o doutor Getúlio sabe bem o que faz”³⁶³. Ou ainda em uma outra, em que um jovem morador da cidade de São Paulo, escreve para seu irmão, estudante em Lisboa, em 1939: “Os tempos por aqui andam sombrios, o sindicato vem falando em greve, mas o nosso presidente tem tudo sob controle”³⁶⁴. O que não podemos afirmar é se a forma como as cartas foram escritas não sofreu influência da censura a que as correspondências estavam submetidas, apesar do Estado afirmar que garantia a inviolabilidade das correspondências.

Um grupo bem específico de propagadores das notícias sobre a política varguista e seus impactos na sociedade, é composto pelos exilados políticos que buscaram refúgio em Portugal durante a década de 1930. Neste caso, trata-se de opositores de Vargas que possuíam vínculos de parentesco ou de amizade em terras lusas. Alguns destes eram intelectuais notórios, que viraram notícia nas páginas de periódicos portugueses quando aportaram por cá. Um exemplo é Otávio Mangabeira (*1886+1960), engenheiro, escritor e político brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, que, ao fazer oposição ao regime Vargas e sofrer perseguição política, buscou asilo em Lisboa. Sua

³⁶³ Fonte: Arquivo particular de uma família descendente de imigrantes brasileiros em Portugal.

³⁶⁴ Fonte: Idem.

chegada foi assim noticiada com destaque: “Um brasileiro ilustre chegou ontem à Lisboa”³⁶⁵.

Outro cidadão ilustre a divergir de Vargas e refugiar-se em Portugal foi o jornalista Júlio de Mesquita Filho (*1892+1969), proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, que viveu como exilado, em Lisboa, por dois longos períodos na década de 1930. Durante o período em que permaneceu no exílio dedicou-se a estruturar o projeto para a criação de uma universidade em São Paulo, estabelecendo contatos nas Universidades de Coimbra, em Portugal, Sorbonne, em França e Roma, em Itália³⁶⁶.

A presença destes brasileiros letrados, integrantes dessas redes de sociabilidade que sempre uniram os dois países, representam, além de outros anônimos que para cá vieram, a voz da oposição, em Portugal, ao governo de Getúlio Vargas.

Durante a pesquisa de campo nos deparamos com um personagem peculiar, identificado na literatura contemporânea como “brasileiro de torna-viagem”. Segundo Santos: “A literatura oitocentista portuguesa classificou de *brasileiro* aquela personagem [...] que havia emigrado pobre para a antiga Terra de Santa Cruz, lá adquirira hábitos de vida diversos daqueles que levara, enriquecera, retornava a Portugal rodeado de estrépito e curiosidade[...]”³⁶⁷.

Não podemos desprezar a importância desses indivíduos que, ao retornar para Portugal, após viver no Brasil por alguns meses ou até mesmo por anos, atuam como agentes de propagação das notícias daquilo que vivenciaram no Brasil. Tanto o olhar bem como o entendimento, destes indivíduos, sobre os factos que presenciaram, são permeadas por sua dupla vivência, enquanto cidadão português e como integrante da sociedade brasileira, mesmo que de forma transitória.

Ainda sobre estes *brasileiros*, afirma Lobo: “[...] não se conhece o seu número em termos estatísticos, contudo afigura-se como de valor considerável, em todas as regiões brasileiras, trabalhadores do comércio, principalmente, sobretudo no período entre as duas guerras mundiais”³⁶⁸. Na verdade, as estatísticas existem, como já as demonstramos no capítulo I deste trabalho, muito embora devemos considerar que nem todos aqueles que migraram, seja pelo carácter transitório de sua permanência em solo brasileiro ou, pelo carácter clandestino de algumas dessas travessias, constam dos dados levantados pelos órgãos oficiais.

³⁶⁵ Fonte: Jornal *Diário de Lisboa*, edição de 12 de novembro de 1938, p. 2. Biblioteca Nacional Portuguesa. Secção de micro filmagens, bobina 86.

³⁶⁶ MESQUITA, Ruy. *A saga da família Mesquita*. São Paulo: Agência estado, 2006, pp. 57-62. Ver também: CPDOC/FGV, arquivo Getúlio Vargas, verbetes, Júlio de Mesquita Filho.

³⁶⁷ SANTOS, Eugenio dos. *Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal*. Porto: Temas e Debates, 2005, p. 6.

³⁶⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001, p. 38.

Um caso bastante emblemático que serve para ilustrar a importância desses migrantes é a trajetória do empresário, natural de Santo Tirso, Albino de Souza Cruz (*1869+1962), que emigrou, para o Brasil, em 1885, com apenas quinze anos de idade e transformou-se, após alguns anos, num dos principais empresários portugueses no estrangeiro no início do século XX. Fundador e sócio proprietário da fábrica de cigarros Souza Cruz, ainda hoje uma das maiores indústrias de tabaco da América Latina. Presidiu a Associação das Colônias Portuguesas no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, durante mais de duas décadas e teve um papel de destaque na preparação para as comemorações do duplo centenário português no Brasil³⁶⁹.

Entendemos que aqueles pioneiros, que emigraram e obtiveram êxitos com seus empreendimentos, passaram a gerar novos postos de trabalho e serviram de elo para os novos migrantes que chegavam aos portos brasileiros.

Conforme afirma Bastos: “Entre 1855 e 1914 mais de um milhão de portugueses atravessou o Atlântico para o Brasil, grande parte oriundos do Minho. Estes vieram contribuir mais tarde para a nova dinâmica em Portugal”³⁷⁰.

A relevância e os impactos das diversas formas de propaganda que chegaram por cá, ainda merecem uma análise mais aprofundada e estudos mais específicos. No entanto, a forma como as notícias transitam e as impressões que uma determinada informação provoca em quem a recebe depende não só do veículo utilizado para propagar a informação, seja ele um recorte de jornal, uma revista ou uma correspondência escrita por um amigo ou familiar, mas também da fiabilidade depositada na fonte que emite a informação. Desta forma, uma impressão repassada através de uma correspondência pessoal muitas vezes causa um impacto maior do que uma notícia retrata nas páginas de um periódico. São estas questões que precisamos levar em consideração quando analisamos as informações levantadas junto à população de brasileiros, residentes na atualidade em Portugal e, seus vínculos com a história de um passado próximo.

Neste capítulo final, procuramos apresentar o resultado daquilo que foi o objetivo principal de nossa pesquisa, qual seja, o de perceber as repercussões do Estado Novo brasileiro, em Portugal, através das diversas formas possíveis de difusão da propaganda do regime, conhecido como Estado Novo, instalado por Getúlio Vargas, no Brasil, em novembro de 1937. Adotamos como princípio norteador do trabalho, investigar todas as fontes que pudessem conter indícios da propaganda varguista nos principais distritos portugueses.

A repercussão da propaganda através das relações institucionais seguiu um padrão que é bastante comum na longa relação entre as duas nações, a reciprocidade na troca de informações e na divulgação das notícias dos dois

³⁶⁹ SOUSA, Fernando de. (Coord.). *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2010, pp.159-176.

³⁷⁰ BASTOS, Daniel. *Os brasileiros de torna-viagem*. In: revista TV Europa, julho de 2019. Porto: Edições TV Europa, 2019, pp. 13-17.

lados do Atlântico. Isso se deve, em grande parte, à demanda criada pelas colônias de imigrantes, de brasileiros, em Portugal e, de Portugueses, no Brasil. Os governos, dos dois países, sempre têm questões a tratar que envolvem suas populações e isto, por si só, gera notícias e estas transitam de forma natural. Esta é a conclusão que chegamos através da pesquisa realizada em arquivos que contém os documentos oficiais das chancelarias, mas, também, nos arquivos dos periódicos, já aqui citados. Neste aspecto verifica-se que as pessoas que integravam os dois governos tiveram um papel preponderante, porque possuíam relações interpessoais que extrapolavam a relação oficial entre as duas nações. Ao alargar o recorte temporal da investigação encontramos a origem de várias destas relações, estabelecidas através de projetos desenvolvidos em parceria, seja na produção acadêmica, nas publicações autorais, ou no âmbito de agremiações que reuniam e ainda reúnem intelectuais luso brasileiros. Esta proximidade facilitou e complementou uma relação que poderia ter sido bem mais difícil, se levarmos em conta que os dois Chefes de Estado, Vargas e Salazar, nunca tiveram um contacto pessoal. Um exemplo que consideramos emblemático neste caso foi a participação brasileira nas comemorações do duplo centenário português, em 1940, que só se tornou possível através das articulações feitas por integrantes de entidades parceiras, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Luso Brasileiro de Alta Cultura. O brilhantismo do Brasil no evento deve-se, em grande parte, ao trabalho incansável dos integrantes dessas agremiações.

Quando nos concentramos na repercussão da propaganda através dos jornais e das revistas literárias, encontramos um acervo rico em informações que retratam um período de grande efervescência cultural, sob a influência do modernismo. Poetas, prosadores, artistas e intelectuais se utilizavam dos periódicos para expressar suas ideias e sua arte. Mais uma vez percebe-se a presença de portugueses e brasileiros dividindo os espaços nas publicações e, de forma natural, ao difundir suas produções divulgam a cultura de seus países e possibilitam o trânsito das notícias. Apesar da censura a que foram submetidos tanto os jornais como as revistas contribuíram com um duplo trabalho, informar a população de seu tempo e manter, em arquivos, a memória que permite, na atualidade, revisitar os acontecimentos sob um novo olhar, sem a pressão sofrida pelos jornalistas e demais trabalhadores dos periódicos. Podemos afirmar, com base na pesquisa, que o Brasil sempre esteve presente nas notícias divulgadas através dos meios impressos em Portugal e, conseqüentemente, os acontecimentos e as ações do governo Vargas repercutiram entre os portugueses e os brasileiros que por cá residiam. Não obstante, cabe ao pesquisador considerar o quadro geral de analfabetismo existente no Brasil e em Portugal naquele período, o que excluía a maior parte da população do acesso aos conteúdos impressos.

O destaque, nas publicações pesquisadas, é o papel desempenhado por João de Barros que, de forma entusiástica, dedicou-se a retratar o Brasil, sua cultura e sua gente, em seus artigos no *Diário de Lisboa*. A percepção que

tivemos é que o trabalho desenvolvido por este português ilustre contribuiu mais para divulgar o Brasil em Portugal do que qualquer iniciativa oficial do governo brasileiro no mesmo período. João de Barros, não tem, ainda, no Brasil, o reconhecimento da real importância de seu trabalho em prol dos brasileiros.

Uma outra forma de repercussão da propaganda foi através da rádio que, em seus primórdios, foi contemporânea dos anos finais da Primeira República Portuguesa. Essa situação é análoga aquela vivida no Brasil, onde a primeira transmissão coincidiu com as comemorações de aniversário do primeiro centenário da independência, nos anos finais da República Velha. O que a diferencia dos veículos de comunicação impressos é a possibilidade de atingir um público maior, sem as limitações impostas pela falta de letramento de seus ouvintes. Uma dificuldade inicial era o número reduzido de emissoras de rádio, mas, também, de aparelhos receptores nas residências. Para a maioria da população o surgimento desse novo meio de comunicação complementou o trabalho dos jornais e revistas ao proporcionar informação e entretenimento para os lares portugueses. Em relação ao objeto de nossa investigação concluímos que a rádio, em Portugal, pouco contribuiu para a difusão do que acontecia no Brasil. No entanto, registramos uma honrosa exceção, a qual citamos no texto, o programa “Meia hora brasileira”, na *Rádio Nacional*, durante alguns meses entre 1936 e 1937, que repercutia os artigos publicados por João de Barros no jornal *Diário de Lisboa*.

Quanto ao teatro e ao cinema, percebemos que, apesar de alguns esforços pontuais, não houve grande repercussão nem da cultura brasileira e, menos ainda, da propaganda varguista em Portugal, no período analisado. As produções nacionais dominaram a cena, como já afirmamos anteriormente e, sobrou pouco espaço para as produções brasileiras. No caso do cinema, da mesma forma que ocorria no Brasil, o grande concorrente, na preferência do público, eram as produções norte-americanas, e o governo, de discurso nacionalista, de Salazar, como também era o governo Vargas, logo percebeu a necessidade de controlar esse importante meio de difusão da cultura. O cinema brasileiro só despertou o interesse da crítica, em Portugal, na década de 1960, com o advento do movimento chamado de “cinema novo”, período em que produções cinematográficas brasileiras tiveram um espaço de exibição mais alargado, nos circuitos de Lisboa e da cidade do Porto.

O teatro brasileiro enfrentou dificuldades semelhantes aquelas enfrentadas pelo cinema, para conquistar seu espaço, em Portugal, durante o regime salazarista. Apesar disso, registramos a digressão de companhias brasileiras de teatro na cidade do Porto e, em menor escala, em Lisboa. A parceria entre produtores brasileiros e portugueses também esteve presente nesta forma de produção cultural, como no caso da criação da Companhia Negra de Revistas, no Rio de Janeiro, em 1926, fruto da amizade entre o ator brasileiro João Cândido Ferreira (1887+1956), e o cenógrafo português Jaime Silva (*1890+1958).

A conclusão de nossa pesquisa ocorreu com a realização do trabalho de campo, com o objetivo de perceber o alcance e a repercussão da propaganda do Estado Novo varguista na população de brasileiros residentes em Portugal.

Na busca por vestígios que nos levassem a ratificar os pressupostos estabelecidos *a priori*, de que as notícias do que que acontecia no Brasil, e as ações do governo Vargas repercutiam entre os imigrantes, entrevistamos integrantes de famílias de brasileiros em diversos distritos portugueses. As cartas, os recortes de jornais e revistas e os depoimentos repassados de uma geração para outra, nos permitiram verificar a amplitude da difusão da propaganda. Através do conteúdo das cartas as quais tivemos acesso percebemos que o regime político existente no Brasil era bem avaliado pelos emissores das correspondências. A ressalva que deve ser feita é de que a censura se estendia às correspondências e, por esse motivo, não há como saber ao certo se as linhas que elogiavam Vargas traziam o sentimento sincero de quem as escreveu. Uma outra visão do regime, por certo, era partilhada pelos exilados que buscaram refúgio em Portugal por divergências com o governo. Mas, independentemente do posicionamento político de cada residente e dos motivos que cada um tinha para apoiar ou criticar o Estado Novo, o certo é que as notícias sobre o Brasil chegavam por cá.

Após a análise das diferentes formas de difusão da propaganda do Estado Novo brasileiro em Portugal, através dos meios pesquisados, podemos concluir que apesar da limitação imposta por fatores diversos, como a precariedade dos meios de comunicação de massa, da dificuldade de parte da população em ter acesso às informações e do caráter elitista de alguns projetos de divulgação, a propagação do que acontecia na política e seus reflexos na sociedade, no Brasil, teve repercussão em Portugal.

CONCLUSÃO

Na execução da pesquisa que fundamentou esta tese, a análise da documentação produzida pelos governos do Brasil e de Portugal, no recorte temporal estudado, 1930-1945, foi essencial para a confirmação das hipóteses levantadas previamente. A ideia de que o Brasil esteve presente em Portugal através das informações que eram transmitidas pelos representantes do governo português, a partir de seus postos de trabalho no Brasil, era uma das premissas básicas que precisava de confirmação.

Os documentos analisados estão depositados, no Brasil, em cidades e regiões diferentes e, alguns deles, ainda não foram digitalizados, não dispondo de acesso *on line*, o que demandou longas viagens, onde foram percorridos milhares de quilômetros. Mesmo nos arquivos disponíveis através da *internet* alguns documentos do acervo ainda não estão digitalizados e foi necessário fazer a consulta através do que foi preservado em seu formato original, ou seja, em papel.

No Brasil, a pesquisa foi desenvolvida através da consulta presencial em arquivos localizados no Rio de Janeiro, em Brasília, em Belo Horizonte e no Rio Grande do Sul, principalmente em São Borja, cidade onde nasceu Getúlio Vargas e na qual existe um vasto acervo documental com registros da trajetória política do ex-presidente e, também, sobre fatos da sua vida privada.

Em Portugal, a pesquisa documental foi concentrada em arquivos localizados nas cidades de Lisboa, de Coimbra e do Porto. Com destaque para os arquivos do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, onde estão depositados os documentos da correspondência oficial entre os dois governos.

Para além dos documentos oficiais e das relações mantidas através das chancelarias foi necessário buscar outras possibilidades de difusão da propaganda. A busca por fontes orais exigiu frequentes viagens pelas diversas regiões de Portugal. Foram localizadas famílias de imigrantes brasileiros que possuem acervos com correspondência pessoal que possibilitaram ampliar o espectro da investigação.

A estrutura formal da tese teve por objetivo apresentar, de maneira cronológica, os acontecimentos que justificam os pressupostos da pesquisa, mais precisamente, as relações luso-brasileiras e a difusão da propaganda do Estado Novo brasileiro em Portugal.

Inicialmente buscamos resgatar os diversos trabalhos acadêmicos apresentados em Portugal e no Brasil, dentro da temática que envolve as relações luso-brasileiras. Era necessário fazer um levantamento da situação e conhecer os estudos mais recentes sobre o assunto e os percursos de investigação daqueles que a ele se dedicavam. Nos deparamos com as publicações de pesquisadores de Portugal, do Brasil, de Itália e de Espanha, que compõem a rede identificada com a sigla REFAT, que se dedicam à pesquisa da propaganda política produzida por regimes autoritários, bem como

suas influências e reciprocidades. Percebemos que, no Brasil, os estudos dessa temática passaram a ficar mais frequentes a partir de 1980, quando teve início o processo de redemocratização que levou ao fim do regime militar no país e, quando se completavam cinquenta anos da revolução que culminou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Desde o princípio, uma questão que despertou nossa atenção, foi a longevidade das relações entre pesquisadores brasileiros e portugueses, no campo da pesquisa e das produções acadêmicas, mas não só, como destacamos em vários pontos de nosso trabalho, são as relações de amizade luso-brasileira que permitem um constante intercâmbio cultural entre as duas nações. Essas relações continuam presentes e permitem que estudantes e pesquisadores dos dois países convivam e troquem experiências.

No primeiro capítulo buscamos contextualizar a propaganda e a política externa varguista através do estudo dos conceitos que a nortearam e das estratégias adotadas para sua implementação. Como ponto de partida fizemos um pequeno histórico da política externa brasileira desde a proclamação da independência, em 1822, até a década de 1930, passando pelo regime monárquico e pelos governantes da Primeira República. O objetivo foi demonstrar o caminho percorrido pela diplomacia brasileira nas relações com Portugal e com as demais nações amigas, bem como exaltar o trabalho desenvolvido pelos diplomatas que criaram os conceitos e definiram as linhas mestras seguidas pelas chancelarias ainda hoje. Isso nos levou a revisar biografias de grandes nomes da diplomacia brasileira, onde destacamos a figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior (*1845+1912), o Barão do Rio Branco, cujos conceitos sobre relações internacionais ainda hoje servem como base de estudos e referências em tratados firmados pelo Brasil com as demais nações.

Para explicar as mudanças introduzidas por Vargas, no âmbito da política externa, analisamos as consequências da Primeira Guerra Mundial, para a sociedade, e a crise econômica mundial de 1929, cujos desdobramentos impactaram a economia brasileira de forma nunca vista até então. O modelo político e econômico adotado por Vargas, na transição de um modelo agroexportador para uma sociedade urbana e industrial, significou uma quebra de paradigmas nas relações com a sociedade e com os demais países.

No campo da propaganda institucional verificamos que esta foi elaborada tendo como destinatários dois públicos distintos, um interno e outro externo. Era necessário fortalecer, no âmbito interno, no imaginário popular, as qualidades de liderança de Vargas e estimular o sentimento nacionalista nas pessoas, indispensável para o êxito de sua política interna e para as reformas econômicas de caráter estatizante que seriam implementadas. Para atingir estes objetivos formou-se uma burocracia profissional de propaganda até então nunca vista no Brasil, com inspiração em governos autoritários como os existentes em Portugal e Espanha e, também, no regime fascista de Itália e nazi da Alemanha. Estabeleceu-se o controle dos meios de comunicação e a

criação de um aparato próprio de divulgação, através do DIP e dos demais órgãos a ele subordinados. A propaganda externa teve, como objetivo principal, divulgar uma imagem positiva do Brasil junto às nações amigas, tarefa bem mais difícil do que aquela realizada junto ao público interno. Observa-se que as relações que o Brasil estabeleceu com Portugal, nesse período, permanecem relacionadas com as questões de caráter histórico-cultural e as afinidades ideológicas, enquanto que, com os demais países, prevaleceram questões mais pragmáticas, ligadas aos interesses econômicos. Ao mesmo tempo em que se buscava estreitar as relações com os Estados Unidos, com a Inglaterra e com a Alemanha, essenciais para a implementação de seu projeto de industrialização do país, Vargas não perdia de vista a manutenção de uma relação cordial e afetuosa com Portugal. Na falta de outras razões que expliquem essa proximidade diplomática, entendemos que a existência de uma numerosa colônia portuguesa no Brasil e mesmo em menor escala, de uma colônia de brasileiros em Portugal, justificam a necessidade da manutenção dessa relação tradicional. A organização da colônia portuguesa, no Brasil, através da criação de consulados em todas as regiões do país, da publicação de jornais e revistas através de suas associações, da promoção de atividades culturais, da fundação de entidades filantrópicas, envolvendo a comunidade, foi fundamental para a manutenção de relações duradouras entre as duas nações. Em várias ocasiões, as iniciativas dessas associações extrapolaram seu campo de atuação, a ponto de influenciar as políticas institucionais. Um exemplo emblemático que serve para ilustrar essa questão, refere-se à participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português, em 1940. As associações de portugueses presentes em várias cidades, em diferentes estados brasileiros, exerceram um papel importante na promoção e divulgação do evento no Brasil ao participar de maneira efetiva na organização de atividades culturais com essa finalidade. Essas associações permanecem ativas e desenvolvem um trabalho importante na divulgação da cultura e o estreitamento dos laços de amizade luso-brasileira.

No tocante à colônia de brasileiros em Portugal, além de ser menos numerosa do que a de portugueses no Brasil, não possuía a mesma estrutura e organização, limitando-se a núcleos menores constituídos, principalmente, em torno das Universidades de Lisboa, do Porto e de Coimbra. Além destes, também foi possível comprovar que existia um intercâmbio frequente entre escritores, jornalistas e intelectuais o que permitia um trânsito das notícias entre Brasil e Portugal de forma frequente e contínua.

Uma outra questão que merece destaque é o papel desempenhado pelos diplomatas dos dois países na manutenção das boas relações entre as duas nações. Esse trabalho foi facilitado pela longa permanência nos postos das chancelarias, o que permitiu o estreitamento dos laços com a sociedade local e um melhor entendimento das peculiaridades de cada país. Durante o longo período em que Vargas esteve à frente do governo, a embaixada de Portugal, no Brasil, teve apenas dois embaixadores. Duarte Leite Pereira, que assumiu o

posto em 1914, fez a transmissão do cargo para Martinho Nobre de Melo em 1932, e este permaneceu no cargo até 1945. A familiaridade com as questões locais, o bom entrosamento com a sociedade, e o acompanhamento constante da evolução dos acontecimentos facilitou, nos momentos de turbulência, uma interlocução serena e um relato tranquilizador ao governo português como em 1937, quando Vargas decretou a instauração do Estado Novo no Brasil. Quanto à embaixada do Brasil em Portugal observa-se uma maior alternância no cargo, ocupado por quatro diferentes embaixadores, entre 1931 e 1945. O destaque, a nosso ver, foi o trabalho desenvolvido por Artur Guimarães de Araújo Jorge, que permaneceu à frente da embaixada entre 1936 e 1946 e foi o principal interlocutor de Vargas junto do governo português em momentos importantes, durante o Estado Novo, em especial durante a realização das festividades do duplo centenário português.

A análise da vasta documentação do período permite o entendimento de que, nas relações luso-brasileiras, mantiveram-se os vínculos de afetividade e de identidade cultural através do mútuo interesse de estreitar esses laços, como demonstram os movimentos de aproximação através da assinatura de acordos bilaterais e na participação do Brasil nas comemorações do duplo centenário português. Essas relações de amizade foram facilitadas pela adoção, pelo governo Vargas, de um modelo de propaganda institucional através da criação de mecanismos de controle da informação que possuíam afinidade com as práticas desenvolvidas pelo salazarismo. Mas cabe ressaltar que o esforço por uma maior proximidade coube, na maioria das vezes, ao governo português, pois apesar de todas as evidências de identificação ideológica entre os dois regimes, as iniciativas, via de regra, couberam a Portugal.

No segundo capítulo focamos a análise no contexto que envolveu a criação do aparelho de propaganda do Estado Novo e a respectiva articulação através dos veículos de comunicação de massa, em especial a rádio e também os jornais. Inicialmente foi preciso compreender a evolução dos organismos oficiais, desde o DOP, em 1931, até a criação do DIP, em 1939, o qual possuía uma estrutura altamente centralizada, o que permitia ao governo um domínio da vida cultural do país através do controle da informação.

O que fica evidente, no estudo da evolução da máquina de propaganda, é a importação de modelos já implementados na Alemanha e em Itália e a preocupação pessoal de Vargas em enviar emissários à Europa para observar a eficácia das políticas adotadas naqueles países. A partir da instauração do Estado Novo, em 1937, acentua-se a influência do regime salazarista na propaganda varguista, principalmente em função dos contatos estabelecidos entre Lourival Fontes e António Ferro. As práticas adotadas no controle dos veículos de comunicação e a questão de como a cultura passou a ser concebida sofrem uma forte influência do que acontecia em Portugal. Na escolha do modelo de propaganda pesou, também, a dificuldade na troca de informações com os mentores da propaganda nazista alemã e fascista italiana,

como podemos interpretar através do estudo da correspondência dos enviados de Vargas aqueles países.

A rádio, que dava seus primeiros passos no Brasil, foi identificada desde o primeiro momento, pelos articuladores da propaganda oficial, como um meio de comunicação extremamente útil pela sua capacidade de atingir de forma rápida e eficiente as populações das diversas regiões do país e levando em conta o grande percentual de analfabetos entre a população adulta, para os quais, os jornais não demandavam maior interesse. A utilização da rádio foi fundamental na divulgação da propaganda política varguista junto às camadas populares. Para além de seu papel de informar a radiodifusão, durante o Estado Novo, assumiu um papel educativo na formação da opinião pública. O número de emissoras e de aparelhos receptores aumentou de forma substancial durante o Estado Novo. No entanto, estudos mais recentes demonstram que apesar de sua importância, a rádio não foi o principal veículo de comunicação utilizado pelo regime Varguista. Muito embora os modelos alemão e italiano tenham servido como inspiração para seu uso no Brasil, Vargas não utilizou a rádio para a propaganda estatal na mesma amplitude que os países citados. Mesmo assim, a rádio desempenhou um papel importante para levar as ideias de Vargas às regiões mais afastadas dos grandes centros e chegar aos analfabetos, que constituíam parcela significativa da população brasileira durante o governo Vargas.

Diferente da rádio, que estava ainda em fase de implantação quando Vargas chegou ao poder, os jornais, que já possuíam uma longa tradição como veículos de comunicação de massa, foram largamente utilizados para a execução da propaganda política varguista. Foi por intermédio dos jornais, principalmente, que a maioria da população acompanhou o desenrolar dos acontecimentos que colocaram um fim na Primeira República e culminaram com a implantação de um governo provisório em 1930. A Aliança Liberal, movimento político que conduziu Getúlio Vargas ao poder, contou, inicialmente, com o apoio dos jornais de maior circulação de São Paulo e do Rio de Janeiro, a capital da República. Mais do que afinidades políticas entre o governo e os empresários, donos de jornais, havia o interesse na regulamentação de leis que criassem um ambiente mais favorável para os negócios. A demora de Vargas em restituir a normalidade democrática ao país fez com que o apoio inicial logo se dissipasse e surgiu então um embate entre o governo e a imprensa que duraria até o final do Estado Novo.

Uma característica marcante nas relações do governo Vargas com a imprensa escrita foi a alternância entre momentos de apoio recíproco e oposição declarada. Mas mesmo para aqueles que, em dado momento, se insurgiram contra o governo, como o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias*, era necessário fazer uma escolha de caráter bastante pragmático para se manter em circulação. Sem o apoio e a autorização do governo não havia como importar o papel necessário para alimentar as rotativas e, além disso, enfrentar a censura prévia diária era oneroso e desgastante.

É importante ressaltar que havia uma grande diversidade entre os jornais em circulação no Brasil, no início da década de 1930, tanto do ponto de vista da linha editorial adotada quanto ao poder econômico, em especial na capital da República.

No decorrer da revolução Constitucionalista de 1932, a maioria dos órgãos de imprensa passou a fazer oposição a Vargas. Apesar da criação de pequenos jornais que apoiavam o governo, havia, do outro lado, empresários de grande poder econômico, com destaque para Assis Chateaubriand, o magnata da imprensa no Brasil durante várias décadas. A estratégia do governo para ter o controle da situação foi a criação de instituições voltadas para o controle das publicações através da imposição de uma censura prévia que se estendia, também, para a rádio, para as revistas e para toda e qualquer forma de manifestação artística e cultural.

A partir de 1937, o cerco realizado pelos mecanismos de censura fez com que muitos jornais de pequeno porte deixassem de circular e outros tivessem que adaptar sua linha editorial, adotando uma política de conciliação com o governo, para continuar existindo. Dentre aqueles que precisaram rever suas posições contrárias ao governo alinham-se jornais de grande circulação, como *O Globo*, *O Jornal* e *O Correio da Manhã*. Até mesmo Chateaubriand, à frente do *Diário de Notícias*, buscou aproximação com Vargas, como forma de defender seus interesses e manter seus empreendimentos em funcionamento.

Alguns dos principais grupos de comunicação do Brasil estavam surgindo no início da década de 1930, e enfrentaram problemas semelhantes, tendo que lidar com a censura e o controle estatal sobre a informação. Dentre estes destacamos o Grupo Globo, liderado pela família Marinho e o Grupo Folha, liderado pela família Mesquita. Ambas as empresas, que hoje figuram entre os principais conglomerados de comunicação no país, têm sua origem na imprensa, tendo os jornais na origem de seus empreendimentos.

Uma outra questão que chama a atenção de quem se dedica a pesquisar a história da imprensa no Brasil é a presença constante de portugueses, seja como colaboradores, articulistas ou mesmo como diretores de jornais em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Essa proximidade entre jornalistas e escritores dos dois países permitiu um permanente intercâmbio que permanece ainda nos dias atuais. A relação de Vargas com os jornalistas foi sempre tensa, mesmo com aqueles com os quais tinha maior proximidade e isso explica-se pelas características pessoais do governante, que possuía uma personalidade forte, que não admitia ser contrariado e nem criticado em suas ideias. Diferente da utilização da rádio, onde não havia o embate, apenas a divulgação dos feitos do governo a partir de uma visão unilateral dos factos, nos jornais a crítica estava sempre presente, apesar da atuação dos instrumentos de controle e censura prévia.

No terceiro capítulo, a análise voltou-se para o papel desempenhado por outros veículos de informação, cultura e entretenimento na difusão da

propaganda, como o cinema, o teatro e as revistas de caráter literário e cultural.

O trabalho inicial foi identificar as condições em que se encontrava cada um desses agentes culturais, incluindo-se os editores, jornalistas, escritores, ilustradores e os demais trabalhadores que contribuíam para a produção de livros, jornais, revistas e folhetins. Foi importante retroceder algumas décadas para perceber a evolução da relação entre os jornais e as revistas e um público leitor permanente no Brasil. Foi necessário considerar, também, até que ponto o baixo nível de instrução de uma grande parcela da população condicionou as técnicas e as estratégias de comunicação empregadas pelos produtores culturais.

As revistas, o cinema e o teatro desempenharam um papel educativo importante na divulgação de um novo modelo cultural alicerçado em uma nova visão de mundo e na criação de novos padrões de comportamento. Esse sentimento de mudança, influenciado pelas ideias de modernidade, antecedeu a chegada de Vargas ao poder e pode ser identificado, no Brasil, especialmente após a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922. Era necessário que o governo soubesse administrar as profundas mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira. Na execução dessa tarefa observamos uma comunhão de objetivos entre o Estado Novo e importantes segmentos sociais, nomeadamente os intelectuais modernistas. O projeto varguista de modernização cultural alinhava-se com os ideais intelectuais de desenvolver a nação segundo um modelo de nacionalismo atrelado à educação.

Gustavo Capanema, o Ministro da Educação e Saúde Pública, foi uma figura emblemática na execução dos projetos que resultaram nas mudanças sociais idealizadas pelo projeto do Estado Novo. À frente do ministério, Capanema abrigou uma equipe multidisciplinar composta por escritores, cineastas, músicos, artistas de cinema e de teatro, jornalistas, entre outros profissionais que elaboraram e desenvolveram políticas públicas na área da música, do cinema, do teatro e das letras, todas orientadas dentro de um conceito estatal de educação e cultura. Esse tipo de articulação entre vários segmentos da área da comunicação e da cultura, como forma de propaganda oficial, até então nunca tinha sido realizado por nenhum outro governo no Brasil.

As revistas de caráter literário e cultural, que possuem uma longa tradição no Brasil, exerceram um papel crucial, não apenas na divulgação de notícias, mas principalmente, como fonte de cultura e lazer. Mais uma vez destaca-se a parceria luso-brasileira, seja como colaboradores ou até mesmo na constituição de sociedades, responsáveis pela publicação das revistas. São as relações interpessoais, independentemente de regime político, da maior ou menor proximidade entre os governos, que se manifestam nas publicações literárias e na produção cultural. A identificação dessas redes de sociabilidade muito

contribuiu para ratificar os pressupostos estabelecidos previamente a respeito das relações luso-brasileiras, um dos pilares desta pesquisa.

Na análise das principais revistas literárias do Brasil na primeira metade do século XX, identificamos cerca de vinte publicações, algumas vinculadas aos órgãos oficiais de propaganda varguista e outras que, embora possuíssem maior independência editorial, também cumpriram seu papel de propagação ideológica, exercendo forte influência junto a um público leitor bastante diversificado. O governo, durante o Estado Novo, percebia na cultura um importante instrumento de divulgação de sua ideologia e no fortalecimento dos ideais de nacionalidade nas diversas camadas da sociedade e, para isso, criou estruturas próprias, necessárias para alcançar os objetivos propostos pela propaganda oficial. Constituem exemplos dessa iniciativa a criação das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Desempenhando papéis complementares entre si, estas foram as duas revistas oficiais do regime.

Dentre as revistas sem vínculo oficial com o governo Vargas destacamos a revista *O Cruzeiro*, que constituiu a principal revista ilustrada no Brasil na primeira metade do século XX. O projeto original para sua criação foi do jornalista e escritor português Carlos Malheiro Dias, seu primeiro diretor, mas foi após ser adquirida por Assis Chateaubriand que a revista obteve destaque no campo editorial ao ser incorporada ao patrimônio dos *Diários Associados*. Nas décadas de 1930 e 1940 *O Cruzeiro* refletiu a posição política de seu proprietário, que oscilou entre o apoio e a oposição declarada a Getúlio Vargas. A linha editorial adotada a partir do início do Estado Novo assentava em posicionamentos modernos que reforçavam o nacionalismo brasileiro. A modernidade apresentada nas páginas da revista era apoiada pelo governo Vargas, por estar alinhada com seus princípios conceituais. Uma outra revista pertencente aos *Diários Associados*, a revista *Do Brasil*, operou como voz contrária ao Estado Novo, o que ratifica a relação conturbada de Chateaubriand com o governo Vargas.

Outras revistas que também não possuíam vínculos com órgãos oficiais destacaram-se no período, algumas fazendo oposição declarada ao governo Vargas, como *Acadêmica*, *Diretrizes* e *Dom Casmurro*, com uma linha editorial bastante semelhante, com uma crítica social bem fundamentada e o combate ao avanço do autoritarismo no Brasil. Outras, com uma linha editorial independente, como *O Malho*, *Careta*, *Kosmos* e *Fon Fon*, caracterizavam-se por utilizar-se da sátira, do humor e das caricaturas para apresentar sua visão da sociedade. O que todas estas publicações tinham em comum era o facto de que precisavam lidar com a censura através dos órgãos de controle oficial do governo e isto determinou os caminhos trilhados durante a vigência do Estado Novo. Além destas, existiram aquelas que circularam em Portugal, como é o caso da revista *Atlântico*, fruto do acordo cultural luso-brasileiro; *Aqui e Além*, publicada por estudantes universitários brasileiros em Lisboa; e a revista *Brasília*, editada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A escolha feita pelo governo Vargas para lidar

com as revistas e minimizar as críticas foi criar suas próprias revistas oficiais, onde exerceu o papel de doutrinação política e instrução da população sobre os ideais do Estado Novo. É preciso considerar, no entanto, o alcance destas publicações que ficaram restritas a uma pequena parcela da população.

Mas não foi somente através dos jornais e revistas que o Estado Novo divulgou suas ideias. Vargas percebeu o potencial do cinema em propagar a propaganda oficial e investiu na criação de uma legislação que regulasse a atividade e financiou o crescimento da indústria cinematográfica no Brasil com projetos de incentivo à cultura. O cinema assumiu um caráter pedagógico, difundindo os ideais nacionalistas, alinhados com o modernismo emergente. As estratégias empregadas por Vargas em relação ao cinema não são propriamente originais, pois quando comparamos com o regime de Salazar encontramos um contexto muito semelhante aquele identificado no Brasil.

Duas produtoras nacionais, inicialmente a *Cinédia Filmes*, criada em 1932, e, posteriormente, a *Atlântida Cinematográfica*, a partir de 1942, contribuíram para popularizar o cinema nacional através de filmes com forte apelo popular, as chanchadas. Esse gênero, que caiu no gosto popular, consistia em comédias musicais que, na maioria das vezes, fazia uma paródia de filmes norte-americanos já consagrados. Esse tipo de estratégia utilizada na produção dos filmes tinha uma dupla finalidade. Ao inspirar-se em produções de Hollywood, ao mesmo tempo em que através da imitação bem humorada de atores internacionalmente consagrados atraía as atenções do público, realizava-se uma crítica social contundente, contra os estrangeirismos na cultura nacional, contra a importação de modelos e a favor da divulgação de uma cultura com traços nacionais. Apesar da resistência da crítica especializada que não aprovava a qualidade das produções, a ideia central exibida nos filmes estava alinhada com os propósitos do Estado Novo e o tratamento dispensado pela censura oficial, através do DIP, permitiu que o estilo se popularizasse.

Além das chanchadas outras produções procuraram resgatar o passado, utilizando como enredo as histórias contadas a respeito dos primeiros contatos entre os portugueses, quando chegaram ao Brasil, e os indígenas. Esses filmes tinham por objetivo fazer uma ligação desses eventos com a cultura histórica dos anos 1930.

A seguir, analisamos a situação do teatro e sua participação na máquina de propaganda do Estado Novo, esta que é uma das mais antigas formas de manifestação cultural no Brasil e que atravessou uma crise profunda no início do século XX. Essa crise era motivada pela concorrência com o cinema e pela falta de uma legislação que garantisse aos trabalhadores do setor condições adequadas de trabalho. Essa situação não passou despercebida ao então deputado Getúlio Vargas que, em 1928, conseguiu a aprovação de um projeto que, após a aprovação e a sanção presidencial, tornou-se no marco inicial não só para o atendimento das demandas da classe teatral, mas também das relações que estabeleceram com o futuro chefe da nação.

Na década seguinte, o avanço da legislação permitiu a criação do Serviço Nacional de Teatro com a missão de produzir, através do financiamento governamental, os projetos desenvolvidos de acordo com a concepção de educação e cultura adotados pelo governo Vargas. As diretrizes visavam a construção da nacionalidade, através da preferência por peças com temáticas nacionais e o estímulo à tradução para o português de espetáculos musicais consagrados internacionalmente.

No entanto, apesar da convergência de ideias e de interesses, o pragmatismo imposto pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Gustavo Capanema, na edição de concursos públicos voltados para a subvenção dos projetos teatrais, desagradou a classe do teatro, que esperava por maiores investimentos. Isto provocou a mobilização do setor com a participação de artistas e produtores teatrais. A atuação desses profissionais, aproveitando-se dos interesses de um Estado autoritário na implantação de políticas para a cultura, foi fundamental para a instalação de mecanismos administrativos voltados para a elaboração e execução de medidas que atendiam as demandas da categoria. O senso de oportunidade que sempre foi uma característica da classe artística no Brasil se fez presente durante o Estado Novo ao conseguir enquadrar seus projetos nas diretrizes do governo e conseguir angariar os recursos necessários para a efetivação de produções teatrais que tiveram aceitação popular.

Se a chanchada foi o gênero que se popularizou no cinema, no mesmo período, o teatro de revista destacou-se nas produções teatrais. Também chamado de teatro rebolado, caracterizava-se como um gênero que através de números musicais, com muita dança e sensualidade, utilizava-se de ironia para criticar os acontecimentos que envolviam a vida política e social do país. A ação do DIP impunha os limites para os excessos de forma e de linguagem, de maneira que agradasse as camadas populares, mas também atendesse aos princípios defendidos pelo governo.

Apesar do caráter autoritário que caracterizou o governo Vargas e do objetivo de usar as manifestações culturais como instrumento de propaganda política, o cinema, o teatro, e as revistas literárias ocuparam o seu espaço, o que ocorreu graças a uma geração de artistas e intelectuais talentosos, que deixaram um importante legado para as gerações futuras.

No quarto e último capítulo, o objetivo foi demonstrar as formas pelas quais a propaganda do Estado Novo brasileiro se repercutiu em Portugal, no recorte temporal da pesquisa, através de três possibilidades de difusão: as relações institucionais, como parte das relações entre o governo Vargas e as instituições de Estado em Portugal; a rádio, os jornais e as revistas; o teatro e o cinema.

No âmbito das relações institucionais cabe ressaltar que a prioridade de Vargas era estreitar as relações com os Estados Unidos e com a Alemanha, coerente com o pragmatismo que caracterizou seu governo, na busca por apoios econômicos para colocar em prática o projeto de industrialização do Brasil. Entre 1930 e 1937, no período que compreende a chegada de Vargas

ao poder até o início do Estado Novo, as relações com Portugal mantiveram-se em alta graças à atuação de uma vasta rede de sociabilidade que sempre existiu entre os imigrantes e entre os intelectuais dos dois países. As colônias de imigrantes, através de seus órgãos representativos, exerceram uma pressão positiva para que as duas nações cultivassem boas e fraternas relações.

Nesse período, que antecede à instalação do Estado Novo, destacaram-se alguns momentos de maior proximidade diplomática, nomeadamente quando da assinatura do Acordo Ortográfico Luso Brasileiro, em 1931, e do Tratado de Comércio e Navegação, em 1933. Ainda, como resultado da parceria entre intelectuais dos dois países foi criado, em 1934, o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, no Rio de Janeiro, com o objetivo de estimular o intercâmbio e promover missões encarregadas de ministrar cursos e conferências nos dois países.

O ponto alto da diplomacia luso-brasileira, durante o Estado Novo, ocorreu quando das comemorações do duplo centenário português, onde a participação brasileira, na Exposição do Mundo Português, foi fundamental para o sucesso obtido pelos organizadores do evento. Esse foi um momento que permitiu grande divulgação do Brasil em Portugal, contribuindo para que a propaganda institucional do Estado Novo varguista alcançasse outros públicos. É correto afirmar que essa visibilidade, obtida através de eventos grandiosos, é sempre uma oportunidade que, quando é bem explorada, pode render bons frutos. Ao longo da história da diplomacia luso-brasileira os dois países sempre fizeram valer essa lógica, embora Portugal tenha sido o protagonista das iniciativas na maior parte do tempo. A própria dimensão da colônia portuguesa no Brasil fez com que Portugal sempre fosse presente nas notícias cotidianas, não só no Rio de Janeiro, mas também nas diversas regiões do país. Já no caso brasileiro, a colônia, em Portugal, era proporcionalmente menor naquele período, o que dificultava a circulação natural das notícias e demandava um maior esforço institucional caso tivesse pretensões de difundir sua propaganda. Da análise final das relações luso-brasileiras durante os governos de Vargas e de Salazar, conclui-se que ambos atingiram seus objetivos no campo da propaganda política através da utilização das boas relações diplomáticas existente entre as duas nações.

Nas repercussões do Estado Novo brasileiro nos jornais e nas revistas portuguesas, é preciso considerar o papel da censura, que através de seus mecanismos de controle oficial condicionou fortemente a maneira como as notícias eram divulgadas e analisadas. A proximidade ideológica entre os dois regimes fez com que o Estado Novo varguista fosse sempre apresentado, nas páginas dos periódicos portugueses, de maneira sucinta, sem omitir as notícias, mas abstendo-se de uma análise crítica que pudesse desmerecer o governo da nação amiga. Quando se comparam as manchetes dos principais jornais portugueses, daquele período, é inevitável a constatação de uma certa homogeneidade no enfoque das notícias. Isto deve-se a duas razões principais, a primeira é a censura prévia, a qual já referimos, e a segunda, é a utilização

das mesmas fontes, ou seja, das mesmas agências de notícias que as distribuía em Portugal.

Mas nem só de notícias sobre política e economia viviam os leitores dos principais jornais portugueses. Os cronistas desempenhavam uma função social importante, ao abordar questões relativas à literatura, às artes, à cultura de uma forma geral com uma abordagem inteligente que, sem entrar em rota de colisão com os mecanismos de censura, transmitiam, a um público leitor atento, uma informação diferenciada. Um exemplo disso encontramos no *Diário de Lisboa* com as crônicas de João de Barros, publicadas durante quarenta anos, entre 1921 e 1960. Este genial escritor português foi, mesmo sem nunca ter sido nomeado para tal, o grande embaixador do Brasil em Portugal. No recorte temporal de nossa pesquisa concentramos a análise nos artigos publicados entre 1930 e 1945, tendo o Brasil como tema central em muitos destes. O olhar de João de Barros sobre os brasileiros foi sempre generoso e, mesmo durante os anos marcados por um regime ditatorial, não lhe faltavam temas afáveis, em que exaltava a importância dos laços de amizade entre os dois povos, sendo esta a sua temática favorita.

No tocante às revistas, publicadas em Portugal, procuramos demonstrar a longa tradição das publicações de caráter luso-brasileiro e, para tanto, recuamos no período de análise até a segunda metade do século XIX. No âmbito das publicações que circularam nas décadas de 1930 e 1940, a pesquisa foi facilitada pelo vasto acervo existente, o que permitiu detalhar a forma como as notícias do regime varguista eram noticiadas.

O que essas revistas possuem em comum é a presença de colaboradores portugueses e brasileiros e as referências sobre as relações luso-brasileiras. O que as diferencia por vezes é o tipo de empreendimento, algumas são iniciativas particulares, sem vínculos com grupos editoriais, como é o caso de *Cadernos da Juventude*, *Altitude* e *Atlântico*. Algumas, *Seara Nova* e *Sol Nascente*, são o produto de grandes empresas do setor de imprensa. Outras, como o *Boletim de Ariel*, são publicações de iniciativa das editoras que as utilizam como catálogos para divulgar os livros sob sua chancela. Essa era uma estratégia adotada pelos editores para ampliar o circuito de difusão de suas publicações. A revista portuguesa onde encontramos o maior volume de matérias sobre o Brasil é *Sol Nascente*, razão pela qual dedicamos um espaço proporcional a sua importância. Nessa revista, as referências ao trabalho desenvolvido por João de Barros no intercâmbio luso-brasileiro e as notas sobre autores brasileiros são frequentes.

Além destas existem aquelas revistas editadas no Brasil e que circularam em Portugal, como *O Cruzeiro*, ainda hoje encontrada no acervo particular de famílias residentes em diversas regiões de Portugal e nos arquivos públicos, como no Instituto Diplomático do Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal, junto com documentos enviados através da correspondência diplomática.

Também merecem destaque as revistas que são fruto do acordo cultural luso-brasileiro, a partir da parceria entre o DIP e o SPN. São elas as revistas *Brasília* e *Atlântico*, sendo a primeira editada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Brasília*, quando foi criada, tinha como objetivo básico manter e estimular as relações culturais entre Brasil e Portugal. Tinha como temas fundamentais as questões ligadas à língua, à literatura e à história. Diferenciava-se de outras revistas por possuir um cunho institucional e acadêmico e destinada a este público específico. A revista *Atlântico* era patrocinada pelos dois governos e teve uma periodicidade incerta, tendo em média dois exemplares por ano. A possibilidade de contar com colaboradores brasileiros e portugueses permitiu que se realizasse uma propaganda cruzada, ou seja, tanto divulgou as realizações do varguismo em Portugal como também serviu de veículo para a propagação do salazarismo no Brasil.

As revistas culturais, de uma forma geral, contribuíram para que o Estado Novo brasileiro fosse conhecido em Portugal mesmo que através de versões comprometidas pelo ponto de vista de seus idealizadores em alguns casos.

A rádio, como veículo de propaganda oficial, teve um emprego semelhante em Portugal e no Brasil com a adoção de mecanismos de controle e de censura, por parte do Estado, para utilizar as emissões de acordo com os interesses dos governantes. No caso português observamos que essa relação, entre o poder público e as emissoras de rádio manteve-se durante toda a permanência do regime ditatorial. No final da década de 1930 existiam cerca de 50 emissoras de rádio em atividade em Portugal. A pesquisa realizada nos arquivos disponíveis demonstrou que praticamente não existem menções a programas que abordassem notícias do Brasil ou que fossem direcionados para a colônia de brasileiros residentes em Portugal. Uma exceção é o programa *Meia hora brasileira*, apresentado por José Osório de Oliveira, no microfone da Emissora Nacional, entre setembro de 1936 e outubro de 1937. A amizade do apresentador do programa com João de Barros fica evidente nos comentários sobre os artigos publicados no jornal *Diário de Lisboa*, em que as belezas do Brasil e as qualidades de seu povo costumavam ser exaltadas. Concluímos que a falta de outros programas voltados para os imigrantes brasileiros está relacionada ao tamanho reduzido da colônia brasileira em Portugal no período estudado.

O cinema foi um segmento cultural bastante utilizado para promover a propaganda política em regimes ditatoriais e tanto o Brasil quanto Portugal não fugiram a esta regra. No entanto, as temáticas dos filmes produzidos no Brasil eram voltadas para o público interno, de acordo com a concepção varguista de utilizar o cinema como um veículo para criar um novo padrão cultural no país. Esta questão da temática explica, ao menos em parte, a ausência de produções brasileiras nos circuitos de exibição do Porto, de Lisboa e de outras cidades portuguesas.

Quando pesquisamos a atuação do teatro, em Portugal, na década de 1930 e início da década de 1940, encontramos uma situação semelhante ao que aconteceu com o cinema, ou seja, as produções nacionais dominam a cena. Nas relações das peças de teatro exibidas em salas de espetáculos de Lisboa não existem referências a companhias brasileiras. Na cidade do Porto, ao contrário, encontramos registros de peças com atores brasileiros que foram exibidas nos Teatros Sá da Bandeira e Rivoli. Em ambos os casos a temática das peças estava relacionada ao folclore brasileiro e seus personagens típicos, com o destaque da figura da “mulata” como símbolo de brasilidade e como exaltação do nacionalismo e da modernidade, assuntos em evidência, no Brasil, a partir da realização da semana de arte moderna, em São Paulo, em 1922. No período pesquisado, não identificamos nenhuma iniciativa de caráter institucional que tivesse o objetivo de promover um intercâmbio que envolvesse a digressão de companhias de teatro brasileiras, em Portugal, ou portuguesas, no Brasil. Quando estas aconteceram foi por conta e risco de seus produtores e à custa de financiamento privado.

A parte final da pesquisa concentrou-se no trabalho de campo, em busca dos resquícios da colônia de brasileiros residentes em Portugal, na época da vigência do Estado Novo no Brasil. O objetivo foi alcançado através da identificação de famílias bem como seus locais de residência, para então verificar o alcance das notícias sobre o Brasil entre estes. No contacto estabelecido com os descendentes percebeu-se que, apesar de pouco numerosa, a população brasileira imigrante possuía características bastante heterogêneas, composta por estudantes universitários, trabalhadores do comércio, integrantes do corpo diplomático, intelectuais exilados e pequenos agricultores. Foram encontrados 159 núcleos familiares que atendem aos pré-requisitos da pesquisa e, a partir das respostas aos inquéritos distribuídos, foram obtidas 28 respostas afirmativas sobre a repercussão da propaganda varguista em terras portuguesas.

Com as ressalvas que devem ser consideradas quando se utilizam as técnicas da história oral, buscou-se a comprovação das informações através das lembranças guardadas em acervos pessoais, como recortes de jornais, exemplares de revistas e da correspondência trocada entre as famílias no Brasil e seus parentes no estrangeiro. Esses documentos são guardados como relíquias pelos descendentes desses núcleos familiares que ainda hoje residem em Portugal. Em termos percentuais, 18% das famílias de imigrantes brasileiros que localizamos possuíam alguma referência em formato de papel que nos permitiram confirmar a difusão da propaganda do Estado Novo brasileiro em Portugal. Na análise do conteúdo das cartas também foi possível verificar a avaliação positiva das medidas adotadas por Vargas, na opinião daqueles que escreviam a partir do Brasil para seus familiares em Portugal, embora com a devida precaução por não saber se as correspondências eram submetidas à censura antes de ser encaminhadas ao destinatário. Mas

independente destas considerações o facto é que as notícias chegaram deste lado do Atlântico.

Após a pesquisa minuciosa realizada em busca das diferentes formas de difusão da Propaganda do Estado Novo brasileiro em Portugal, entre 1937 e 1945, a conclusão que chegamos é que, apesar das limitações impostas pela censura oficial existente nos dois países, da precariedade dos meios de comunicação à época, da dificuldade imposta pelo excessivo número de analfabetos e de outros fatores que dificultavam o acesso de parte da população às informações, incluindo-se aí o carácter elitista de alguns projetos, o Brasil esteve presente em Portugal no recorte temporal desta pesquisa. Uma constatação que nos parece óbvia é de que as relações luso-brasileiras são atemporais. Em qualquer que seja a época ou o recorte temporal escolhido, seja em períodos de regimes autoritários ou durante governo democráticos, desde o início da colonização até o momento presente, sempre existiu um interesse mútuo de intercâmbio cultural, fruto das similaridades histórico-culturais existentes entre as duas nações. Pode-se afirmar que há uma dupla curiosidade dos dois lados do Atlântico em conhecer os diferentes aspectos que caracterizam a vida quotidiana de portugueses e de brasileiros. Isso permite que apesar das dificuldades impostas por políticas públicas equivocadas em certos momentos da história, as relações de amizade, que possuem raízes históricas, permanecem e se multiplicam. Se o Brasil esteve presente em Portugal durante a vigência do Estado Novo varguista, deve-se, em grande parte, ao esforço de intelectuais como João de Barro e seu fraternal amigo João do Rio, exemplo maior da partilha de ideias espontânea, motivada por interesses culturais comuns e admiração mútua.

FONTES

1. Fontes manuscritas/documentos

1.1 Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – Instituto Diplomático – Lisboa.

Correspondência diplomática recebida (de 01 de Janeiro de 1930 a 31 de Dezembro de 1945). Processos n.º 19, 33, 34, 41, 206, 437, 33241, 33163, 56722, 46722, 84887.

1.2 Ministério de Relações Exteriores do Brasil – Arquivo Histórico do Itamarati - Rio de Janeiro.

Correspondência diplomática recebida (de 01 de janeiro de 1930 a 31 de Dezembro de 1945). Processos nº 144 a 156.

1.3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa

Arquivo Salazar. Documentos diversos. Caixas 155, 1587, 1572, 4423.

1.4. Arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal - Lisboa

Anais do Congresso luso-brasileiro de história, Tomo I, II, III (material impresso).

Jornais (material em microfilme), bobinas 78 a 93.

Diário de Notícias – 1937 a 1940.

O Século – 1935 a 1940.

O Primeiro de Janeiro – 1935 a 1945.

Diário de Lisboa – 1935 a 1945.

1.5. Museu Getúlio Vargas – São Borja - Brasil

Documentos arquivo pessoal. Reserva técnica, armários 1 a 5.

1.6. Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – Brasil

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. Arquivo Getúlio Vargas/Correspondência Oficial (1930-1945).

1.7. Arquivo do Senado Federal do Brasil – Brasília – Brasil

Actas de sessões conjuntas do Congresso Nacional (04 de Fevereiro de 1930 a 31 de Dezembro de 1945). Piso I, armário 5, caixas 4 a 28.

1.8. Arquivo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre – Brasil

Arquivo da revista *O Cruzeiro* (1928-1954). Formato impresso.

1.9. Biblioteca Nacional Brasileira – Rio de Janeiro – Brasil.

Jornais (material em microfilme), bobinas 213 a 287.

O Jornal - 1935 a 1945

A Batalha – 1937 a 1942

O Imparcial – 1912 a 1922

O Radical – 1932 a 1945

A Manhã – 1921 a 1930

A Tarde – 1923 a 1930

A Noite - 1935 a 1945

Folha de São Paulo – 1930 a 1945

Correio Paulistano – 1930 a 1945

O Estado de São Paulo - 1935 a 1945

Jornal do Brasil - 1935 a 1945

A Gazeta de Notícias - 1935 a 1942

Diário Carioca – 1935 a 1945

Diário Popular – 1935 a 1945

Correio da Manhã – 1935 a 1945

O Globo – 1935 a 1945

Jornal do Commercio – 1935 a 1945

Revistas (material em microfilme), Bobinas 372 a 456

O Malho 1902 a 1964.

Careta 1908 a 1960.

Cultura Política 1941 a 1945.

Ciência Política 1941 a 1945.

O Cruzeiro 1928 a 1954.

Acadêmica 1933 a 1948.

Dom Casmurro 1937 a 1943.

Do Brasil 1938 a 1943.

Diretrizes 1938 a 1944.

Careta 1935 a 1945.

Atlântida 1915 a 1920.

Atlântico 1942 a 1945.

Brasília 1957 a 1963.

Panorama 1941 a 1945.

Aqui e Além 1945 a 1954.

Cidade Nova 1942 a 1945.

FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia Ribeiro. *Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. Considerações preliminares*. 26º Encontro anual da associação nacional dos cursos de pós-graduação em ciências sociais (ANPOCS). Caxambu: ANPOCS, 2002.

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da Sociedade Brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Livro Técnico S.A., 1989.

ALMEIDA, Alberto de Jesus. *Os instrumentos de controlo do Estado Novo-Anos 30 – Século XX*. Lamego: Tipografia Minerva, 2016.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: Na continuidade do estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, volume III, pp. 669-711.

ALMEIDA PRADO, Décio de. *O Teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Edições Perspectiva/USP, 1988.

AMARAL, António José Azevedo. *O Sentido da Educação. Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1939.

AMARAL, António José Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

AMARAL, Diogo António Freitas do. *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Almedina, 2019.

AMARO, António Rafael. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1925-1939). In: *Revista da História das Ideias, volume 17*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 405-438.

AMORIM, Sônia Maria de. *Edição de literatura traduzida pela editora Globo (1930-1950)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANSART, Pierre. *Ideologia, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas. A Era do Homem*. Curitiba: Editora da UFPR, 1990.

ARAÚJO, Ângela Maria. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil nos anos 30*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1998.

AREAL, Leonor. *A censura ao cinema contra o contágio das ideias*. Lisboa: Edições 70, 2014.

ARENDT, Hannah. *As origens do Totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ACCIAIUOLI, Margarida. *António Ferro: a vertigem da palavra. Retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2013.

AURINDO, Maria José. *Portugal em cartaz. Representações do destino turístico (1911-1986)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2006.

AZEVEDO, Fernando Antônio & RUBIM, Antônio Albino Canelas. Mídia e Política no Brasil. In: *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, nº 43. Rio de Janeiro: Edições Três Rios, 1998, pp.189-216.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.

BARATA, José de Oliveira. *História do teatro português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva. *A história da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, António. *João de Barros e o Diário de Lisboa (1931-1940)*. Volume II. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2015.

BARROS, Orlando de. *Corações de Chocolate, a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27)*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

BARROSO, Gustavo. *A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu Catálogo. Anais do Museu Histórico Nacional*. (vol. 1, 1940). Rio de Janeiro: MHN; Imprensa Nacional, 1942.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República - de 1930 a 1960*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1988.

BASTOS, Daniel. *Os brasileiros de torna-viagem*. Revista TV Europa. Porto: TV Europa, 2019.

BERNARDES, José Augusto Cardoso; PAIVA, José Pedro. *A Universidade de Coimbra e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

BERNARDES, José Augusto Cardoso; VAQUINHAS, Irene. *João de Barros e o Ideal da cidadania plena. As crônicas do Diário de Lisboa (1921-1960)*. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2017.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, nº 2. Brasília: Instituto Rio Branco, 1997, pp. 106-130.

BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal*. Dissertação de Mestrado– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Marco Aurélio Nogueira (Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTENCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9ª edição, Volume 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 10ª edição, São Paulo: Paz & Terra, 2003.

BOMENY, Helena. Antiliberalismo como convicção: teoria e ação política em Francisco Campos. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 263-315.

BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOMENY, Helena. Intelectuais e poder: De volta ao combate sem trégua. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco. (Coord.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 263 - 284.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: História de uma Esperança e Muitos Desenganos*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRANDÃO, Fernando de Castro. *Estado Novo, uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

BRITO, Mário da Silva. *Breve história de uma editora ou memórias de um amigo do, da e dos Martins*. São Paulo: Martim Fontes, 1967.

BROCA, Brito. *A Vida literária no Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2005.

BROWN, J.A.C. *Técnicas de persuasão*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

BUSSEMER, Thymian. *Propaganda*. Wiesbaden: VS Verlag, 2005.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

CAMARGO, Angélica Ricci. *O teatro em questão: um balanço sobre as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 2011.

CANCELLI, Elizabeth. *O poder da polícia e o mundo da prisão na Era Vargas (1930-1945)*. 2ª edição. Brasília: UNB, 1994.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. 1ª edição. Buenos Aires: Del Sol, 2008.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. *Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos nacionais e estudos de caso*. Lisboa: Quimera, 1999.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

CAPELATO, Maria Helena Rolin e PRADO, Maria Lígia. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005.

CARDIELLO, António. Orpheu acabou. Orpheu Continua: António Ferro e a geração de Orpheu – Elementos para uma exposição. In: FERRO, Mafalda

(Coord.). *Antônio Ferro: 120 anos. Actas*. Lisboa: Fundação António Quadros / Texto Editores, 2016.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Org.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). *Tempos de Guerra e Paz. Estado, Sociedade e Cultura Política nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Humanitas, 2017.

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. (Coord.). *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. 3ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal. Séculos XIX - XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e o fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: A política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CERVO, Amado Luiz. A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 aos nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 165-206.

CERVO, Amado Luiz. Paradigmas da política exterior. In: *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHABOD, Frederico. *História do fascismo italiano*. Lisboa: Arcadia, 1985.

CHARLE, Christophe. *Naissance des Intellectuels, 1880-1890*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

COLLOTI, Enzo. *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

CONCEIÇÃO, Cecília Dias de C. H. *A Revista Atlântica: documento sócio-cultural e literário de uma época, um abraço mental entre Portugal e Brasil*. Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CORDEIRO, Carlos. (Coord.). *Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

CORDEIRO, Paula. *A rádio em Portugal – consensos, dialogismos e interatividade: da palavra analógica ao ouvido digital*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003.

CORRÊA, Vítor Freire. *Memória e Comemoração: O Brasil nos Festejos Comemorativos de 1940 em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

CORRÊA, Thomaz Souto (Ed.). *A Revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 2000.

COSTA, Cristina. *Teatro e censura: Vargas e Salazar*. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República. Movimentos decisivos*. 7ª edição. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.

COSTA, Isa Monteiro Pereira da. *O Teatro de Revista no Estado Novo: A década de 30 do século XX*. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa, 2013.

COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2012.

DAGNINO, Evelina. *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DEBRAY, Régis. *O Estado Sedutor. As revoluções midiológicas do poder*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

DESBOIS, Laurent. *A Odisseia do cinema brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difel, 1963.

DOOB, Leonard W. "A natureza da propaganda". In: STEINBERG, Charles (Org.). *Meios de comunicação de massa*. 2ª edição, São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 483-503.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

DUQUE FILHO, Álvaro X. *Política internacional na revista Diretrizes (1938-1942)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.

FARIA, Guilherme José Mota. *O Estado Novo da Portela: Circularidade cultural e representações sociais no governo Vargas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

FAUSTO, Boris. *Sociedade e instituições (1889-1930)*. 2ª edição. Volume 3. São Paulo: Difel, 1978.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAUSTO, Boris. *Sociedade e Política (1930-1964)*. 2ª edição. Volume 3. São Paulo: Difel, 1983.

FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, volume 2, São Paulo: Difel, 1984.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social, Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994.

FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARI, Danilo W. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FERREIRA, Carolina. *Os Média na Guerra Colonial, a manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. Coimbra: Minerva, 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERREIRA, Roberta. Difusão cultural e projeção internacional: O Brasil na América Latina (1937-1945). In: SUPPO, Hugo & LESSA, Mônica (Orgs.). *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012, pp. 65-77.

FERRO, António. *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FERRO, António. *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa: Edições SNI, 1949.

FERRO, Mafalda (Coord.). *António Ferro: 120 anos. Actas*. Lisboa: Fundação António Quadros/Texto Editores, 2016.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos, SERPA, Elio Cantalício e PAULO, Heloisa. *O beijo através do Atlântico: o lugar no Brasil no panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001.

FONTES, Lourival. *Discurso aos Surdos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

FONTES, Lourival. *Homens e Multidões*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950.

FONTES, Lourival. *Missão ou demissão*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

FONTES, Lourival. *Política, Petróleo e População*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

FONTES, Lourival. *Uma política de preconceitos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

FONTES, Lourival; CARNEIRO, Glauco. *A face final de Vargas: Os bilhetes de Getúlio*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco. (Coord.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FREIRE, Américo; NUNES, João Paulo Avelãs. (Coord.). *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica*. Tradução de Paulo César Duque Estrada. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo/Brasília: Editora Alfa-Ômega/Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/FUNAG, 2006.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: Um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2015.

GARNIER, Christine. *Férias com Salazar*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1952.

GARRIDO, Álvaro; ROSAS, Fernando. *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.

GARRIDO, Álvaro. *Queremos uma Economia Nova. Estado Novo e Corporativismo*. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

GASPARIAN, Fernando. *Jornais de ontem e de hoje*. Porto Alegre: Sigma, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, Terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. Rio de Janeiro: Summus Editorial, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo, Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

GOMES, Ângela Maria de Castro; ROCHA, Dora e STOTZ, Eduardo. *Velhos Militantes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Coord.). *Regionalismo e centralização política, partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Brasil republicano. Sociedade e política (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A Construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. "Propaganda Política: ética e democracia". In: MATOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

GONÇALVES, José Júlio *Técnicas de Propaganda*. Lisboa: Alfa Ômega, 1961.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 2001.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; TONETO, Rudinei. *Economia Brasileira e contemporânea*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

GUARESCHI, Pedro A. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, Pedro A. (Org.). *Comunicação e controle social*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUIMARÃES, Adriana Melo. *A modernização, problema cultural luso-brasileiro: Um estudo em torno da revista de Portugal-1889-1892*. Tese de Doutorado. Évora: Universidade de Évora, 2014.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. (Org.). *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

GUINSBURG, Jacó; PATRIOTA, Rosângela. *Teatro Brasileiro: Ideias de uma História*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GURGUEIRA, Fernando Limongeli. *A integração nacional pelas ondas; o rádio no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALLIDAY, Tereza L. Retórica e política: a questão da responsabilidade. In: MATOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e política – tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*. (Volume I - O Maquiavélico) Rio de Janeiro: Record, 1966.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. Afrânio de Melo Franco: A consolidação da estratégia de política externa. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, volume II, pp. 441-486.

HITLER, A. *Mein Kampf*. Londres: Hurst & Blackett, 1939.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

JAMBEIRO, Othon. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

JUNQUEIRA, Cecília Costa. *Diário Carioca, o jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: FBN, 2012.

KERSHAW, Ian. *Hitler, um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1993.

KERSHAW, Ian. *À beira do abismo, a Europa 1914-1949*. Lisboa: Dom Quixote, 2016.

KOIFMAN, Fabio. *Presidentes do Brasil*. São Paulo: Cultura, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spaling concepts*. Tradução de Tood Samuel Presner. Stanford: Stanford University, 2002.

LASSWELL, Harold. *A linguagem da política*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LAUERHASS Jr.,Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1986.

LAURENZA, Ana M. de A. Lacerda x Wainer – *O corvo e o bessarabiano*. 2ª edição. São Paulo: SENAC, 1998.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LEAL, Carlos Eduardo. O Jornal. In: ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós – 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: editora da Unicamp, 1990.

LEHMKUHL, Luciene. *Entre a Tradição e a Modernidade: O Café e a Imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002.

LE MOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

LESSA, Antônio. *O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.

LEVINE, Roberto M. *O regime de Vargas (os anos críticos 1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEVINE, Roberto M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Venício de. *Mídia. Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

LINS, Lindercy Tomé de Souza. *Como vender o Brasil: Os órgãos de propaganda brasileira nos Estados Unidos (1930-1945)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Paulo: USP, 2015.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em Comunicação*. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

LOURENÇO E. *O cinema novo e a mitologia cultural brasileira*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa e Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

LUCA, Tania Regina de. História dos nós e os outros, por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. *Leituras, projetos e revistas do Brasil*. 2ª edição, ampliada. São Paulo: UNESP, 2017.

LYRA, Heitor. *A diplomacia brasileira na Primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1992.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* volume 29, ano 10. São Paulo: RBCS, 1995, pp. 5-34.

MATOS, Felipe. *Uma ilha de leitura: notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros. (1830-1950)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MATOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

MELO SOUZA, José Inácio de. *A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo: USP, 1990.

MENDES, Karla Renata. *Navegando em mares lusitanos: Diálogos transatlânticos entre Cecília Meireles e Portugal*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2016.

MENDONÇA, Duda. *Casos e coisas: Histórias de vida e mistérios do Marketing político*. São Paulo: Globo, 2001.

MENESES, Felipe Ribeiro de. *Salazar: Biografia definitiva*. São Paulo: Leya, 2011.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MINDLIN, José. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: EDUSP/ Companhia das Letras, 2008.

MIRANDA, Luciana Lilian de. *"Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que deveremos ser" in A causa luso-brasileira em João de Barros, 1912-1922*. Tese de doutoramento em História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

MONTEIRO, Carla Rafaela. *Entre o Tejo e os Jerônimos: A Exposição Histórica do Brasil nas Comemorações dos Centenários de Portugal em 1940*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011.

MORAIS, João e VIOLANTE, Luís. *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal. 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

MOREIRA, Joana Miguel da Costa. *O Teatro no Porto: da I República ao final do Estado Novo (1910-1974)*. Tese de Doutorado. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Porto, 2020.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. 8ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2008.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. A Revolução de 1930 e a política externa brasileira, ruptura ou continuidade. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 573-596.

MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O trabalhismo de Pedro Ernesto – limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. Intelectuais, Sociedade e Estado no século XX brasileiro. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco. (Coord.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 285 – 308.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. *O “Brasil Colonial” e a exposição do Mundo Português de 1940*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFB, 2008.

NEPOMUCENO, Dirce. *Testemunhos de poéticas negras: De Chocolat e a Companhia Negra de Revistas no Rio de Janeiro (1926-1927)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

NETO, Antônio Fausto (Org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996.

NETO, Lira. *Getúlio - Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930 - 1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETTO, Antônio Accioly. *O império de papel: Os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NOBRE, Carolina. *Rua da Bahia: Espaço de mutação. Uma análise entre a história e o design*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UEMG, 2013.

NORA, Pierre. *Les Lieux de memoire*. Volume 3. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

NUNES, Mário. *40 anos de teatro*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1956.

Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Ó, Jorge Ramos do. “Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) /Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) / Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)”. In: ROSAS, Fernando; BRANDÃO, J.M. (Dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. 2º Vol. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 893-896.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV/ INL-MEC, 1980.

OLIVEIRA, Claudia da Conceição Souza Sales. *Ser actor, figurações nas memórias de actores portugueses nascidos no século XIX*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. IN: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e políticos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp. 37-58.

OLIVEIRA, Sarah Luna. *A exploração simbólica do Brasil em defesa do império lusitano: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PALOMANES, Francisco e PINTO, António Costa (Orgs.). *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PALOMANES, Francisco e PINTO, António Costa (Orgs.). *A onda corporativa, corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

PAULO, Heloísa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.

PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal. A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PAULO, Heloísa. A colônia portuguesa do Brasil e o cinema no Estado Novo. Meios e limites de um veículo de propaganda. In: TORGAL, Luís Reis (Coord.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, pp. 117-136.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto; PAULO, Heloísa. (Coord.). *A propaganda nos Estados autoritários. A cultura do poder*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto; *et al* (Coord.). *Comunicación social e opinión pública nas ditaduras. Narrativas, ideários e representacións*. Vigo: Universidade de Vigo, 2021.

PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). *1908: Um Brasil em Exposição*. Brasília: Caixa Cultural Brasília, 2012.

PIGNATARI, Décio. *Informação, Linguagem, Comunicação*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1970.

PILAGALLO, Oscar. *A História do Brasil no século XX.1920/1940*. Coleção Folha Explica, volume 49. 2ª edição. São Paulo: Publifolha, 2009.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. 3 volumes. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PINHO, J. B. *Propaganda Institucional: usos e funções da propaganda em Relações Públicas*. São Paulo: Summus, 1990.

PINSKI, Jaime. O Brasil nas relações Internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968, pp. 47-58.

PINTO, Sérgio Murillo. *Exército e política no Brasil: Origem e transformação das intervenções militares (1831-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

PINTO, Virgílio Noya. Das estradas Persas às rodovias da informação. In: MATOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

PIRES, Daniel. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*. Lisboa: Grifo, 1996.

PLENGE, J. *Die Lehre von der Propaganda als praktische gesellschaftlehre*. Bremen: Angelsachsen, 1922.

POYARES, Walter. *Imagem Pública: Glória para uns, ruína para outros*. 2ª edição. São Paulo: Globo, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-1930: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta Editora, 2011.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, Fernão. (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 3 volumes. São Paulo: Record, 1985.

RAMOS, Rui. (Coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.

REICH, W. *A psicologia de massas do fascismo*. Porto: Escorpião, (1934-1974).

REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *História das esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

RÊGO, W. D. L. (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. *História e ficção. O diário de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 2007.

RÉMOND, René. *O século XX, de 1914 aos nossos dias. Introdução à história do nosso tempo*. São Paulo: Cultrix, 1990.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1990.

REVEL, Jacques. “micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”, In: *Revista Brasileira de Educação*. Volume 15, nº 45, set./dez. 2010, pp. 434-444.

REVEL, Jean-François. *Como acabam as democracias*. Lisboa: Difel, 1984.

REGO, António da Silva. *Relações Luso-Brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1965.

RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta*. São Paulo: Olho D'água, 1994.

RIBEIRO, Laura Maria. *Revista Acadêmica (1933/1948) e a arte moderna brasileira nas décadas de 1930 e 1940*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1989.

Ribeiro, Nelson. *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo: 1933—1945*. Lisboa: Quimera, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social*. São Paulo: Edusp, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1985.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

RODRIGUES, Alessandro Antônio. *Os projetos para o desenvolvimento da nação na revista cultura política durante o governo Vargas*. Marília: Editora da UNESP, 2010.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio, uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

RODRIGUES, J.P. A geração boêmia: vida literária em romances, memória e biografias. In: CHALOUB, S; PEREIRA, L. *A História Contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 232-257.

RODRIGUES, Luís Nuno; SANCHES, Manuela Ribeiro (Org). *Portugal não é um país pequeno. Contar o "Império" na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006.

ROLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. 2 volumes. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta: 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal, o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando; BRANDÃO, J.M. (Dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de leitores, 1996.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROSMANINHO, Nuno. "António Ferro e a propaganda nacional antimoderna". In: TORGAL, Reis; PAULO, Heloísa (Coord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ROUCHOU, Joelle. Samuel: *Duas vozes de Wainer*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

RUBIM, Albino. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 1999.

- RUBIM, Albino. *Mídia e eleições*. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 2000.
- RÜDIGER, F. *Eugen Hadamovsky e a teoria da propaganda totalitária na Alemanha nazista*. São Paulo: Galaxia, 2014. pp. 48-60.
- SADER, Emir. *Que Brasil é esse? Dilemas Nacionais no século XXI*. São Paulo: Atual, 2001.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e Notas Políticas. 1938/1943*. vol. III. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1943.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Como se levanta um Estado*. Lisboa: Golden Books, 1977.
- SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro*: Paz e Terra, 1980.
- SANDMAN, Marcelo Corrêa. "As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil" in *Revista Letras*, nº 59. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003, pp. 50-51.
- SANT'ANNA, Armando. *Propaganda: Teoria, técnica e prática*. 6ª edição. São Paulo: Editora Pioneira, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1990.
- SANTOS, Eugenio dos. *Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal*. Porto: Temas e Debates, 2005.
- SANTOS JÚNIOR, Valmir Mendes dos. *A era Vargas e o teatro: um estudo sobre peças teatrais vetadas entre 1930 e 1945 em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC/SP, 2011.
- SANTOS, Rogério. *As vozes da rádio, 1924-1939*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- SANTOS, Rogério. *Sintonias da rádio em Lisboa, 1924-1975*. Lisboa: Colibri, 2019.
- SAROLDI, Luís Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional: O Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. A política externa econômica luso-brasileira durante a década de trinta do século XX: análise do tratado de comércio e navegação de 1933. In: *Historiae Rio Grande*, pp 89-101. Rio Grande: FURG, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEABRA, Jorge. *O cinema no discurso do poder*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à Era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, pp. 38-53.

SEITENFUSS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

SERPA, Elio Cantalício; Paulo, Heloísa. O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra: O lugar do Brasil. In: *Revista de História da Universidade Federal de Goiás*, volume 18, número 2. Jul /dez 2013. Goiânia: Editora da UFG, 2013, pp. 91-110.

SERPA, Leoni. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928 – 1945)*. Passo Fundo: Editora da Universidade Federal de Passo Fundo, 2003.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alex Gomes da. *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011.

SILVA, André Chaves de Melo; ABUD, Kátia Maria. *Ensino de história, cinema, imprensa e poder na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SILVA, Gonçalo. *A guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura dos quadrinhos no Brasil, 1933-1964*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Hélio. 1937. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

- SILVA, Hélio. *Vargas, uma biografia política*. Porto Alegre: L & PM editores, 1980.
- SILVA, José Luiz Werneck da. (Org.) *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa. *O espelho fraterno: O Brasil no discurso republicano português (1889-1914)*. Tese de Doutorado em História. Évora: Universidade de Évora, 2012.
- SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SILVEIRA, Joel. *Memórias de alegria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SILVEIRA, Suzane Moraes da Veiga. A Geração boêmia: Militância artística, atividade política e vida literária. In: *Pensares em revista n. 19, pp. 117-133*. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.
- SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo, (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SKIDMORE, Thomas. *Era de Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SKOLAUDE, Mateus Silva. *Raça e nação em disputa: Instituto Luso- Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro- Brasileiro (1934-1937)*. Tese de Doutorado. PUC/RS. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2016.
- SOBRAL, Julieta: J. Carlos. Designer. In: CARDOSO, Rafael (Ed.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1860-1960*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Fernando de. (coord.). *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2010.
- SOUZA, Carlos Roberto de. *A fascinante aventura do cinema brasileiro*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1981.
- SOUZA, Douglas Henrique de. Dom Casmurro, a presença feminina num jornal literário. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*. ANPUH-SP. Campinas: UNESP, 2012.
- SOUZA, José Inácio Melo. *A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

SPEIER, Hans. O desenvolvimento histórico da opinião pública. In: STEINBERG, Charles S. *Meios de Comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970, pp. 127-148.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo, a política do nós e eles*. Lisboa: Vogais, 2019.

TAYLOR, R. "Goebbels and the function of propaganda". In: WELCH, D. (org.). *Nazi propaganda*. Beckenham: Crom Helm, 1983.

TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. 2ª edição. São Paulo: Harbra, 1999.

TCHAKHOTINE, Serge. *Le viol des foules par la propagande politique*. 10ª edição. Paris: Gallimard, 1952.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORGA, Miguel. *Traço de União. Temas Portugueses e Brasileiros*. 2ª edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1969.

TORGAL, Luís dos Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis. O modernismo português no Estado Novo de Salazar: António Ferro e a Semana de Arte Moderna de São Paulo. In: SILVA, Francisco Ribeiro da. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 1085-1102.

TORGAL, Luís Reis (Coord.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O Espetáculo do Império Eterno. As relações entre cultura política e propaganda no contexto dos centenários de 1940 em Portugal*. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. *Editora Globo: Uma aventura editorial dos anos 30 e 40*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

VAQUINHAS, Irene. *João de Barros e o Diário de Lisboa (1941-1960)*. Volumes III e IV. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2015.

VAQUINHAS, Irene. "Dar palavra às imagens na construção histórica: O livro O Casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o teatro-circo à atualidade (1884-1978) como Case Study". In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela, (Org.). *Escritas da história. Circulação, leituras e recepções*. São Paulo: Hucitec, 2017, pp. 208-225.

VARGAS, Getúlio Dorneles. *Diário (1930-1942)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. *Homens de Letras no Rio de Janeiro, nas décadas de 30 e 40*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. Arquivos implacáveis. In: *Revista de História*. Nº 14. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, pp. 78-81.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque*. Tradução Brian Pearce. Michigan: The Penguin Press, 1990.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

VIANNA, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

VIANNA, Marly. *Política e Rebelião nos anos 1930*. São Paulo: Moderna, 1995.

VIANNA, Marly. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANNA, Marly. *A Insurreição da ANL em 1935. O relatório Bellens Porto*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

VIDAL, Isabel Alice Radburn Nunes. *Um olhar sobre a atividade teatral em Portugal nos anos trinta do século XX*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

VIEIRA, Joaquim. *Portugal, século XX, anos 40, crônicas e imagens*. Lisboa: Círculo de leitores, 1999.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964). O nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2004.

XAVIER, LEONOR. *Portugueses do Brasil & Brasileiros de Portugal, conversas que nos unem*. Lisboa: Oficina do Livro, 2016.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: UFRGS, Editora Universitária, 2000.

WELCH, D. *The Third Reich – Politics and propaganda*. 2ª edição. Londres: Routledge, 2002.

YATES, F. A. *The art of memory*. London: Routledgeand Kegan Paul, 1996.

FONTES DA WEB/SITES

[Https://www.acervo.oglobo.com.br](https://www.acervo.oglobo.com.br)

[Https://www.camara.leg.gov.br](https://www.camara.leg.gov.br)

[Https://www.fgv.cpdoc.com.br](https://www.fgv.cpdoc.com.br)

[Https://www.funarte.gov.br](https://www.funarte.gov.br)

[Https://www.gdocminas.com.br](https://www.gdocminas.com.br)

[Https://www.ibge.gov.br](https://www.ibge.gov.br)

[Https://www.imprensa-nacional.gov.br](https://www.imprensa-nacional.gov.br)

[Https://www.memoria.bn.br](https://www.memoria.bn.br)

[Https://www.senado.gov.br](https://www.senado.gov.br)

[Https://www.casacomum.org.pt](https://www.casacomum.org.pt)

[Https://www.dichp.bnportugal.pt](https://www.dichp.bnportugal.pt)

[Https://www.digitarq.arquivos.pt](https://www.digitarq.arquivos.pt)

[Https://www.escritas.org.pt](https://www.escritas.org.pt)

[Https://www.fpc.pt](https://www.fpc.pt)

[Https://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](https://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt)

[Https://www.ine.pt](https://www.ine.pt)

[Https://www.legislacaoregia.parlamento.pt](https://www.legislacaoregia.parlamento.pt)

[Https://www.modernismo.org.pt](https://www.modernismo.org.pt)

[Https://www.newsmuseum.pt](https://www.newsmuseum.pt)

[Https://www.radio.hypotheses.or.pt](https://www.radio.hypotheses.or.pt)

[Https://www.ric.slhi.pt](https://www.ric.slhi.pt)

[Https://www.rtp.arquivos.pt](https://www.rtp.arquivos.pt)

ANEXO I – IMAGENS

Figura 1



Assinatura do Acordo de cooperação cultural luso brasileiro. Da direita para a esquerda Antônio Ferro, Getúlio Vargas e Lourival Fontes.
Fonte: Arquivo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC.

Figura 2



Gustavo Capanema (E), ouve o discurso proferido por Eurico Gaspar Dutra (em pé), durante almoço oferecido ao Presidente Getúlio Vargas (sentado, à direita de Dutra), no Hospital Geral do Exército, no Rio de Janeiro, em novembro de 1940.
Fonte: Arquivo GEDOC, Estado de Minas.

Figura 3



Oscarito (primeiro à esquerda) conversa com Getúlio Vargas, em 1952.
Fonte: Funarte

Figura 4



Fazenda Itu, município de Itaqui – RS – Brasil - residência de Getúlio Vargas - vista lateral.
Fonte: O autor.

Figura 5



Fazenda Itu, vista interior.
Fonte: O autor.

Figura 6



Fazenda Itu – vista interior
Fonte: O autor

Figura 7



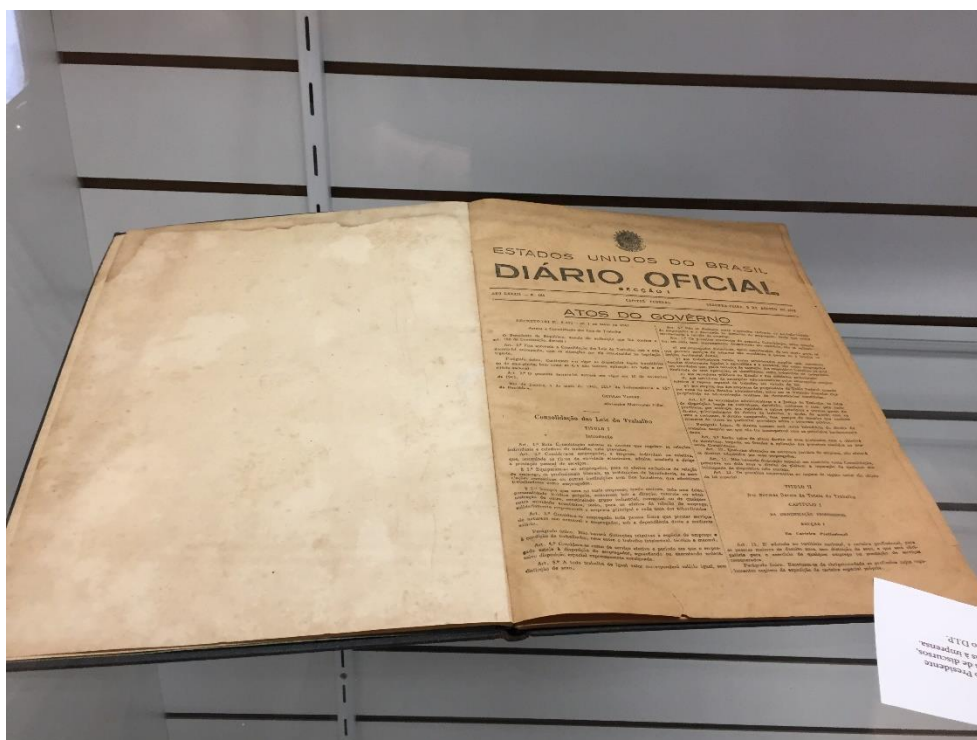
Fazenda Itu – vista interior.
 Fonte: O autor

Figura 8



Museu Getúlio Vargas – São Borja – RS – Brasil – Exposição permanente.
 Fonte: O autor.

Figura 9



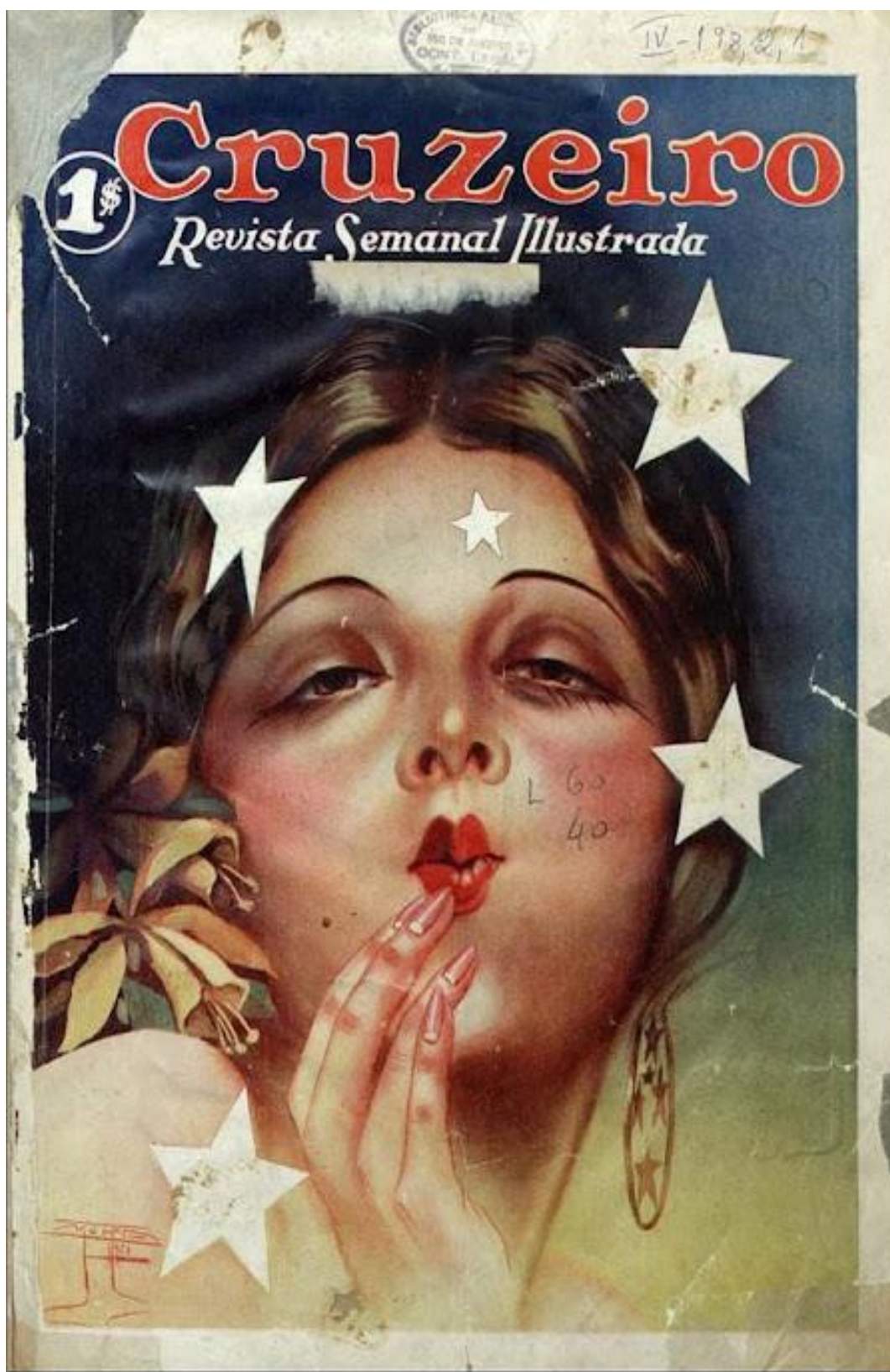
Museu Getúlio Vargas – Exposição permanente.
Fonte: O autor.

Figura 10



Museu Getúlio Vargas – exposição permanente.
Fonte: O Autor.

ANEXO II – REVISTAS



Revista O Cruzeiro - Ano 1, nº 1, 18/07/1928.
Fonte: CPDOC/FGV/ Revistas / O Cruzeiro

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

ANO I

Nº 1

slhi

SEARA NOVA

REVISTA DE
DOCTRINA
E CRÍTICA

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Lisboa, 13 de Novembro de 1937

SUMÁRIO

- O Problema do descobrimento da Austrália pelos portugueses,
Jaime Cortesão.
Mecânica clássica e Mecânica relativista, (*Dedicado aos alu-
nos de Física liceal*), Gago Coutinho.
Doçura da tarde, Augusto Casimiro.
A ideia de reversibilidade e de tempo, Sant'Anna Dionísio.
Contos da Nigéria, *Juras inconsideradas; O galo e o Sol*,
J. Alves Correia.
Momentos, João Falco.
Livros e periódicos, J. P.
Factos e documentos, *Os chineses e nós—Existe um paren-
tesco profundo entre o nosso «honnête homme» e o
«honnête homme» chinês; O tratado Franco-Jugoslavo;
¿Que quere, afinal, a Itália?; Entrevistas reais; A
nova lei jugoslava sobre as cooperativas; O pânico da
Europa; A mimica, linguagem universal.*

535

1\$50

slhi

COMISSÃO DIRECTIVA:
CARLOS F. BARROSO
LOBÃO VITAL
J. SOARES LOPES

EDITOR E PROPRIETÁRIO:
Dilermardo Marinho

Redacção e Administração:
Rua do Paraíso, 56 - Pórtio

Composto e impresso na
- Tipografia Civilização -
T. de Cedofeita, 56 - Pórtio

SOL

nascente

TICA - 30 de Janeiro de 1937 - NÚMERO 1

FUNDAMENTO

A OBRA QUE «SOL NASCENTE» PRETENDE REALIZAR REVESTE-SE DE ASPECTOS CLAROS E DE FINALIDADES AMPLAS. GUIADO POR UM DESAMOR PROFUNDO ÀS PAIXÕES E ÀS CEGUEIRAS, ORIENTAR-SE-Á PELA MAIS SERENA VISÃO CRÍTICA, NOS PROBLEMAS QUE SEJA LEVADO A TRATAR EM SUAS PÁGINAS; TENDO COMO FIM CONTRIBUIR PARA O ELEVAMENTO DO NÍVEL CULTURAL PORTUGUÊS, JUNTANDO OS SEUS ESFORÇOS AOS OUTROS NOBRES ESFORÇOS QUE SE AFIRMAM, «SOL NASCENTE» NÃO ESQUECE A FRASE LÍMPIDA DO NOSSO EÇA: O FIM DE TÓDA A CULTURA HUMANA CONSISTE EM COMPREENDER A HUMANIDADE.

SENTINDO O VALOR DA SERENIDADE, NO MUNDO DESVAIRADO, APERCEBENDO-SE DE QUANTO VALE O AUTO-DOMÍNIO, NO MUNDO QUE NÃO SE DOMINA, «SOL NASCENTE» MANTERÁ UMA FEIÇÃO DE EDUCATIVA ANÁLISE DOS VALORES E DOS FACTOS, NÃO SE ENTREGANDO DE LEVE ÀS APRECIACÕES INFUNDAMENTADAS E IMPRECISAS. QUERE TER UMA NORMA, QUE ENCONTRA NUM PENSAMENTO DE CONCÓRDIA, ASSENTE NUMA FÓRMULA MORAL DE IDÉNTICOS DIREITOS E DE MÚTUO RESPEITO.

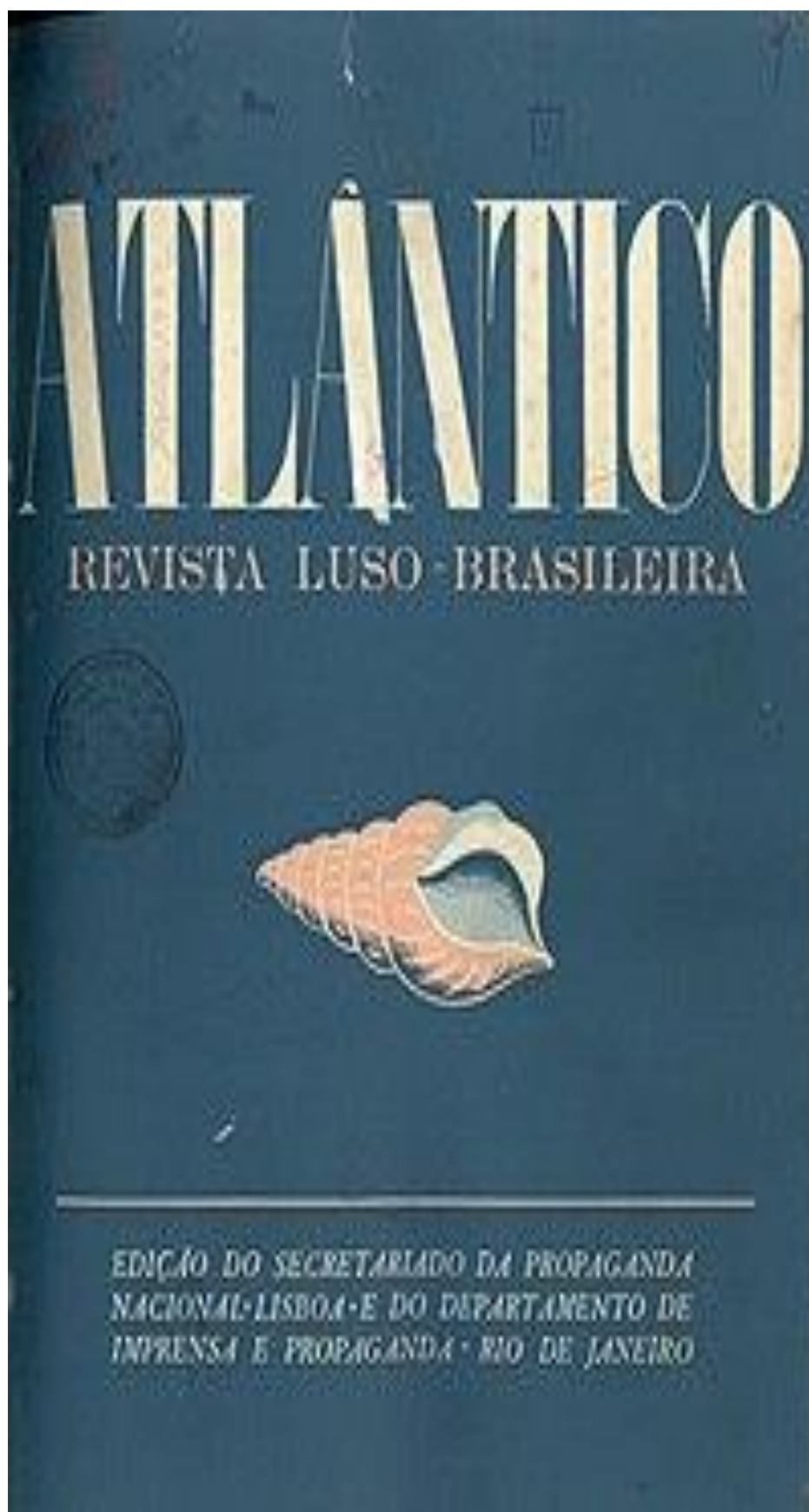
ASSIM, EM POUCAS PALAVRAS, CRÉ DAR A PRIMEIRA DEFINIÇÃO DO QUE PRETENDE; A SUA OBRA DIRÁ DO SEU VALOR.

SOL NASCENTE.

PUBLICA-SE HOJE: FUNDAMENTO □ A RESSURREIÇÃO DOS DEUSES GREGOS — por Luiz de Sanjusto □ VIDA E MORTE — poema de José Régio □ POEMA DE UM DIA DE SOL — por André Valmar □ CONFISSÃO DE FÉ — por Abel Salazar □ MIGUEL UNAMUNO JUGO — por João Alberto □ INTRODUÇÃO A UM ESTUDO DA PINTURA MODERNA — por Pierre de La Rue □ DIA DE CAVA — conto por Afonso Ribeiro, com um MOTIVO de Azevedo □ FINALIDADE — Soneto de Lygia □ PIRANDELLO — por Paulo Pombo, com uma gravura de Azevedo □ O HOMEM — por Carlos de Sousa Estrada □ DE SOL A SOL, etc. —

U M E S C U D O

slhi



Revista *Atlântico* – Ano 1 – nº 1- 16/11/1942.
Fonte: CPDOC/FGV/Revistas/Atlântico

ANEXO 3 – MODELO DE INQUÉRITO**INQUÉRITO PARA COMPOR PESQUISA SOBRE COLÔNIA DE
BRASILEIROS IMIGRANTES EM PORTUGAL ENTRE 1930 E 1945**

- 1) Qual era o nome do primeiro membro da família a emigrar para Portugal?
- 2) Qual era o local de origem no Brasil?
- 3) Qual foi o local de residência inicial em Portugal?
- 4) Qual foi o ano ou data aproximada da entrada em Portugal?
- 5) Qual era a atividade profissional desenvolvida no Brasil?
- 6) Qual foi a atividade profissional desenvolvida em Portugal?
- 7) Qual é o grau de parentesco do entrevistado com o ancestral imigrante?
- 8) Possui documentos que comprovem o parentesco?
- 9) Possui correspondências pessoais trocadas entre amigos e membros da família durante o período da pesquisa (1930-1945)?
- 10) Possui recortes de jornais e revistas da época em questão?
- 11) Outras informações relevantes.

Local e data _____, _____, _____, _____.